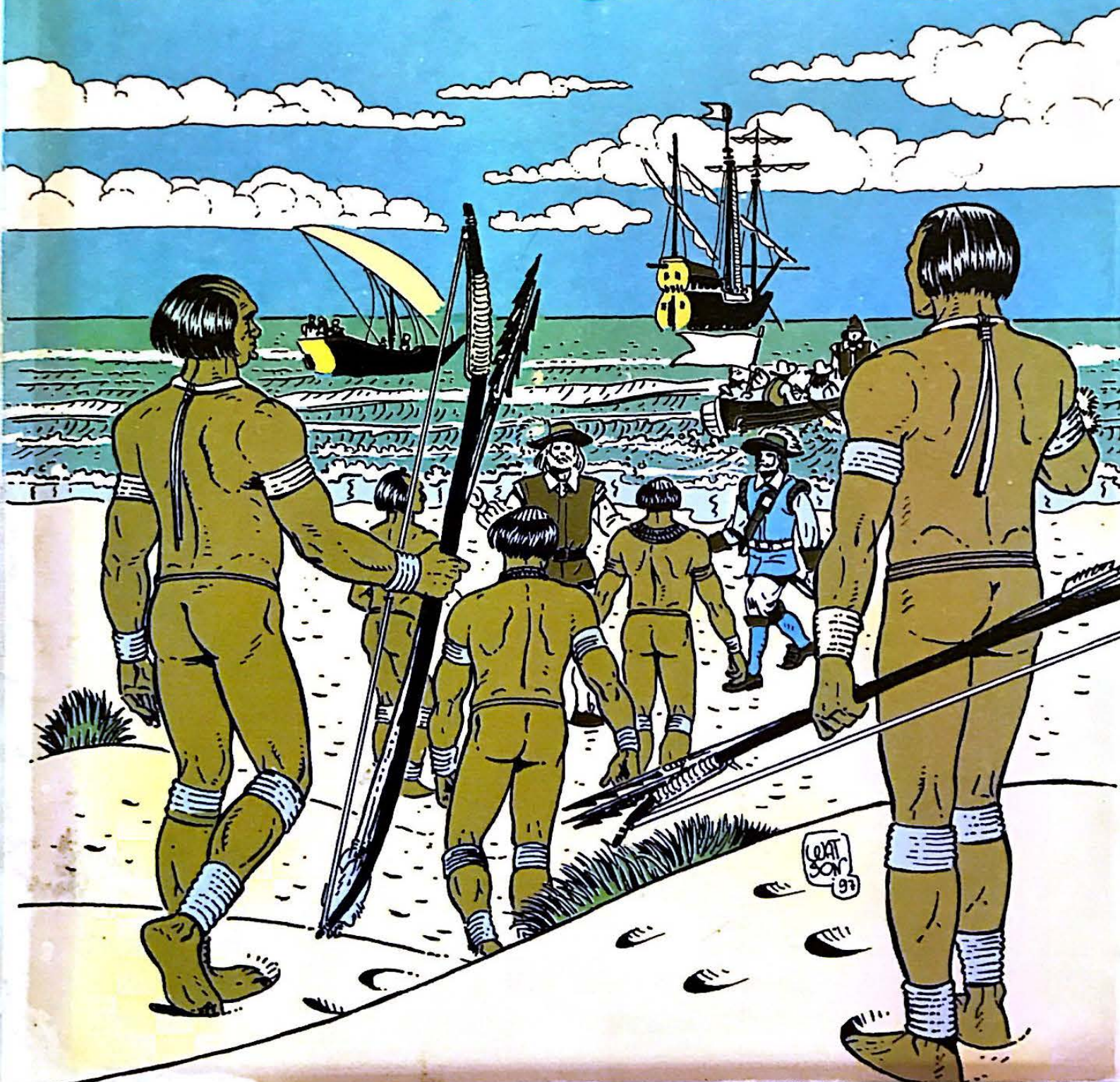


Olavo de Medeiros Filho

ACONTECEU NA CAPITANIA DO RIO GRANDE



Olavo de Medeiros Filho, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, dedica-se, há vários anos, aos estudos relacionados com o período colonial da antiga Capitania Real do Rio Grande.

Autor de "Velhas Famílias do Seridó", "Velhos Inventários do Seridó", "Índios do Açu e Seridó", "Caicó, Cem Anos Atrás", "Naufrágios no Litoral Potiguar" (edição do IHG/RN), "No Rastro dos Flamengos", "Terra Natalense", "O Engenho Cunhaú à Luz de um Inventário" e, agora, de "Aconteceu na Capitania do Rio Grande", vem prestando inestimável serviço, no plano intelectual. Percorre os caminhos íngremes e difíceis da pesquisa, valorizando-a, sob todos os ângulos e sentidos.

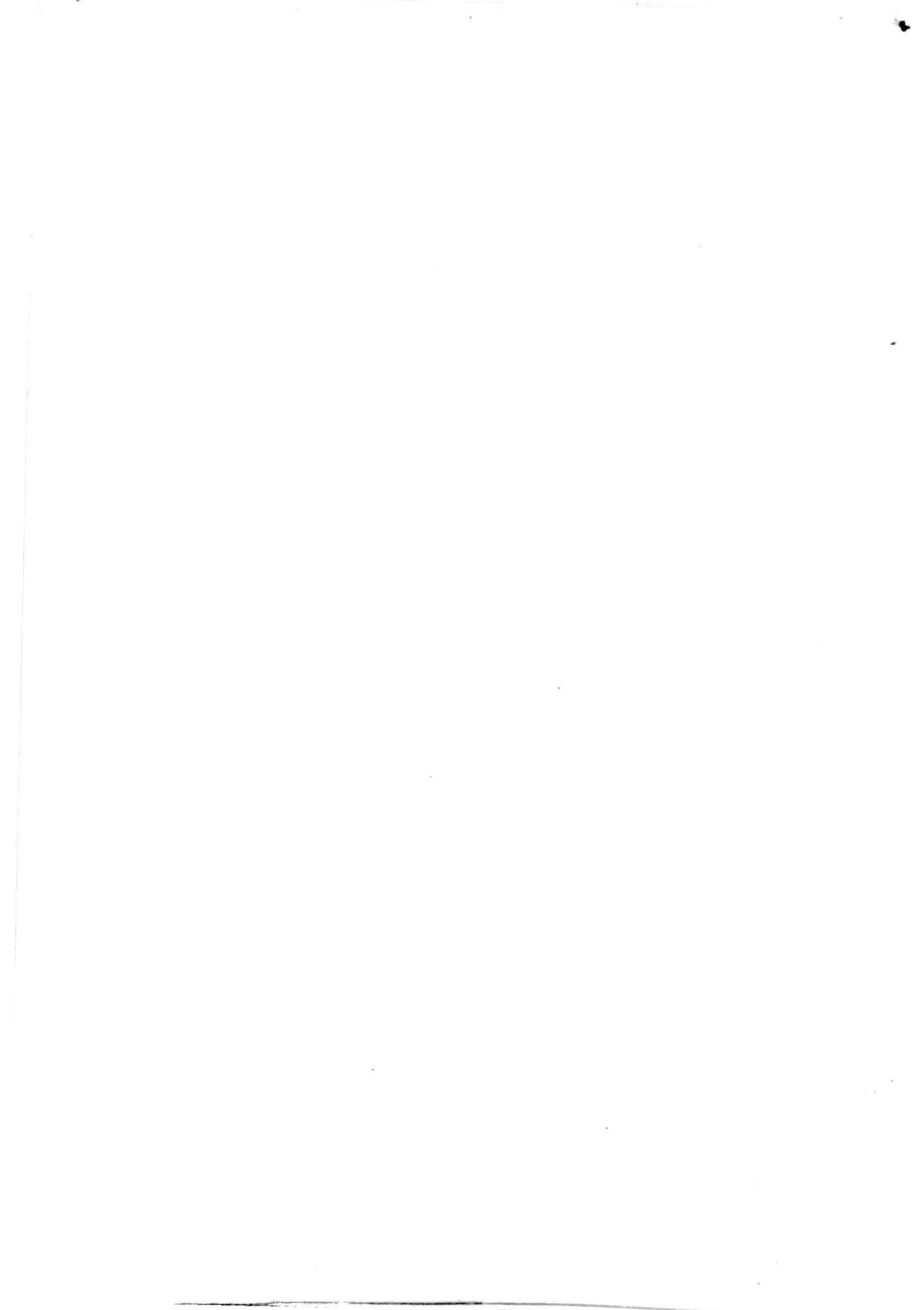
Neste livro, *Olavo de Medeiros Filho* focaliza temas ligados à nossa primitiva Capitania, realçando também diversos episódios ocorridos na vizinha Capitania da Paraíba.

A abordagem feita abrange fatos a partir do ano de 1501 a 1801, compreendendo, assim, os primeiros três séculos da nossa História.

Evidentemente, o autor recorreu a um vasto e precioso manancial, ainda pouco conhecido dos historiadores, analisando ocorrências consideradas, até os dias hodiernos, como definitivamente interpretadas.

E graças ao senso revisionista de que é possuidor, *Olavo de Medeiros Filho* chega a conclusões divergentes das estabelecidas pelos seus antecessores.

É oportuno ressaltar, neste ensejo, que o tradicional Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte sempre se preocupou e se interessa, desde logo, com a publicação de escritos básicos sobre a historiografia norte-rio-grandense. Agora, principalmente, quando ocorrem as comemorações do IV Centenário da construção da Fortaleza dos Reis Magos (1998) e da fundação da cidade do Natal (1999) e do Centenário de nascimento do mestre Luís da Câmara Cascudo (1998), genial e humilde, *primus inter pares* da



OLAVO DE MEDEIROS FILHO

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do R.G. do Norte
Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras

Aconteceu na Capitania do Rio Grande

Natal/RN - 1997

Coleção CULTURA - 02

Edição comemorativa do Centenário de nascimento de Luís da Câmara Cascudo (1998), do IV Centenário da construção da Fortaleza dos Reis Magos (1998) e da fundação da Cidade do Natal (1999)

**Medeiros Filho, Olavo de, 1934-
M488a Aconteceu na Capitania do Rio Grande / Olavo
de Medeiros Filho. - Natal(RN) : Depto. Estadual
de Imprensa, 1997.**

206 p. :il. - (Coleção Cultura, nº 2).

1. Rio Grande do Norte - História 1501-1801.

I. Título

FJA/BPCC 96-17

**CDD 981.3
fcbs**

Capa: Watson Portela e Emanuel Amaral

Os direitos desta edição foram cedidos pelo autor ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

**Iniciativa: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
Fundação Cultural "Padre João Maria"**

Apoio: Confederação Nacional da Indústria - CNI

Impresso no Departamento Estadual de Imprensa

**NATAL - RN - BRASIL
1997**

PALAVRAS INICIAIS

O presente volume trata de temas ligados à antiga Capitania do Rio Grande. O primeiro episódio histórico registrado na historiografia da capitania foi a chantadura do marco de posse de 1501, trazido em um dos navios da frota de que era capitão-mor André Gonçalves. A bordo vinha o italiano Américo Vespúcio, que nos legou o relato da viagem ao território brasileiro.

Em 1587, o português Gabriel Soares de Souza concluía o seu "Tratado Descritivo do Brasil", no qual também figura a descrição do nosso litoral.

Quando os portugueses chegaram à barra do Rio Grande, em dezembro de 1597, a fim de darem início à construção da Fortaleza dos Santos Reis, habitavam no território os potiguares chefiados por Potiguaçu (Camarão Grande), até então aliado dos franceses, que haviam se apossado da antiga capitania doada ao donatário João de Barros. Potiguaçu tornou-se depois aliado fiel dos lusitanos, tendo sido o pai de dom Antônio Felipe Camarão, herói da guerra Holandesa.

Construída a fortaleza e expulsos os franceses, teve início o povoamento da nova terra, ocorrendo as primeiras doações de datas e sesmarias aos interessados.

Em 1603 ocorreu a viagem de Pero Coelho de Souza, com destino ao Ceará, a fim de ali criar uma Nova Lusitânia. A caminhada realizada por Pero Coelho e sua família, quando regressavam do rio Jaguaribe com destino à Paraíba, em pleno verão de 1605-1606, foi uma vitória da força de vontade contra a fome, a sede e o sofrimento.

Neste livro também são descritas curiosidades da capitania, tais como a Pedra do Touro Grande, no local hoje representado pela cidade de Touros; aldeias indígenas que se tornaram depois vilas e cidades norte-rio-grandenses; as minas de ferro descobertas pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque no sertão do Cunhaú.

Figura uma descrição da Cidade do Rio Grande, de 1609, a mais antiga representação pictográfica da região. A lousa tumular do velho fundador de Cunhaú, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que foi identificada pelo Autor.

Segue também um estudo completo sobre as antigas Casas da Câmara e Cadeia da Cidade do Natal, bem como um outro que trata da atuação do mestre de campo paulista Manuel Álvares de Moraes Navarro, empenhado no combate repressivo às hordas tapuias que reagiam à presença do branco em suas terras. José de Moraes Navarro, irmão de Manuel e sargento-mor do Terço dos Paulistas, deixou descendência no Rio Grande, enquanto o mestre de campo derramava a sua prole em território pernambucano. Neste livro consta um estudo sobre a genealogia dos Moraes Navarro no Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Figura também um estudo sobre os cristãos novos residentes na Paraíba,

atingidos pela mão inquisitorial no século XVIII. O Autor ocupou-se também com a origem de algumas localidades dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba (Mossoró, Santa Luzia e Teixeira).

Finalmente, consta um estudo sobre a presença de André de Albuquerque Maranhão (Andrezinho do Cunhaú) na Conspiração dos Suassuna, ocorrida em Recife no ano de 1801.

Todos os assuntos tratados neste livro receberam a interpretação revisionista do Autor, que lança novas luzes sobre temas controvertidos da nossa historiografia.

- O AUTOR -

O MARCO DE TOUROS, PRIMEIRO PADRÃO DE POSSE CHANTADO NO BRASIL

Em 7 de agosto de 1991, o Rio Grande do Norte comemorou os 490 anos do primeiro episódio histórico ocorrido em seu território: a chantadura do denominado MARCO DE TOUROS.

Atendendo à convocação do dr. Iaperi Araújo, presidente da Fundação José Augusto, comparecemos à velha Fortaleza dos Reis Magos, a fim de tecer algumas considerações a respeito do notável acontecimento, verificado no litoral norte-rio-grandense no remoto ano de 1501. Assim nos pronunciamos, naquela ocasião:

Transportemo-nos à velha Cidade de Lisboa, capital do reino português. No dia 14 de maio de 1501, saía do rio Tejo uma esquadra composta de três caravelas, cujo capitão-mor era André Gonçalves. Era uma expedição de reconhecimento à TERRA DE VERA CRUZ de Cabral. Incidentalmente, André Gonçalves fora o capitão que levara ao rei d.Manuel a notícia da descoberta do território que depois receberia o nome de Brasil (*Lendas da Índia*, Gaspar Correia, p.152).

Tomando o rumo do sul, as naus lusitanas passaram ao largo das Ilhas Afortunadas, ou Canárias, seguindo ao longo da costa africana. Aos 25 de maio atingiram Bezeguiche, hoje Dakar, no Senegal, de onde partiram a 5 de junho para a travessia do Mar Oceano, em direção à Terra de Vera Cruz.

A maior parte dos dados relacionados com a viagem à **Terra dos Papagaios** figura em quatro cartas de autoria de Américo Vespúcio, italiano natural de Florença, o qual participou da missão de 1501, na qualidade de cosmógrafo. Vespúcio era perito na utilização do quadrante e do astrolábio, instrumentos destinados ao cálculo da altura dos corpos celestes, indicadores indispensáveis à navegação da época.

As Cartas de Vespúcio, a que nos referimos, são: a CARTA DE CABO VERDE, de 4 de junho de 1501, para Lourenço de Medici; a CARTA DE LISBOA, de 1502, dirigida ao mesmo destinatário; a MUNDUS NOVUS, do mesmo ano e também endereçada a Medici; e a LETTERA de 4 de setembro de 1504, cujo destinatário era Pietro Soderini.

Segundo a CARTA DE LISBOA e a epístola MUNDUS NOVUS, a travessia do Atlântico foi realizada em 64 dias. Finalmente aos 7 de agosto de 1501, a esquadra atingiu a costa norte-rio-grandense, à altura de 5 graus ao sul da linha equatorial. Na epístola LETTERA consta uma outra data indicativa da chegada dos três navios à costa do nosso Estado: 17 de agosto. Diversos autores têm se dedicado à elucidação da divergência apontada. Tomando-se por base o tempo decorrido (64 dias), de Bezeguiche (5 de junho) ao litoral nordestino, verifica-se ser a data de 7 de agosto a verdadeira, tratando-se de um equívoco aquela outra,

apontada na LETTERA (17 de agosto).

Ao descrever a terra encontrada, assim se expressa Vespúcio em sua LETTERA:

"Enfim, a 17 de agosto prouve a Deus mostrar-nos nova terra, a meia légua da qual surgimos, e deitamos fora os batéis para ver se era habitada por gente e de que qualidade. Achamos com efeito a terra populosa e habitada por uma nação pior que feras, como ouvirá. E V. Magnificência entenderá que ao princípio não vimos ninguém; mas concluímos que havia homens por muitos sinais que observamos. TOMAMOS POSSE DO PAÍS EM NOME DESTE SERENÍSSIMO REI DE PORTUGAL"...

Como teria ocorrido aquele ritual de tomada de posse de terra? No início da época das grandes navegações, os lusitanos levantavam cruzes de madeira nos territórios descobertos, assegurando a posse dos mesmos para a coroa portuguesa. Idêntico sistema era adotado pelos espanhóis. O emprego de marcos de pedra para tal finalidade, deve-se aos portugueses. O navegador Diogo Cão partiu de Portugal em 1482, desceu a costa africana, chegando à embocadura do rio Congo (ou Zaire), onde implantou um marco de pedra, o chamado Padrão de São Jorge, o primeiro até então utilizado. Prosseguindo o navegador para o sul, atingiu o Cabo de Santa Maria, onde chantou um segundo marco de pedra, o de Santo Agostinho.

A bordo da frota comandada por André Gonçalves vinham alguns padrões de pedra, confeccionados de pedra lioz, o chamado mármore de lisboa. O primeiro de tais padrões foi chantado em uma praia norte-rio-grandense, na latitude de 5 graus Sul. Outro deles corresponde do Padrão de Cananéia, implantado no litoral paulista. Os demais foram destruídos pelo tempo ou pela ação de vândalos.

Na epístola MUNDUS NOVUS, Américo Vespúcio complementa as informações constantes da LETTERA, relacionadas com aquele dia do desembarque na praia encontrada: "surgimos na costa daquela terra, agradecendo a Deus, com solenes preces, e celebrando uma missa cantada".

Voltemos à narrativa de Vespúcio, constante da sua LETTERA:

... "e o achamos muito ameno, viçoso, de boa aparência, e situado além da equinocial cinco para o sul; isto feito voltamos para as naus;"...

Isto encerrou as atividades de 7 de agosto, um dia de sábado. No dia imediato, desenrolaram-se os seguintes acontecimentos:

... "e porque tínhamos grande necessidade de água e lenha, nos resolvemos, no dia seguinte, a tomar à terra para fazermos o nosso provimento. Estando, pois ali, vimos alguma gente no cume de um monte, a qual olhava para nós sem ousar descer abaixo. Estavam todos nós, e eram da mesma cor

e feição dos anteriores, e por mais diligências que fizemos para que descessem e nos viessem falar, nunca os podemos resolver a isso, não se querendo fiar de nós pelo que, vendo a sua obstinação, e sendo já tarde, tomamos para os navios, deixando-lhes em terra muitos cascavéis, espelhos e outras quinquilharias. Assim que nos afastamos pelo mar dentro desceram do monte, pelo que lhes tínhamos deixado, ficando muito maravilhados de tudo o que viam; e assim neste dia não nos provemos senão de água”.

Continua Vespúcio, descrevendo os fatos corridos no dia 9 de agosto, que foi uma segunda-feira:

“Na manhã seguinte vimos das naus que a gente da terra fazia muitos fumos, e pensando que seria para chamar-nos desembarcamos, e conhecemos que tinha ajuntado em grande número, mas conservavam-se todavia em distância, acenando-nos para que fôssemos a eles pela terra dentro. Em consequência disto dois dos nossos se animaram a pedir licença ao capitão, para se exporem ao perigo de ir à terra ver que gente era, e se tinha alguma riqueza ou especiaria, ou outras drogas; e tanto instaram até que o capitão o houve por bem. Aprontaram-se, pois, com muitas fazendas de resgate, e partiram com regimento de não porem mais de cinco dias em voltar; porque tanto era o tempo que devíamos esperar por eles. Tomaram caminho para terra, e nós para as naus”...

Os dias 10,11 e 12, foram apenas de espera pelos dois marinheiros:

...“das quais víamos vir todos os dias gente à praia, mas sem querer nunca falar”.

Finalmente chegou o dia 13 de AGOSTO, SEXTA-FEIRA, um dia fatídico:

“No sétimo dia saímos nos esquifes, e achamos que tinham trazido consigo as mulheres, as quais mandavam para nós apenas nos avizinharmos. Vendo, pois, que não acabavam de tomar confiança, deliberamos enviar-lhes um dos nossos mancebos, muito esforçado, e para o segurarmos mais ficamos nos batéis, e ele foi ter com as mulheres, e chegando junto a elas meteram-no no meio de um grande círculo, e apalpando-o e olhando-o atentamente se maravilharam sobremaneira. Estando nisto vimos descer do monte uma mulher que trazia um pau na mão, e chegando onde estava o nosso cristão lhe saiu por detrás, e levantando o pau lhe deu um um tão grande golpe que o estendeu morto; as outras tomaram-no logo pelos pés e o arrastaram para o monte; os homens correram para a praia, e principiaram a atirar com as setas, pondo a nossa gente em tal confusão, que estando surtos com os batéis sobre as fateixas, nenhum se atreveu a tomar as armas por causa das muitas flechas com que eram acometidos. Nós disparamos quatro tiros de bombarda que não acertaram; porém ouvido o estrondo, fugiram

todos para o monte, onde já estavam as mulheres fazendo o cristão em pedaços, e assando-o em grande fogo, que tinham acendido à nossa vista, mostrando-nos muitas porções dele e comendo-as; e os homens, fazendo-nos sinais, como dando-nos a entender que tinham também morto e comido os outros dois cristãos. Pesou-nos isto muito, vendo com nossos próprios olhos as crueldades que cometiam com o morto, parecendo a todos uma injúria intolerável. E estando mais de quarenta dos nossos com o propósito de saltar em terra e de vingar tão crua morte, e ato tão bestial e desumano; o capitão-mor lh'o não quis consentir. Eles ficaram satisfeitos com tão grande injúria, e nós partimos com bem má vontade e vergonha nossa por causa do capitão (2)".

O historiador Luís da Câmara Cascudo descreve o marco ou padrão de pedra chantado pela expedição de André Gonçalves, naquela praia que depois foi chamada de Praia dos Marcos, nos atuais limites municipais de Touros e Pedra Grande, no Rio Grande do Norte:

"Chantou um marco de pedra lioz, o mármore de Lisboa, tendo no primeiro terço a Cruz da Ordem de Cristo em relevo, e abaixo as armas do Rei de Portugal, cinco escudetes em cruz com cinco besantes em santor sem a bordadura dos castelos (2)".

O chamado Marco de Touros coincide em suas características, com um outro marco, o de Cananéia, chantado no litoral paulista e hoje guardado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Após o chocante episódio antropofágico presenciado pelos tripulantes das naus portuguesas, as mesmas prosseguiram viagem no dia 13 de agosto, seguindo a costa de leste-sueste, deixando para trás aquele ponto do desembarque, o qual apareceria depois na cartografia quinhentista sob a denominação de Santa Maria da Graça (mapas de CANTINO, 1502, e CAVÉRIO, 1503); e Santa Maria de Agoadia (mapas de KUNTSMANN II, 1503).

No tocante àqueles silvícolas praticantes do canibalismo, encontrados por Vespúcio no local do desembarque, pertenceriam eles ao grupo Tremembé (Teremembé, Taramambé), que à época da chegada de Vespúcio, habitava o litoral nordestino, desde o Cabo de São Roque (atual) até o rio Gurupi, nas lindes paraenses.

No período de 1603 a 1608, Pero Coelho de Souza realizou um estudo cartográfico, abrangendo o território nordestino: do Rio Grande (Potengi) aos confins do Maranhão. Tal esboço foi aproveitado por João Teixeira Albernaz I, cartógrafo que confeccionou um mapa incluído no "Livro que dá Razão do Estado do Brasil", escrito em 1612 por Diogo de Campos Moreno.

No mapa de Albernaz I figura o topônimo MARCO ANTIGUO, correspondendo àquele padrão fincado em 7 de agosto de 1501, por André

Gonçalves (3).

Um longo silêncio caiu sobre o Marco de Touros. Com o decorrer do tempo, o velho padrão de pedra assumiu o papel de marco divisório entre as capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará. Assim, quando foi concedida a dona Maria César, viúva de João Fernandes Vieira, uma data e sesmaria, em 26 de março de 1681, a terra doada começava "do marco que está na praia que divide a Capitania do Rio Grande". Dali, a doação seguia pela praia até o rio das Conchas, o terceiro dos braços que formavam a barra do chamado rio Três Irmãos, ou rio Açú. Concedeu aquela data e sesmaria, o capitão-mor Sebastião de Sá, da capitania do Ceará (4).

A 17 de fevereiro de 1682, o Governador-Geral Roque Barreto concedeu 15 léguas de terra de comprimento, por 15 de largura, a dona Maria César, "pela costa da praia do marco que divide a capitania do Ceará do Rio Grande". A doação atingia os rios a que chamam Três Irmãos, de conformidade com aquela doação anterior, de 26 de março de 1681 (5).

No ano de 1890, o historiador José de Vasconcelos, autor de "Datas Célebres e Fatos Notáveis da História do Brasil", divulgou a existência do Marco de Touros, encontrado no Arraial do Marco e que era aquele mesmo "Marco Antigo" de Diogo de Campos Moreno. O autor visitara, em 1875, o vetusto padrão de pedra, encontrando-o então convertido em uma "pedra santa", que era objeto de devoção para os crédulos moradores do local. O Marco era um ponto de romarias, achando-se ornado com fitas votivas, velas devocionais, etc. Também já fora removido para um local diverso daquele de sua primitiva chantadura, encontrando-se destruídos os "tenentes" ou "testemunhas" de pedra(6).

No mesmo ano de 1890, Tristão de Alencar Araripe deu ciência da descoberta de José de Vasconcelos, ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, tendo feito inclusive a proposta de que aquele marco fosse removido para o Instituto, onde faria companhia ao Marco de Cananéia, congênere do Marco de Touros.

Em 1928, Luís da Câmara Cascudo visitou o Marco de Touros, confirmando-se em tudo o que fora descrito em 1890, por José de Vasconcelos. Apurou Câmara Cascudo, que o marco fora transportando para um outro local distanciado cerca de 200 metros para o sul, em relação ao cômodo onde ocorrera a sua chantadura original.

Cascudo dedicou-se ao estudo dos antecedentes históricos do marco de Touros, concluindo que o mesmo teria sido colocado pela expedição exploradora de 1501, cujo comandante aquele autor considera ter sido Gaspar de Lemos (7).

Cascudo visitou novamente aquele local, em 1955, encontrando então uma capela em construção, destinada a abrigar o monumento. Achava-se o marco sobre uma sapata, que funcionava como altar...

O "Santo Cruzeiro dos Marcos", como o chamava a população moradora na região, foi novamente visitado em 1962, pelo professor Oswaldo de Souza,

então representante do IPHAN no Rio Grande do Norte. Graças à ação de Oswaldo de Souza, o marco foi retirado de sua praia de origem para Natal, no dia 13 de setembro de 1975. No último dia de janeiro de 1976, o marco passou a integrar o acervo do Museu da Fortaleza dos Reis Magos, ali permanecendo até hoje. No primeiro local de sua origem, a Praia dos Marcos, foi colocada uma réplica daquele padrão lusitano. O Marco de Touros achava-se tombado pelo SPHAN, desde 1962, conforme registro nº 352, Livro "História", fl.57.

A seguir, apresentaremos algumas descrições do local onde foi chantado o Marco de Touros, valendo-nos dos relatos de cronistas e viajantes do passado e deste século:

1504 - AMÉRICO VESPÚCIO:

... "e o achamos muito ameno, viçoso, de boa aparência"...
"a meia légua da qual surgimos, e deitamos fora os batéis".

Deduzimos que os navios não conseguiram se aproximar da praia, ficando dela distanciados meia légua.

1587 - GABRIEL SOARES DE SOUZA:

"Do cabo de S. Roque (antiga denominação dada à atual Ponta dos Três Irmãos) à ponta de Goaripari (hoje, Ponta de Santo Cristo) são seis léguas, a qual está em quatro graus e 1/4, onde a costa é limpa e a terra escalvada, de pouco arvoredo e sem gentio.

De Goaripari à enseada de Itapitanga (hoje, Pititinga) são sete léguas, a qual está em quatro graus e 1/4; da ponta desta enseada à ponta de Goaripari são tudo arrecifes, e entre eles e a terra entram naus francesas e surgem nesta enseada à vontade, sobre a qual está um grande médão de areia; a terra por aqui ao longo do mar está despovoada do gentio por ser estéril e fraca (8)".

Por informações de Gabriel Soares de Souza, de 1587, toda a região compreendida entre a Ponta dos Três Irmãos e a enseada de Pititinga era despovoada de silvícolas. A explicação para justificar tal ocorrência, deriva de o fato de os tremembés, naquele ano de 1587, estarem restritos a uma área delimitada pelo rio Curu, no Ceará, e a baía de São José, no Maranhão. À época do descobrimento do Brasil, os tremembés dominavam o litoral, do atual Cabo de São Roque ao rio Gurupi, limites do Maranhão e Pará.

1631 - A EXPEDIÇÃO DO NIEUW-NEDERLANDT:

..."foram lançar ferro cerca de vinte e uma léguas ao norte do Rio Grande, num lugar chamado Ubranduba (...) De 21 a 30 consumiu o comandante Smient em procurar um ancoradouro seguro, aventurando-se até quase

dezesseis léguas para o norte sem encontrar as salinas; a 10 de novembro foi a gente do **Nieuw-Nederlandt** posta em terra junto à ponta de Ubranduba, não sem grande perigo e trabalho por ser ali o mar muito esparcelado; à distância de um tiro de mosquete erguiam-se grandes dunas alvacentas, e por trás delas vicejavam algumas palmeiras silvestres num vale, duma légua de extensão, inundado d'água salgada; descobriram algum gado, porcos do mato e veados (9)".

1869 - M.A. VITAL DE OLIVEIRA

"Na ponta dos Marcos, que é também bordada de pedras soltas, vão (os arrecifes) unicamente a meia milha de distância da praia; seguindo-se logo o fundo. Na distância de 1,5 ou 2 milhas da costa, a navegação é franca onde se encontrará com 32, 40 e 48 palmos d'água fundo de areia (10)".

1927 - LUDUVICO SCHWENNHAGEN:

"O lugar tem um porto bom para os pescadores, poços perenes e água doce, e para dentro, boa terra de lavoura (11)".

1981 - OSWALDO CÂMARA DE SOUZA:

"Detrás de uma pequena elevação do terreno, aos fundos da ermida, estendia-se um descampado, alagadiço na época chuvosa, permanente foco de esquistossomose. Para o lado do poente, avolumavam-se as dunas, numa paisagem saariana, terminando na base dos morros situados a uns cinco quilômetros da praia, em cujo topo estão os arraiais de Morros e Cauã. O forasteiro que passasse por aquelas praias, jamais poderia supor que, no interior daquela rústica ermida, estava o padrão de posse mais antigo em todo o território brasileiro (12)".

Trataremos, a seguir de algumas informações de caráter técnico, sobre o Marco de Touros. Câmara Cascudo ao descrever as dimensões do vetusto monumento, atribuiu-lhe uma altura de 1,28 m; largura de 30 cm e espessura de 20 cm. A arquiteta Jeanne Fonseca Leite Nesi, da Fundação José Augusto, procedeu a uma acurada medição daquela coluna, tendo encontrado mensurações divergentes daquelas indicadas por Cascudo. A altura real do marco é de 1,62 m; largura, 32,5 cm; espessura, 25 cm.

Quanto à posição geográfica do local onde era situado o marco, informava José de Vasconcelos que o monumento estava a 5°03'41" de latitude Sul. Na realidade, as coordenadas geográficas verdadeiras correspondem a 5°04'40" de latitude Sul e 35°48'30" de longitude Oeste, segundo o comandante Paulo Mário da Cunha Rodrigues.

Finalizando, fazemos nossas as palavras do cronista JOÃO DE BARROS, consagrado autor das DÉCADAS DA ÍNDIA. Assim se expressou aquele donatário

da nossa Capitania, sobre a herança lusitana:

"As armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia, em tantas mil ilhas fora das repartição das três partes da terra, materiais são, e podem os o tempo gastar, pero não gastará doutrina, costumes, linguagem que os portugueses nessas terras deixassem!"

-
- (1) PORTO SEGURO, Visconde de • Cartas de Amérigo Vespucci, pp.8-11.**
 - (2) CÂMARA CASCUDO, Luís da • História do Rio Grande do Norte, p.33.**
 - (3) CAMPOS MORENO, Diogo de. Livro que dá Razão do Estado do Brasil, p. 83.**
 - (4) BEZERRA, Antônio • Algumas Origens do Ceará, p.44.**
 - (5) _____ • Obra citada, pp.47-48.**
 - (6) VASCONCELOS, José de • Datas Célebres e Fatos Notáveis da História do Brasil, pp. 36-38 e 89.**
 - (7) CÂMARA CASCUDO, Luís da • Dois Ensaios de História (Internacionalidade no Descobrimento do Brasil - O Mais Antigo Marco de Posse)**
 - (8) SOARES DE SOUZA, Gabriel • Tratado Descritivo do Brasil em 1587, p.25.**
 - (9) CARVALHO, Alfredo de • Os Holandeses no Rio Grande do Norte, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R.G. Norte, tomo III, vols. 4 e 5, jan. 1906/ dez.1907, p. 126.**
 - (10) VITAL DE OLIVEIRA, M.A. • Roteiro da Costa do Brasil do Rio Mossoró ao Rio de São Francisco do Norte, p.21.**
 - (11) SCHWENNHAGEN, Ludovico • As estações das antigas estradas que atravessaram o Rio G. do Norte e Paraíba.**
 - (12) CÂMARA DE SOUZA, Oswaldo • Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte.**



O marco de 1501, chantado pela expedição de André Gonçalves, atualmente guardado na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal RN.

A COSTA POTIGUAR EM 1587, DESCRITA POR GABRIEL SOARES DE SOUZA

O Roteiro Geral, com Largas Informações de toda a Costa do Brasil, de autoria de GABRIEL SOARES DE SOUZA, publicado sob o título Tratado Descritivo do Brasil em 1587, também descreve o litoral da Capitania do Rio Grande (1).

Depois de referir-se à baía dos Arrecifes (atual enseada do Retiro, no Ceará), o cronista descreve que desta baía ao rio de S. Miguel são sete léguas, a qual está em três graus e 1/4. Na barra deste rio está um ilhéu de arvoredos que lhe faz duas barras, e na ponta dele é o Cabo Corso, em o qual entram e surgem por qualquer destas barras os navios da costa à vontade.

O rio São Miguel corresponde àquele mesmo, que viria a ser denominado posteriormente de rio Upanema, o qual abrangia os atuais rios Mossoró e Apodi. Da enseada do Retiro ao São Miguel, temos na realidade cerca de 11 léguas de distanciamento. A ilha descrita pelo cronista, na qual havia um arvoredos, parece corresponder à ilha da Maritacaca, onde hoje ergue-se a cidade de Areia Branca. Assim sendo, o antigo Cabo Corso seria a atual Ponta do Pontal.

Deste rio à Baía das Tartarugas são oito léguas, a qual está em altura de três graus e 2/3 em a qual os navios da costa surgem por acharem nela boa abrigada.

A Baía das Tartarugas, pela distância indicada por Gabriel Soares de Souza, ficaria entre a atual ponta de Pedra Grande e a barra do rio das Conchas (pontal das Conchas).

Desta baía ao Rio Grande são quatro léguas, o qual está em altura de quatro graus. Este rio tem duas pontas saídas ao mar, e entre uma e outra há uma ilhota, que lhe faz duas barras, pelas quais entram navios da costa. Defronte deste rio se começam os baixos de S. Roque.

O Rio Grande apontado por Soares de Souza, corresponde ao rio Amargoso ou Açú, distanciado cerca de 12 léguas do Mossoró. A ilhota começou a submergir em 1818, possuindo a denominação de Ilha de Manuel Gonçalves. Apresentava uma extensão de seis milhas, tendo a sua extremidade oriental na confrontação do rio Amargoso, Salgado ou Açú, atingindo, pelo ocidente, as proximidades do rio das Conchas.

E deste Rio Grande ao cabo de S. Roque são dez léguas, o qual está em altura de quatro graus e um seismo: entre este cabo e a ponta do Rio Grande se faz de uma ponta à outra uma grande baía, cuja terra é boa e cheia de mato, em cuja ribeira ao longo do mar se acha muito sal feito. Defronte desta baía estão os baixos de S. Roque, os quais arrebetam em três ordens, e entra-se nesta baía por cinco canais que vêm ter ao canal que está entre um arrecife e outro, pelos quais se acha fundo de duas, três,

quatro e cinco braças, por onde entram os navios da costa à vontade.

O cabo de São Roque descrito por Gabriel Soares de Souza, corresponde à Ponta dos Três Irmãos, distanciada cerca de 12 léguas da ponta do Tubarão. Entre os dois pontos extremos, forma-se uma ampla baía, na qual existem várias salinas naturais, exploradas desde o início do povoamento do território. Defronte a essa baía estão os baixos de São Roque, representados por uma série de coras ou urcas, todas com canal navegável entre si.

Do cabo de S. Roque à ponta de Goaripari são seis léguas, a qual está em quatro graus e 1/4, onde a costa é limpa e a terra escalvada, de pouco arvoredo e sem gentio.

Ao que tudo indica, a antiga ponta de Guaripari corresponde à atual ponta de Santo Cristo. Entre esta e Três Irmãos, há uma distância de 10 léguas. O fato dessa extensão de terra não ser habitada pelo gentio, se prendia às condições ecológicas desfavoráveis.

De Goaripari à enseada da Itapitanga são sete léguas, a qual está em quatro graus e 1/4; da ponta desta enseada à ponta de Goaripari são tudo arrecifes, e entre eles e a terra entram naus francesas e surgem nesta enseada à vontade, sobre a qual está um grande médão de areia; a terra por aqui ao longo do mar está despovoada do gentio por ser estéril e fraca.

A enseada de Itapitanga corresponde à de Pititinga atual. De Santo Cristo (Guaripari) a Itapitanga (Pititinga) dista cerca de 9 léguas.

Da Itapitanga ao rio Pequeno, a que os índios chama Baquipe, são oito léguas, a qual está em cinco graus e um seismo. Neste rio entram chalupas francesas a resgatar com o gentio e carregar do pau da tinta, as quais são das naus que se recolhem na enseada da Itapitanga. Andando os filhos de João de Barros correndo esta costa, depois que se perderam, lhes mataram neste lugar os pitiguares com favor dos franceses induzidos deles muitos homens.

Itapitanga, hoje Pititinga, fica distanciada 7 léguas de Baquipe, atual rio Ceará-Mirim.

Deste Rio Pequeno ao outro Rio Grande são três léguas, o qual está em altura de cinco graus e 1/4; neste Rio Grande podem entrar muitos navios de todo o porte, porque tem a barra funda de dezoito até seis braças, e entra-se nele como pelo arrecife de Pernambuco por ser da mesma feição. Tem este rio um baixo à entrada da banda do norte, onde corre água muito à vazante e tem dentro algumas ilhas de mangues, pelo qual vão barcos por ele acima quinze ou vinte léguas e vem de muito longe. Esta terra do Rio Grande é muito sofrível para este rio se haver de povoar, em o qual se metem muitas ribeiras em que se podem fazer engenhos de açúcar pelo sertão. Neste rio há muito pau de tinta onde os franceses o vão carregar muitas vezes.

Do rio Ceará-Mirim ao outro Rio Grande (Potengi), contam-se cerca de

três léguas.

Do Rio Grande ao Porto dos Búzios são dez léguas, e está em altura de cinco graus e $\frac{2}{3}$: entre este porto e o rio estão uns lençóis de areia como os de Tapuã junto da Bahia de Todos os Santos. Neste Rio Grande achou Diogo Paes de Pernambuco, língua do gentio, um castelhano entre os pitigoares, c'os beiços furados como eles, entre os quais andava havia muito tempo, o qual se embarcou em uma nau para França porque servia de língua aos franceses entre o gentio nos seus resgates. Neste Porto dos Búzios entram caravelões da costa em um riacho que neste lugar se vem meter no mar.

O porto de Búzios ficava localizado na barra do rio Pirangi, distanciado do Potengi cerca de 5 léguas, e não 10 como informa o cronista Soares de Souza.

Do Porto dos Búzios à Itacoatajara são nove léguas, e este rio se chama deste nome por estar em uma ponta dele uma pedra de feição de pipa como ilha, a que o gentio por este respeito pôs este nome, que quer dizer Ponta da Pipa; mas o próprio nome do rio é Garatuí, o qual está em altura de seis graus.

O mapa de Marcgrave apresenta a enseada de Itacoatiara, situada ao norte de Tapuya Paraçebába, ou Ponta da Pipa. O antigo rio Garatuí desapareceu, provavelmente assoreado.

Entre esta ponta e o porto dos Búzios está a enseada Tabatinga, onde também há surgidouro e abrigada para navios em que detrás da ponta costumavam ancorar naus francesas e fazer sua carga de pau da tinta.

Na enseada de Tabatinga continua existindo um porto de pescaria. Ali houve um estabelecimento de pesca, de João Lostão Navarro, francês, na primeira metade do século XVII. Acima das barreiras do pontal de Tabatinga existe a povoação de Barra de Tabatinga.

De Itacoatajara ao rio de Goaramataí são duas léguas, o qual está em seis graus esforçados.

O Goaramataí de Soares de Souza corresponde ao mesmo rio Curimataú, que faz barra sob o nome de Cunhaú. Entre a ponta da Pipa e o Curimataú, contam-se apenas duas léguas, na realidade.

Do Goaramataí ao rio de Camarative são duas léguas, o qual está em seis graus e $\frac{1}{4}$, e entre um e outro rio está a enseada Aratipicaba, onde dos arrecifes para dentro entram naus francesas e fazem sua carga.

O Camarative, o mesmo Camaratuba, corre já em território paraibano. A enseada de Aratipicaba corresponde à mesma Baía Formosa, poética designação que lhe foi muito bem imposta.

(1) SOARES DE SOUZA, Gabriel ● **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**, pp. 24-26.

A FORTALEZA DOS SANTOS REIS DA BARRA DO RIO GRANDE

A nossa tradicional fortaleza terá o seu IV Centenário comemorado no próximo ano de 1998. A seguir, faremos uma sinopse dos principais acontecimentos históricos relacionados com aquele monumento máximo da tradicional terra potiguar.

O Estado do Rio Grande do Norte já deve começar a tomar as primeiras providências, no sentido de ser dignamente comemorado aquele acontecimento tetracentenário, que muito significará para aqueles que prezam e reverenciam a nossa história pátria.

PERÍODO DE 9 DE NOVEMBRO DE 1596 A 24 DE JUNHO DE 1598

No ano de 1596, Portugal encontrava-se sob o reinado de dom Filipe II de Espanha. O território norte-rio-grandense, incrustado na antiga capitania doada a João de Barros em 1535, encontrava-se naquele ano de 1596, virtualmente sob completo controle dos traficantes franceses. As naus estrangeiras tinham seus portos nos rios Pititinga (Punaú), Ceará-Mirim, Potengi, Pirangi (porto de Búzios), enseadas de Tabatinga e de Aratipicaba (Baía Formosa). Os franceses nutriam um intenso comércio com os indígenas potiguares. A troca de mercadorias trazidas do continente europeu, os silvícolas forneciam aos traficantes produtos da terra, tais como madeiras (principalmente o pau-brasil), essências vegetais, plantas medicinais, algodão; minérios, pedras preciosas; animais exóticos (sagüins, macacos, papagaios e outras aves de belas plumagens), penas de avestruz, âmbar, peles de onça, etc.

Alarmado ante a presença francesa no território correspondente Capitania Real do Rio Grande, el-rei d.Filipe II determinou ao Governador-Geral do Estado do Brasil, dom Francisco de Souza, que ordenasse aos capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba, respectivamente Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho de Carvalho, para que os mesmos organizassem uma expedição conquistadora ao Rio Grande, a fim de expulsar os franceses da região.

As providências não tardaram, pois as ordens régias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597 tiveram o seu cumprimento através da saída, do porto da Paraíba, de quatorze embarcações, às ordens de Mascarenhas Homem, com destino ao Rio Grande. Por terra seguiram as tropas comandadas pelo capitão-mor da Paraíba, não tendo estas logrado chegar ao Rio Grande na ocasião, devido à varíola que então grassou.

Depois de alguns incidentes ocorridos na viagem de Mascarenhas Homem, chegou o mesmo ao Rio Grande, ou Potengi, no dia 25 de dezembro de 1597, ocasião em que mandou dois caravelões sondar as águas do rio. No dia seguinte ocorreu o desembarque das tropas, ao que tudo indica no porto hoje denominado

Canto do Mangue, marchando os soldados para local próximo àquele onde pretendiam erigir uma fortaleza.

Imediatamente providenciou-se um entrincheiramento, através da utilização de madeiras de mangue. Também deu-se início à construção de um fortim de madeira, com finalidade óbvias. O local onde foram erguidas tais fortificações provisórias, corresponde àquele representado nos dias atuais pelo "Círculo Militar de Natal", na praia do Forte.

Acompanhava a expedição de Mascarenhas Homem o padre jesuíta Gaspar de Samperes, espanhol, ex-soldado e homem versado em arquitetura militar. Foi ele o autor da planta, ou traça da fortaleza que se pretendia edificar. No Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, ainda existe um desenho intitulado "Rio Grande - Fortaleza dos Reis", datado de 1609. Através da referida gravura, vê-se claramente que a nossa fortaleza dos Reis Magos, dos dias atuais, é aquela mesma projetada pelo padre Samperes.

Em torno ao fortim provisório de madeira surgiu um Arraial, no qual ficou resistindo o pessoal ocupado com a construção da fortaleza, havendo, inclusive, naquele arraial, uma capela registrada em uma outra estampa, de 1609, intitulada "Perspectiva da Fortaleza dos Reis Magos". Nas dunas defronte ao mar, próximo ao arraial foi chantado um padrão ou marco de areia, atestatório do domínio do rei d.Filipe II.

Os trabalhos de edificação da fortaleza tiveram o seu início no dia de Reis, 6 de janeiro de 1598, que caiu em uma terça-feira.

Dez ou doze dias após o desembarque das tropas portuguesas, cerca de 2.000 frecheiros potiguares, acompanhados de 50 franceses vindos do Porto de Búzios, atacaram a paliçada. O inopinado ataque pode ser rechaçado, travando-se na ocasião um grande combate na praia próxima ao arraial.

O material de construção utilizado no forte foi a taipa. Inicialmente foram colocadas grossas vigas de madeiras, muito juntas, sendo em seguida aplicado um espesso forro de barro, à época denominado de **entulho**. Serviu de alicerce a própria rocha, representada por uma "lagea branda".

Afinal, em abril de 1598 chegaram as tropas de Feliciano Coelho de Carvalho, as quais ficaram alojadas na Aldeia do Camarão, por elas encontrada abandonada, pois os potiguares haviam fugido do local, ganhando os sertões. A aldeia do maioral Camarão, também conhecido no seio dos seus como Potiguaçu, era localizada à margem esquerda do Potengi, próximo ao esteiro do Jaguaribe, sobre um monte que depois receberia a denominação de Outeiro do Minhoto. Fica tal elevação. exatamente ao poente da fortaleza.

Potiguaçu veio a celebrar as pazes com os portugueses, em 11 de junho de 1599, juntamente com outros chefes potiguares, o que possibilitou a presença definitiva dos lusitanos na região. Potiguaçu viria a ser o pai de d.Antônio Filipe Camarão (1600-1648), herói indígena da guerra Holandesa.

Voltemos à construção da Fortaleza dos Reis Magos: aos 24 de junho de

1598, dia de São João, Manuel Mascarenhas Homem deu por concluída a fortificação, por já se achar a mesma em "estado de defesa". Entregando o comando da fortaleza a João Rodrigues Colaço, naquele dia dedicado a São João, Mascarenhas Homem regressou a Pernambuco. Rodrigues Colaço fora nomeado para o cargo, por d. Francisco de Souza, ato que seria confirmado por el-rei a 18 de janeiro de 1600.

As muralhas de taipa da fortaleza receberam posteriormente um revestimento ou "encamisamento" de pedras de cantaria, como era muito empregado à época.

PERÍODO DE 25 DE JUNHO DE 1598 A 7 DE DEZEMBRO DE 1633

HÉLIO GALVÃO, insigne historiador norte-rio-grandense, escreveu o seu livro HISTÓRIA DA FORTALEZA DA BARRA DO RIO GRANDE, publicado em 1979, no qual abordou a tradicional fortificação à luz da mais vasta bibliografia que lhe foi possível obter. Infelizmente, Hélio Galvão não chegou a tomar conhecimento de duas importantíssimas fontes manuscritas, somente reveladas pelo prof. José Antonio Gonsalves de Mello, reconhecido como a maior autoridade brasileira, no que tange a Pernambuco no período do domínio flamengo.

José Antonio Gonsalves de Mello encontrou e divulgou a RELAÇÃO DE AMBRÓSIO DE SIQUEIRA (1605) DA RECEITA E DESPESA DO ESTADO BRASIL, manuscrito guardado no Arquivo Geral de Simancas (Espanha), e também a RELAÇÃO DAS PRAÇAS FORTES DO BRASIL (1609) DE DIOGO DE CAMPOS MORENO, pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa-Portugal.

Através do primeiro dos manuscritos citados, acompanha-se o progresso da construção da fortaleza. Assim, observa-se que no mês de agosto de 1602, as obras foram paralisadas por falta de cal, tendo sido despedidos os negros de serviço da fortaleza, e alguns ferreiros e carpinteiros.

Aquela Relação de 1609, contendo observações feitas no ano anterior, faz as seguintes apreciações sobre a Fortaleza do Rio Grande:

"Esta fortaleza dos Reis está por acabar, por muitos lugares não tem mais que dezoito palmos de alto, em outros lugares está até o cordão, faltam-lhe todos os parapeitos e entulhos entre todas as cortinas para se poder lajear sobre elas e sobre o lajeado andar a artilharia, que com isto se escusa gasto cotidiano d'astilhas de madeira cada dois anos, pelo que sendo, como é, de importância a guardar este porto, convém acabar a fortaleza e provê-la de moradores, pois, como fica dito, a terra tem com que sustentar os que nela trabalharem (1)".

Três anos depois, Diogo de Campos Moreno, autor do LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL, assim descrevia a fortaleza:

"Toda esta Fortaleza do Rio Grande está por acabar, não chega por algumas partes ao cordão e assim tem menos de dezoito palmos de alto, faltando-lhe todos os parapeitos e entulhos das quartinas, todas as casas de vivenda e amazéns, não tem poço, nem cisterna, nem fonte, antes com muito trabalho, todos os dias, se provém de muito longe, em vasilhas de água ou de cacimbas da praia. Não tem restrelo nem contraportas, e até as portas da mesma Fortaleza estão consumidas do tempo. Finalmente, é a mais miserável vivenda que se pode achar no mundo, por não estar acabada, pelo que os soldados fogem dela como da morte (2)".

Em 1622, Antônio Barreiros, Provedor-Mor da Fazenda de Sua Majestade do Estado do Brasil, visitou a Fortaleza do Rio Grande de Invocação dos Santos Reis. Assim a encontrou o Provedor, a quem chamou logo a atenção o aspecto das portas de entrada da fortificação:

..." portas muito fortes, de pau chamado sicopira, forradas de outro chamado bordão, de muito dura, de grossura e testa de um palmo, com duas fechaduras de bronze com que se fecham, uma no postigo outra mais por cima, com seus ferrolhos de bronze muito fortes e uma tranca que corre para a parede de um palmo em quadra (3)".

Pela descrição de Antônio Barreiros, verifica-se já existir a Capela dos Santos Reis, assim mencionada:

..." a Praça d'Armas em quadra formosíssima, toda lajeada de pedras lavradas, no meio da qual está uma casa a modo de torre, com a porta alta do chão doze palmos e meio, em que se entra com escada levadiça, armada sobre quatro pilares fortes de pedra e cal, fechada de abóbada, capela por aresta com abóbada de cima de meia laranja. E assim está na dita Praça d'Armas uma capela dos Santos Reis, em que se diz missa (4)".

Os melhoramentos introduzidos na fortificação, descritos por Antônio Teixeira em 1622, foram frutos de serviços ali realizados sob a direção de Francisco de Frias de Mesquita, engenheiro-mor do Estado do Brasil, cujas traças haviam sido executadas em 1614.

Frias de Mesquita foi o autor do projeto para construção de uma cisterna pluvial na fortaleza. A referida cisterna aprofundar-se-ia na rocha, "até vencer a água salgada". O citado engenheiro também determinou que as paredes de alvenaria fossem revestidas de silharia (pedras lavradas em quadrado, próprias para revestimento de paredes). A silharia foi assentada com betume de azeite de peixe. Frias de Mesquita deu prosseguimento à edificação da fortaleza, cumprindo o projeto do pe. Samperes, representado naquela gravura de 1609. O plano da fortaleza obedecia aos preceitos da chamada escola italiana, que, à época,

revolucionara a arquitetura militar.

O aspecto hoje ostentado pela Fortaleza dos Reis Magos, devemos-lo ao engenheiro Francisco de Frias de Mesquita (5).

Em 1630, Adriano Verdonck, espião a serviço dos holandeses, descreveu o forte dos Três Reis Magos:

..." e este é o melhor que existe em toda a costa do Brasil, pois é muito sólido e belo... a muralhas podem ter 9 a 10 palmos de espessura e são dobradas tendo o intervalo de barro (6)".

PERÍODO DE 8 DE DEZEMBRO DE 1633 A 26 DE JANEIRO DE 1654

No dia 8 de dezembro de 1633, ocorriam dois desembarques flamengos em Natal, visando à conquista da fortaleza dos Reis Magos. O primeiro desembarque ocorreu no rio Potengi, ficando a esquadra holandesa fundeada no local hoje conhecido por Canto do Mangue. Comandava a esquadra Jan Cornelissen Lichthart. Outros combatentes, em número de 600 homens, desceram em Ponta Negra (que à época designava a atual praia de Areia Preta, quase uma légua ao sul da fortaleza), comandados pelo ten. cel. Balthazar Bymae.

Depois de galgarem o planalto (monte do atual bairro de Petrópolis), os flamengos passaram pela cidadezinha do Natal, completamente abandonada pelos moradores, que se refugiaram no engenho de Francisco Coelho. Depois os flamengos desceram em direção às dunas próximas à fortaleza, onde se reuniram àquelas outras tropas, anteriormente desembarcadas no Potengi.

Iniciou-se então o combate entre invasores e defensores da fortificação, cujo desfecho ocorrido a 12 de dezembro de 1633, foi a capitulação do partido português, à revelia do capitão-mor Pero Mendez de Gouvêa, espanhol que comandava a fortaleza e a capitania, o qual encontrava-se de cama, ferido gravemente.

Quando os holandeses sitiavam a fortaleza, os portugueses resolveram eliminar a pessoa de um indígena que ali encontrava-se preso, por suspeita de colaboração com os flamengos, quando estes atacaram em 1625 a Baía da Traição. Tratava-se do indígena potiguar Jaguarari, já batizado com o nome de Simão Soares. Era ele irmão do antigo maioral Potiguaçu; tio, portanto, de Antônio Filipe Camarão. Amarraram Jaguarari a um pau, deitando-o em seguida pela muralha para a parte do mar, a fim de que ele perecesse afogado! Mas assim não sucedeu, pois ele conseguiu chegar a uma praia distanciada apenas uma légua do forte. No seio dos seus, Jaguarari reafirmou a sua fidelidade a Portugal, como aliás sempre asseverara durante os oito longos anos em que fora mantido sob grilhões!

Depois Jaguarari acompanhou o sobrinho Camarão em suas campanhas bélicas contra os flamengos, recebendo posteriormente uma mercê de 750 réis de soldo.

A tradicional fortaleza teve o seu nome mudado para Castelo Keulen, em homenagem ao general Mathias van Keulen, conselheiro da Companhia das Índias Ocidentais. O primeiro comandante holandês do Castelo Keulen foi o capitão Joris Gardtzman, que casaria com uma filha do navarrês João Lostão Navarro, futura vítima do massacre de Uruaçu.

Pelo final de 1637, esteve no Castelo Keulen o conde Maurício de Nassau, governador do Brasil Holandês. Nassau fora acometido de febres palustres, o preço por ele pago à sua adaptação ao clima tropical. Na sua estada em Natal, João Maurício foi visitado pelo famoso "rei" Janduí, o centenário maior dos Tapuias, com quem o conde selou uma forte amizade.

Em companhia do conde, também esteve hospedado no Castelo o pintor Frans Post, que nos deixou uma bela estampa representando a referida fortificação, gravura essa incluída no livro de Gaspar Barléu.

Jorge Marcgrave, cientista alemão contratado pela Companhia das Índias Ocidentais, também freqüentou o Castelo Keulen, onde teve a oportunidade de instalar um serviço de coleta de dados, necessários aos seus estudos sobre a climatologia da nossa capitania. Marcgrave também realizou estudos astronômicos, instalando os seus equipamentos científicos sobre as muralhas da fortaleza.

Os cronistas flamengos também nos legaram descrições da fortaleza. Em 1638, o próprio João Maurício de Nassau escrevia, sobre o Castelo Keulen:

..." o Castelo Keulen do Rio Grande, situado sobre o arrecife de pedra na entrada da barra. Construído de pedra de cantaria, é mui elevado e tem mui grossas e fortes muralhas ... Este forte está sujeito às altas dunas que lhe ficam a um tiro de arcabuz, e são tão elevadas que delas se podem ver pelas canhoneiras o terrapleno, e daí fuzilar os do castelo, que se dirigem para as muralhas. Quando nós o cercamos, assentamos a nossa artilharia sobre as dunas e fizemos um fogo tal que ninguém podia permanecer nas muralhas. Mas este defeito foi remediado, levantando-se sobre a muralha de frente, contra o parapeito de pedra, um outro de terra à prova de canhão, e com isto todo o forte, da parte de cima, está coberto e resguardado (7)".

Um relatório de 1646, da autoria de H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansens Bas, também se ocupava da descrição do Castelo Keulen:

"E que no interior da praça do mesmo há uma certa capelinha; na qual recentemente foi achado um poço na mencionada rocha ou arrecife, tendo em cima a largura de um pé e meio e em baixo com um contorno de três pés, o qual poço sempre produz e fornece água limpa, boa e potável, em todas as marés, a saber: com maré baixa cerca de 225 Kannen (1 kan = cerca de 1 litro) e com maré alta 350 Kannen, mais do dobro do que seria necessário para manter a guarnição em caso de assédio; supõe-se que a

razão de um arrecife, que se estende pelo mar, produzir água doce, é que embaixo do arrecife deve haver areia conchíferas porosas, que purgam a água do mar da sua salinidade e assim a destilam, por algumas rachas ou fendas, para dentro do poço (8)".

O Forte Keulen, no Rio Grande, é um forte quadrangular, situado em arrecife na barra do Rio Grande, construído de pedras de cantaria ... Este forte tem bons quartéis, uma bela casa da pólvora (9)".

Os flamengos capitularam na noite de 26 de janeiro de 1654, na Campina da Taborda. Avisados por Claez, ex-comandante da fortaleza das Cinco Pontas, os flamengos fugiram do Castelo Keulen, deixando-o em total abandono. Quando o capitão Francisco de Figueiroa veio receber a fortaleza, não encontrou a quem entregar a intimação. Câmara Cascudo descreve o episódio, de uma maneira poética: "O Forte estava sem um soldado, um indígena, um colono, uma bandeira, solitário, deserto, silencioso, vazio, assombroso de mudez e de mistério no meio da água verde do mar. Era bem, com seus canhões encravados, bastiões em ruínas, banquetas sem rondas e terraços sem vigias, a imagem da derrota, da deserção e do abandono. Na mesma tarde, com as salvas da ordenança, subiu, lenta no ar luminoso, a velha bandeira que descera, vinte anos antes, aos olhos vencidos e heróicos de Pero Mendes de Gouveia (10)".

PERÍODO POSTERIOR AO DOMÍNIO HOLANDÊS

O historiador Hélio Galvão descreve tal período como "O Longo Caminho para o Silêncio"... Com a reconquista da Fortaleza dos Reis Magos, tratou-se de recuperar os estragos sofridos pelo imóvel. Cerca de trinta anos depois da retirada flamenga, irrompeu no sertão da capitania uma viva insurreição indígena, da qual participaram os Tapuias pertencentes ao grupo étnico-cultural Tarairiú, que eram aqueles mesmos Tapuias aliados dos holandeses, durante o período em que estes senhorearam o Nordeste brasileiro.

Tal período sangrento da história da capitania foi conhecido com a Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia.

A velha fortaleza dos Reis Magos desempenhou importante papel na defesa da nossa Capitania do Rio Grande. Posteriormente àquela Guerra dos Bárbaros, as descrições dão conta do estado de decadência apresentado pela tradicional fortaleza. E essa inexorável decadência perdurou através dos séculos XVIII e XIX.

Um fato dramático desenrolado no interior da Fortaleza dos Reis Magos, foi a prisão e morte do cel. André de Albuquerque Maranhão, malgrado chefe da Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte.

André, ferido por um golpe de espada na virilha, foi transportado sem qualquer atendimento médico, para a escura prisão solitária da fortaleza, no dia 25 de abril de 1817. Na noite de 25 para 26, André de Albuquerque Maranhão, que fora o

homem mais rico da Capitania, expirou, tendo sido em seguida conduzido pelas ruas da cidade, pendurado à cordas em grossa vara até a matriz, onde foi sepultado envolto em uma simples esteira! ...

Os relatórios oficiais do período republicano, praticamente ignoram a velha fortaleza. O Aviso Ministerial de maio de 1907, que recebeu o nº 1.680, determinou a desclassificação do imóvel como estabelecimento militar. Em 18 de maio de 1949, foi ele tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1958 tiveram início os trabalhos de restauração, concluídos em 1961.

Atualmente o prédio pertence ao Patrimônio da União, que o cedeu em comodato ao Governo do Estado, tendo este transferido para a Fundação José Augusto, órgão executor da política cultural norte-rio-grandense, a missão de administrar a velha fortaleza.

(1) GONSALVES DE MELO, José Antonio • **A Relação da Praças Fortes do Brasil (1609) de Diogo de Campos Moreno**, p.190.

(2) CAMPOS MORENO, Diogo • **Livro que dá razão do Estado do Brasil**, pp. 77-78.

(3) GALVÃO, Hélio • **História da Fortaleza da Barra do Rio Grande**, p.250.

(4) _____ • obra citada, p. 251.

(5) **LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL**, p

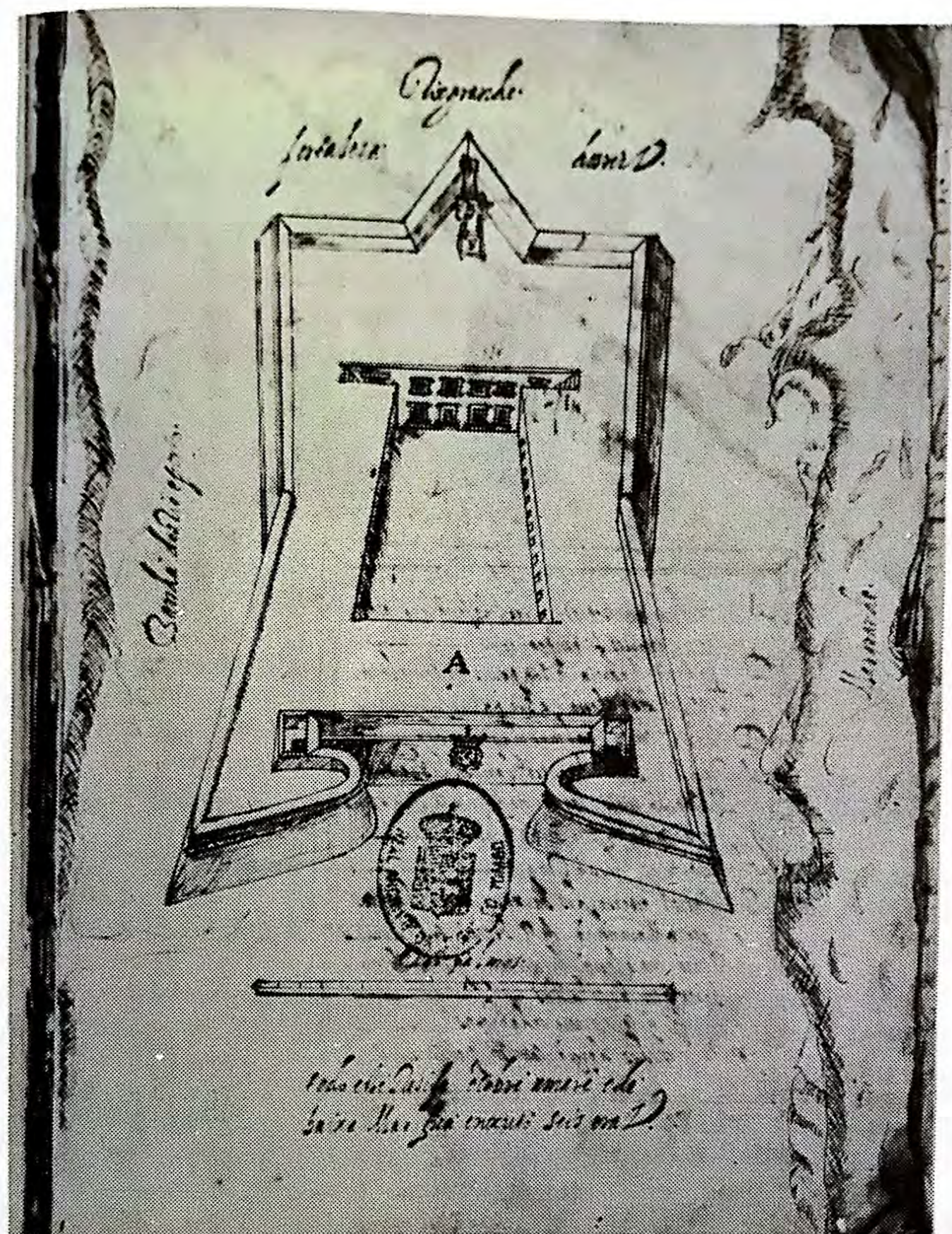
(6) VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande**, & , p.226.

(7) **BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS CAPITANIAS CONQUISTADAS DE PERNAMBUCO, ITAMARACÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE**, & , pp.226-227.

(8) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Fontes para a História do Brasil Holandês. 2. A Administração da Conquista**, p.212.

(9) _____ • Obra citada, p.275

(10) CÂMARA CASCUDO, Luis da • **História do Rio Grande do Norte**, p. 71



Planta da Fortaleza dos Reis Magos, apresentada na "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609) de Diogo de Campos Moreno. (Gentileza do prof. José Antonio Gonsalves de Mello).

A ALDEIA DO POTIGUAÇU (CAMARÃO GRANDE)

Frei Vicente do Salvador, em sua "História do Brasil - 1500-1627", descreve os episódios relacionados com a reconquista do Rio Grande aos franceses. Aborda o autor os combates travados entre o partido português e os indígenas potiguares, e também a chegada de tropas trazidas da Paraíba pelo capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho.

Saídos da Cidade da Paraíba no dia 30 de 1598, tais reforços chegaram ao Rio Grande no mês seguinte. Segundo a narrativa de Frei Vicente, Feliciano Coelho de Carvalho foi informado de que "uma légua do forte que se fazia estava uma aldeia grande e fortemente cercada, donde saíam a dar os assaltos em os nossos".

O forte em construção era o dos Reis Magos, e a aldeia era aquela habitada pelo principal Potiguaçu (Camarão-Grande) (1).

Por ter Feliciano encontrado a referida aldeia "despejada e capaz pera se alojar o nosso arraial", nela situou os seus comandados, cujo número excedia de 430 homens, entre os quais se incluíam 350 indígenas. "Aldeia do Camarão, onde Feliciano Coelho estava com o seu arraial aposentado", esclarecia frei Vicente do Salvador.

Segundo informa o "Auto da Repartição das Terras do Rio Grande de 21 de fevereiro de 1614", ocorreu uma doação de terras no dia 15 de setembro de 1601, cujos favorecidos foram os padres da Companhia de Jesus:

"A data vinte e quatro foi dada aos Padres da Companhia, pelo Capitão João Rodrigues Colaço, em quinze de setembro de seiscentos e um, e começa do esteiro Jaguaribe para o sudoeste, até chegar ao aguapé a que chamam Obure, cercada com o rio Petigi, poderá ser esta meia légua em quadra, é terra que a maré cobre, tem madeiras de mangues, é sítio para salinas, não foi feito benfeitorias nelas"(2).

Aos 17 de janeiro de 1606, Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Rio Grande, concedeu uma data de terra a Manuel Soares, da qual nos dá notícia o mesmo Auto de 21 de fevereiro de 1614:

"A data cento, deu Jerônimo de Albuquerque a Manuel Soares, em dezessete de janeiro de seiscentos (sic), é uma sorte de terra de oitenta (sic) braças de largo e uma légua de comprido, A ILHA MAIS DEFRENTE DE UMA TAPERA QUE FOI DO CAMARÃO, povoada em princípio com casas e roças, e haverá quatro anos que está devoluta, serve para muito pouco gado"(3).

A data 100 tratava das mesmas terras, anteriormente já concedidas aos padres da Companhia. Correspondem tais terras à chamada Ilha do Cajueiro,

formada pelas águas do rio Potengi e do esteiro do Jaguaribe, defronte a Natal. Por ocasião da construção da linha férrea, parte da ilha sofreu um aterro, tendo a mesma se transformado em uma península.

Segundo informa um antigo dicionário que trata do idioma tupi, o termo **TAPERA**, significa "aldeia velha, aldeia abandonada, aldeia que já não o é, em ruínas. Também ocorre: **Taperera**" (4). Através da informação incluída no histórico da data nº 100, verifica-se que defronte à atual Ilha do Cajueiro, também conhecida pela denominação de **Coroa**, existira a Aldeia do Camarão.

Um mapa relativo à Capitania do Rio Grande do Norte, incluído na "Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) de Diogo de Campos Moreno", retrata um cruzeiro (sinal de capela), na situação correspondente aos esteiros do Manimbu e Jaguaribe (5).

Segundo a "História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará", pelo padre José de Moraes, que se acha incluída no tomo primeiro das "Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão", de autoria de Cândido Mendes de Almeida, existia em 1612 uma igreja na Aldeia do Camarão. Tal igreja, levantada por ordem do próprio Camarão, serviu de local para a administração dos Sacramentos do batismo e matrimônio, àquele principal dos Potiguares (6).

No dia 24 de abril de 1666, foram concedidas umas terras a Antônio Pereira, as mesmas anteriormente requeridas pelos padres da Companhia de Jesus, e por Manuel Soares:

... "e porquanto o Conselho tem terras da outra banda do Rio, donde chamam **ALDEIA VELHA**, que ele quer arrendar desde o Outeiro, donde morava Antônio Gonçalves Minhoto, até o Rio, até onde chegarem os marcos do Conselho"(7).

O chamado Outeiro do Minhoto corresponde ao Ubuturapaum dos indígenas (Ybytyra - Outeiro; Paum = pedaço, nesga), elevação que acompanha, pelo lado norte, o curso do esteiro Jaguaribe, afluente do Potengi.

Documento de 27 de abril de 1674, determinava os limites geográficos da Aldeia Velha:

... "e nas terras do conselho de Aldeia Velha, termo daquela cidade que começam do oiteiro do Minhoto até entestar com as do Rio Moleiro (...)" (8).

Antigos livros de assentamentos de batismos, matrimônios e óbitos, outrora pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande (Natal), referem-se à **CAPELA DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE DA ALDEIA VELHA**, ou **ALDEIA DO CAMARÃO**, a partir do ano de 1727, estendendo-se até 1823. Em virtude de não mais existirem os assentamentos eclesiásticos anteriores ao ano de 1727, não temos condições de apurar o ano, a partir do qual

já constava a presença daquela capela dedicada a Nossa Senhora da Soledade. Seria ela a mesma capela, já existente no ano de 1612, na qual os padres Gaspar de Samperes e Diogo Nunes batizaram e casaram o Camarão, no dia 26 de fevereiro (Domingo da Sexagésima) ?

Na "Informação Geral da Capitania de Pernambuco" consta também uma descrição da Capitania do Rio Grande do Norte, elaborada no ano de 1749:

"Segue-se o Rio Grande; neste fazem barra pela parte, o Tiurú, donde bebe o povo da Cidade do Natal; o Cunhacima, que entra perto do lugar que lhe chamam as Quintas; o Iguaraguri, que entra no lugar do Ferreiro Torto; o Iundiaí, em que entram o Cutinguiba, ou Cuité, e Itaguatiba. Pela parte do sul, entra o Gagerú no Rio Grande, o JAGUARI, QUE É O RIO, QUE CORRE PERTO DO LUGAR CHAMADO ALDEIA VELHA, o Guajá, o Putigi; neste entram o Iaraguá, o Cuandi, e o Utinga; entra também no Rio Grande o Ururuaçu" (9).

No dia 1º de abril de 1748, o ten. cel. Matias Simões Coelho, morador da ALDEIA VELHA, obteve uma data de terra, correspondente àquela mesma ilha possuída pelos jesuítas em 1601:

... "no lugar chamado Porto do Cajueiro, um combro de terra desalagado de água salgada, NA RIBEIRA DO RIO QUE VAI PARA NOSSA SENHORA DA SOLEDADE, confrontando com o mesmo rio; a terra corre para o poente (...), quer o dito plantar suas plantas"(10).

Na Biblioteca Nacional encontra-se um mapa, intitulado "Plano Topo-Hydrographico do Rio Grande do Norte desd'a barra té o porto da Cidade levantado pelo Capitão Tte. F.T. Ferreira 1847". No mapa consta a Camboa do Jaguaribe, onde existiam o Porto do Cajueiro, anteriormente citado; o Porto da Canela, acima do Cajueiro, à margem esquerda da camboa; e o Poço da Soledade, ainda mais a montante e na mesma margem.

O Porto do Cajueiro corresponde ao local de embarque e desembarque, ainda hoje existente no chamado "Projeto Camarão". Também sobrevive sob a mesma denominação, o antigo Porto da Canela.

Graças à colaboração prestada pelos senhores Paulo Martins da Silva e Eugênio Pinheiro da Câmara, conhecedores dos segredos geográficos do esteiro do Jaguaribe, tivemos conhecimento da existência do outrora denominado Sítio do Minhoto. Há mais de 70 anos, o Minhoto foi adquirido pelo sr. Jeremias Pinheiro da Câmara, pai de Eugênio, tendo o novo proprietário tomado a iniciativa de mudar-lhe a denominação para SÍTIO FLORESTA. Em terras de Floresta encontra-se o ponto culminante do Outeiro do Minhoto, cuja altitude atinge os 65 metros.

Vizinhas ao Sítio Floresta existiam, até há bem poucos anos, as terras pertencentes ao patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Soledade. Conforme

já explicamos, tal capela fora edificada no terreno da Aldeia do Camarão, também conhecida por Aldeia Velha.

As terras daquele patrimônio eram conhecidas popularmente como as TERRAS DA SANTA, e ficavam localizadas defronte à Salina Floresta.

A situação da velha Aldeia do Camarão coincidia com as vizinhanças do pico do Outeiro do Minhoto e distanciava-se cerca de 4.000 metros, em linha reta, da Fortaleza dos Reis Magos, que lhe ficava ao nascente.

Creemos que, com as explicações acima, ficará definitivamente esclarecida a verdadeira localização da antiga ALDEIA DO CAMARÃO.

(1) - SALVADOR, Frei Vicente do • **História do Brasil (1500-1627)**, págs. 267-274.

(2) - TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1614, págs. 25-26.

(3) - IDEM, pág. 48

(4) - DICIONÁRIO PORTUGUÊS-BRASILIANO e BRASILIANO-PORTUGUÊS, pág. 284.

(5) - GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **A "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609) de Diogo de Campos Moreno**, entre as págs. 184-185;

(6) - MENDES DE ALMEIDA, Cândido • **Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão**, - Tomo I, págs.86-91.

(7) - LIVRO PRIMEIRO DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1659-1663).

(8) - DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Vol. LXVII, pág. 82

(9) - INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, pág. 475;

(10) - LIVRO 9º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1743-1754);

OS DOIS CAMARÕES DA NOSSA HISTÓRIA

No início deste século ocorreu uma polêmica, entre historiadores norte-rio-grandense e pernambucanos, a respeito da naturalidade de dom ANTÔNIO FILIPE CAMARÃO, o herói da Guerra Holandesa.

Do lado pernambucano, o historiador F.A. PEREIRA DA COSTA, em dois artigos publicados na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, defendia a tese da existência de dois indígenas, ambos chamados Camarão: o mais velho era o Potiguaçu, morador na Capitania do Rio Grande, aquele que firmou as pazes com os portugueses em 1599; o outro, pernambucano, seria na realidade o herói da Insurreição Pernambucana (1). Pereira da Costa alvitrou a hipótese de que o Camarão pernambucano seria sobrinho do Potiguaçu norte-rio-grandense...

A tese pernambucana tinha arrimo em informações veiculadas no livro de frei MANUEL CALADO - **O Valeroso Lucideno**, que transcrevia documentos firmados por João Fernandes Vieira: (... "havia nascido (Camarão) na província de Pernambuco"); Henrique Dias: (... "que Pernambuco é sua pátria e minha"); e também no **Diário ou Narração Histórica**, de MATHEUS VAN DEN BROECK: (... "Camarão costumava dizer que queria tornar para Pernambuco, sua velha pátria").

Através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o historiador conterrâneo LUÍS MANUEL FERNANDES SOBRINHO sustentou a tese, segundo a qual o maioral Potiguaçu (Camarão Grande) seria o mesmo dom Antônio Filipe Camarão, o da Guerra Holandesa (2).

Anos depois, o pe. dr. MANUEL GONÇALVES SOARES DE AMORIM escreveu dois artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, defendendo a tese de que dom Antônio Filipe Camarão e o Potiguaçu teriam sido uma única pessoa, conforme já fora aludido por Luís Fernandes (3). Posteriormente, o mesmo tema foi defendido pelos historiadores NESTOR LIMA e LUÍS DA CÂMARA CASCUDO (4 e 5).

A tese norte-rio-grandense fundamentava-se em notícias veiculadas pelo pe. JOSÉ DE MORAIS, autor da **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará**, obra impressa em 1759 e posteriormente incluída no Tomo I das **Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão**, de CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA:

"Dominava entre todos os maioraes daquele sertão com mais autoridade e poder que os outros, o célebre e insigne Principal Camarão, cujo nome foi tão atendido dos nossos historiadores, pela razão do grande socorro que deu às nossas armas na expulsão dos Holandeses de Pernambuco, a quem seu mesmo valor foi raio, que além de aterrar, não causou pequenos



Defronte à atual Salina Floresta, começavam a chamadas *TERRAS DA SANTA*, que formavam o patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Soledade da Aldeia Velha, ou Aldeia do Camarão. A terra estendia-se pela encosta do chamado Outeiro do Minhoto.



Vista da região onde se localizava a Aldeia do Camarão, na encosta oriental do Outeiro do Minhoto. No ponto culminante do Outeiro foi construído um reservatório d'água da CAERN, no mesmo lugar onde existiu a Capela da Aldeia Velha.

estragos nas dominantes tropas da Holanda”(6).

Em 1954 veio à luz o livro **D. Antônio Filipe Camarão - Capitão mor dos Índios da Costa do Nordeste do Brasil**, do insigne historiador pernambucano JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO. Tal trabalho concluiu pela naturalidade pernambucana de dom Antônio Filipe Camarão, não tendo logrado alucidar qual o vínculo genealógico que prendia os dois Camarões entre si.

No tocante ao Potiguaçu e os episódios relacionados com a chegada de Manuel Mascarenhas Homem ao Rio Grande, em 1597, e as pazes firmadas entre potiguares e portugueses, encontraremos referências na **História do Brasil 1500-1627**, de FREI VICENTE DO SALVADOR (7), e na **História da Companhia de Jesus no Brasil**, do pe. SERAFIM LEITE, onde acha-se, inclusive, transcrita uma carta do pe. PERO RODRIGUES, datada de 19 de dezembro de 1599(8).

O pe. JOSÉ DE MORAIS dá-nos preciosas informações sobre aquele principal Potiguaçu; fala-nos da amizade firmada entre o padre Francisco Pinto e aquele silvícola; da visita realizada por Potiguaçu ao túmulo daquele padre, cujos ossos foram guardados em uma capela na ribeira do Jaguaribe, Ceará; do batismo do Camarão, pelos padres Diogo Nunes e Gaspar de S. Peres, em meio a grandes festividades, na “dominga da quinquagésima do ano do Senhor de 1612” (9), que ocorreu no dia 4 de março.

O mesmo pe. SERAFIM LEITE refere-se a **Carta Ânua de 1612, de Domingos Coelho, datada de 14 de agosto de 1613, da Bahia**, onde consta ter o principal Camarão Grande recebido o sacramento do batismo, no dia 26 de fevereiro de 1612, “dominga da sexagésima”(10).

As últimas notícias existentes do Potiguaçu, são aquelas que figuram no **Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633)** (11); e nos **Anais Históricos do Estado do Maranhão**, de BERNARDO PEREIRA DE BERREDO (12).

Nos citados livros, descreve-se a chegada do maioral Camarão Grande ao Ceará, vindo por terra do Rio Grande: “o Camarão Grande com seus índios que chegaram a Ceará tarde e mui destroçados”; “ia tão prostrado do caminho, que não podia continuá-lo, teve licença para ficar com seu irmão o Principal Jacaúna”.

Tal viagem ocorreu no ano de 1614, e Potiguaçu dirigia-se ao Maranhão, a fim de participar da chamada JORNADA DO MARANHÃO, que pretendia reconquistar aquela região aos franceses.

Potiguaçu pode ter morrido na Aldeia de Jacaúna (batizado em 20.1.1622, com o nome de João de Almeida), a meia légua da barra do rio Ceará.

No ano de 1635, o Pe. Manuel de Moraes, em depoimento prestado aos holandeses, referia-se à Aldeia do Mocuigh, chamada pelos portugueses São Miguel, situada umas sete léguas da cidade de Olinda. Na mesma havia dois capitães, um deles da tribo dos Potiguares, “chamado Antônio Filipe Camarão,

intrépido guerreiro (13)".

Na Torre do Tombo, em Lisboa, existem os originais do PROCESSO Nº 4.847 da Inquisição de Lisboa, movido contra o pe. Manuel de Moraes. No referido processo, depôs dom ANTÔNIO FILIPE CAMARÃO, Capitão-mor e Governador de todos os Índios do Brasil, e Cavaleiro do Hábito de Cristo. Interrogado, aos 23 de maio de 1647, se conhecia o referido pe. Manuel de Moraes, confirmou o Capitão-mor:

"disse que o conhecia havia dezoito anos, pouco mais ou menos, e a razão que teve para conhecer foi mandá-lo o Superior do dito padre, ensinar a doutrina à Aldeia de Meratibi, onde ele testemunha residia".

Sobre o fato de o pe. Moraes haver combatido contra o partido holandês, informou d. Antônio Filipe Camarão:

..."fez guerra ao inimigo holandês, com licença de seu Superior, com os índios da Aldeia de São Miguel, e que ele testemunha fora seu companheiro na mesma guerra dois anos".

Por ocasião do citado depoimento, Camarão afirmou contar 46 anos de idade, o que indicaria o seu nascimento entre os anos de 1600-1601.

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte existe uma cópia autêntica do depoimento do Camarão, fornecida pela Torre do Tombo de Lisboa.

Onde ficaria localizada aquela ALDEIA DE MERATIBI (Miritiba), residência, em 1629, de Antônio Filipe Camarão? A Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano publicou o artigo **O Canhão encontrado em Pau d'Alho**, de autoria do historiador MÁRIO MELLO:

"Em 1591, nos extremos de Goiana, Iguaçu e Tracunhãem, distante cerca de duas léguas da margem esquerda do Capibaribe, lugar em que hoje existe o engenho Aldeia, foi pelos franciscanos fundado um aldeamento de índios. Pertencia ao distrito de S. Antônio do Tracunhãem, tendo depois passado à freguesia de Iguaçu, conforme escreve Joboatão. Esse aldeamento tem ainda hoje o nome de Mirituba, palavra de origem tupi, que, segundo Theodoro Sampaio, é corruptela de "mbiri-tyba" e significa juncal. Visitamos várias vezes as matas de Miritiba, quando menino. Eram propriedade de nossa família. Um terreno elevado e arenoso, com a vegetação própria de praia. Grande é ali a quantidade de cajueiros (...) Miritiba era a aldeia do chefe índio Poti, o conhecido d. Antônio Filipe Camarão, que tanto se celebrou na guerra contra os holandeses" (14).

Depois de haver publicado o seu livro sobre d. Antônio Filipe Camarão, o historiador pernambucano JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO encontrou

intrépido guerreiro (13)".

Na Torre do Tombo, em Lisboa, existem os originais do **PROCESSO Nº 4.847** da Inquisição de Lisboa, movido contra o pe. Manuel de Moraes. No referido processo, depôs dom **ANTÔNIO FILIPE CAMARÃO**, Capitão-mor e Governador de todos os Índios do Brasil, e Cavaleiro do Hábito de Cristo. Interrogado, aos 23 de maio de 1647, se conhecia o referido pe. Manuel de Moraes, confirmou o Capitão-mor:

"disse que o conhecia havia dezoito anos, pouco mais ou menos, e a razão que teve para conhecer foi mandá-lo o Superior do dito padre, ensinar a doutrina à Aldeia de Meratibi, onde ele testemunha residia".

Sobre o fato de o pe. Moraes haver combatido contra o partido holandês, informou d. Antônio Filipe Camarão:

..."fez guerra ao inimigo holandês, com licença de seu Superior, com os índios da Aldeia de São Miguel, e que ele testemunha fora seu companheiro na mesma guerra dois anos".

Por ocasião do citado depoimento, Camarão afirmou contar 46 anos de idade, o que indicaria o seu nascimento entre os anos de 1600-1601.

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte existe uma cópia autêntica do depoimento do Camarão, fornecida pela Torre do Tombo de Lisboa.

Onde ficaria localizada aquela **ALDEIA DE MERATIBI** (Miritiba), residência, em 1629, de Antônio Filipe Camarão? A Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano publicou o artigo **O Canhão encontrado em Pau d'Alho**, de autoria do historiador **MÁRIO MELLO**:

"Em 1591, nos extremos de Goiana, Iguaçu e Tracunhãem, distante cerca de duas léguas da margem esquerda do Capibaribe, lugar em que hoje existe o engenho Aldeia, foi pelos franciscanos fundado um aldeamento de índios. Pertencia ao distrito de S. Antônio do Tracunhãem, tendo depois passado à freguesia de Iguaçu, conforme escreve Joboatão. Esse aldeamento tem ainda hoje o nome de Mirituba, palavra de origem tupi, que, segundo Theodoro Sampaio, é corruptela de "mbiri-tyba" e significa juncal. Visitamos várias vezes as matas de Miritiba, quando menino. Eram propriedade de nossa família. Um terreno elevado e arenoso, com a vegetação própria de praia. Grande é ali a quantidade de cajueiros (...) Miritiba era a aldeia do chefe índio Poti, o conhecido d. Antônio Filipe Camarão, que tanto se celebrizou na guerra contra os holandeses" (14).

Depois de haver publicado o seu livro sobre d. Antônio Filipe Camarão, o historiador pernambucano **JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO** encontrou

no Arquivo Geral de Simancas, Espanha, uma carta com assinatura autógrafa daquele Capitão-mor dos Índios, datada "De mi stancia de Nossa Sra. da Vittoria 12 de Agosto 1632". A seguir, tomamos a liberdade de transcrever alguns tópicos da referida correspondência, ainda não divulgada publicamente por Gonsalves de Mello:

..."mi Padre fue autor de las pazes tan desseadas que mi nacion, y gente hizieron com los Portugueses, y que con su buena industria, y valor las truxo al fin deseado, y que despues morió en servicio de su Magestad en la jornada del Maranhão sin por esse aver algun premio, y merced por sus servicios, y que io quedando mozo y huerfano, rebellandose algunos de mis nacion quando los Olandeses tomaran la Bahia fuy a pelear com ellos com mi persona, y gente, y parientes y peleando com los rebeldes, los rompi y desbaraté, y matté por mis manos a un hermano de mi padre, que malamente faltó a la lealdad, y servicio de su Rey ..."

Pelo que ficou acima exposto, evidencia-se a existência de dois indígenas potiguares, ambos chamados Camarão. O primeiro, o Potiguaçu residente na Aldeia Velha, no Outeiro do Minhoto, à margem esquerda do Potengi, defronte a Natal. Ex-canibal, ex-aliados dos franceses, pacificado em 1599, e daí por diante, fiel amigo dos portugueses.

De conformidade com informações prestada por Antônio Filipe Camarão, filho de Potiguaçu, este faleceu na Jornada do Maranhão (entre 1614-1615).

O outro Camarão era dom Antônio Filipe Camarão, o herói da Guerra Holandesa, filho do velho Potiguaçu, nascido por 1600-1601 e falecido em 1648. Aos 28 anos, residia na Aldeia de Miritibe, transferindo-se, por 1630, para a Aldeia de São Miguel do Muçuí, no riacho do mesmo nome, afluente do rio Arari, Capitania de Pernambuco. São Miguel distanciava-se cerca de 20 quilômetros de Igaraçu, a meio caminho entre a dita cidade e Carpina-(PE).

Permanece sem solução um detalhe: apesar de Antônio Filipe Camarão ter residido na Aldeia de Miritibe até 1629, teria ele nascido em terra natalense, e ali sido batizado aos 26 de fevereiro de 1612, por ocasião do batismo do pai, mãe e irmãos, pelos padres Diogo Nunes e Gaspar de Samperes? Depois de batizado, Antônio Filipe Camarão poderia ter sido levado para aquela outra aldeia, a de Miritibe, a fim de lhe ser ministrada uma boa educação, da qual teriam se encarregado os religiosos Franciscanos.

Filipe Camarão;

_____ • **A naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão (última verba);**

(2) - FERNANDES SOBRINHO, Luís Manuel - D. Antônio Filipe Camarão ;

_____ • **Ainda a naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão;**

_____ • **Potiguação, o antigo;**

_____ • **Dona Clara Camarão;**

_____ • **D. Antônio Filipe Camarão - última verba;**

(3) - SOARES DE AMORIM, Pe. dr. Manuel Gonçalves • A naturalidade de Camarão;

_____ • **Dom Antônio Filipe Camarão é norte-rio-grandense;**

(4) - LIMA, Nestor • Em memória do índio potiguar D. Antônio Filipe Camarão;

(5) - CÂMARA CASCUDO, Luís da • A tradição popular norte-riograndense sobre D. Antônio Filipe Camarão;

(6) - MENDES DE ALMEIDA, Cândido • Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão, tomo I, páginas 86-87;

(7) - SALVADOR, Frei Vicente do • História do Brasil 1500-1627, págs. 267-275;

(8) - LEITE, Pe. Serafim • História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo I, págs. 514-526.

(9) - MENDES DE ALMEIDA, Cândido • Obra citada, págs. 86-91;

(10) - LEITE, Serafim • obra citada, tomo V, pág. 508;

(11) - LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL (1607-1633), págs. 77 e 78.

(12) - PEREIRA DE BERREDO, Bernardo • Anais Históricos do Estado do Maranhão, pág. 91;

(13) - LAET, Joannes de • História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada, etc., vol. II, p. 515;

(14) - MELO, Mário • O Canhão encontrado em Pau d'Alho, pp.199-200;



DOM ANTÔNIO FILIPE CAMARAO (1601-1648), herói da Guerra Holandesa, retratado por autor desconhecido. Quadro a óleo s/ madeira, existente no Museu do Estado de Pernambuco.

O retratado era filho do principal Potiguaçu (Camarão Grande), cuja aldeia, muito populosa, era situada à margem esquerda do rio Potengi, defronte à cidade do Natal.



A CAPITANIA DO RIO GRANDE, ECOLOGIA E POVOAMENTO

Os antigos cronistas que descreveram a capitania do Rio Grande, nos deixaram as suas impressões sobre as condições ecológicas da região.

Assim, em 1587, Gabriel Soares ao descrever o Rio Grande (Potengi), afirmava pessimista: "Esta terra do Rio Grande é muito sofrível para este rio se haver de povoar, em o qual se metem muitas ribeiras em que se podem fazer engenhos de açúcar pelo sertão. Neste rio há muito pau de tinta onde os franceses o vão carregar muitas vezes (1)".

Um autor anônimo, possivelmente o padre jesuíta Gaspar de Samperes, descrevia em 1607 as diversas ribeiras da capitania:

"A mor parte da Capitania do Rio Grande, é terra plana e sem montes, toda campinas retalhadas de muitos rios e lagoas, todas elas mui a propósito para a criação de gados, Tem também algumas várzeas, capazes de **ingénios**, das quais a primeira, à banda do sul, quando sai da Capitania da Paraíba, e entra na do Rio Grande é a que chamam de Camaratiba, na qual se está fazendo um **ingénio** e tem terras para alguns outros.

a 2ª é a de Corimataí na qual se faz também outro **ingénio**, e tem terras, águas, lenhas e tudo necessário para oito **ingénios**.

A 3ª se chama de Iaqui, nesta fazem os índios grandes milharadas e lavouras e tem muita cana-de-açúcar e tem também terras para alguns **ingénios**. Nesta paragem caem as lagoas, tão grandes e nomeadas por sua abundância de peixes, entre o gentio da terra, de Guirarira, de Upapeva e de Upapari, que tem muitas léguas assim de largo como de comprido.

A 4ª várzea se chama Tarairi; esta tem excelentes terras para **ingénios** e estão lá duas aldeias de índios.

A 5ª se chama de Nhundiaí, tem terras e águas para dous **ingénios**, e tudo o necessário; esta várzea e rio é da Companhia e nela tem já situadas casas e roças e um curral de gado.

A 6ª é a várzea do mesmo Rio Grande, do qual toma nome toda a capitania; esta várzea tem terras e tudo o necessário para três ou quatro **ingénios**, estão nela já plantadas muitas laranjeiras e outras árvores de espinho, romeiras e muita cana-de-açúcar.

A 7ª é a grande várzea do Ceará, tem de comprido cinco ou seis léguas e de largo quase uma légua; toda ela terra para **ingénios** tem cana-de-açúcar mui formosa, e nela os índios fazem grandes lavouras no verão. Grande parte desta várzea é da Companhia de Jesus.

Tem também esta capitania outras várzeas menores da quais agora não faço menção, mas julgam os que bem entendem disto que terá esta capitania terras para trinta **ingénios**, e que é a capitania melhor que a da

Paraíba. Porque as várzeas todas servem para ingénios, os campos todos para criação de gado e neste particular por comum parecer de todos é a melhor terra do Brasil, porque não tem passo de terra que não aproveite para isso, com excelentes águas; não faltam tampouco muitos matos para fazer rocerias tem os ares muito sãos, e, com estar tão perto da linha, não é muito quente (2)".

A ribeira de Camaratuba passou a pertencer, a partir de 1611, à capitania da Paraíba. Corimataí corresponde ao Curimataú, onde estava sendo levantado o Engenho Cunhaú. Iaqui corresponde ao atual rio Jacu, com as lagoas de Guaraíras, Papeba e Papari. O Tarairi é o atual Trairi. A ribeira do Nhundiaí é a mesma Jundiaí.

Em 1609, Diogo de Campos Moreno fazia a sua descrição da capitania do Rio Grande:

"A terra do Rio Grande é areosa e escalvada e de pouco proveito para canas de açúcar em 5 e 6 léguas ao redor da fortaleza, pelo que não é tão habitada como a Paraíba e as demais que têm açúcar e pau-brasil. Contudo em Curumataí, rio de bom porto donde entram navios de cem toneladas, a 13 léguas do Sul da dita fortaleza e cinco pelo rio acima, fez Jerônimo de Albuquerque, Capitão da dita fortaleza, um engenho de água e tem muitas canas em terras que achou para o dito efeito. O tempo mostrará onde se podem fabricar outros (3)".

"Nesta Capitania se dão mui proveitosamente todas as sortes de gados, crescem e multiplicam muito, os bois e as vacas são muito grandes e grossos, as cabras parem a 3 e a 4 cabritos ordinariamente e todo o gado se deixa ordenhar e do seu leite se fazem queijos e requeijões, como no termo de Lisboa, que os queijos se guardam e duram muito. Porcos são muitos e de muito proveito e toda esta costa e praia do Rio Grande até a Paraíba vai em partes povoada de redes ou pescarias e de currais de gado que faz aquele caminho, sendo o mais afastado e pobre de todos, ser o mais cômodo, a se andar por terra, achando-se a cada passagem de rio um morador que ajuda aos caminantes, vivendo em grande paz com os gentios (4)".

"Esta povoação (a Cidade do Rio Grande) terá até 25 vizinhos, pobremente acomodados nas vivendas das casas, mas abastados de peixe e legumes de toda a sorte que na terra se dão e muitos dos de Portugal, como melões, pepinos, abóboras e finalmente todas as hortaliças, tudo tão estremado que avanteja as de Espanha, as frutas de espinho muito melhores que as das outras Capitánias, muito toranjas e limões franceses e laranjas bicaís. Dá-se nesta terra muito arroz e mandioca, nas partes que se buscam para

ela, milho que sustenta muitos e de que se fazem broas, de maneira que, havendo quem trabalhe e quem com curiosidade aplique e ajude os pobres moradores, a terra dará com que se cubram e com que possam tratar com outros.

Não falo do algodão que ali se dá infinito, malagueta, tabaco que chamam fumo, porque estas são cousas que a terra oferece suas próprias e que antigamente nelas só consistia naquele sítio muita parte da carga dos navios franceses que ali vinham.

Também em todo este sítio se dão muito às criações miúdas de galinhas, perus, patos e papagaios mansos, que o gentio traz aos moradores a troco de um anzol ou de uma faca.

Criam muitas éguas e cavalos, se bem é verdade que todas as criações têm um grande conteste nas onças que há naquelas partes, que como são tão poucos os moradores inda não podem espantar de todo o ponto semelhantes bichos e assim fazem algum dano havendo descuido (5)".

Em seguida, Diogo de Campos Moreno descreve as matas da capitania do Rio Grande:

"Nos matos desta Capitania, a cinco e a seis léguas da fortaleza, há muitas madeiras mui excelentes e trasordinárias. Colhe-se das árvores muita almêcega, mui alva, algum óleo de copaíba. Tem em todos os seus matos pau-brasil, mas mais para a parte da Baía da Traição, junto do Rio Curumataí que fica dito. Nas praias desta costa todos os anos, ou pouco ou muito, acham âmbar excelente, que o mar lança fora (6)".

Finalmente, o cronista gaba a gentileza do clima do Rio Grande:

"É toda esta terra tão sadia que desde que se fundou a fortaleza até hoje ali não entrou médico nem barbeiro, nem o pediram. De acidentes se curam com muita facilidade os moradores, com cousas que lhe administra a mesma terra (6)".

Em 1612, Diogo de Campos Moreno, em seu "Livro que dá Razão do Estado do Brasil", descrevia o porto do Rio Grande:

"foi este porto o mais demandado e mais defendido dos corsários que outro algum do Brasil, porquanto vinham aqui do resgate da Mina, a sarar das enfermidades de Guiné, e consertando suas naus e fornecendo-se de mantimentos, água e lenha, que lhe davam os índios, nesta parte aportavam

depois, onde lhes parecia, o que hoje não podem fazer com tanto conforto, por razão desta fortaleza (7)".

Diogo de Campos Moreno também nos dá notícia do trecho do território norte-rio-grandense que se estendia do rio Ceará-Mirim ao rio Açu, por ele denominado de Guararaú. Segundo aquele autor, eram terras desertas e de areais, "em que não há cousa de proveito mais que as salinas de Guamaré ou Carauratama, que são de importância, a respeito do muito sal que podem nela carregar-se, como na raia das Índias de Castela (7)".

Continua Campos Moreno, descrevendo o território potiguar:

"A terra desta capitania geralmente é terra fraca, mais para gados e criações que para canaviais e roças; e às vezes falta nelas chuvas, mas tem muitas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as águas são rasteiras; e os matos não são de madeiras tão reais, como os da Paraíba, mas não faltam as que hoje podem ser necessária; lenhas não faltarão nunca (7)".

Ambrósio Fernandes Brandão, autor de "Diálogos das Grandezas do Brasil", assim resumia a capitania do Rio Grande: "Não há nela engenhos mais que um, até este ano de 1618, por a terra ser mais disposta para pastos de gado, dos quais abunda em muita quantidade, até entrar na Capitania da Paraíba, que lhe está conjunta (8)". Fernandes Brandão considerava a capitania do Rio Grande, estéril.

Depois de tomarmos conhecimento da paisagem norte-rio-grandense, nos primeiros vinte anos seguintes à sua reconquista aos franceses, passamos agora a um resumo das datas e sesmarias concedidas aos primeiros povoadores do território, no decorrer da primeira década após aquela reconquista.

Foi notável o afã de conseguir terras, por parte dos portugueses chegados à capitania, ocorrência que nos é revelada através do exame das datas e sesmarias concedidas pelos capitães-mores do Rio Grande. Os colonos pretendiam explorar principalmente a criação bovina, a pesca marítima e de água doce, o plantio da cana-de-açúcar e da mandioca, além da extração do sal, proveniente de salinas naturais existentes no litoral setentrional da capitania.

A primeira sesmaria concedida no Rio Grande foi doada ao capitão-mor João Rodrigues Colaço, a 9 de janeiro de 1600. Segundo informação do próprio beneficiário, em seu requerimento dirigido a Manuel Mascarenhas Homem, "vendo que a tenção de Sua Majestade era povoar-se e cultivar-se estas terras e sertão", encontrara um local ao longo do rio Potengi, próprio para nele se fazer roças. Depois de adquirir escravos de Guiné, o capitão-mor mandara roçar a dita terra, de que havia se apossado, a qual foi depois legalizada através daquele título de sesmaria. A doação de terras feita a João Rodrigues Colaço, estendia-se da atual povoação de Santo Antônio do Potengi até São Gonçalo do Amarante,

2.500 braças de extensão por 2.000 de largura.

Em 1600, os padres da Companhia de Jesus obtinham terras nas ribeiras do Jundiá e Pitimbu. No ano seguinte, João Lostão Navarro era contemplado com uma sesmaria ao norte da barra do rio Trairi, ao longo do mar, local onde instalou um porto de pescaria. Em 1601, Gregório Pinheiro localizava-se com sesmaria no rio Sibaúma, enquanto Gaspar Rabelo obtinha terras no rio Guaraú, o desaguadouro da atual lagoa de Estremoz.

No mesmo ano (1601), o vigário do Rio Grande Gaspar Gonçalves Rocha conseguia terras "da boca do rio Curimataú para o norte", enquanto Diogo Dias Rocha era contemplado com terra no mesmo rio, "da boca do rio Curimataú para a banda do sul".

Em 1602, tomava chagada à barra do rio Ceará-Mirim Afonso Álvares. No mesmo ano, Gregório Gonçalves obtinha terras no rio Conaputumeri (hoje, Porto Mirim), "para a banda do sul". João Soromenho, em 1603, era agraciado com terras na barra do rio Pirangi, local onde foi instalado um porto de pescaria.

Dois anos depois, Gregório Pinheiro obtinha uma data e sesmaria, principiando em Cururu-Açu, litoral oriental da capitania.

Em 1604, Jerônimo de Albuquerque doava aos próprios filhos infantes, Antônio e Matias, 5.000 braças de terra em quadra, na ribeira do Cunhaú, local onde surgiu o primeiro e principal engenho de cana da capitania, o tradicional Engenho Cunhaú, movido a água.

Francisco Rodrigues Tatu, em 1604, penetrava pelo rio Pirangi acima. Também em 1604, Domingos Sirgo obtinha terras em Camaratuba, então pertencente à jurisdição do Rio Grande. No mesmo ano, Gaspar Rabelo instalava um porto de pescaria, no território compreendido entre o rio Ceará-Mirim e a "ponta que descobre a fortaleza"...

Nicolau Vazalim, em 1605, chegava ao rio Boixumunguape, o Maxaranguape de hoje, local onde colocou suas redes de pescaria. No mesmo ano, Jerônimo de Albuquerque concedia aos seus filhos infantes, Antônio e Matias, umas salinas distanciadas 40 léguas do Rio Grande, para a banda do norte: "a terra não serve para cousa nenhuma mais que para o sal que por si cria"...

Domingos Sirgo, naquele mesmo ano, obtinha data e sesmaria no rio Jacú, que deságua na lagoa de Guaraíras, enquanto Gaspar de Albuquerque de Ataíde era contemplado com terras no rio Trairi.

Em 1606, Agostinho Pereira localizava-se com sesmaria no rio Guaju, onde dedicou-se à pescaria. No ano seguinte, Manuel Carvalho obteve terras ao norte da lagoa Hupochy, a mesma lagoa do Bonfim dos dias atuais.

Manuel de Abreu, em 1608, foi contemplado com umas terras que começavam da ponta de Pititinga, para o lado do norte. No ano seguinte, era a vez de José do Porto obter sesmaria em Huoaçú, o mesmo Uguaçu, hoje rio de Touros, a vinte léguas da Cidade do Rio Grande.

Em 1610, João e Miguel Pereira localizavam-se com sesmaria no vale do Capió, tributário da Lagoa de Papari, enquanto Pero Gonçalves obtinha terras na

lagoa de Jacaremirim, no atual município de S. Gonçalo do Amarante.

As sesmarias acima descritas foram selecionadas por critérios geográficos, dentre dezenas de outras concedidas no período de 1600 a 1614, pelos capitães-mores do Rio Grande (9).

(1) SOARES DE SOUZA, Gabriel • **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**, p.25.

(2) LEITE, Pe. Serafim • **História da Companhia de Jesus no Brasil**, I, pp. 557-558.

(3) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **A Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) de Diogo de Campos Moreno**, p.188.

(4) _____ • **Obra citada**, pp.188-189.

(5) _____ • **Obra citada**, p. 189.

(6) _____ • **Obra citada**, p. 190.

(7) CAMPOS MORENO, Diogo de • **Obra citada**, p.77.

(8) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Diálogo das Grandezas do Brasil**, p.19.

(9) TRESLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO GRANDE, &. •

A ENSEADA DE TABATINGA E O PORTO DE PESCARIA DE JOÃO LOSTÃO NAVARRO

No decorrer dos primeiros 45 anos do século XVII, uma importante figura humana, moradora na Capitania do Rio Grande, foi JOÃO LOSTÃO NAVARRO, natural da Baixa Navarra. Tendo esse reino sido herdado por Henrique IV de Bourbon, o mesmo o uniu em 1589 à França. Daí as referências históricas que dão a João Lostão a nacionalidade francesa.

Os cronistas contemporâneos do período da ocupação holandesa, grafavam de diversas formas, o prenome de João Lostão: Jan, João, Juan, Juaon... O seu sobrenome figurava também de várias maneiras: Estau, Lastão, Leitão, Lestauws, Leston, Lostao, Lostão, Lostau, Lostrau, Lustau, Orotau, Sta, Staa, Stau, S'tau...

João Lostão obteve do governo da Capitania, a 1ª de março de março de 1601, mil e duzentas braças de terra, "ao longuo do mar no çitio que comessa do ryo Canayri para ho norte", com outras mil e duzentas braças para o sertão, isto é, para o poente. ali foi instalado "um porto de pescarya". A qualidade da terra obtida era considerada como "má ainda para pasto" (1). Tal doação recebeu o número de ordem 15.

Aos 17 de maio de 1603, Lostão obteve uma outra data e sesmaria, correspondente a 500 braças de terra pela costa, a partir da margem direita do mesmo rio Canayri (na realidade, tratava-se do Trairi), com os fundos correspondentes a outras 500 braças. A qualidade da terra era considerada má: "não serue esta data de cousa alguma"(2). Tal doação corresponde à de nº 48, também concedida pelo capitão-mor do Rio Grande.

A data nº 56, de 24 de maio de 1604, acrescentava outras 500 braças, pela mesma costa, começando da cabeceira da anteriormente concedida, com meia légua "pera ho sertão. Não he terra de proveito"(3).

Aos 7 de janeiro de 1607, mais 3.000 braças de terra em quadro foram acrescentadas a Lostão, "para a banda do sul do ryo donde rezide. He terra que pouco della pode servir para pastos, e outra pouca para roças, a demais he ynutil, não se fez nella atee agora bemfeitorias"(4). Tal data e sesmaria tomou o número de ordem 107.

No mesmo ano, aos 9 de maio Lostão obteve a sesmaria nº 108, com 600 braças de terra em quadro, principiando-se a medição do caminho de Jequesipitangua, ao pé do rio, pelo caminho que vai para Araunú (Aranum, no município de Arez-RN). "He terra de pouco prestimo, foi pedido para salinas, não foi feito bemfeitorias, está deuoluta"(5).

Finalmente, aos 15 de agosto de 1608 Lostão obteve as sobras de terra existentes, entre as suas e uma outra que fora concedida a João Soromenho, com apenas 40 braças de fundos. "Não presta para couza alguma, nem nunca foi pouvoada"(6). A data de João Soromenho, de referência 47 e vizinha à de Lostão, tinha o seu início à distância de 1.000 braças ao sul do rio Pirangi, estendendo-se

por 500 braças ao longo do mar, na direção sul, com 1.500 braças de fundos para o sertão(7).

Resumindo-se: as terras concedidas a João Lostão, principiavam à distância de 1.500 braças ao sul do rio Pirangi, estendendo-se até 4.000 braças ao sul do rio Trairi, local onde existia a barra de Guaraíras. A terra compreendida pela data nº 108, ficava à margem da lagoa de Guaraíras, bem próxima à atual cidade de Arez - (RN).

Em 1618, dom Luís de Souza referia-se à pessoa de João Lostão, nos seguintes termos descritivos:

"João Lostao, residente na Capitania do Rio Grande, já velho, he da governança da capitania. Justificou ser de nação navarro posto que se tem por francês viue naquella capitania depois que se conquistou tem roças. Reside na praya onde pesca cõ hua rede não o obriguei recolherse ao sertão pera informação que me deram os padres da Companhia de sua muita fidelidade de já velho e dos da gouernança da Capitania (8)".

No ano de 1626, aos 13 de abril João Lostão Navarro, que foi casado com d. Luzia da Mota, concedeu um dote matrimonial à sua filha Maria Lostão Casa Mayor, noiva de Manuel Rodrigues Pimentel, que sob o domínio holandês viria a ocupar o cargo de escabino. Uma outra filha do navarrês, Beatriz Lostão Casa Mayor, contraiu matrimônio com Joris Gardtzman, após a conquista do Rio Grande pelas tropas flamengas (tal matrimônio ocorreu entre os anos de 1634 e 1639).

No ano de 1628, no dia 20 de março, em Amsterdam (Holanda), os indígenas Caspar Paraoupaba, do Ceará, e outros, perante o notório Kilian van Resemlaer, descreviam o sítio de João Lostão:

"Tareyrich, um pequeno rio. Ali reside um francês, Juão Oroutau, que lá exerce a pesca e envia o peixe aos portugueses que habitam em Pernambuco e que o vêm procurar com os navios (9)".

Antigo mapas dão conta do "Porto de João Lostão, onde se fazem grandes pescarias" (1640). "Um local de grande pescaria" (1642). Tais trabalhos cartográficos apresentam também uma determinada "lagoa de água doce meya legoa do porto de João Lostao".

De todos esses mapas, o mais esclarecedor é o de autoria de George Marcgrave (1643), em que vemos, ao sul da denominada Enseada de Taguatinga (Tabatinga), a barra do rio Tarairi (Trairi), escoadouro das lagoas de Papari, Papeba e Guiraraíra (Guaraíras). O trecho final do antigo Trairí, próximo à sua primitiva barra, foi aterrado pela invasão de uma duna de areia.

No citado mapa de Marcgrave, constata-se a existência de cinco casas pertencentes ao sítio de João Lostão, edificadas entre a margem esquerda do Trairí e o pontal de Tabatinga, vizinhas ao oceano, na região correspondente à atual povoação de Barra de Tabatinga, no município norte-rio-grandense de Nísia Floresta.

Aos 13 de junho de 1645, ante a descoberta do plano de insurreição luso-brasileira contra o domínio neerlandês, o Grande Conselho Holandês, reunido no Recife, determinou a prisão de João Lostão Navarro, indigitado líder da rebelião na Capitania do Rio Grande. Encarregaram a Paulus de Linge, governador da Paraíba, de prender o navarrês (10).

Com a ocorrência do trágico episódio conhecido como o Massacre do Engenho Cunhaú, aos 16 de julho de 1645, os colonos luso-brasileiros moradores nas redondezas daquele engenho, e que haviam escapado daquela hecatombe, alarmados vieram se refugiar na casa-forte de Lostão Navarro, uma daquelas cinco construções descritas no mapa de Marcgrave. Por essa época, verificou-se a prisão de João Lostão, que foi levado prisioneiro para o Castelo Keulen (Fortaleza dos Reis Magos), no Rio Grande.

No mês de setembro do mesmo ano, Jacob Rabbi com uma pequena força de tapuias, brasileiros e mais trinta civis holandeses, ocuparam o sítio de Lostão, onde assassinaram 15 ou 16 portugueses (11).

A tal ação criminosa, sucedeu-se o chamado Massacre de Uruaçu ocorrido aos 3 de outubro, no qual foram mortos diversos portugueses, de ambos os sexos e de variadas idades. Tal episódio ocorreu no então chamado Porto de Uruaçu (hoje, Porto dos Flamengos). Dentre tais vítimas, figurava a veneranda e honrada figura do patriarca João Lostão Navarro, sogro do próprio tenente-coronel holandês Joris Gardtzman, que havia sido o primeiro comandante do Castelo Keulen (12).

Naquela casa-forte de Lostão foi instalado o quartel-general das operações bélicas, onde ficaram as tropas flamengas até, pelo menos, o dia 29 de junho de 1646 (13).

Tentaremos, agora, proceder à reconstituição geográfica dos diversos locais apontados no relato anterior: aquela "lagoa de agua doce meya legoa do porto de João Lostao", corresponde à atual lagoa de Arituba, ponto donde se abasteciam d'água os moradores da povoação de João Lostão. É uma bela lagoa piscosa, localizada entre as dunas.

O chamado Porto de João Lostão corresponde ao atual Porto de Tabatinga, vizinho à antiga Ponta de Estêvão Ribeiro. Apresenta umas barreiras de tonalidade rósea, muito íngremes, que medem talvez uns 35-40 metros de altura. Fica na localidade de Barra de Tabatinga, à beira-mar.

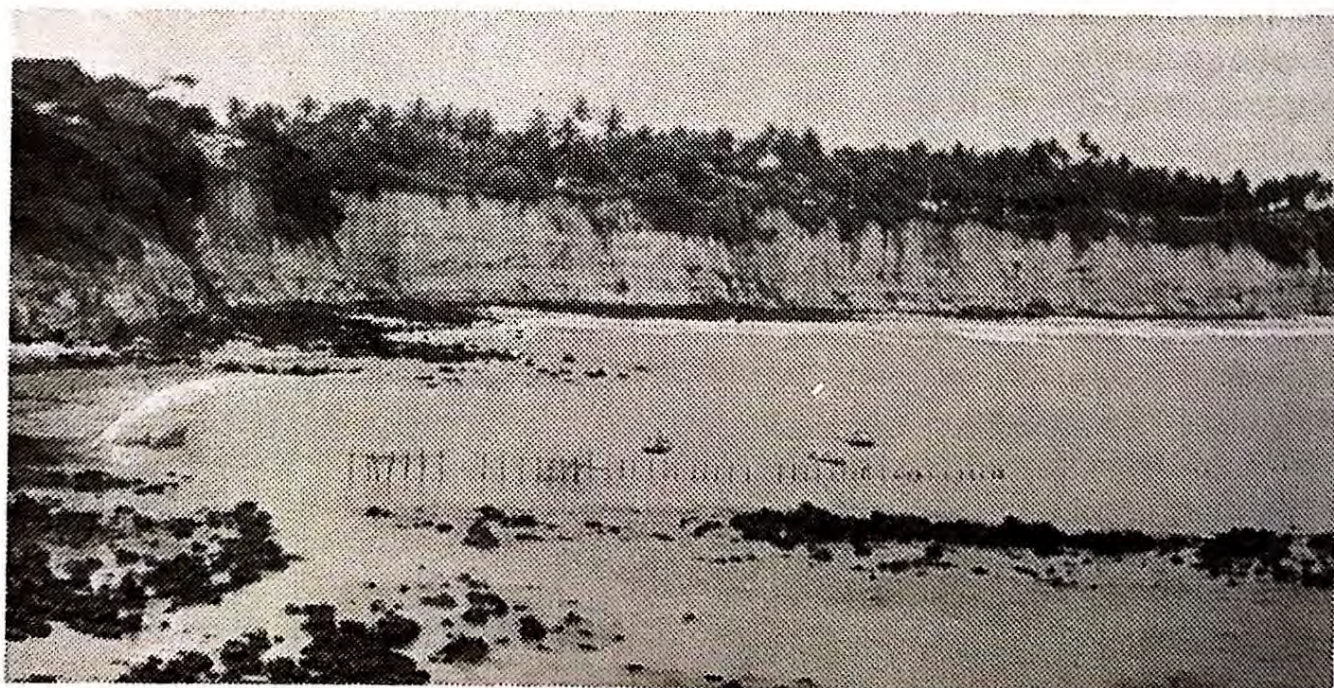
A casa-forte de Lostão, ao que tudo indica, ficava localizada naquele mesmo porto, no pontal de Tabatinga. Os velhos moradores da localidade de Barra de Tabatinga ainda se referem a uma FORTALEZA (sic) que teria existido naquele local, sobre um certo ponto hoje conhecido como Piçarreira, de onde extraem piçarra destinada à construção de rodovias.

Segundo CÂMARA CASCUDO, "O engenheiro Otávio Tavares informou-nos que, dominando a barra de Camorupim, à esquerda, um quilômetro da foz, há um fundamento, uma sapata, de cem por quarenta metros, feita de concreto, pedra e traço de cal que os portugueses conhecem por formigão. Será resto da casa-forte ou base para uma fortim holandês nas imediações da casa destruída?

(14)".

Fica, assim, lembrada a figura do velho João Lostão Navarro, homem empreendedor, brasileiro por opção, católico de convicções inabaláveis. Não titubeou em derramar o seu generoso sangue, em defesa dos seus princípios!

- (1) **Traslado do Auto da Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande, ao 21 dias do mês de fevereiro de 1614**, p. 23.
- (2) **Idem**, p.33.
- (3) **Ibidem**, p.35.
- (4) **Ibidem**, p.52.
- (5) **Ibidem**, p.52.
- (6) **Ibidem**, p.59.
- (7) **Ibidem**, p.32.
- (8) **Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633)**, p.183.
- (9) GERRITSZ, Hessel • **Jornaux et Nouvelles**, etc., p. 172.
- (10) NIEUHOF, Joan • **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**, p.145.
- (11) _____ • **Obra citada**, pp. 261-262.
- (12) CALADO, Fr. Manuel • **O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**, vol. II, pp.186-192.
- (13) NIEUHOF, Joan • **Obra citada**, p.291.
- (14) CÂMARA CASCUDO, Luís da • **"Onde ficava o Engenho de João Lostau?"** (Acta Diurna).



O antigo Porto de JOÃO LOSTÃO, no pontal de Tabatinga. Segundo os cronistas do século XVII, ali se realizavam grandes pescarias.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS DE VILA FLOR E CANGUARETAMA

Os presentes subsídios cronológicos poderão completar e esclarecer muitas dúvidas, relacionadas com o primitivo município de Vila Flor, do qual posteriormente desmembrou-se o de Canguaretama.

1579

Um dos trechos do território norte-rio-grandense mais ricos em história e tradição é aquele representado pelo rio Cunhaú, que corresponde ao vale do baixo-Curimataú.

A região, em 1579, achava-se sob domínio dos traficantes franceses, que primavam em manter um bom relacionamento com os indígenas potiguares. Naquele ano, o francês Jacques de Vaulx, de Claye, elaborou em Dieppe, um mapa que representava o Nordeste brasileiro, no qual já figurava a Aldeia de Ramaciot, no mesmo local hoje correspondente à cidade de Vila Flor (1).

1601

Consolidada a reconquista da Capitania em 1599, com a presença portuguesa assegurada pelo tratado de paz firmado com os potiguares, foi concedida a primeira data e sesmaria na região hoje representada pelo município de Vila Flor:

"22 - Ha data vinte e dous he do padre viguairo guaspar guonçalves rocha, deulhe joão rodrigues colaço em vinte e quatro de abril de seis sentos he hu, he de duas mil braças por costa que comessão da bocca do ryo curumatahú para ho norte, e duas mil para o sertão, foi pouuada no principio com cazaria, e rede, e criassões, e averá oito annos que não é pouuada a dita terra algua he para roças e não tem outro prestimo por não ter agoas" (2).

1604

Concede-se a 2ª data e sesmaria, também correspondente ao atual município de Vila Flor:

"60 - Ha data sesenta deu jeronimo dalbuquerque a gregorio pinheiro em

quinze de março de seis sentos e quatro, he de mil e dozentas braças em quadra, para salinas ao longo do ryo corumatú atee a (lacuna) tem na pouoadas com hu curral de vaccas" (3).

Uma terceira doação foi feita por Jerônimo de Albuquerque, na região que depois seria representada pelo município de Vila Flor. Doou ele, em 2 de maio de 1604, aos seus filhos infantes Antônio e Matias, cinco mil braças de terra em quadro, local onde surgiu o primeiro engenho de açúcar da capitania do Rio Grande, o Engenho Cunhaú, propriedade que pertenceria aos descendentes do doador, por mais de três séculos!

1608

Neste ano, no dia 2 de agosto o Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque descobre, em local situado uma légua ao norte do Engenho Cunhaú, uma mina de ferro. Sobre o assunto, trataremos em um capítulo especial, neste livro. Hoje, aquela mina é conhecida como a Gruta do Bode, ou os Sete Buracos.

1630

Os holandeses, tendo conquistado Pernambuco, mandaram um espião ao Rio Grande, pois pretendiam estender o seu domínio a esta capitania. Foi, assim, enviado Adriano Verdonck em 1630, o qual descreveu o Engenho Cunhaú:

"Três milhas acima de Camaratuba existe ainda um engenho, no lugar chamado Cunhaú, o qual faz anualmente de 6 a 7.000 arrobas de açúcar; este lugar está sob a jurisdição do Rio Grande e ali moram bem 60 a 70 homens com as suas famílias; meia milha distante deste engenho corre um rio, de três milhas de longo e meia milha de largo, onde as barcas iam carregar açúcar, de 100 a 110 caixas cada barca, e traziam dali também comestíveis; há ali também muito gado, farinha e milho que ordinariamente é trazido para Pernambuco com o açúcar"(5).

1634

Em decorrência da conquista holandesa da nossa Capitania, surgiram acontecimentos que provocaram o retrocesso econômico de Cunhaú. Conquistado o Rio Grande, os flamengos confiscaram o engenho, que foi vendido a novos proprietários, holandeses.

1637

Durante o período em que senhorearam a Capitania do Rio Grande, os flamengos tentaram explorar uma pretensa mina de ouro e prata, conhecida como a Mina do Sertão do Cunhaú. Tais tentativas mineralógicas ocorreram no ano de 1637, tendo sido reencetadas no ano de 1645.

Pesquisas, por nós procedidas, levaram-nos à tese de que aquela mina ficaria situada na junção do riacho Salgado com o rio Calabouço, cerca de 10 quilômetros ao poente da atual cidade de Nova Cruz RN.

Com o início da Insurreição Pernambucana, em 1645, cessaram as atividades de prospecção daquela mina holandesa.

1645

Os cronistas portugueses e holandeses que descreveram a Guerra Holandesa, retratam inúmeros episódios bélicos ocorridos naquele tradicional engenho Cunhaú. Ficou registrado na história daquela guerra, o episódio conhecido como a matança do Engenho Cunhaú, em que tapuias Janduí chefiados pelo alemão Jacob Rabbi, perpetraram o morticínio de dezenas de luso-brasileiros, moradores naquela região. O trágico episódio ocorreu no interior da Capela de Cunhaú, na manhã de 16 de julho de 1645. Com o término da guerra, Cunhaú retornou ao domínio da família Albuquerque Maranhão.

1676

No dia 9 de novembro de 1676, foi firmado um “Termo que faz o Governador Matias de Albuquerque Maranhão de desistência das terras que demarcaram os Religiosos de Nossa Senhora do Carmo da Paraíba, nas Salinas de Cunhaú”:

Aos nove dias do mês de novembro de mil e seiscentos e setenta e seis anos, neste Engenho de Cunhaú, termo da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, nas casas de morada do Governador Matias de Albuquerque Maranhão, em presença do Provedor Lázaro de Freitas de Bulhões, digo, Provedor da Fazenda Real (lacuna) arrendando os Religiosos de Nossa Senhora do Carmo, correndo o seu rumo, ficando de dentro de dito rumo um sítio em que tinha um curral.

Disse o dito governador Matias de Albuquerque que ele tinha uma contenda com os Religiosos de Nossa Senhora do Carmo, sobre umas terras das quais largava todo direito que teve nelas, e se desempossava, de hoje

para todo o sempre, as quais terras ficaram logo arrendadas ao Alferes Antônio de Abreu, por tempo de um ano, com arrendamento do prior da dita Religião, e acabado o dito tempo, não enovarei nem renovarei coisa alguma sobre o proposto..."(7).

As terras que haviam sido questionadas pelos religiosos de Nossa Senhora do Carmo da Paraíba e o ex-governador da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, correspondiam àquelas mencionadas no registro da data e sesmaria nº 60, de 15 de março de 1604.

O convento dos carmelitas, na capital da Paraíba, teve a sua construção iniciada no ano de 1591.

1679

A penetração da pecuária na região seridoense, muito deveu à família Albuquerque Maranhão, proprietária do Engenho Cunhaú. Assim, aos 28 de novembro de 1679, Luís de Souza Fuma, Antônio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, moradores na Capitania do Rio Grande, obtiveram do governador Geraldo de Suny, vinte léguas de terra no sertão do Acauã (7).

1684

Em 28 de setembro de 1684, os mesmos coronéis Antônio de Albuquerque da Câmara e Luís de Souza Fuma; Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara, obtiveram do governador Manuel Muniz, doze léguas de terra naquele rio Acauã, onde imperavam os tapuias Janduís e Canindés. As novas terras doadas confrontavam com aquelas outras, concedidas em 1679 (8).

1687

Em 1687 eclodiu no sertão da Capitania, um levante do gentio tapuia que pretendia expulsar os criadores de gado da região. O coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, co-proprietário de fazendas de gado no sertão de Acauã, para ali seguiu no comando de uma tropa, a fim de oferecer resistência àqueles Janduís e Canindés. A presença do Coronel, que pertencia à família de Cunhaú, estendeu-se do último trimestre de 1687 ao primeiro de 1690. Afonso de Albuquerque Maranhão e Pedro de Albuquerque da Câmara tiveram destacada atuação na repressão àquele levante do gentio tapuia, também conhecido como

a Guerra dos Bárbaros.

1702

Com o declínio daquele levante, foram aldeados na Lagoa de São João, atualmente zona urbana de Canguaretama, tapuias Canindés, no ano de 1702 (9). Cinco anos depois, ainda existia a Aldeia de São João Batista da Ribeira do Cunhaú, que perdurou até data indeterminada.

1740

Neste ano, já existia a Missão de Igramació, dos Carmelitas de Reforma Turonense, conforme informa o Livro do Tombo do Convento do Carmo do Recife, fls.20.

1743

Documento encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, nos dá conta de que em fevereiro de 1743, o Provincial da Ordem do Monte do Carmo achava-se em visita à Aldeia de Igramació, ocasião em que deu ciência ao capitão-mor do Rio Grande, Francisco Xavier de Miranda Henriques, do seu desejo de edificar um hospício (isto é, um convento) na referida Aldeia (10).

Iniciados os trabalhos de construção em 1743, foram concluídos em janeiro de 1745, sob a supervisão do padre frei André do Sacramento (11).

1749

Na INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, elaborada por volta de 1749, consta a seguinte notícia sobre a "Aldeia do Gramació":

"Invocação Nossa Senhora do Carmo, é de Indios Cabocollos da Lingoa Geral, e o Missionário Religioso do Carmo da Reforma" (12).

Verifica-se ter havido um equívoco na descrição, pois a padroeira da capela era, na realidade, Nossa Senhora do Desterro...

1762

O acervo de documentos pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte guarda um livro manuscrito, relativo ao REGISTRO DOS AUTOS DA CRIAÇÃO DA VILA FLOR. O livro tem seu princípio no ano de

1762, estendendo-se por um período de 26 anos. Na documentação referida no citado livro, os interessados poderão tomar conhecimento de todo o processo ocorrido, tendente à elevação à vila, da antiga Aldeia de Igramácio.

Vila Flor surgiu no dia 10 de outubro de 1762, representando a presença de um topônimo português, transportado para plagas norte-rio-grandenses.

De um rápido exame procedido junto à documentação constante do Livro de Registro dos Autos da Criação da Vila Flor, verificamos a presença do desembargador Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, juiz de fora que presidiu a instalação da nova vila, obedecendo à toda a sistemática e legislação pertinentes a tais eventos.

No dia 7 de outubro daquele ano foi chantado o pelourinho da futura vila, o qual foi construído de pedra e cal. O desembargador determinou também a demarcação de uma praça, defronte à capela, a qual ocuparia uma área de 28.520 m² (pelo sistema métrico decimal, ora em vigor).

"... a largura de 60 braças e oito palmos (133,76m) de su-sudeste para nor-nordeste, correndo este rumo do lugar da igreja; e de noroeste até sudeste, 96 braças (211,2m)"

Na mesma ocasião da inauguração (12 de outubro), cuidou-se da destinação de terrenos para construção das primeiras edificações:

"... para as Casas da Câmara, destinou-se 60 palmos (13,20m) de frente e outros tantos de fundos; e para as dos moradores, 30 de frente (6,60m) e 60 de fundos (13,20m); e 100 (22m) para quintais"(13).

Por ocasião da criação da Vila Flor, foi destinada para constituir patrimônio da Câmara a Salina do Curimataú, além de outros sítios (13).

1768

Com a criação da Vila Flor, logo os Albuquerque Maranhão ocuparam o vácuo deixado pelos religiosos afastados por determinação régia. Com a criação do município, surgiu em 1768 o Regimento de Cavalaria Auxiliar, formado nos distritos da Vila de Arez, Vila Flor, Tamatanduba e Cunhaú. André de Albuquerque Maranhão, que seria pai de um outro André, o da Revolução de 1817, assumiu o posto de coronel do regimento criado, exercendo-o até o seu falecimento, ocorrido no dia 26 de setembro de 1806. Substituiu-o no cargo, o filho André de Albuquerque Maranhão, conhecido como Andrezinho do Cunhaú (14).

1774

Em relatório deste ano, o Capitão-General JOSÉ CÉSAR DE MENEZES, de Pernambuco, também se ocupa da "Villa e Freguezia de Villa Flor":

"Também é de Indios de lingoa geral e está ao Sul da Cidade de Natal, desesete legoas, e huma de vizinhança a costa, e tem somente duas Legoas em quadra na qual cultivão, ainda que a jurisdição das Justiças no termo que lhe assignalou, principia no riacho sumaré, correndo para o Sul até aos Marcos, que divide com a Capitania da Paraíba, e para o Certão confina ao Poente com a Freguezia de São Pedro, e São Paulo da Villa do Monte Mor o novo no citio chamado do Boqueirão da dita Capitania da Parahyba e tem segundo o rol da desobriga: duzentos sessenta e quatro fogos; e seis centas quarenta e oito pessoas de desobriga"(15).

1805

Segundo um mapa estatístico pertencente à Biblioteca Nacional de Lisboa, elaborado em 1805 pelo Governador do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, André de Albuquerque Maranhão (2º do nome) era o Capitão-mor da Vila de Arez, Vila Flor e Freguesia de Goianinha. A jurisdição de Vila Flor possuía 852 moradores brancos, 404 pretos, 849 mulatos e 378 índios (estes, capitaneados por José Soares dos Santos). A população pertencente à jurisdição de Vila Flor totalizava, pois, 2.483 pessoas.

1810

Em 1810, passou pelo Engenho Cunhaú o britânico Henry Koster, que se achava viajando pelo Nordeste. Koster foi hóspede do Coronel André de Albuquerque Maranhão, no Engenho Cunhaú. Segundo a descrição do inglês, o Coronel era um homem regulando uns trinta anos (na realidade, tinha 37...), bem parecido, de estatura um pouco acima da média. Possuía maneiras corteses. Causaram admiração a Koster, as fazendas pertencentes ao Coronel, os plantios de cana e a grande quantidade de escravos e serviçais. Impressionou Koster, uma lauta ceia que lhe foi servida a uma hora da madrugada. Sentaram-se à mesa, o hóspede, o senhor do engenho, o capelão e uma outra pessoa, sendo-lhes servida uma ceia que bem satisfaria a umas vinte pessoas! Foram apresentadas mais de dez variedades de doces ... Segundo Koster, tudo na casa de André tinha um certo ar de magnificência. Admirou-se ele com o fato de as

toalhas da casa serem guarnecidas de renda... (16).

1811

Documentação guardada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, informa sobre os gêneros exportados por Vila Flor, no ano de 1811. Foram embarcados para os portos de Pernambuco e do Ceará: 1.375 arrobas de algodão; 800 arrobas de açúcar branco; 227 couros salgados; 300 centos de peixe seco; 600 rapaduras; 318 canadas de azeite de mamona; 200 varas de pano de algodão; cujo valor total atingiu a cifra de 5:566\$800 (cinco contos, quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos réis).

Como podemos observar, a produção de sal obtida através da Salina do rio Curimataú, não atingia o nível suficiente para que aquele produto pudesse ser exportado.

No mesmo ano figura um "Mapa Contemplativo das Produções da paróquia de Vila Flor, com especificação do que se consumiu da mesma, no ano de 1811". Através da leitura do documento, constata-se que a Paróquia de Vila Flor produzia e consumia os seguintes itens: farinha de mandioca, feijão, arroz, milho, sementes de mamona, sal, fumo, algodão, cravatá, açúcar branco, bezerras e bezerras, poldros e poldras, couros salgados, couros espichados, solas, peixes secos, rapaduras, azeite de mamona, aguardentes e panos de algodão.

O consumo interno do sal colhido na Salina do Rio Curimataú, atingiu a quantidade de apenas 190 alqueires (10.488 litros, pelo sistema métrico em vigor) (17).

Por conseguinte, a produção de sal da paróquia não justificava um pretensão "Ciclo do Sal", que teria ocorrido na região ...

1817

Em livro editado em 1817, o padre MANUEL AIRES DE CASAL dava notícia da Vila Flor, existente na Província do Rio Grande do Norte:

"Vilaflor, a princípio Gramació, vila pequena de índios e brancos, agricultores, ornada com uma igreja matriz da invocação de N. Senhora do Desterro, fica obra de doze léguas ao sul da Capital, e uma afastada do mar, junto ao Rio Cunhaú, que serve de fonte"(18).

Naquele mesmo ano de 1817, o Rio Grande do Norte foi palco de uma revolução de caráter republicano, cujo chefe na Capitania foi o coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão. Em Natal, no curto período de 29 de março a 25 de abril, Andrezinho do Cunhaú esteve à frente dos destinos do Rio Grande do Norte.

Ocorrendo a reação legalista, André foi ferido a golpe de espada, vindo a falecer no dia seguinte, no calabouço da Fortaleza dos Reis Magos. Da frustrada revolução participaram vários familiares de André de Albuquerque, em consequência do que, desabou o mundo dos Albuquerque Maranhão, que sofreram prisões e confiscos de bens.

Dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, mãe do herói da revolução, faleceu no seu engenho Cunhaú, logo após receber a notícia da morte de Andrezinho. A família Albuquerque Maranhão penou durante quatro longos anos, todas as formas de perseguição.

O imperador Pedro I concedeu o perdão aos participantes da revolução de 1817, o que acarretou a volta do patrimônio perdido, aos seus legítimos proprietários.

1820

Em 1820, mons. JOSÉ DE SOUZA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO descreveu Vila Flor:

“Vila-Flor, distante do de Arez 7 léguas ao sul; 1 do mar; e 1 do rio Cunhaú, em que deságua o Gramació (nome dado à povoação, enquanto aldeia de índios) é pouco povoada, e por isso conta poucas casas, que, à exceção da da Câmara, sob a qual está a Cadeia, não passam de baixas. O território porém, onde a agricultura vegeta bem, e se conserva a qualidade melhor de pau-brasil em toda esta província, é suficientemente habitado”(19).

1823

No ano de 1823 ocorreu o inventário de dona Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro, nele tenho sido incluídos os bens outrora pertencentes a Andrezinho do Cunhaú. Através da leitura do citado inventário, pudemos colher muitas informações que recompõem aquele mundo dominado pelos Albuquerque Maranhão.

O Engenho Cunhaú era formado por quatro datas e sesmarias: aquela que fora concedida em 1604 (5.000 braças em quadra), e mais três (de uma légua por três), denominadas: Jacuratama, Mucuri e Guaju. Tais terras, incluindo o engenho e seus acessórios, foram avaliadas em 32:000\$000.

Figurava também no espólio o Engenho Tamatanduba, avaliado em 10:000\$000; além do Engenho da Graça, situado nos subúrbios da Cidade da Paraíba do Norte e avaliado em 4:000\$000.

As fazendas de criação de gado, situadas nos atuais municípios de São Tomé, Caraúbas, Caicó, Currais Novos, Acari, Campo Redondo, Paraú e Campo

Grande, no Rio Grande do Norte; Condado, Malta e Frei Martinho, na Paraíba ,eram ocupadas por 4.693 bovinos e 603 cavaleiros. Pertenciam ao espólio 154 escravos, 82 dos quais em Cunhaú (20).

1839

No dia 12 de dezembro de 1839, dom João da Purificação Marques Perdigão, bispo de Pernambuco, chegava à Vila Flor. O ilustre prelado realizava uma visita a diversas vilas e cidades, que compunham a sua diocese:

"Saí de Goianinha pelas seis horas da manhã, acompanhado de muitos cavaleiros, e pelas 9 da mesma cheguei a Vila Flor, vindo ao meu encontro alguns cavaleiros e alguns índios, formando a dança comum entre eles, e concorrendo grande concurso de povo entrei na matriz (cujo orago é Nossa Senhora do Desterro), conduzido debaixo do pálio, e fazendo oração ao Santíssimo, manifestei qual o meu desígnio nesta vila. Fui hospedado decentemente pelo reverendo pároco, na casa da Câmara Municipal, sob cujo sobrado existe a cadeia, não contendo preso algum" (21).

No dia seguinte, dom João da Purificação despediu-se de Vila Flor, rumando para o engenho Tamatanduba.

1858

No local hoje ocupado pela cidade de Canguaretama, existia em 1858 uma povoação denominada Uruá. Ali viviam indígenas que se dedicavam ao fabrico de vasos de barro, cuias com ornatos bordados, cestos de palha e cordas de embira (23). É bem possível que aqueles indígenas fossem descendentes dos Canindés, localizados em 1702 na Lagoa de São João e que formavam a Aldeia de São João Batista da Ribeira do Cunhaú.

Naqueles meados do século passado, surgiu uma intriga política e pessoal entre o capitão Sebastião Polycarpo de Oliveira, proprietário do Engenho Juncal e representante da família Fagundes, e o padre José de Matos Silva, pároco de Vila Flor. Acompanharam o partido do padre, o seu irmão cap. Anacleto José de Matos e o tabelião de Vila Flor, Galdino Álvares Pragana.

Por influência do vigário, que era deputado provincial, a Assembléia Legislativa da Província promulgou a lei nº 367, de 19 de julho de 1858, que elevou à categoria de vila a Povoação do Uruá, com a denominação de Canguaretama, devendo ser para ela transferida a sede daquele município de Vila Flor. De acordo com a mesma lei, foi igualmente transferida para a nova vila a sede da freguesia, cuja invocação ficou sendo a de Nossa Senhora da Conceição;

porém, a citada transferência somente ocorreria quando a nova vila tivesse uma capela decente, em que se pudessem celebrar os sacramentos.

A lei nº 468, de 27 de março de 1860, determinou que a Freguesia de Canguaretama chamar-se-ia, a partir de então, Freguesia da Penha. Poucos anos antes, frei Serafim de Catania realizara uma missão religiosa em Uruá, tendo então mudado, por conta própria, o nome da povoação para Penha...

1877

Em 1877, Manoel Nobre publicou a sua "Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte". Ao tratar do município de Canguaretama, aquele historiador nos fornece algumas informações sobre o desenvolvimento ocorrido na vila e no município.

Canguaretama era formada por um largo e algumas ruas, "bem alinhadas com boa casaria". Possuía um porto sofrível, "onde podem fundear barcos de grande calado, porém, muito freqüentemente por pequenas embarcações". O comércio, segundo Ferreira Nobre, tinha tomado um desenvolvimento extraordinário nos últimos anos. A indústria local limitava-se a objetos de consumo. Havia muitos engenhos para o fabrico de açúcar e o descaroçamento de algodão, movidos a vapor, água ou tração animal.

Naquele ano de 1877, existiam em Canguaretama duas escolas públicas para ambos os sexos. Também uma delegacia de polícia, três subdelegacias, dois Juizados de Paz e uma Mesa de Rendas. O Colégio eleitoral do município era formado por 29 eleitores. A receita anual do município atingia o valor de 1:600\$000 (um conto e seiscentos mil réis), para fazer face a uma despesa de 1:125\$000 (22).

-
- (1) RIO BRANCO, Barão do • **Memórias sobre a Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa**, I, VI, nº 25.
 - (2) TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1614, P.25.
 - (3) **Obra citada**, p.36.
 - (4) **Obra citada**, pp. 37-38.
 - (5) VERDONCK, Adriano • **Descrição da Capitania de Pernambuco, Paraíba, &**, pp.225-226.
 - (6) MEDEIROS FILHO, Olavo de • **No Rastro dos Flamengos**, pp. 33-38.
 - (7) LIVRO 2º DO REGISTRO DE SESMARIAS (1674-1680) DA CAPITANIA DO RIO GRANDE.
 - (8) AUTOS DE DEMARCAÇÃO DO SÍTIO INGÁ, NO SERTÃO DO SERIDÓ, NO ANO DE 1772.

- (9) **LIVRO 3º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1691-1702), fls. 127-133.**
- (10) **MEIRA DE MEDEIROS, Ivoncisio • Documentos do Rio Grande do Norte (Catálogo), p.61.**
- (11) **LIMA, Nestor • Canguaretama, o Município, p.75.**
- (12) **INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, p. 420.**
- (13) **LIVRO DE REGISTRO DOS AUTOS DA CRIAÇÃO DA VILA FLOR (1762-1788).**
- (14) **LIVRO DE ASSENTAMENTOS DO REGIMENTO DA CAVALARIA AUXILIAR FORMADA NOS DISTRITOS DAS VILAS DE AREZ, VILA FLOR, TAMATANDUBA E CUNHAÚ, DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE.**
- (15) **MENEZES, Cap. Gen. José César de • Idéa da População da Capitania de Pernambuco e de suas anexas, &, p.14.**
- (16) **KOSTER, Henry • Viagens ao Nordeste do Brasil, pp.82-84.**
- (17) **MAPA CONTEMPLATIVO DAS PRODUÇÕES DAS PARÓQUIAS DE VILA FLOR, AREZ E GOIANINHA (1811).**
- (18) **AIRES DE CASAL, Pe. Manuel • Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil, p.280.**
- (19) **INVENTÁRIO DE DONA ANTÔNIA JOSEFA DO ESPÍRITO SANTO RIBEIRO (1823).**
- (20) **PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza Azevedo • Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 8º vol. pp. 147-148.**
- (21) **ITINERÁRIO DAS VISITAS FEITAS NA SUA DIOCESE PELO BISPO DE PERNAMBUCO (D. JOÃO DA PURIFICAÇÃO MARQUES PERDIGÃO) NOS ANOS DE 1833 A 1840.**
- (22) **FERREIRA NOBRE, Manuel • Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte, pp. 161-166.**



Indígenas brasileiros (tupis), desenho incluído no livro de Jorge Marcgrave, *História Natural do Brasil* (1648).

Tais indígenas habitavam, inclusive, o litoral do Rio Grande do Norte, representados pelos potiguares.



A Capela da antiga Aldeia de Igramació, da invocação de Nossa Senhora do Desterro, construída no período de 1743 a janeiro de 1745. Reedificada em 1843. Vila Flor-(RN).

A MARCHA DE PERO COELHO DE SOUZA

No final do século XVI, vivia em Pernambuco Pero Cardigo, natural de Sardoal, bispado da Guarda. Senhor de engenho no Capibaribe, freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Várzea, e de outros dois engenhos. Em 1591, contava 60 anos de idade. Casado com dona Isabel Mendes, cristã nova, filha do casal Francisco Mendes Leão e Beatriz Mendes. Os pais de Pero Cardigo foram Fernão Garcia e Filipa Cardiga, cristãos velhos.

Do casal Pero Cardigo - Isabel Mendes, sabe-se dos nomes de três filhas: Beatriz (falecida em 1593), que foi casada com Lourenço de Souza; Filipa Cardiga, casada com Frutuoso Barbosa, governador da Paraíba (1588-1591); e Tomásia, casada com Pero Coelho de Souza, natural da ilha de São Miguel dos Açores, de onde viera por volta de 1579. Já morava ele na Paraíba, em 1589. Na capitania, Pero Coelho de Souza exerceu a vereança, tendo também assumido interinamente o governo da Paraíba, ao término do período do seu concunhado Frutuoso Barbosa. Possuía fazenda na Paraíba (1) e (2).

Frei Vicente do Salvador dá notícia da "entrada que fez Pero Coelho de Souza da Paraíba à Serra de Boapaba (3)". Obteve ele do governador-geral Diogo Botelho, autorização para a conquista da serra de Ibiapaba, local muito habitado por tribos indígenas e onde constava existirem miríficas minas de prata.

Em julho de 1603, Pero Coelho já investido no cargo de capitão-mor da entrada, enviou três barcos com mantimentos, pólvora e munições, com destino ao rio Jaguaribe, no Ceará. No mesmo mês partiu Pero Coelho da Paraíba, por terra, com destino àquele rio. Acompanhavam-no Manuel de Miranda, Simão Nunes, Martim Soares Moreno, João Cid, João Vaz Tataperica; dois intérpretes, um deles chamado Pedro Congatan; o francês apelidado Tuim-Mirim, com 65 soldados; além de 200 índios frecheiros, com seus maiores Mandiopuba, Batatam, Caragatim (tabajaras) e Garanguingira (potiguar).

Caminhando pela faixa litorânea, Pero Coelho chegou ao rio Jaguaribe, ali encontrando os barcos enviados da Paraíba. Seguiram-se muitos episódios da aventura, os quais interessam mais à história dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. O capitão-mor chegou até o rio Punaré, atual Parnaíba, de onde teve de regressar ao Ceará, pois os seus comandados recusaram-se a prosseguir mais além.

Voltou o capitão Pero Coelho à Paraíba, com a finalidade de buscar a sua família "pera se tornar a povoar aquelas terras". Pero deu o nome de Nova Lusitânia à terra conquistada, na qual fundou uma povoação a que denominou de Nova Lisboa. Nela Pero Coelho levantou o Fortim de São Tiago da Nova Lisboa, em 1604, o qual era situado na margem direita do rio Ceará, perto da foz.

Em 1605 retornou Pero Coelho à Nova Lisboa, acompanhado da família, ali tendo encontrado Simão Nunes, que capitaneava o Fortim de São Tiago. A

pedido dos soldados, resolveram todos abandonar o local, retirando-se para o rio Jaguaribe. Logo que chegaram, fugiram Simão Nunes e a maioria dos soldados e índios, em procura do Rio Grande. Ficaram na companhia do capitão-mor, apenas o indígena Gonçalo e "dezoito soldados mancos" ... É possível que Pero Coelho de Souza tenha ficado, no Jaguaribe, no Fortim de São Lourenço, por ele levantado em 1603, quando de sua passagem rumo à serra de Ibiapaba.

Vendo-se abandonado pela maioria da tropa, o capitão-mor decidiu-se a viajar ao Rio Grande. Ordenou então fosse construída uma jangada de raízes de mangues, nelas atravessando para a margem direita do Jaguaribe. Estava-se entre o final de 1605 e o início de 1606.

Formou-se então uma fila de caminhantes: à frente os cinco filhos do casal, o mais velho dos quais contava apenas 18 anos; depois os soldados, e em seguida o casal Pero e Tomásia, todos a pé. No segundo dia de caminhada, "já o capitão carregava dois filhos mais pequenos às costas por não poderem andar, e começavam as queixas de sede, que se não remediou senão ao terceiro dia por noite em uma cacimba ou poço de água doce junto de outras duas salgadas, mas não havendo mais espaço de entre elas que de duas braças".

No local da cacimba demoraram-se dois dias, tendo o índio Gonçalo enchido dois cabaços de água, antes de partirem. Os caminhantes avistavam, vez por outra, os fumos dos tapuias inimigos. Com a intensa fome e sede, começaram a morrer os soldados. O primeiro a falecer foi um carpinteiro. Desanimados, os que não tinham forças para marchar solicitaram ao capitão-mor os deixasse ficar ali, conformados com a morte iminente.

Pouco depois faleceu o segundo soldado. Dona Tomásia, mulher do capitão-mor, irrompeu em prantos, afirmando preferir ficar por ali, à espera da morte que se avizinhava. Pouco distante encontraram uma cacimba denominada **Água Amargosa**, cuja água não conseguiram beber, por motivos óbvios... Caminharam então para uma outra cacimba chamada **Água Maré**, vendo-se obrigados a atravessar antes meia légua de mangues com lodo até a cintura. Ali encontraram caranguejos aratus, que comeram crus, "com tanto gosto como se fora algum guizado muito saboroso e muito mais depois que chegaram à cacimba de água, onde descansaram alguns dias". Até então, os viajantes alimentavam-se apenas de raízes de árvores e de ervas.

Depois de muitos dias de caminhada chegaram às salinas, em território do Rio Grande, onde avistaram as velas de um barco em que iam os padres da Companhia, "que era o socorro que o governador lhes mandava, mas não lhes puderam falar".

Além das salinas morreu o filho mais velho do capitão-mor, "que era o lume de seus olhos, e de sua mãe". Os caminhantes encontravam-se "tão fracos que o vento os derribava, e assim se iam deitando pela praia"...

O capitão-mor e dois soldados adiantaram-se cinco ou seis léguas a buscar água; "tornou com dois cabaços dela, com que os refrigerou para poderem andar

mais um pouco". E possível que a água tenha sido colhida no rio Uguaçu, hoje rio de Touros.

Novamente puseram-se a caminhar pela praia, quando divisaram "uns vultos de pessoas, e era o padre vigário do Rio Grande, o qual pelo que disseram os soldados fugidos os vinha esperar com muitos índios e redes para os levarem, muita água e mantimentos, e um crucifixo em a mão, que em chegando deu a beijar ao capitão e aos mais".

O vigário chorou copiosamente, comovido ao contemplar aquele espetáculo, "que não pareciam mais que caveiras sobre ossos, como se sói pintar a morte". O vigário recolheu os viajantes com muita caridade, tendo eles permanecido no Rio Grande até poderem viajar para a Paraíba.

O autor Bernardo Pereira de Berredo também nos dá notícia da epopéia de Pero Coelho de Souza:

... "se pôs em marcha no mês de junho de 1603, seguido de mais de oitenta companheiros, não menos generosos no sacrifício das fazendas, entre os quais iam alguns práticos na língua dos índios, e destes oitocentos de guerra, (e não oito, ou dez mil, como escreve Abeville) tão cheios todos de alegres esperanças, que nenhum duvidava da felicidade do sucesso; mas para melhor assegurá-la o militar discurso do Comandante, separando parte desta gente, a meteu a bordo de dous caravelões, que encarregados a um piloto francês de muita inteligência naquela costa, navegaram sempre junto da terra na observação dos seus movimentos (4)".

... "e destituído Pedro Coelho de todos os socorros se viu reduzido a tal estado, que já com o perigo de experimentar o último na geral deserção dos mais fiéis amigos, se recolheu à sua antiga casa da Paraíba, seguido a pé de sua mulher, e todos os seus filhos; alguns deles de tão tenra idade, que faltando-lhes forças para o sofrimento dos trabalhos, os acabaram dous com as mesmas vidas (...) (5)".

O livro de Diogo de Campos Moreno, de 1612, apresenta um mapa com a "Descrição do verdadeiro descobrimento e nova conquista do Rio de Iguaribe, Serras de Ariama, Muibuapaba e Punaré, e confins do Maranhão, que fez o capitão-mor Pero Coelho de Souza, de ordem de Diogo Botelho, Governador e Capitão-Geral do Estado do Brasil, des do ano de 1603 té o de 1608, com todos seus portos, barras, serras e rios, com suas nascenças".

Interessando à Capitania do Rio Grande, figuram naquele mapa os seguintes topônimos, que a seguir tentaremos identificar:

R. GRANDE - É o Rio Grande, ou Potengi, que banha a Cidade do Natal.

R. CIARA - Trata-se do atual rio Ceará-Mirim, que já teve também as denominações de Baquipe e Genipabu.

R. CANAPUTUTIRI - Nas primeiras datas e sesmarias concedidas pelo governo do Rio Grande, recebia a denominação de Conapotu-mirim. Atualmente acha-se

extinto. Ficava na praia, hoje denominada de Porto-Mirim, no município de Ceará-Mirim RN.

R. DE S. XPOVÃO - Rio de São Cristóvão. Corresponde ao riacho Muçupapé, entre as pontas de Maxaranguape e Jacumã. Segundo M.A. Vital de Oliveira, o Muçupapé ficava mais próximo à primeira das pontas mencionadas. Adianta o citado autor, que a barra do riacho somente abria quando o inverno era forte (6).

MARAGOAPE - Trata-se do rio Maxaranguape, chamado nas primeiras datas e sesmarias concedidas no Rio Grande, de rio Boixunumguape.

P. DE CARAVATAÍ - Parece tratar-se do atual cabo de São Roque, no litoral oriental do Rio Grande do Norte.

BARREIRAS VERMELHAS - tudo indica sejam as atuais Barreiras Vermelhas ou do Zumbi, baixas e avermelhadas, ao sul da ponta do Mato Caboclo. Litoral do município de Touros RN.

ITACOATIARA - Era a chamada Pedra do Touro, outrora existente defronte à cidade de Touros.

MARCO ANTIGUO - Era o chamado Marco de Touros, na praia dos Marcos, nas lindes dos atuais municípios de Touros e Pedra Grande RN.

PONTA DOS CARDOS - Parece ser a atual ponta dos Três Irmãos, município de São Bento do Norte RN.

R. GUAMARE - Conserva ainda a mesma denominação, Rio Guamaré.

R. DAS SALINAS - Ao que tudo indica, trata-se do mesmo rio Barra do Fernandes, que se comunica com um dos braços que entram na barra do Guamaré. Era o mesmo Carwaretama das crônicas do período da dominação flamenga na Capitania. Dá-nos notícia do Barra do Fernandes, o autor M.A. Vital de Oliveira (7).

R. OMARATIBO - É o mesmo Barytuba, ou Marytuba do tempo dos holandeses. O rio Madeira, ou Arrombado, o mais oriental dos cinco braços que formavam o atual rio Açu.

R. VAPERUG - Chamado também, antigamente, de rio Varerug. Trata-se do desaparecido Manuel Gonçalves, o segundo braço que formava a barra do rio Açu, do oriente para ocidente.

R. GAROROHUG - O mesmo Guararug, hoje Amargoso ou Salgado, um dos três rios que atualmente formam a barra do Açu.

R. IQUEJUG - É o mesmo Ugequageguarin da época holandesa, o atual rio dos Cavalos, um dos braços que formam a barra do Açu.

P^a. DO MEL - conserva o mesmo nome antigo, Ponta do Mel.

C. DE CABATIGUAPE - Corresponde à atual Ponta Redonda, no litoral do município de Areia Branca RN.

R. HUGBERANDUBA - Trata-se do rio Mossoró, ou Apodi.

O acidente geográfico seguinte, na descrição de Pero Coelho de Souza, é **HABARAMA** que corresponde à atual Ponta Grossa, do Retiro Grande ou também

Jabarana, em território cearense.

(1) PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL; DENÚNCIAÇÕES E CONFISSÕES DE PERNAMBUCO 1593-1595, pp. 26, 111, 124, 142, 143.

(2) PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL- Denúncias da Bahia, pp. 514-560.

(3) SALVADOR, Frei Vicente do • História do Brasil 1500-1627, pp. 282-285, 294-296.

(4) PEREIRA DE BERREDO, Bernardo • Anais Históricos do Estado do Maranhão, pp.39-40.

(5) _____ • Obra citada, p. 42.

(6) VITAL DE OLIVEIRA, M.A. • Roteiro da Costa do Brasil do Rio Mossoró ao Rio de S. Francisco do Norte, p.68.

(7) _____ • Obra citada, p.13.

A ITACOATIARA, OU PEDRA DO TOURO GRANDE, E O RIO UGUAÇU

No período de 1603 a 1608, o capitão Pero Coelho de Souza procedeu a um levantamento do litoral nordestino, do Potengi (Rio Grande) aos confins do Maranhão. Um dos topônimos referidos por Coelho de Souza era chamado de **Itacoatiara**, localizado entre **Barreiras Vermelhas** (provavelmente as atuais barreiras do Inferno, ou do Zumbi) e o **Marco Antigo** (a atual Praia dos Marcos).

Baseando-se no rascunho feito pelo Capitão-Mor, o cartógrafo João Teixeira Albemaz I elaborou um mapa, incluído no livro de Diogo de Campos Moreno, escrito em 1612 (1).

Em uma ponta de terra vizinha à cidade de Touros, existia antigamente uma pedra chamada pelos indígenas de **Çuúguaçu**, que lembrava a cabeça de um veado ("Çuú - veado; Guaçu = verdadeiro, legítimo). A Itacoatiara mencionada por Coelho de Souza era a mesma **Çuúguaçu**.

Ao chegarem os portugueses àquela região, acharam semelhança entre aquela pedra e a cabeça de um touro, daí ter surgido entre eles o topônimo **Pedra do Touro**. Ao rio que corria nas vizinhanças da pedra **Çuúguaçu**, os silvícolas designavam pelo mesmo nome, o qual era entendido pelos portugueses como **Uguaçu**. Tal curso d'água corresponde ao atual Rio de Touros, Jiqui ou Maceió, que banha a cidade de Touros.

O geógrafo Alfredo Moreira Pinto, autor de "Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil" (P-Z), editado em 1899, transmite a tradição popular referente à origem do topônimo Touros:

"Quanto à denominação que dão de Porto de Touros, consta ter sido devido ao fato de que na ocasião em que os antigos navegantes da costa aproximaram-se dessa vila, terem aparecido uns touros que pastavam no cume de uma rocha, que existe no Touro, onde ainda se vê peças de artilharias, que ali foram colocadas outrora por causa dos piratas (2)".

Em 1625 seguiram para a Holanda os indígenas potiguares, moradores na Baía da Traição, Gaspar Paropaba, Andreus Francisco, Pieter Poty, Antony Guirawassauay, Antony Francisco e Lauys Caspar. No ano de 1628, em Amsterdam, perante o notário Kilian van Rensenlaer, os citados indígenas forneceram uma minuciosa descrição do litoral nordestino -desde Pernambuco até os confins do Ceará.

No território correspondente à Capitania do Rio Grande, um dos rios citados pelos potiguares foi o **Uguasú**, o mesmo que atualmente corta a cidade de Touros. Segundo os declarantes, o **Uguasú** era "um pequeno rio de água doce, sem portugueses, a 6 léguas de Pecutinga (3)". O Pecutinga, ou Petitinga, recebe

hoje a denominação de Punaú.

Em 1647, o aventureiro Roulox Baro nos dá notícia do Morro Matiapoa, nas nascentes do rio Vvuvvug, o mesmo rio Uguaçu das crônicas do século XVII. Martiapoa corresponde à atual Serra Verde, quatro léguas distante do rio Uguaçu. Neste existiam jacarés, que mediam de 9 a 10 pés de comprimento (4).

Na historiografia seiscentista, novamente o rio Uguaçu é citado por ocasião do desembarque do mestre-de-campo Luís Barbalho Bezerra, ocorrido no Porto de Uguaçu, perto ao de Touros, no dia 7 de fevereiro de 1640. Uguaçu distanciava-se 14 léguas do Rio Grande.

No dia 10 de janeiro de 1854 ocorreu um forte tremor de terra, que ficou conhecido na tradição popular como "o estrondo do Touro Grande", que se fez sentir também em Natal. O "estrondo" destruiu o cabeça de pedra, próximo ao qual fora edificado um fortim no ano de 1808.

E de tal maneira a Cabeça do Touro jaz despedaçada dentro das águas do oceano...

(1) CAMPOS MORENO, Diogo de • **Livro que da Razão do Estado do Brasil**, p.83

(2) MOREIRA PINTO, Alfredo • **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**, 3º vol., p.p. 646-647.

(3) GERRITSZ, Hessel • **Journals et Nouvelles**, &., p.172.

(4) MOREAU, Pierre & BARO, Roulox • **História da Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**, p.124.

ONDE FICAVA A ALDEIA DE JACUMAÚMA?

Em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, sob o título AREZ - O MUNICÍPIO, o historiador NESTOR LIMA apresenta algumas informações sobre a origem daquela cidade, colhidas junto à tradição popular:

"A antiga vila de Arez teve suas origens no aldeamento de Guaraíras, de índios caboclos da língua geral, à margem da dita lagoa, tendo por chefe o índio Jacumaúma. Diz a tradição que essa aldeia se formou de alguns casais de índios que se desligaram dos aldeados em Papari, por desavenças entre si, e foram localizar-se à margem do rio Jacú, pouco acima de sua embocadura. Ainda hoje existe a tapera, onde era a taba daquele valoroso índio chefe: fica a 800 metros, ao sul, da propriedade Estivas (de Leônidas de Paula) e foi aí o primeiro núcleo de vida selvagem"(1).

O AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, de 1614, fornece-nos referências sobre duas datas e sesmarias concedidas na Capitania, ambas no rio Jacu, as quais tiveram a sua demarcação a partir daquela Aldeia de Jacumaúma:

"A data oitenta e seis deu Jerônimo de Albuquerque a Domingos Sirgo, em onze de outubro de seiscentos e cinco anos, é de meia légua de terra em quadra, no rio de Jacryhu, a qual começa de um pacoval de Jacumahu pelo rio abaixo, ficando o rio a meio; nunca fez benfeitorias, está dada a filhas de Manuel Rodrigues, serve para gados e mantimentos" (2).

A data cento e oitenta e uma deu o capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco a Manuel Rodrigues, em onze de dezembro de seiscentos e treze, é uma légua de terra em quadra, que se começará a medir da Aldeia de Jacumahuba, meia légua pelo caminho que vai para Cunhaú, e outra meia pelo caminho que vem para esta Fortaleza, as outras oitocentas braças para a banda do sertão, e a demasia para a banda do mar; é para pastos e roças, e canas" (3).

No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte existe uma transcrição documental, relativa às terras concedidas a Domingos Sirgo em 1605. Tal documento trata, inclusive, da demarcação da dita meia légua em quadra, ocorrida aos 3 de dezembro de 1615. Foi demarcador das terras Antônio Gonçalves Minhoto. Dos autos da demarcação, colhemos preciosas informações, que nos permitem a exata localização topográfica da data nº 86:

No Riacho Urumuá, que desaguava na Lagoa de Guaraíras, existia a "aldeia de um principal por nome Jacumahuba", abaixo da qual encontrava-se um pacoval

(bananeiral), onde foi implantado o 1º marco da medição. Daquele pacoal, foram medidas 270 braças para o sul, chegando-se a um ingazeiro localizado à margem direita do rio Jacu, local que recebeu o 2º marco.

Do referido pacoal, mediram-se 330 braças para o norte, em cujo local foi encravado o 3º marco "com outras três testemunhas". De tal forma, do rio Jacu para o norte foram medidas 600 braças.

Em seguida, a principiar do 2º marco, no rumo do sul foram medidas também 600 braças, implantando-se o 4º marco da medição. O local assinalado ficava "perto do caminho dos cavalos, que vai para Cunhaú".

Do 4º marco, o demarcador tomou a direção do nascente até atingir um local distanciado 1.200 braças, "em uma campina despida e rala, aonde metemos o 5º marco com três testemunhas".

Do local, seguiu a medição para o norte, com 1.200 braças, "e acabamos em uma macaboruna, aonde metemos o 6º marco com três testemunhas". Do 6º para o 3º marco havia também 1.200 braças, ficando de tal forma perfeitamente demarcada aquela meia légua de terra em quadro (4).

Segundo o mapa de MARCGRAVE, incluído no livro de BAILÉU e referente à Capitania do Rio Grande, o riacho Urumuá corria paralelamente e ao norte do rio Jacu. Nos dias atuais, em virtude da sensível redução da área ocupada pela lagoa de Guaraíras, o antigo Urumuá (hoje denominado de LIMOAL) converteu-se em um afluente do Jacu. Antigamente a Lagoa de Guaraíras estendia as suas águas até as proximidades (meia légua) da cidade de Goianinha (5).

A Aldeia de Jacumaúma ficava localizada na atual Usina Estivas, no mesmo ponto onde tem o seu início a ponte ferroviária sobre o rio Limoal. A referida aldeia distanciava-se cerca de 3 quilômetros da atual cidade de Goianinha, para o lado norte.

Naquele trecho da ferrovia, encontra-se uma distância de cerca de 600 metros, entre os rios Limoal e Jacu, tudo coincidindo com as mensurações apuradas pelo demarcador em 1615. Ademais, as terras, ali, se prestam otimamente para "pastos e roças, e canas"...

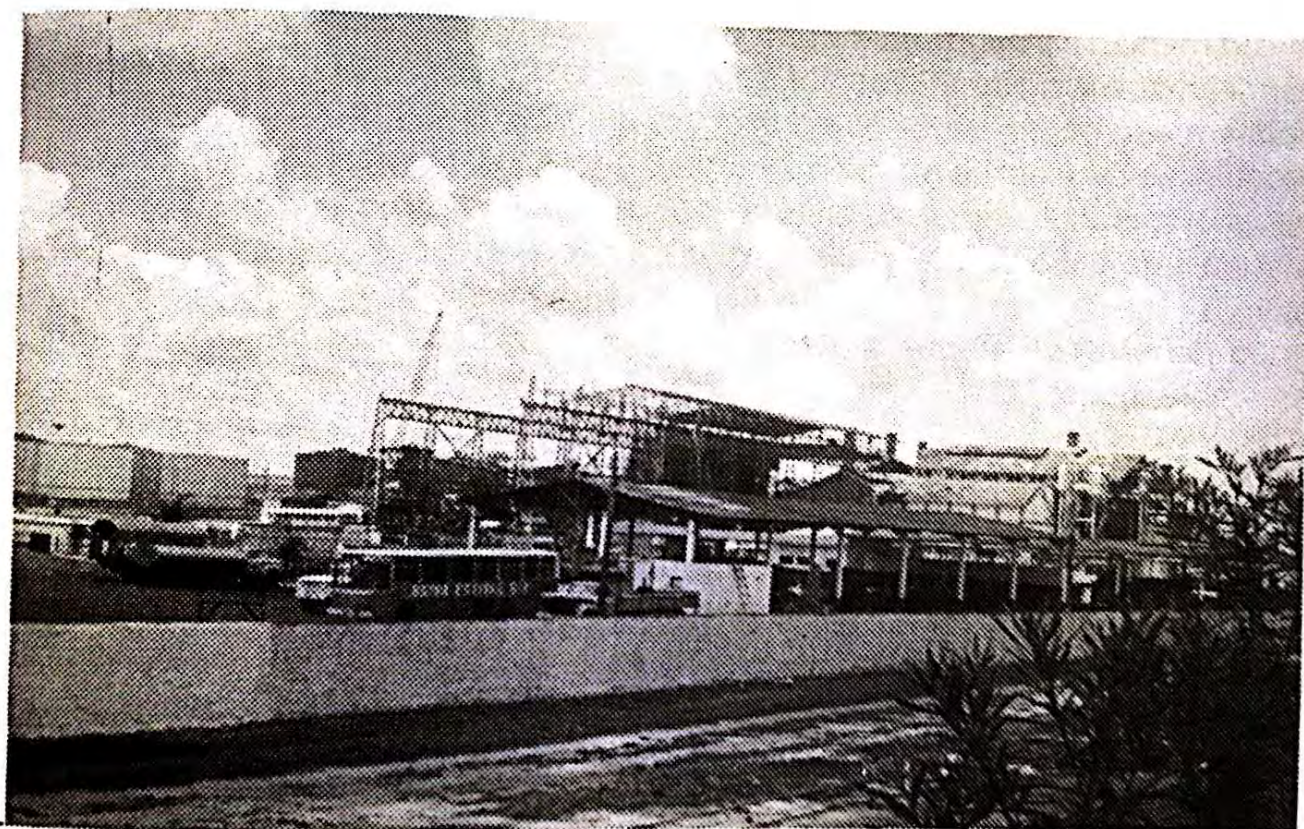
(1) LIMA, Nestor • Arez, o Município, pág. 123;

(2) TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DA TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1614, pág. 44;

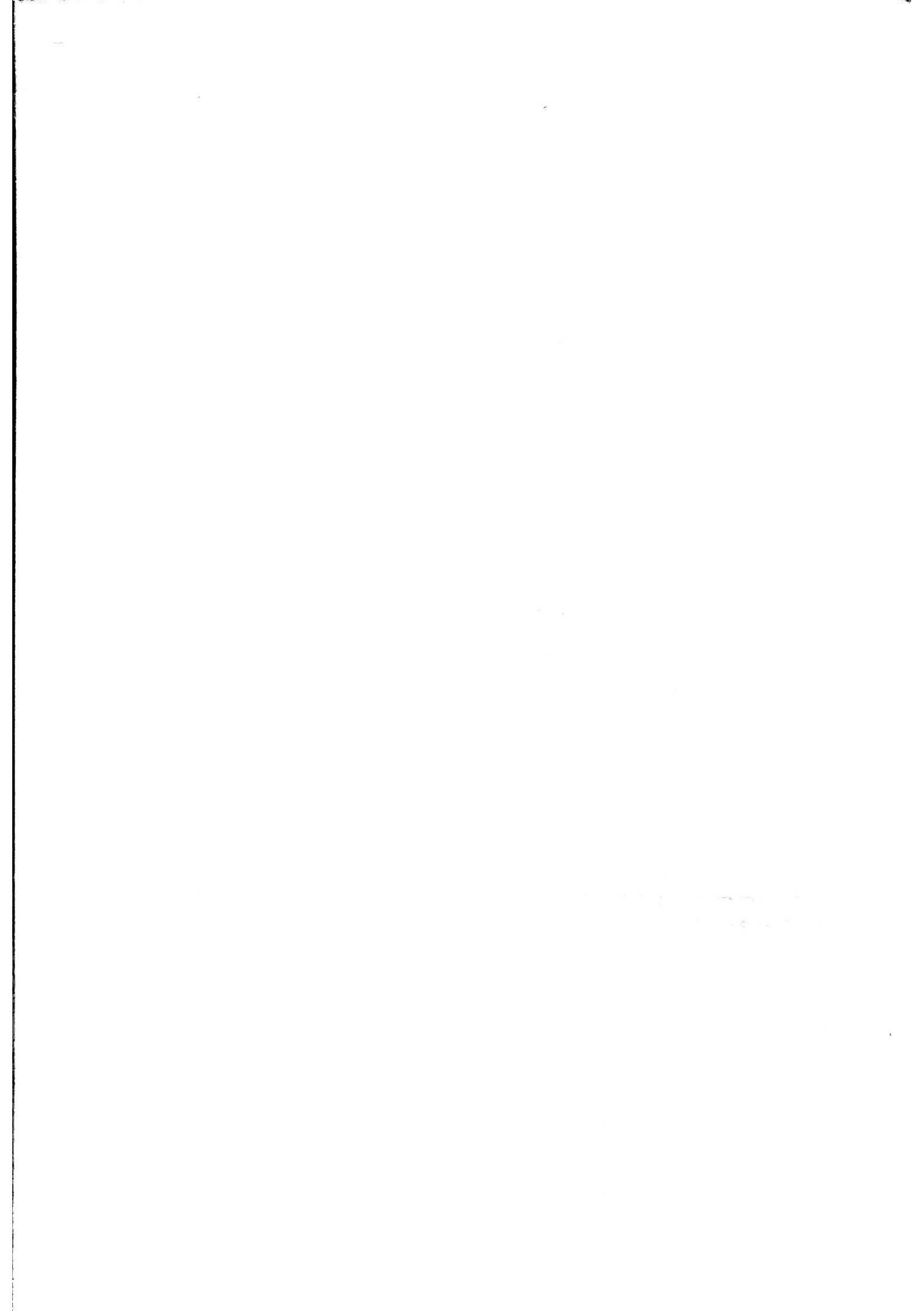
(3) IDEM, pág. 73;

(4) LIVRO DE NOTAS DE NATAL (1678) - Papéis que manda botar nestas Notas Gonçalo Gil -

(5) GERRITSZ, Hessel • Journaux et Nouvelles tirées de la bouche de Marins Hollandais et Portuguais de la Navigation aux Antilles et sur les Côtes du Brésil (Declaration de Caspar Paraoupaba, etc.), pág. 172;



No local onde atualmente funciona a Usina Estivas, no município de Arez-(RN), existia no ano de 1605 a aldeia de Jacumaúma.



ALDEIA DE ANTÔNIA, OU ALDEIA DE GOIANA, ORIGEM DA CIDADE DE GOIANINHA

O padre SERAFIM LEITE, baseando-se na Carta Ânua da Província do Brasil, da Ordem Jesuíta - anos de 1605 e 1606, datada da Bahia 11.04.1607 -, descreve a presença dos padres Diogo Nunes e André de Soveral, na ALDEIA DE ANTÔNIA, Capitania do Rio Grande:

"Depois partiram para as aldeias. Chegaram a uma, que era governada por uma Índia cristã, 'que podia dar exemplo aos melhores governantes quer no respeito dos súbditos, como na paz da república'. Chamava-se Antônia. Tal foi o seu prazer ao saber a ida dos Padres à sua aldeia, não consentiu fossem pelo carreiro tortuoso do costume, senão que mandou abrir um caminho em linha reta, à força de braços e de ferro, e veio recebê-los a '15.000' passos da aldeia, com os seus presentes. Antônia Potiguar, a índia 'governadora' da Aldeia, regulou nesta visita o seu estado matrimonial, com o homem que tinha escolhido, e com quem já vivia. Antônia Potiguar ficou famosa. E sua aldeia, a **Aldeia de Antônia**, perto da Lagoa das Guaraíras, é uma das poucas referências topográficas, na fundação do Rio Grande (1)".

O livro de DIOGO DE CAMPOS MORENO, de 1612, apresenta um mapa da Capitania do Rio Grande, onde figura a Aldeia de Antônia, cuja situação topográfica coincide com o sítio, hoje representado pela cidade norte-rio-grandense de Goianinha (2). Àquela época, a Lagoa de Guaraíras apresentava uma extensão muito superior à atual, e suas águas vinham até as proximidades (meia légua) da atual Goianinha.

A antiga ALDEIA DE ANTÔNIA aparece nas crônicas posteriores, com a denominação de ALDEIA DE GOIANA.

Em 1625, foram levados para a Holanda os indígenas Gaspar Paraupaba, André Francisco, Pedro Poti e outros. Três anos depois, perante o notário Kilian van Renselaer, os referidos indígenas prestaram uma declaração, na qual fizeram referência à Lagoa de Guaraíras e a Goiana:

"A uma meia-légua de Guirayre fica Guanana, habitada por pescadores, portugueses, negros e brasileiros. Estes últimos não são numerosos"(3).

O pe. MANUEL DE MORAIS, em 1635, dava notícia da aldeia de Vajana ou Goacana, capitaneada por Francisco Jakuíma, localizada a 5 léguas de Cunhaú na direção do Rio Grande (4).

Relatório de 1638, do conde João Maurício de NASSAU ao Conselho dos XIX, informava ser Goiana, uma das quatro freguesias existentes na Capitania

do Rio Grande (5).

No Relatório DUSSEN, de 1639, também figura a aldeia Goyana, cujo capitão era Jacob Pietersz, estando sob o seu comando 46 homens d'armas. Segundo o mesmo o Relatório, Goiana era uma das quatro freguesias existentes na Capitania do Rio Grande, sendo as outras três, Cunhaú, Mopebu (Papari) e Potigi (Natal) (6).

O livro de BARLÉU também nos dá notícia da existência daquelas quatro freguesias (7).

A INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, de 1749, ao divulgar a Relação da Aldeias sujeitas à Junta das Missões do Bispado de Pernambuco, na Capitania do Rio Grande, não menciona a Aldeia de Goiana, o que indicava já ter passado aquela antiga aldeia à condição de povoação (8).

(1) LEITE, Pe. Serafim • **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Vol. V, p. 507;

(2) CAMPO MORENO, Diogo de Campos • **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, p.81;

(3) GERRITSZ, Hessel • **Journaux et Nouvelles tirées de la bouche de Marins Hollandais et Portugais de la Navigation aux Antilles et sur les Côtes du Brésil**, p.172;

(4) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até ao ano de 1636**, vol. II (Livros VIII-XIII), p. 515;

(5) BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS CAPITANIAS CONQUISTADAS DE PERNAMBUCO, ITAMARACÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE, SITUADAS NA PARTE MERIDIONAL DO BRASIL. RELATÓRIO DO PRÍNCIPE MAURÍCIO DE NASSAU AO CONSELHO DOS XIX A 14 DE JANEIRO DE 1638, PP. 139 e segs.;

(6) DUSSEN, Adriano van der • **Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639)**, p. 91;

(7) BARLÉU, Gaspar • **História dos Feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, p. 128;

(8) INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, P. 420;

PARA UMA CRONOLOGIA DA CIDADE DE NÍSIA FLORESTA (1607-1899)

Um cronista anônimo, provavelmente o padre Gaspar de Samperes, descreveu o rio **Tarairi**, onde havia excelentes terras para engenhos de cana. Na ribeira ficavam situadas duas aldeias indígenas, que seriam a de Mipibu e a de Paraguaçu (1).

1610

O local onde foi edificada a cidade de Nísia Floresta (ex-Papari), acha-se incluído na data e sesmaria concedida pelo capitão-mor do Rio Grande, Jerônimo de Albuquerque, a João Pereira e Miguel Pereira, no dia 8 de março de 1610. A referida doação, que tomou o número de ordem 144, compreendia légua e meia de terra em quadro no rio Capió, afluente do Trairi, "a qual terra serve para mantimentos e pastos, não se fizeram benfeitorias até agora, estão devolutas (2)".

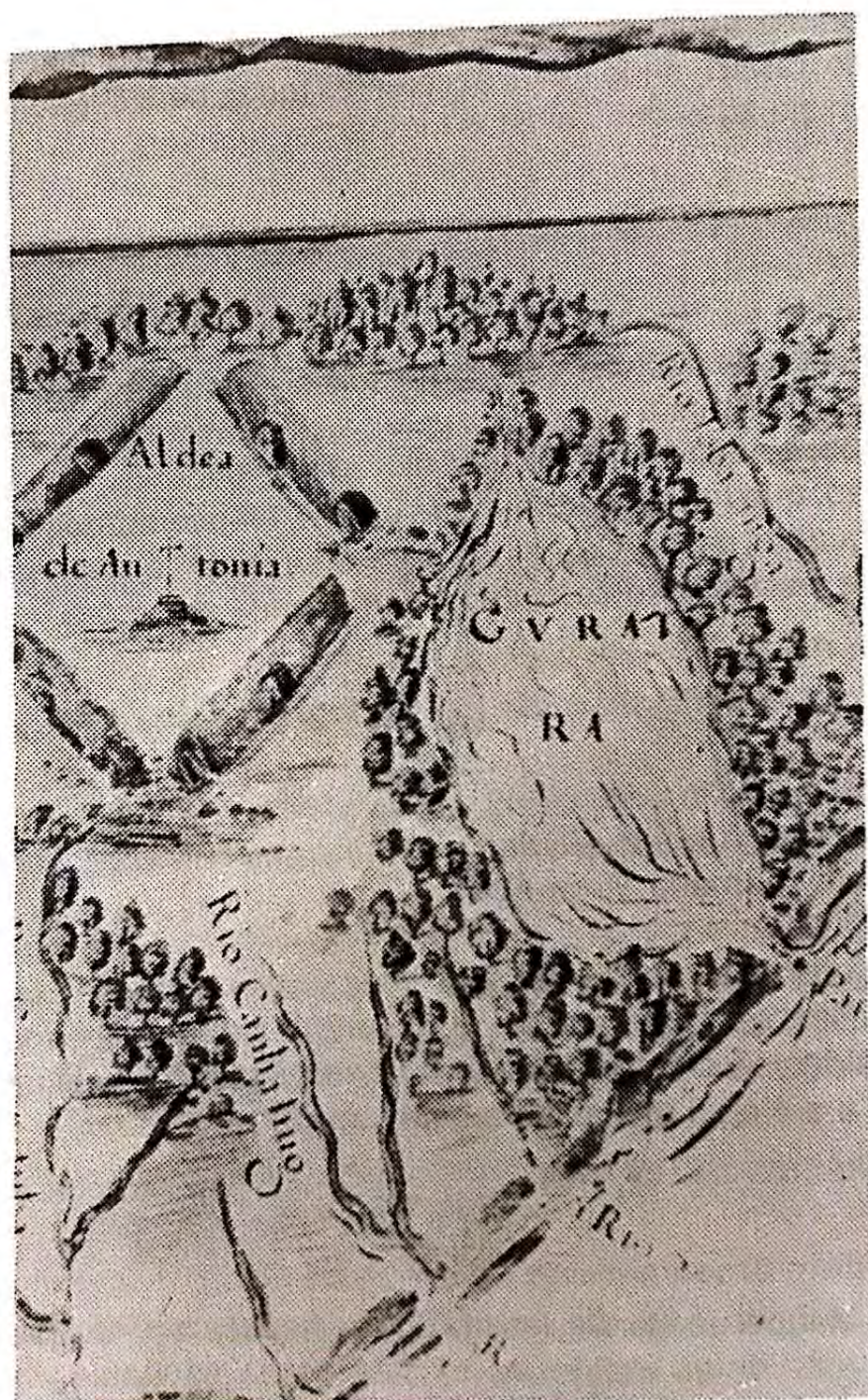
1630

O brabantino Adriano Verdonck, espião a serviço dos holandeses ,faz menção à aldeia chamada **Moppobú**:

"Nesta jurisdição do Rio Grande pode haver ao todo 5 ou 6 aldeias de brasilienses, que juntos devem contar 750 a 800 frecheiros, e a principal destas aldeias é chamada Moppobú e está situada a 7 milhas ao sul do Rio Grande e a 4 ou 5 milhas para o interior (3)".

1635

O padre Manuel de Moraes, jesuíta que se bandeara para o partido holandês, ao descrever as aldeias indígenas existentes na capitania do Rio Grande, mencionou a Aldeia **Mopebi**, àquele ano reunida à Aldeia de Parawassu, mantendo cada uma o seu respectivo capitão. O capitão de Mopebi chamava-se Antônio de Atayde (4). Em 1633, a Aldeia de Mipibu encontrava-se sob os cuidados dos jesuítas.



Detalhe do mapa da Capitania do Rio Grande, incluído no LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL (1612), focalizando a Lagoa de Guaraíras e a ALDEIA DE ANTÔNIA.

1639

O Relatório de Adriano van der Dussen, de 1639, apresentado ao Conselho dos XIX, mencionava dentre outras, a Aldeia de **Mompabu**, a qual se achava sob a direção do capitão Davidt Laeman. Nela havia 56 homens d'armas (5).

1645

Na aldeia indígena de Tapisserica, distrito de Goiana, realizou-se uma assembléia de índios, patrocinada pelo governo holandês, à qual compareceram Bastião de Andrade e Rodrigues Gaguapisy, respectivamente capitão e adjunto na Aldeia Mipibu. Naquela ocasião, era tenente na referida aldeia rio-grandense Alexander Jacycoby; alferes, Domingos Guiratioba. Juiz em Mipibu, Rodrigues Jaguapacu; adjuntos, Simão Piraroba e Domingos Goaruru.

Naquela ocasião foram eleitos para a 3ª Câmara, no Rio Grande, os representantes da Aldeia de **Monpebú**, João Inabu e Domingos Urutyba. A Câmara funcionaria na Aldeia Orange em Natal. Em certo trecho do relatório da Assembléia Indígena de 1645, a Aldeia de Mipibu também é mencionada sob a denominação de **Bopeba** (mbói pewa = cobra chata, que talvez fosse o nome de um antigo chefe indígena) (6).

1646

Hamel, Bullestrate e Bas informam que a capitania do Rio Grande achava-se dividida em 4 distritos, "que receberam os nomes dos rios que ali correm, como Cunhaú, Goiana, Mompabu e Potigi (7)".

1687

A Aldeia do Mipibu teve sua participação na chamada Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia, insurreição indígena que abalou a capitania. Naquela aldeia foi levantada uma casa-forte, com a finalidade de assegurar a defesa contra os tapuias. A casa-forte, já existente em 1687, contava com apenas 5 ou 6 defensores, tendo os demais indígenas partido para o sertão, incorporados às fileiras do coronel Antônio de Albuquerque da Câmara (8).

1698

O mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, do Terço dos

Paulistas , engrossou as suas fileiras com indígenas pertencentes à aldeia de Mepebu, quando de sua passagem por ali. O mestre de campo seguia para os campos do Açú, a fim de enfrentar os tapuias rebelados (9).

1703

O desembargador Cristovão Soares Reimão providenciou a medição de uma légua de terra, destinada aos índios da Aldeia de Mipibu, onde existia uma capela dedicada a Nossa Senhora do Ó. A referida aldeia era habitada por 57 casais (10).

1713

Documento deste ano, que trata de uma doação de terra feita a Salvador da Silva, Marcos Moreira da Fonseca e Baltasar Gonçalves de Sá, menciona o fato de que as casas habitadas pelos indígenas, na aldeia do Mipibu, eram fabricadas de "madeiras e carnaúbas"(11).

1736

Neste ano foi procedida uma nova medição das terras pertencentes aos indígenas da aldeia do Mipibu, de Nossa Senhora do Ó (12).

1740

A Missão do Mipibu, subordinada à freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande (Natal), foi transferida para um outro local, hoje representado pela cidade de São José do Mipibu. Aquela primeira missão, do Papari, era missionada pelo clero secular (13).

1749

Informação de 1749, que trata da aldeias sujeitas à Junta das Missões do Bispado de Pernambuco, também descreve a Aldeia do Mipibu, transferida desde 1740 para o local hoje chamado São José de Mipibu, distanciado meia légua de Papari (14).

1756

Uma Relação de 1756, elaborada pelo Senado da Câmara do Natal, dirigida ao Dr. Ouvidor Geral Domingos Monteiro da Rocha, informa da existência de Papari:

"Tem outra povoação da parte do sul chamada de Papari, e ribeira do Mopebú, na qual tem uma capela invocação de N. Senhora do Ó, nesta povoação tem dois rios um chamado de Cururú e faz barra na costa do mar, é inavegável pelos muitos penedos de que compõe a sua costa, nasce no sertão do Trairi e do nascimento deste à barra serão vinte léguas e só corre em anos invernosos, entra-lhe água salgada distância de duas léguas (15)".

1774

O governador e capitão-general José César de Menezes, da capitania de Pernambuco, descreveu o território sob sua jurisdição, no qual achava-se incluída a capitania do Rio Grande do Norte. Aquele governador também dá notícia de Papari:

"Papari distante meia légua (da vila de São José), que lhe fica ao nascente, cuja foi Curato, e hoje unida a dita Villa na criação della, onde reside o Coadjutor; o orago he Nossa Senhora do Ó (16)".

1810

O britânico Henry Koster hospedou-se em Papari, em 1810, tendo deixado uma bela descrição do que ali presenciou e participou. Koster, inclusive, hospedou-se na casa do português Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, que foi pai da notável escritora Nísia Floresta:

"Papari é situada num vale estreito e profundo, mas de lindo aspecto. É intensamente cultivado, principalmente este ano as terras foram valorizadas, por não haver chuvas e os trechos arenosos serem estéreis. Com efeito, quando vira noutras paragens a terra seca e queimada, essa região é cheia de verdura, irradiando alegria derredor de si, ciente de sua superioridade os habitantes parecem compreender, pela sua satisfação, a partilha esplêndida que receberam.

Papari tem outra vantagem, embora longe três ou quatro léguas do mar,

possui um lago d'água salgada, de forma que os moradores têm peixe às portas. A maré vai até o lago, que jamais seca, e mesmo os rios d'água doce raramente param, preservando uma certa parte de ação marítima. Os pescadores vão nas suas pequenas jangadas que não exigem mais que doze polegadas de profundidade. Papari está a cinco léguas de Cunhaú.

Senhor Dionisio apresentou-me a sua mulher. Ele é português e ela brasileira. Tem uma pequena propriedade no vale, que me pareceu prosperamente colocada. Papari contará uns trezentos habitantes muito espalhados. Soube que, durante este ano, muitas pessoas se fixaram aqui pela carência de víveres nos lugares de origem.

Fui à margem do lago para presenciar a chegada dos pescadores. O povo da redondeza estava todo reunido para recebê-los. É perfeitamente uma miniatura de Bilingsgate, exceto que o idioma português não admite pragas.

Jantei à moda brasileira, numa mesa colocada a seis polegadas do solo, ao redor da qual nos sentamos ou melhor, nos deitamos, sobre as esteiras. Não havia garfos e as facas, em número de duas ou três, eram destinadas a cortar unicamente os maiores pedaços de carne. Os dedos deviam fazer o resto (17)".

1817

O Francês L.F. de Tollenare, autor das "Notas Dominicais", de 1817, descreveu Papari, em um rápida passagem: "Papari, que se acha 5 léguas mais adiante (de Cunhaú), é um povoado de 300 habitantes, perto do qual há uma lagoa salgada; toda a população vive da Pesca (18)".

No mesmo ano, foi impresso o livro do padre Manuel Aires de Casal, **Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. Ao tratar da povoação de Papari, assim a descreve aquele autor: "Em distância duma légua (em relação à vila de São José) está a pequena povoação de Papari, junto à Lagoa de Groaíras, ornada com uma capela de N. Senhora do Ó, e habitada de brancos, que freqüentam a pescaria (19)".

1820

Mons. José de Souza Avezedo Pizarro e Araújo, autor das **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**, faz menção à capela de Papari, filial da igreja-matriz da vila de São José. Pizarro e Araújo considerou Papari "uma povoação linda, cujo templo, com três altares, se conserva muito asseado (20)".

1877

O historiador norte-rio-grandense Manuel Ferreira Nobre, autor da **Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**, editada em 1877, informa que as ruas de Papari "são estreitas e tortuosas e a casaria é de gosto antigo"... Ainda, segundo Ferreira Nobre, em Papari existiam, naquele ano, uma delegacia e uma subdelegacia de polícia, um juizado de paz e um batalhão de guardas nacionais (21).

1899

Alfredo Moreira Pinto, autor dos **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**, ao tratar da vila e município de Papari, no Estado do Rio Grande do Norte, informa que a população da vila atingia pouco mais de 800 habitantes, abrigando o município um número superior a 7.000 indivíduos. Em Papari havia duas escolas públicas de instrução primária e uma agência do Correio (22).

-
- (1) LEITE, Pe Serafim • **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo I, pp. 557-559.
 - (2) TRASLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, &, p.63
 - (3) VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande**, &, p.226
 - (4) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, &, II, p.515.
 - (5) DUSSEN, Adrian van der • **Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses**, &, p.78.
 - (6) SOUTO MAIOR, Pedro • **Uma Assembléia de Índios em Pernambuco no Ano de 1645**, pp. 61-77.
 - (7) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Fontes para a História do Brasil Holandês - Relatório sobre a Conquista do Brasil, por Hamel, Bullestrate e Bas (1646)**, p.211.
 - (8) LIVRO 2º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1673-1690), fl. 107-v.
 - (9) MEDEIROS FILHO, Olavo de • **O Terço dos Paulistas do Mestre-de-Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro e a Guerra dos Bárbaros**, pp.13-14.
 - (10) GUERREIRO BARBALHO, Gilberto • **História do Município de São José de Mipibu**, pp. 39-44.

- (11) LIVRO 6º REGISTRO DE SESMARIAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE
- (12) GUERREIRO BARBALHO, Gilberto • **Obra citada**, pp. 46-48.
- (13) MEDEIROS FILHO, Olavo de • **Terra Natalense**, p.42.
- (14) INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, p.420.
- (15) MANUSCRITOS DA TORRE DO TOMBO DE LISBOA, p.13.
- (16) IDÉIA DA POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, & p.14
- (17) KOSTER, Henry • **Viagens ao Nordeste do Brasil**, pp. 85-86.
- (18) TOLLENARE, L.F. de • **Notas Dominicais**, p.117.
- (19) AIRES DE CASAL, Pe. Manuel • **Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**, p.281.
- (20) PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza • **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**, 8º vol.
- (21) FERREIRA NOBRE, Manuel • **Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**, p.179-181.
- (22) MOREIRA PINTO, Alfredo • **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**, 3º vol. p.23.

AS MINAS DE FERRO DE JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE

Em 1609, o Sargento-mor da Costa do Brasil, Diogo de Campos Moreno escreveu a "Relação das Praças Fortes do Brasil". Tratando da região do rio Curimataú, onde fora levantado o Engenho Cunhaú, assim se refere aquele Autor:

"A 23 léguas pela terra dentro, na direita deste rio, descobriu em dois de agosto de 608 o dito Jerônimo de Albuquerque grande quantidade de minas de ferro, com muita comodidade a se beneficiarem, tanto pela navegação deste rio, como porque vêm as ditas minas por terra a estar mui perto da povoação e fortaleza do Rio Grande e se poderá por aquela banda negociar por terra (1)".

Temos, portanto, alguns dados bem nítidos indicando a localização das minas de ferro de Jerônimo de Albuquerque, fundador do Engenho Cunhaú, em 1604, e capitão-mor do Rio Grande, de 1603 a 1610:

- 1º - as minas distavam 23 léguas de um ponto não identificado;
- 2º - ficavam as mesmas "pela terra dentro" (afastadas da costa);
- 3º - eram localizadas na direita (na direção) do rio Curimataú;
- 4º - havia possibilidade de o minério ser transportado através do referido rio;
- 5º - poderia o ferro também ser conduzido para o Rio Grande (Natal), por via terrestre.

Se admitirmos a hipótese de as 23 léguas serem contadas a partir da Cidade do Rio Grande, na direção do rio Curimataú, que lhe ficava ao sul, aquela medição excederia a localização do dito rio, atingindo território da vizinha capitania da Paraíba.

Vinte e três léguas contadas a partir da barra do Curimataú, seguindo a direita do rio, atingiriam a região do alto Curimataú, em pleno sertão árido paraibano, onde não corriam águas fluviais, senão na estação chuvosa.

Todavia, se as 23 léguas forem contadas através do percurso: Cidade do Rio Grande - Barra do Curimataú (ou Cunhaú) - Engenho Cunhaú - Mina de Ferro, tudo se adequará devidamente:

- 1º - o cronista Adriano Verdonck, espião a serviço dos holandeses, informava em 1630, que "de Cunhaú à cidade do Rio Grande, chamada cidade de Natal, há 17 milhas contadas ao longo da costa (2)". Àquela época, a légua e a milha já tinham se tornado sinônimos, no uso popular. Portanto, a barra do rio Curimataú ficava à distância de 17 léguas em relação a Natal, caminhando-se ao longo da costa da capitania;

2º - Diogo de Campos Moreno indica que a distância entre a barra do Curimataú e o engenho de Jerônimo de Albuquerque, correspondia a 5 léguas "pelo rio acima (1)";

3º - ocorria o trânsito fluvial pelo rio Cunhaú, até o engenho: "meia milha distante deste engenho corre um rio, de três milhas de longo e meia milha de largo, onde as barcas iam carregar açúcar, de 100 a 110 caixas cada barca (3)";

4º - em 1605, já existia um caminho terrestre ligando a Cidade do Rio Grande à Paraíba. O caminho passava, inclusive, pelo rio Jacu, proximidades da atual cidade de Goianinha, onde era conhecido como "o caminho dos cavalos, que vai para Cunhaú (4)". O referido caminho passava pela Gruta do Bode, que fica uma légua ao norte do Engenho Cunhaú. A Gruta do Bode, ou Sete buracos, fica localizada na margem direita do rio Catu, no município de Canguaretama, à altura do KM 158 da BR-101. Ainda hoje existe no subsolo uma rede de subterrâneos e respiradouros, com as características de uma mina.

5º - Somando-se às 17 léguas (Cidade do Rio Grande - barra do Curimataú), outras 5 (barra do Curimataú - Engenho Cunhaú), e mais uma (trecho entre o engenho e a Gruta do Bode), teremos aquele total de 23 léguas mencionado por Diogo de Campos Moreno. A Gruta fica próxima da bacia hidrográfica do rio Cunhaú e à beira do caminho que ligava Natal ao Engenho Cunhaú.

Em 1612, o mesmo Sargento-mor Diogo de Campos Moreno escreveu o "Livro que dá Razão do Estado do Brasil". Ao tratar da capitania do Rio Grande, informa o Autor:

"Nesta Capitania há minas de ferro, que descobriu Jerônimo de Albuquerque a quarenta léguas da fortaleza, no ano de 608 (5)". Houve, nessa segunda informação de Campos Moreno, uma evidente contradição ao que escrevera ele em 1609...

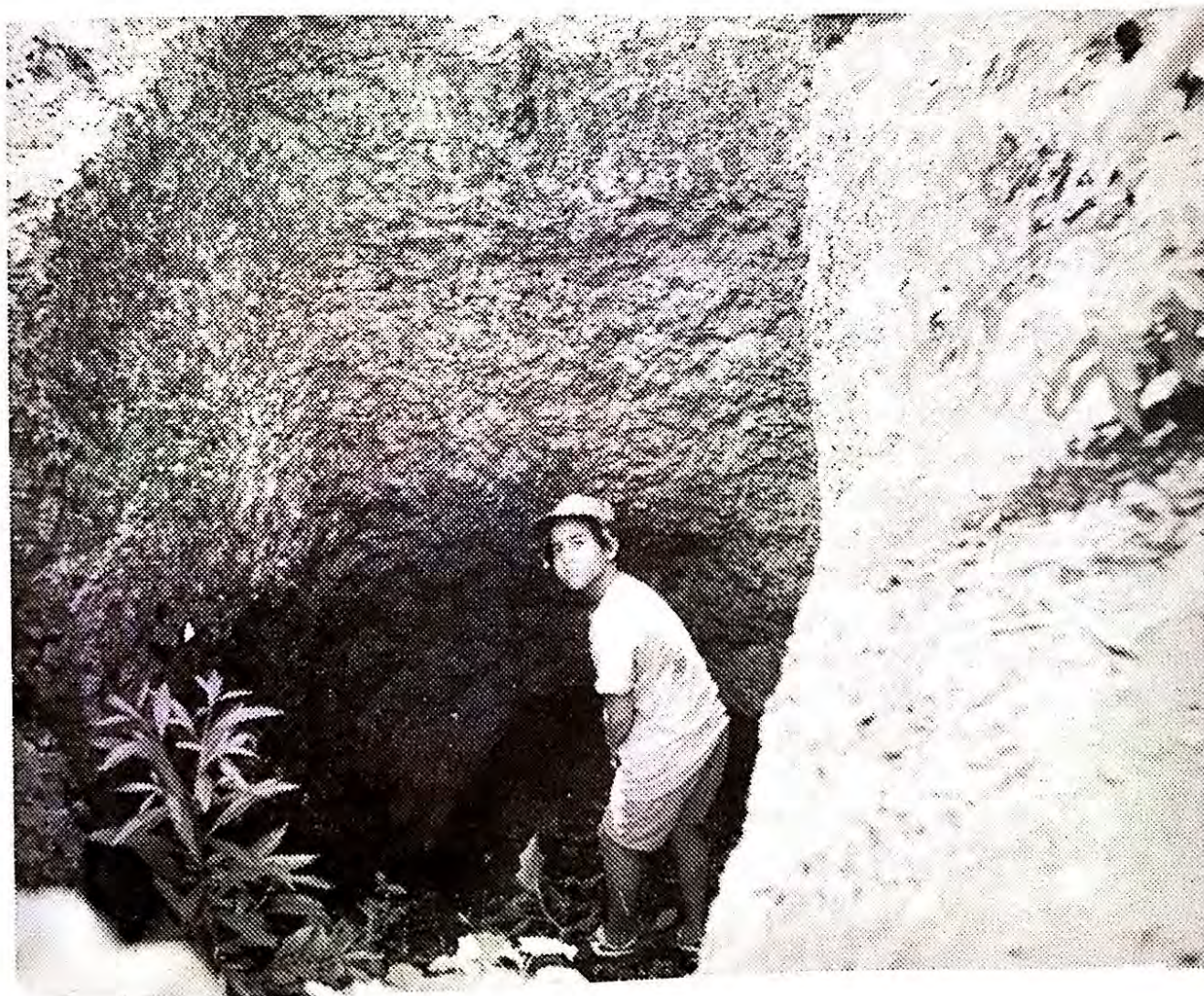
(1) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • A "Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) de Diogo de Campos Moreno", p.188;

(2) VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil em 20 de maio de 1630, p.226:**

(3) _____ • **Obra citada, p.225;**

(4) **LIVRO DE NOTAS DE NATAL (1678) - Papéis que manda botar nestas Notas Gonçalo Gil;**

(5) CAMPOS MORENO, Diogo de • **Livro que dá Razão do Estado do Brasil, p.79:**



A entrada da Gruta do Bode, ou os Sete Buracos, local onde existia a chamada mina de ferro de Jerônimo de Albuquerque.

CIDADE DO RIO GRANDE, 1609...

O professor JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO pesquisou no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, um vetusto e precioso manuscrito intitulado **RELAÇÃO DAS PRAÇAS FORTES, POVOAÇÕES E COUSAS DE IMPORTÂNCIA QUE SUA MAJESTADE TEM NA COSTA DO BRASIL**, de autoria de **DIOGO DE CAMPOS MORENO**.

Aquele insigne historiador pernambucano, baseado na citada documentação, escreveu o trabalho **A "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609), de Diogo de Campos Moreno**, publicando-o na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (vol. LVII, 1984, pp.177-246).

A primeira gravura retratando a Fortaleza dos Reis Magos e a nossa Capital, de que se tem conhecimento, corresponde à **Perspectiva da Fortaleza da Barra do Rio Grande**, de 1609, a qual é parte integrante daquela **Relação** de Diogo de Campos Moreno.

A faixa litorânea desenhada na **Perspectiva** tem o seu princípio na atual praia do Meio, que é descrita como uma "praia meia légua do forte em que se pode desembarcar com escaladas". Ao norte daquela praia, vê-se a Fortaleza dos Reis Magos sobre um "recife que cobre a maré cada 6 horas". O arrecife prolonga-se por 500 passos além do forte, até chegar ao canal do Potengi, que possui a profundidade de "31 palmos d'água morta".

Ao norte do canal constata-se a presença de um "recife coberto da outra banda da barra" (chama-se **Cabeça do Negro**). Defronte à fortificação nota-se um "padrão de areia a 100 passos da fortaleza" (165m), chantado nas vizinhanças de um padraço (duna). Por detrás desse padraço, no ponto hoje ocupado pelo "Círculo Militar de Natal", existem um cruzeiro (sinal de capela) e uma construção assinalada como a "casa do tenente".

Ao sul do padraço existe a indicação de uns médãos de areia: "tudo médãos d'areia com muito pouco mato".

Seguindo-se à capela e à "casa do tenente", vê-se a "casa do almoxarife", situada nas vizinhanças do atual Canto do Mangue. Mais acima, ainda à margem direita do Putugy, assinala-se a "povoação, meia légua da fortaleza, rio acima, com as casas de João Rodrigues Colaço".

No texto da "Relação das praças fortes do Brasil", figura uma descrição da antiga Cidade do Rio Grande, ou Cidade dos Reis, como era primitivamente denominada a atual Cidade do Natal:

"Meia légua da fortaleza do Rio Grande está uma pequena povoação, derivada dela a que chamam Cidade, donde João Rodrigues Colaço, que ali foi bom e proveitoso Capitão, fez umas casas de pedra e cal mui suntuosas, que valem muito, em que hoje está uma residência de Padres

da Companhia. Esta povoação terá até 25 vizinhos, pobremente acomodados nas vivendas das casas ..."

À margem direita do Potengi, no trecho compreendido entre o padrao e o noroeste do forte, nota-se a presença de três portos, no local então conhecido como o **Poço ou Acoradouro de Franquia**.

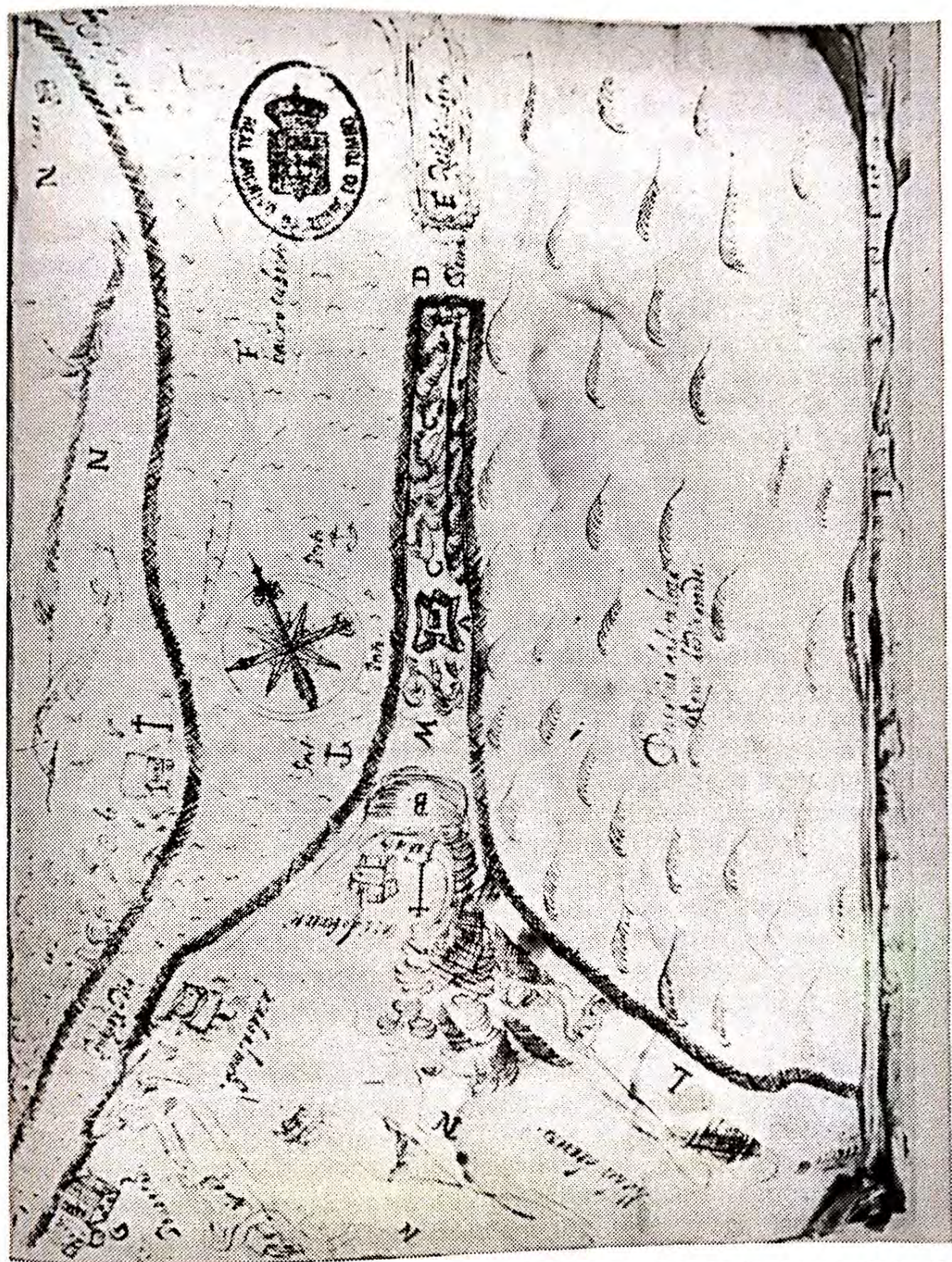
Passando-se à margem esquerda do Potengi, vemos no local hoje correspondente ao pontal da Redinha, um "porto de pescaria", com a presença de "rede". No ponto geográfico representado pelos esteiros do Manimbu e Jaguaribe, constata-se a existência de um cruzeiro, indicador da presença de uma capela. Esta fora levantada por Camarão Grande (Potiguaçu), maioral dos Potiguares, no Outeiro do Minhoto. Ali seria batizado o fundador da capela, no ano de 1612, pelos padres jesuítas Diogo Nunes e Gaspar de Samperes. Na situação hoje correspondente à Ilha do Cajueiro, local onde funciona o "Projeto Camarão", constata-se a existência de uma outra "rede", isto é, de um local onde havia intenso movimento ligado à pesca.

Ao oeste da barra do Potengi, em direção à atual praia da Redinha, assinala-se a existência de um "baixo coberto", ou sejam arrecifes submersos (a **Baixinha**). A partir da referida praia, para o norte, o mapa indica a presença de uma "costa de leste-oeste", toda ela com "médãos d'areia com muito pouco mato".

Acompanhado a referida costa, é assinalada a existência dos "baixos de São Roque", entre os quais e a terra firme havia um "canal além dos baixos, de três léguas, até o Maranhão, de três braços todo".

No trabalho de Diogo de Campos Moreno, também é apresentada uma gravura que focaliza a Fortaleza dos Reis, do Rio Grande. Ao nascente da fortificação fica o "mar grande"; e ao poente, a "banda do rio e porto". A fortaleza ergue-se sobre um arrecife: "todo este recife cobre a maré e de baixa-mar fica enxuto seis horas".

Na gravura consta uma escala representando até 200 palmos (44 metros), através da qual se pode constatar que a fortificação apresentava as mesmas dimensões que ainda possui.



"Perspectiva da Fortaleza dos Reis Magos", apresentada na "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609), de Diogo de Campos Moreno (Gentileza do prof. José Antonio Gonsalves de Mello).

OS ANTIGOS MARCOS DIVISÓRIOS DAS CAPITANIAS DO RIO GRANDE E PARAÍBA

No ano de 1611, o governador d. Diogo de Menezes ordenou a demarcação das capitanias do Rio Grande do Norte e Paraíba, ato de que nos deixou notícia o enviado especial daquele governador, DIOGO DE CAMPOS MORENO, sargento-mor do Estado do Brasil:

"O Anno de 611, se demarcou por ordem do dito Senhor, esta capitania, partindo cõ a Praiba pello rio Guaiahug, e pella banda do norte da fortaleza como fica dito pello Rio Guarahug ficando lhe toda a terra, que vay de siara até este Rio por ser deserta e de Areas em que não há cousa de proveito (1)".

Em 1639, o governador holandês da Capitania da Paraíba, ELIAS HERCKMAN, também descrevia as antigas fronteiras de 1611:

Uma légua ao noroeste do passo ou caminho de Ipitanga, além das campinas ou taboleiro, fica o rio Erioene, palavra que em língua brasílica significa mel preto (...). Na margem setentrional do mesmo rio, junto ao passo, existe um marco de pedra, no qual está escrito Parahyba na face do sul, e Rio Grande na face do norte, assinalando assim que o rio separa as duas Capitanias da Paraíba e Rio Grande. O Erioene mistura-se na praia com um outro pequeno, chamado Wasju, desemboca no mar ao sul da baía Formosa a duas léguas do Camaratuba (2)".

Em um mapa datado de 1638, cujo autor é com muita probabilidade CORNELIS BASTIAANZ GOLIJATH, incluído no Atlas de Vingboons (editado por volta de 1665), aparece o rio **Agsao** (Guaju), no qual vê-se assinalada a palavra **Merchstten** (os Marcos), ficando estes na margem setentrional do aludido rio (3).

O estudo cartográfico de GEORGE MARCGRAVE, de 1643, incluído no livro de BARLÉU (1647), ao focalizar as Prefeituras do Rio Grande e da Paraíba, menciona os MARCOS existentes ao nordeste e à pequena distância da confluência dos rios **Iriúna** (Uriúna) e **Guaiei** (Guaju). Passando à altura dos Marcos, via-se uma linha retilínea traçada de nascente a poente, correspondente àquelas mesmas fronteiras estabelecidas em 1611. Pelo mapa flamengo, os Marcos ficavam na margem setentrional do Guaju, um pouco ao sul dos 6° 30' de latitude sul (4).

Aos 6 de maio de 1712 foi concedida pelo governo da Paraíba, a data e sesmaria nº 100, a Luís Quaresma Dourado e Salvador Quaresma Dourado, "no

rio a que chamão dos Marcos, que divide esta jurisdição e a do Rio Grande do Norte, começando da estrada á que chamam de Uriuna (5)".

NESTOR LIMA, em artigo publicado sobre o município de Canguaretama, nos dá notícia daquele antigo marco de 1611:

"Ainda é conhecido o 'marco' divisório, que, segundo informações fidedignas, está desmontado e, em parte, destruída a coluna, de que só resta outra parte do pé, e, não obstante, fora da sua primitiva localização (6)".

A localidade onde ficava chantado aquele marco tríncentenário, chama-se Marcos de Cima, no município de Canguaretama (RN).

(1) CAMPOS MORENO, Diogo de • Livro que dá Razão do Estado do Brasil, p. 77.

(2) HERCKMAN, Elias • Descrição Geral da Capitania da Paraíba, p. 269.

(3) WIEDER, F.C. • Monumenta Cartographica, vol. II (Mapa 45).

(4) BARLAEUS, Casparis • Rerum per Octennium in Brasilia, &

(5) LIRA TAVARES, João de • Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, vol. I, p.79.

(6) LIMA, Nestor • Canguaretama, o Município, p.79.

ONDE FALECEU JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO?

Jerônimo de Albuquerque (2º), que depois acrescentaria o agnome Maranhão, nasceu em 1548 na Vila de Olinda, tendo sido o terceiro e último filho varão do casal Jerônimo de Albuquerque e Maria do Espírito Santo Arco-Verde; esta, filha do maioral tabajara Arco-Verde. Segundo o genealogista Borges da Fonseca, "viveu Jerônimo d'Albuquerque na pátria com a honra própria do seu nascimento (1)".

Jerônimo teve destacada atuação nos fatos relacionados com a reconquista da Capitania do Rio Grande aos franceses, como capitão de uma companhia enviada em dezembro de 1597 ao Potengi, pelo capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas Homem.

Por patente de dom Filipe II de Castela, que acumulava a coroa de Portugal, Jerônimo foi nomeado capitão-mor do Rio Grande, em substituição a João Rodrigues Colaço, que fora o primeiro a governar a capitania.

Jerônimo de Albuquerque assumiu o governo do Rio Grande no dia 7 de julho de 1603, e já no ano seguinte, a 2 de maio concedeu uma data e sesmaria de 5.000 braças em quadra, aos seus filhos infantes Antônio e Matias de Albuquerque, em cujas terras logo foi instalado um engenho de cana, o famoso Engenho Cunhaú, que se tornaria o primeiro e mais importante núcleo econômico da capitania.

Em 17 de junho de 1614, Jerônimo foi nomeado Capitão da Conquista e Descobrimento do Maranhão, região que se achava então sob o domínio francês. Em 19 de novembro de 1614, Jerônimo alcançou uma decisiva vitória sobre os franceses comandados por La Ravardière, no chamado Combate de Guaxenduba.

Oito dias depois, ainda sob o júbilo da vitória alcançada, Jerônimo acrescentou ao seu nome o apelido "Maranhão", conforme consta da sua assinatura aposta em documento de 27 de novembro. Segundo o genealogista Borges da Fonseca, a aposição do topônimo ao nome primitivo de Jerônimo de Albuquerque, foi uma mercê do rei dom Filipe II, por remuneração do serviço da conquista do Maranhão, graça "de que muito se prezaram seus descendentes (1)".

Jerônimo de Albuquerque Maranhão foi casado com dona Catarina Feijó, filha de Antônio Pinheiro Feijó, Feitor-Mor da Armada, que foi ao Maranhão, e de dona Leonor Guardes.

Jerônimo foi o primeiro Capitão-Mor do Maranhão, de 1616 a 1618, cargo em que foi substituído depois da sua morte, pelo filho Antônio de Albuquerque Maranhão.

O historiador Bernardo Pereira de Berredo informa ter falecido Jerônimo de Albuquerque Maranhão na cidade de São Luís do Maranhão, no dia 11 de fevereiro de 1618 (2).

Borges da Fonseca esclarece que "faleceu Jerônimo d'Albuquerque Maranhão no seu engenho do Cunhaú". Qual dos dois autores estaria com a razão?...

Na tradicional capela do Engenho Cunhaú, ainda existe uma antiga pedra tumular, já muito desgastada pelo atrito ocasionado pelos pés dos freqüentadores daquele templo, no decorrer de quase quatro séculos de presença religiosa.

Movidos pela curiosidade histórica, conseguimos com muita dificuldade reconstituir o texto em baixo relevo, inscrito naquela velha lousa:

- QUIJA - O

- - -DADO -

JNIMODE -

ALBUQ.MA

RANHAO

(AQUI JAZ O FUNDADOR JNIMO DE ALBUQ. MARANHAO)

Medindo cerca de 1,24 x 0,69m, a pedra encontra-se no piso da capela, posicionada ao pé do retábulo. As inscrições acima transcritas ocupam apenas o terço superior da superfície da lousa.

Com a leitura do texto contido na pedra tumular, fica definitivamente esclarecido o fato de ter falecido e sido sepultado o velho capitão-mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão, na capela do seu Engenho Cunhaú. Borges da Fonseca estava com a razão...

(1) BORGES DA FONSECA, Antônio Vitoriano • **Nobiliarquia Pernambucana**, l. p.9.

(2) PEREIRA DE BERREDO, Bernardo • **Anais Históricos do Estado do Maranhão**, pp. 189-190.

AS CASAS DA CÂMARA E CADEIA DA CIDADE DO NATAL

Ao estudarmos a documentação arquivada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, relativa à nossa antiga Capitania no seu período colonial, identificamos a existência de quatro edificações destinadas a abrigar o Senado da Câmara do Natal e a Cadeia Pública. Vejamos a síntese das informações compulsadas, as quais nos permitiram chegar às seguintes conclusões:

A PRIMEIRA CASA DA CÂMARA E CADEIA

No dia 1º de novembro de 1674, os Oficiais do Senado da Câmara do Natal, reunidos no Paço do Concelho desta Cidade,

“acordaram fazer-se Casa do Concelho, para o que mandaram chamar ao mestre carapina Antônio da Cunha, a quem deram o juramento dos Santos Evangelhos, em que declarasse se estava a Casa do Concelho servinte (sic) para se poder nela fazerem vereações e mais acordos convincentes, e pelo dito Antônio da Cunha foi dito, debaixo de juramento, estava a Casa caída de uma banda, e a outra para cair, de que mandaram os ditos Oficiais da Câmara DESMANCHAR A DITA CASA, e aproveitar a telha e tabuado, e logo MANDARAM FAZER A CASA DO CONCELHO (...)” (1).

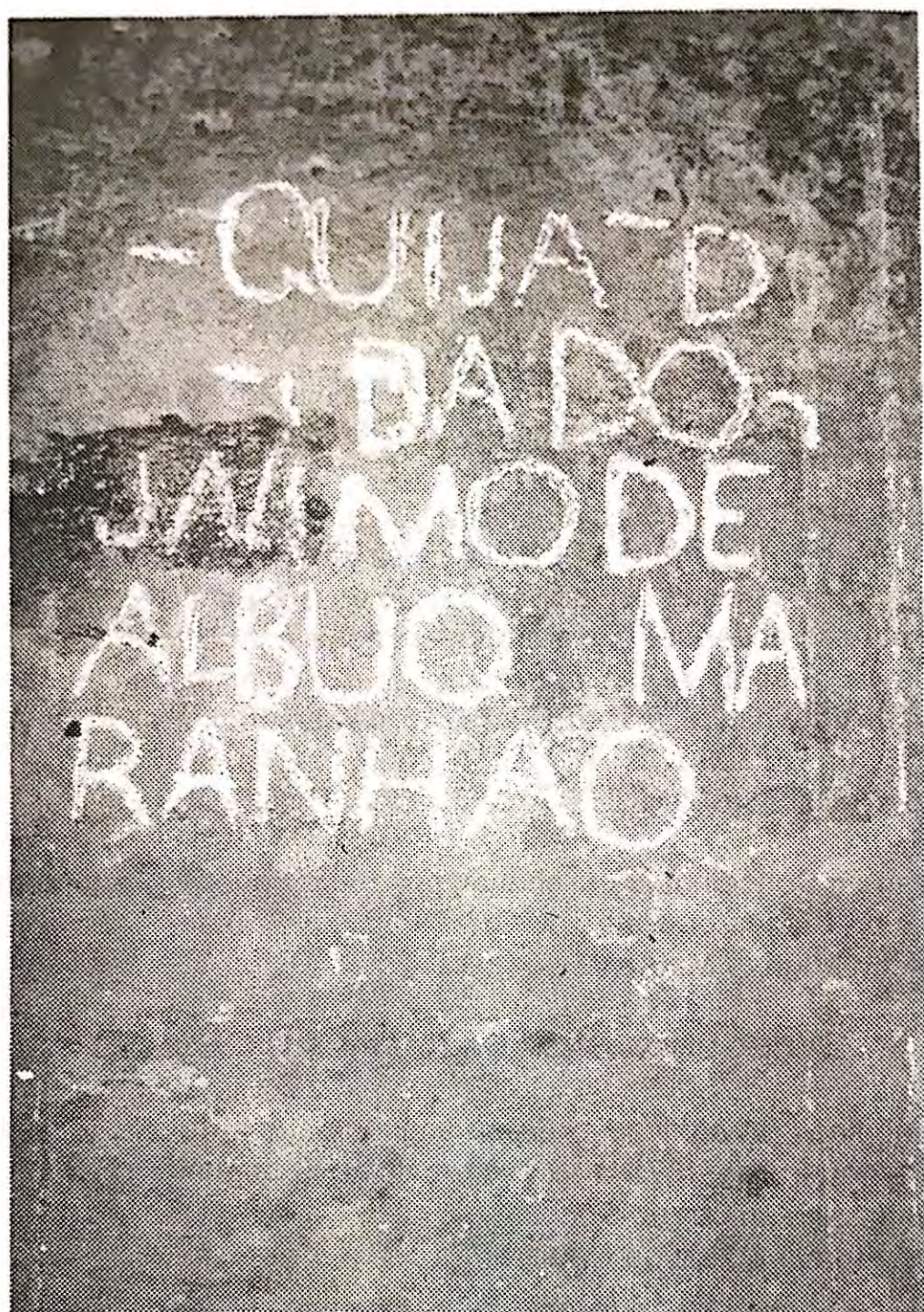
A Casa do Concelho, já desabando em 1674, deveria ser contemporânea da fundação da Cidade do Natal, ou Cidade do Rio Grande, e ficava localizada na rua fronteira à Igreja Matriz.

A SEGUNDA CASA DA CÂMARA E CADEIA

Os trabalhos de edificação dessa segunda Casa devem ter ocorrido no período de fevereiro de 1675 a fevereiro de 1676, segundo se depreende da leitura das atas de reuniões do Concelho. A nova Casa também era localizada na rua fronteira à Igreja Matriz de Natal.

Aos 17 de agosto de 1709, os Senhores Oficiais da Câmara enviaram ao Corregedor Ouvidor Geral, desembargador Gonçalo de Frias Baracho, uma carta em que davam conta do estado de decadência do prédio do Paço da Câmara:

“Com o rigor da invernada, tem caído a metade da casa da Câmara, e ficou a cadeia desabrida (sic) ao tempo; a metade está também arruinada, e cedo virá também abaixo; e fica a cadeia incapaz de nela se poder dar



Lousa tumular do Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque Maranhão (1548-1618), existente na capela do Engenho Cunhaú (As letras em baixo relevo foram avivadas com o emprego de um pedaço de giz).

conta de (ilegível) nem eles assistirem, e ficarem ao tempo (...)" (2).

Em data de 5 de setembro de 1716, o Ouvidor Geral da Capitania da Paraíba enviava uma carta a d. João, rei de Portugal, dando-lhe conta de que "a cadeia desta cidade (Natal) se achava totalmente arruinada em forma que nela se não podiam já recolher os criminosos" (3). A velha construção era feita de taipa.

A TERCEIRA CASA DA CÂMARA E CADEIA

As obras de construção dessa terceira Casa da Câmara tiveram o seu início no começo de julho de 1719, tendo sido concluídas antes de 5 de julho de 1721. Por conseguinte, a edificação foi construída em dois anos, apenas.

Um dos números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte apresentou um excelente trabalho, de autoria de A. de SOUZA, intitulado **A Cadeia de Natal - Notícia histórica fundada em documentos inéditos**. Tal documentação, colhida pelo dr. Vicente de Lemos junto ao acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, revela todas as gestões desenvolvidas, no período de 1718 a 1723, relacionadas com a construção daquela Casa da Câmara e Cadeia (4).

Carta Régia, de 3 de novembro de 1736, comunicava ao Governador e Capitão-General da Capitania de Pernambuco, ter sido ordenado ao Provedor da Capitania do Rio Grande, "demolir a obra da Casa da Câmara e Cadeia que ali se havia feito de novo, por não estar conforme o termo da arrematação que fez o empreiteiro (...), e que seria conveniente QUE AQUELAS CASAS FICASSEM PARA RESIDÊNCIA DOS CAPITÃES-MORES PELAS NÃO TEREM, FAZENDO-SE JUNTO DELAS OUTRA NOVA CADEIA E CASA DA CÂMARA"(5).

O prédio da Câmara ficava localizado na atual praça André de Albuquerque, ocupando espaços das atuais casas de números 604 e 608. Nos dois oitões daquela Casa da Câmara existiam becos, evitando-se que a mesma entestasse com outras casas.

No dia 5 de maio de 1755, encontrava-se em Natal o capitão de infantaria Antônio José de Lemos, a mandado do Governador e Capitão-General de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, a fim de adotar providências diversas, com vistas à ereção de uma nova Casa da Câmara e Cadeia. Aquele capitão trazia também a incumbência de proceder a uma avaliação do prédio concluído em 1721, a fim de serem tomadas algumas providências legais contra o construtor da Casa da Câmara, pelo não cumprimento, por parte do mesmo, das cláusulas estipuladas no contrato anteriormente firmado com o Senado da Câmara, do que resultara um prejuízo para o Erário Real.

Procedendo ao exame do imóvel, constatou o capitão Lemos:

"Achei ter toda a casa vinte e duas braças superficiais, e trinta e sete

palmos", ou seja, uma área de pouco mais de 108 metros quadrados.

"e fazendo medir a dita enxovia (...) achou ter trinta e uma", A enxovia media aproximadamente 150 metros quadrados de superfície.

"A casa da câmara ainda existe, com algum acrescentamentos, reedificações, e presos na mesma enxovia, debaixo de sentinelas, E A DITA CASA SERVINDO DE RESIDÊNCIA DOS CAPITÃES-MORES" (6).

No acervo documental do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte encontram-se fragmentos de umas prestações de contas, relativas à mão-de-obra empregada em serviços realizados na Casa de Residência do Governador da Capitania no ano de 1806. As despesas foram realizadas pelo Almoxtarifado da Real Fazenda. A título de esclarecimento, informamos terem sido realizados naquela residência serviços de grande vulto.

Em uma determinada semana do mês de outubro de 1806, encontravam-se trabalhando naquelas obras, 6 carapinas, 11 pedreiros e 4 calcetas, presos condenados a trabalhos forçados.

As diárias dos carapinas variavam entre \$480 (a do mestre Januário das Neves) e \$160; as dos pedreiros, de \$480 (referente ao mestre José Lopes) a \$080; os calcetas ganhavam apenas \$050 (7).

O inglês HENRY KOSTER visitou Natal, em 1810, deixando-nos notícia da existência do **Palácio**, onde residia o Capitão-mor (8). José de Souza Azevedo PIZARRO E ARAÚJO, em 1822, cita também a residência dos governadores, existente na capital da Província do Rio Grande do Norte(9).

Foi no referido edifício, cuja construção fora iniciada em 1719, que ficou instalado o Governo Revolucionário de 1817, cujo término coincidiu com o ferimento e prisão do coronel André de Albuquerque Maranhão, principal líder do citado governo.

A vetusta edificação foi demolida em 1830, quando da inauguração de um novo palácio do governo, construído na então chamada rua da Cruz, hoje avenida Junqueira Aires.

A QUARTA CASA DA CÂMARA E CADEIA

Como já foi visto, aos 3 de novembro de 1736, dom João ordenara a ereção de uma nova cadeia e Casa da Câmara, "que é preciso fazer-se na Cidade do Rio Grande". A inexistência de recursos, por parte do Senado da Câmara do Natal, não permitiu a edificação do prédio.

Aos 7 de dezembro de 1754, dezoito anos depois das ordens de Sua Majestade, chegou ao Senado da Câmara uma carta do Governador e Capitão-

General de Pernambuco, a qual referia-se a uma nova ordem emanada da Corte, no sentido de que fosse levantada aquela Casa da Câmara e Cadeia.

Segundo o Governador de Pernambuco, a construção do prédio deveria ocorrer imediatamente, "ouvindo o Engenheiro Luís Xavier Bernardo, e por este ou por outro, mandarei riscar e eretar esta obra"(10).

No dia 5 de maio de 1755, chegava a Natal o capitão de infantaria Antônio José de Lemos, "que entende de Engenharia", enviado do Capitão-General de Pernambuco, Luís José Correia de Sá.

Perante os oficiais do Senado da Câmara, no dia 7 de maio, o Capitão-Lemos tratou do assunto relacionado com a ereção do novo prédio destinado a servir de Casa da Câmara e Cadeia,

"para o que apresentou no dito Senado três plantas, para ver qual convinha, e se podia fazer, e explicando no dito Senado, aos oficiais da Câmara dele, o preço de cada uma, pareceu aos ditos oficiais da Câmara aceitar a mediana, por ser conforme as acomodações que eram necessárias, e juntamente ser o preço de oito mil e quinhentos cruzados, pouco mais ou menos, a que poderá alcançar as posses dos bens deste Concelho"(11).

Em seguida, tratou das especificações técnicas que norteariam a construção:

"Que a obra, ao seu todo, tem de comprido noventa palmos, e de largo setenta, mas sempre há de ser fundada de noventa e hum, e de largo também 71, para ficar meio palmo de sapata, para cada banda exterior; os alicerces serão de seis palmos de grossura, e de fundo nove, se houver bom terreno e solidez (...)" (11).

No tocante à altura das paredes do prédio, estabeleciam as especificações:

"(...) até ao nível do sobrado, que há de ficar do nível da sapata para cima, dezoito palmos (...) para cima outros dezoito palmos (...)" (11).

Seguiam-se instruções técnicas, no tocante ao tipo de tijolos a serem utilizados, à qualidade da areia e da cal, à dosagem da argamassa (nesta teria de ser utilizada água de beber), etc. Também eram especificadas as qualidades das janelas, das grades de ferro da enxovia, e do assoalho:

"As janelas, que mostra a planta, se farão todas de pedra lavrada, a cabeça das ditas terão um palmo de grosso reforçado, e as que levam grades de ferro serão de palmo e meio, e a grossura destas grades será as da enxovia ,de duas polegadas de grossura em quadra, isto é, as duas grades da enxovia e as outras duas de cima, que vêm a ser a do seguro dos homens

e das mulheres, serão de polegada e meia em quadra (...) e o assoalhado será de tábuas de sucupira-mirim, e as janelas e portas de amarelo, ou outras quaisquer madeiras que não a gaste o tempo" (11).

No mesmo dia 7 de maio de 1755, os oficiais da Câmara dirigiram uma carta ao Doutor Corregedor Domingos Monteiro da Rocha, dando-lhe parte da vinda do capitão Lemos, "o qual tem dado a planta". Na mesma data, também fizeram o registro de "um Edital para esta Cidade e Ribeiras dela, da notícia da Casa da Câmara e Cadeia, em que se põem em praça"(10).

Dez longos anos se passaram, sem que tivessem o seu início as obras de edificação da Casa da Câmara e Cadeia... Afinal, no dia 8 de junho de 1765, foi registrada "uma carta que escreveu este Senado ao Sr. Governador e Capitão-General sobre mandar uma planta para Casa da Câmara e Cadeia, que não passe de seis mil cruzados". "(...) mandar-nos outra planta, que não passe de seis mil cruzados" (12).

Não temos elementos informativos, para saber qual a planta adotada para a edificação do prédio: se aquela de 1755, fornecida pelo capitão Lemos, ou se teria sido recebida uma nova planta, em atenção àquela solicitação de 8 de junho de 1765.

Finalmente, no dia 9 de julho de 1766 houve diversas providências de natureza burocrática, com vistas à construção:

"(...) mandar passar escrito ao porteiro, para trazer dobrada a fatura da Casa da Câmara, com pregão para se arrematar a quem por menos a fizesse, e despachando-se várias partes (...) " (13).

Seguem-se as notícias existentes, relativas ao andamento da obra:

06.08.1766 - "(...) em casas deputadas para nela se fazer vereações (...) mandaram recolher o escrito que o porteiro trazia, para quem quizesse arrematar a fatura da Casa da Câmara "(13).

09.08.1766 - "terem mandado vir oito homens da Vila Flor, para principiarem a tirar pedras, para dar princípio à Casa da Câmara, e haverem estes chegado esta noite, entrarão em dito serviço"(13).

22.10.1766 - "(...) e acordaram em se pagar aos índios que andaram tirando pedra" (13).

29.10.1766 - "(...) foram ao lugar em que estava determinado fazer-se a obra da Casa da Câmara, e fizeram cordear com a casa que se achava na mesma rua, de pedra e cal, e a residência dos capitães-mores desta Capitania, conforme a vistoria que haviam feito os mesmos Oficiais da

Câmara com o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor atual, José Januário de Carvalho, para com o efeito de se conduzir os materiais já tirados, para o que mandaram vir Índios (...) (13).

21.02.1767 - "(...) em meterem os trabalhadores abrirem as covas, hoje, para se fazer a nova Casa da Câmara; e o Procurador comprar algumas cousas precisas, como o seja, uma pipa para se fazer tinas para água, e outras tinas para condução de cal, e outras miudezas" (13).

28.02.1767 - "(...) mandaram vir às suas presenças os pedreiros, para se ajustarem e disso se fazer termo; e vieram ajustar-se o Mestre em quinhentos réis por dia; o qual foi nomeado para isso pelo Doutor Corregedor, quando em correição aqui esteve no princípio do presente ano, em ser o mestre Luís de Souza, por entender da obra mais que os outros, e ele dito mestre como inteligente o achar mais capaz, pelas perguntas que lhe fez pela planta, a qual lhe entregou, e ficou justo em cinco tostões, e a José Jaques (ilegível) e José Caetano em duzentos e quarenta, e Félix Pereira em cento e sessenta; e mandaram vir o Cabo-de-Esquadra José Silvestre, rendeiro da Olaria da Ribeira, e se ajustaram com ele em dar o tijolo todo, que na obra se carecer, posto na obra por cinco mil e oitocentos, sendo o tijolo de alvenaria"(13). "(...) pela planta que o Doutor Corregedor entregou ao dito mestre Luís de Souza (...)". "Cada milheiro posto na obra por preço de cinco mil e oitocentos réis" (13).

09.05.1767 - "(...) mandaram vir uma esquadra de índios, para continuarem na fatura da Casa da Câmara, e haverem estes chegado, mandaram continuar no dito serviço" (13).

18.07.1767 - "(...) mandaram chamar ao ferreiro Francisco da Gama Luna, e com ele ajustado o conserto de uma das grades, para se pôr na nova enxovia da Casa da Câmara, e se ajustaram em dois mil réis, dando o dito ferreiro o ferro"(13).

05.08.1767 - "(...) um dos oficiais de pedreiro, chamado José Caetano, em tirar seis pedras de cantaria, com sete palmos de comprido e dois e meio de largo, postas no porto, para se assentarem as grades da enxovia, em quatro mil, cento e sessenta réis" (13).

16.10.1767 - "(...) o ferreiro Francisco da Gama Luna, e com ele se ajustaram em o dito fazer a grade para a nova enxovia da Casa da Câmara, em fazer com o seu ferro, a cento e vinte a libra" (13).

31.10.1767 - "(...) o carapina José de Mendonça, e o que já com ele ajustaram aqui neste termo (...) que é cortar o dito toda a madeira que carecer a Casa da Câmara e enxovia, e só não fica obrigado às portas, nem tabuado, tudo posto no porto da Cidade, que fica por detrás da mesma obra; sendo as traves de pau-de-amigo (sic), pau-d'arco, grambu, pau-de-óleo, sapucáia, sucupira, e para dar (ilegível), pau-d'arco, e o mesmo espaçado de cima, entrando nesta madeira os caixilhos de todas as portas, com a declaração que as traves da enxovia hão de ser de palmo a palmo, por preço e quantia de cento e vinte cinco mil réis, pagos estes em quartéis, sendo o último no fim da última madeira, e a de ter as traves um palmo de alto, e um e oito, reforçado de grosso; e os caibros hão de ser de quatro faces, e a ripa serrada" (13).

02.05.1770 - Nesta data, realizou-se a última sessão do Senado da Câmara, em "casas deputadas para nelas se fazerem vereações" (13).

07.05.1770 - "Aos sete dias do mês de maio de mil setecentos e setenta anos, nesta Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte, NOS PAÇOS DO CONCELHO DELA, aonde se ajuntaram os Oficiais do Senado da Câmara, o Juiz Ordinário, o Ajudante Alexandre de Melo Pinto, e os vereadores, o Capitão Luís Pedro dos Santos e o Tenente Manuel do Rego Freire de Mendonça (...)" (13).

Como se constata, fora finalmente concluído o prédio iniciado em 1767, e nele já havia se instalado o Senado da Câmara do Natal.

23.06.1770 - "(...) O Juiz Ordinário, o Ajudante Alexandre de Melo Pinto, e os vereadores, o Capitão Luís Pedro dos Santos e o Tenente Manuel do Rego Freire de Mendonça, e o Procurador atual, Antônio Martins Praça Júnior, "acordaram em arrematar a canoa deste Senado, e os fragmentos que sobraram da obra da cadeia e casa da Câmara desta Cidade" (13).

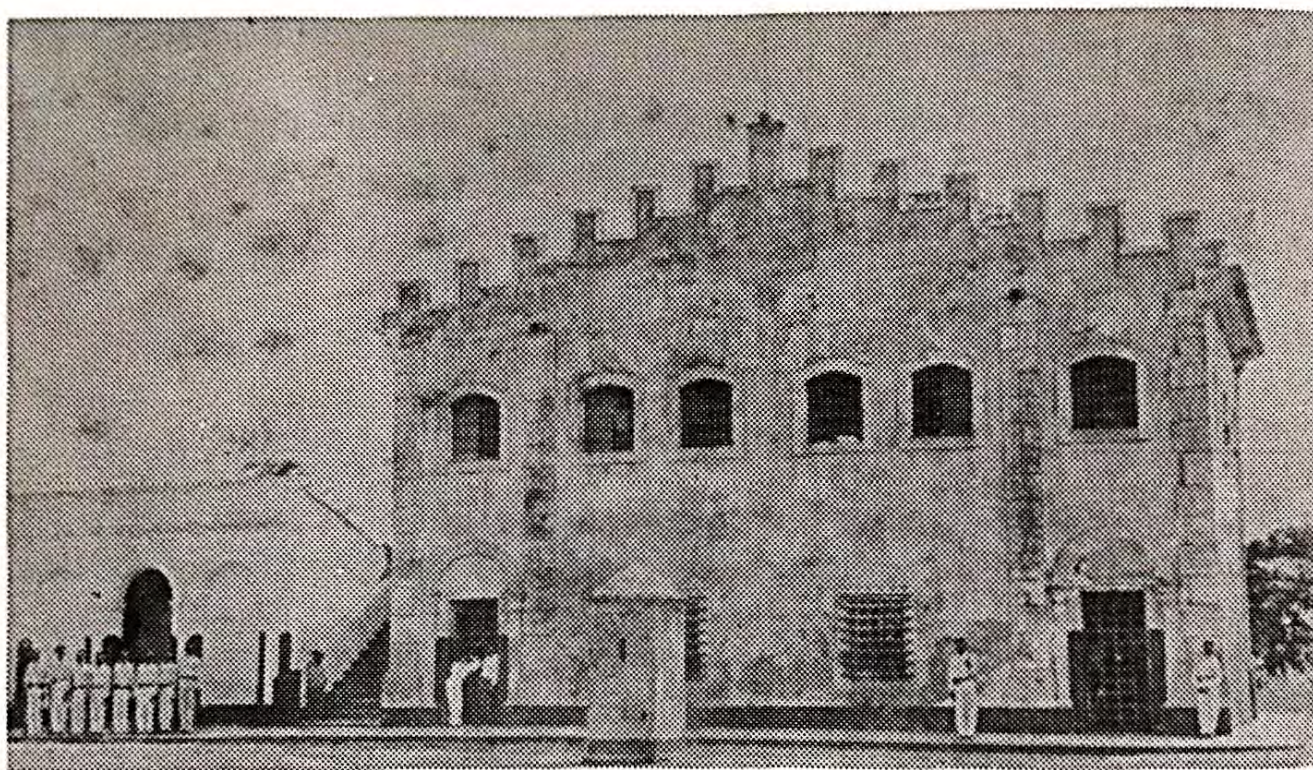
Terminando este estudo histórico, temos a informar que o último edifício da Câmara e Cadeia de Natal foi demolido no ano de 1911, quando ocorreu a inauguração de uma nova cadeia, construída no bairro de Petrópolis. O vetusto edifício foi derrubado, com a finalidade de alargar-se a via de acesso, entre a praça André de Albuquerque e o rio Potengi, hoje representada pela rua João da Mata.

O prédio demolido ocupava parte do terreno correspondente ao início da João da Mata, avançando sobre o atual imóvel existente à praça André de Albuquerque, que recebe o número 604. Entre a velha construção e a casa de nº 594 (atual), havia um estreito beco.

O acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do

Norte possui retratos da última Casa da Câmara e Cadeia de Natal, tirados por volta de 1904, pelo fotógrafo Bruno Bourgard.

-
- 1 - Livro de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1674-1698).**
 - 2 - Livro 5º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1708-1713).**
 - 3 - Livro 6º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1713-1720).**
 - 4 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Vol. IV, nºs. 1 e 2, páginas 250-307.**
 - 5 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Vol. XIV, nºs. 1 e 2, pág. 86.**
 - 6 - Livro de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1753-1776).**
 - 7 - Relação das Pessoas que se empregaram na obra da Casa da Residência do Ilmo. Sr. Governador (1806).**
 - 8 - KOSTER, Henry • Viagens ao Nordeste do Brasil, pág. 110.**
 - 9 - PIZARRO E ARAÚJO, José de S.A. • Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 8º vol., pág. 141.**
 - 10 - Livro 10º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1755-1760).**
 - 11 - Livro de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1753-1776).**
 - 12 - Livro 12º do Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara do Natal (1762-1775).**
 - 13 - Livro de Vereações do Senado da Câmara do Natal (1766-1781).**



A 4ª edificação feita em Natal, destinada à Cadeia e Casa do Senado da Câmara. O prédio media 70 palmos (15,40m) de largura e 90 palmos (19,80m) de fundos. As obras de construção decorreram no período de 1767 a 1770 (Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

OS ALDEAMENTOS DE GUARAÍRAS E DE GUAJIRU

O ALDEAMENTO DE GUARAÍRAS

Segundo o pe. SERAFIM LEITE, a ALDEIA DE GUARAÍRAS foi fundada sob influência do movimento operado em 1678 para que os Jesuítas retomassem algumas Aldeias de Índios (1). Na realidade, a referida aldeia já existia no ano de 1647. Informa ainda o padre Serafim Leite, que a Aldeia de Guaraíras é mencionada pela primeira vez, em Catálogos da Companhia, no ano de 1683, com a presença dos padres Luís Pinto, Superior, e José dos Reis (2).

Através de uma Carta que os Oficiais do Senado da Câmara do Natal escreveram ao bispo dom Estevão, em 12 de abril de 1679, tem-se conhecimento da transferência de indígenas aldeados em Guajiru, para a Aldeia de Guaraíras, iniciativa adotada pelo padre João de Gouveia, responsável pela citada Aldeia de Guajiru (3).

No Aldeamento de Guaraíras, origem da atual cidade de Arez, os Jesuítas edificaram um templo e hospício, ainda hoje existentes.

Datada de 1749, existe a seguinte informação sobre a Aldeia de Guaraíras:

“Invocação São João Batista, é de caboclos de língua geral, e o missionário religioso da Companhia de Jesus (4)”.

Guaraíras converteu-se na Vila de Arez, aos 15 de junho de 1760.

O ALDEAMENTO DE GUAJIRU

Documento holandês, de 23 de setembro de 1641, informa de uma viagem ao Rio Grande, realizada pelo Escolteto de Goiana, Pernambuco, Johannes Listry, com a finalidade de inspecionar as Aldeias dos Brasilanos. Em visita à ALDEIA DE SÃO MIGUEL, Listry verificou que os indígenas achavam-se empenhados na construção de uma igreja, “que já está no quadrado”. Os moradores de São Miguel requereram ao conde Maurício e aos Senhores Nobres Conselheiros, uma licença para que aquela nova igreja pudesse conservar o mesmo nome de São Miguel. O requerimento recebeu o devido deferimento (5).

Segundo o pe. SERAFIM LEITE, a Aldeia de Guajiru pertence ao movimento operado em 1678 para que os Jesuítas retomassem algumas Aldeias dos Índios (1). Informa o referido autor, que a ALDEIA DE SÃO MIGUEL DE GUAJIRU tinha por Superior, em 1683, o pe. Antônio Cardoso, a quem fazia companhia o pe. Francisco de Albuquerque (2).

Na documentação arquivada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande

do Norte, existe uma referência datada de 12 de abril de 1679 (Carta que os Oficiais da Câmara escreveram ao Sr. Bispo Dom Estêvão), através da qual, verificamos que àquela data religiosos missionários da Companhia de Jesus já assistiam nas Aldeias da Capitania.

Através daquela carta de 12.04.1679, temos notícia de que "se levantaram os índios da aldeia de Goageru, e não falta quem diga que mandados pelo Pe. João de Gouveia; se amotinaram e levantaram contra o Administrador"(3). Informava o pe. Gouveia, "que mandara os índios desta Aldeia para a das Gorairas, e que ficaram seis casais"(3).

Em Guajiru, os jesuítas edificaram um templo e um hospício (destinado à residência dos padres), construções iniciadas em data ignorada e concluídas, possivelmente, em 1755. O conjunto arquitetônico resistiu até há algumas décadas, e do mesmo ainda restam alguns resquícios.

Na INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, de 1749, é descrita a ALDEIA DE GUAJIRU:

"Invocação São Miguel, é de índios caboclos da língua geral e tapuios da nação Paiacus, o seu missionário é padre da Companhia de Jesus" (4).

O capitão-general JOSÉ CÉSAR DE MENEZES, em Relatório de 1778, refere-se à Vila de Estremoz do Norte, sucessora daquela antiga Aldeia de Guajiru desde o dia 3 de maio de 1760:

"Esta vila é de índios da língua geral, com algum número dos da travada das nações Panacu-açu e Capela; fica três léguas ao poente da Cidade de Natal e dista outras tantas à costa do mar (...) (6).

(1) LEITE, Pe. Serafim • obra citada, vol. V, p. 525;

(2) _____ • idem, vol. V, pp. 528-529;

(3) LIVRO 2º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1673-1690);

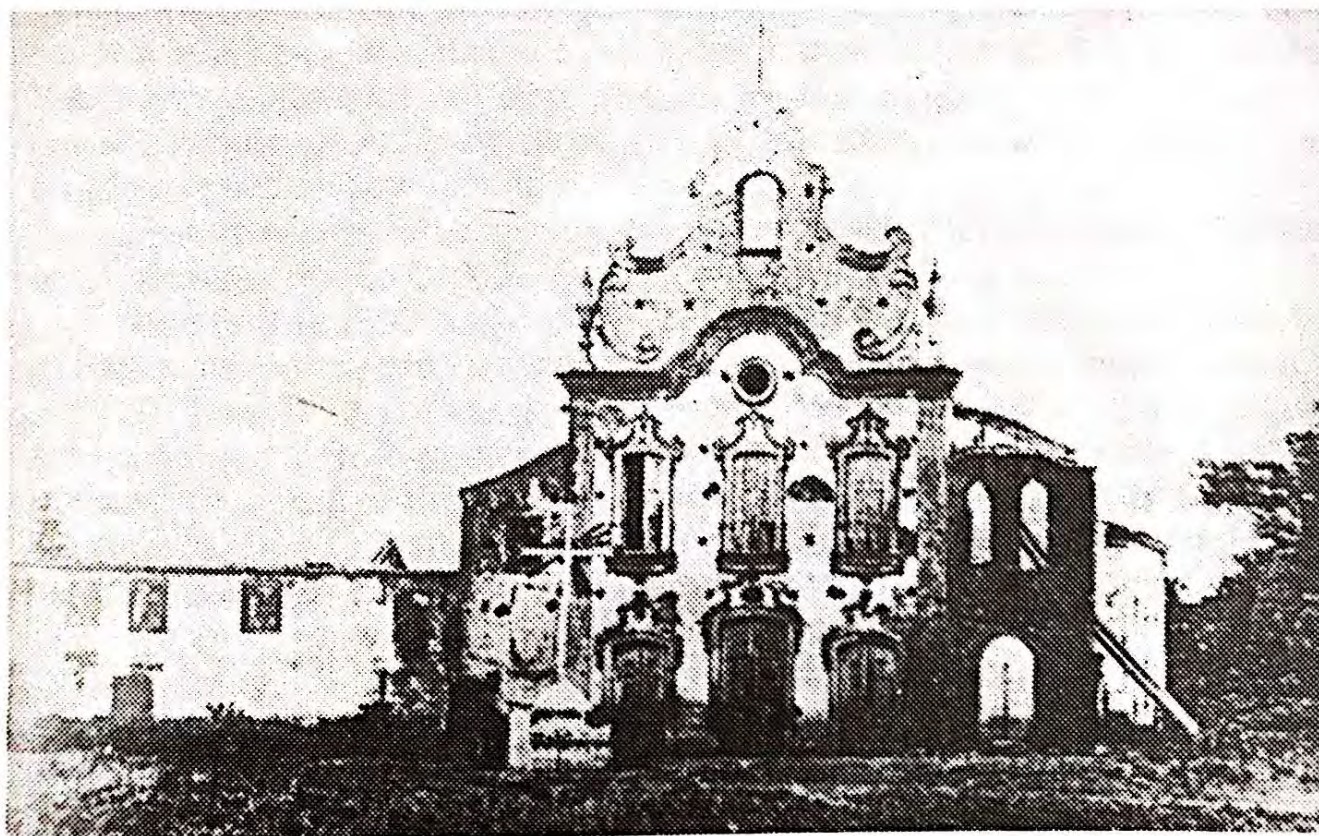
(4) INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, p. 420;

(5) DAGELIJSCHKE NOTULEN - ARA-OWIC-69 (1.1.1641-12.3.1643);

(6) MENEZES, Cap. Gen. José César de • Idéia da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, &, pp.10-11;



Os jesuítas construíram na Aldeia de Guaraíras, uma igreja e um hospício (residência dos padres), hoje correspondentes à Igreja de Arez-(RN), invocação de São João Batista.



A Igreja do Senhor São Miguel da Aldeia do Guajiru do Lugar Ceará-Mirim (hoje, Estremoz-RN), vendo-se ao lado o hospício (residência dos Jesuítas). A edificação ruiu completamente, salvando-se apenas a sua imagem fotográfica (Acervo fotográfico do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. do Norte).

O ALDEAMENTO DO JUNDIÁ-PEREREBA

O rio Jundiá é um afluente do Jacu, cujas águas desaguam na Lagoa de Guarairas. À época em que governou o Rio Grande (1621-1624), o capitão-mor André Pereira Temudo concedeu ao padre-coadjutor do Rio Grande, Gonçalo Pereira, uma data de terra no Jundiá-Perereba, com a extensão de légua e meia. O dito padre transferiu os seus direitos sobre a sesmaria, a Rafael Rodrigues, morador em Recife. Aos 22 de outubro de 1627, o capitão-mor do Rio Grande, Francisco Gomes de Melo, novamente fez doação daquelas terras do Jundiá-Perereba, ao dito Rafael Rodrigues (1). Atualmente o Jundiá-Perereba corresponde à localidade de Jundiá de Cima, no município de Várzea-(RN), uma légua ao leste da cidade de Passagem.

A partir do ano de 1683, teve início a chamada Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia, uma insurreição dos indígenas tapuias contra a presença dos criadores de gado nos sertões semi-áridos do Nordeste. Esse grande levante indígena prolongou-se por cerca de quatro décadas.

A região do Seridó também foi palco da guerra entre as tropas governamentais e os índios tapuias. Pelo final de 1687, o capitão-mor Afonso de Albuquerque Maranhão, cujas tropas combatiam no chamado Sertão do Acauã, conseguiu aprisionar o afamado rei Canindé, maioral dos janduís e canindés. Sabemos que Canindé era filho de outro rei dos tapuias, o célebre Janduí. A região do rio Acauã era habitada por indígenas janduís e canindés, pertencentes ao grupo étnico-cultural tarairiú.

Preso Canindé, foi o mesmo entregue juntamente com outros nove maiorais, ao capitão-mor do Rio Grande, Pascoal de Carvalho (2).

Pelo final de 1690, o rei Canindé foi aprisionado pelo sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais, das tropas do mestre-de-campo Domingos Jorge Velho (3).

Finalmente na Cidade da Bahia, aos 10 de abril de 1692, foi firmado um acordo de paz entre o governo português e os tapuias de Canindé. À época, Canindé era reconhecido como rei da nação Janduí, distribuída por 22 aldeias no Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, e que contava com 13 a 14.000 habitantes e 5.000 homens de arcos, destros no uso de armas de fogo (4).

Em cumprimento às condições estabelecidas pelo acordo de 10 de abril de 1692, foram concedidas umas terras ao maioral Canindé e seus liderados, no Jundiá-Perereba. O capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, ao doar tais terras, aos 12 de fevereiro de 1695, fazia o seguinte arrazoado:

"E de novo, entre os outros Ranchos que tenho reduzido, é um deles o Principal Canindé, ou João Fernandes Vieira, ao qual toda a sua nação intitula Rei, está por ora pacífico e obediente com todos os seus súditos, e me pedem sítio em que aldear-se, e terras em que plantem, e é ensejo

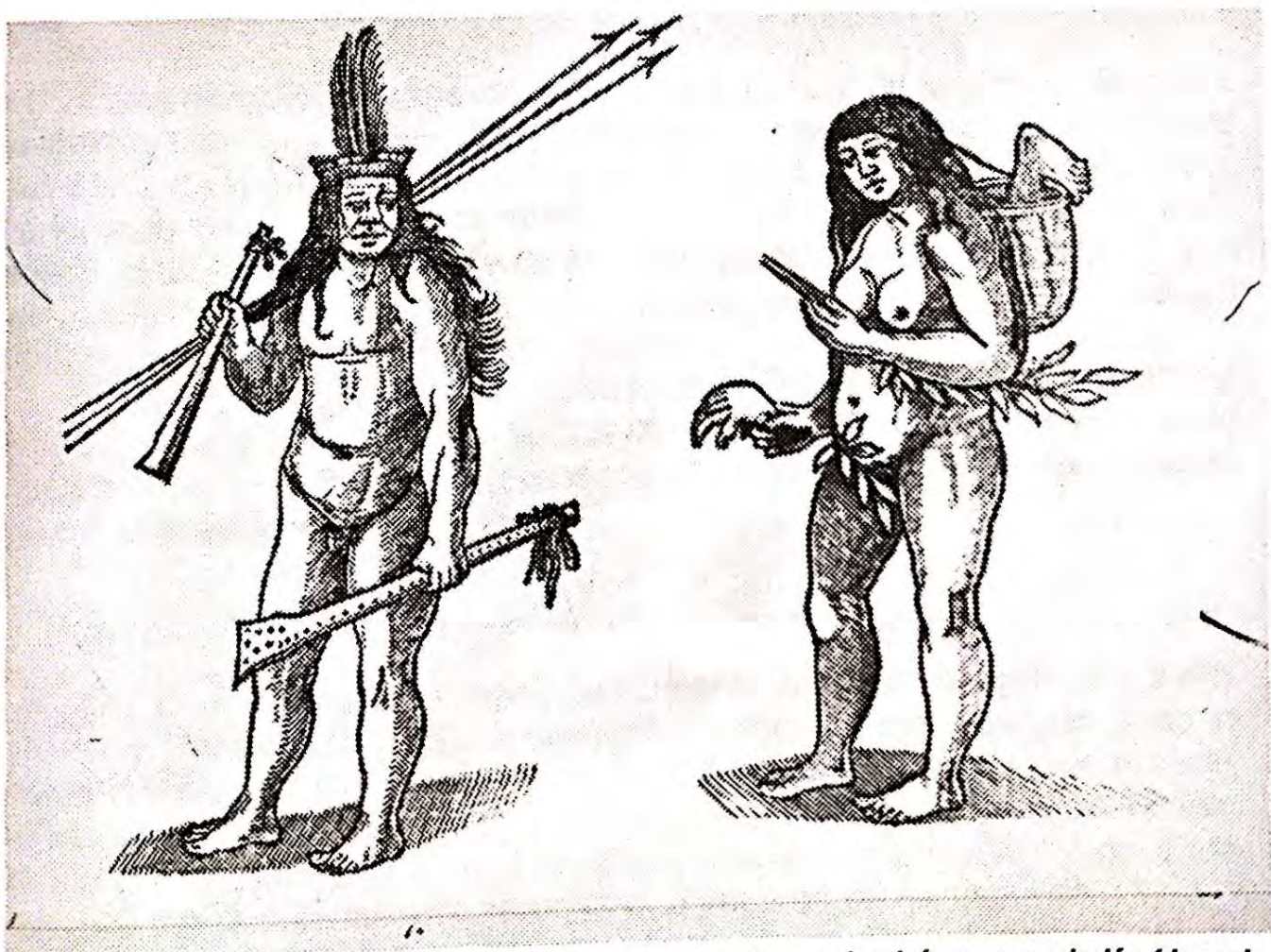
mais conveniente o plantarem e aldear-se para a estabilidade da paz e conservação da sua obediência; e considerando em que este sítio convém seja em distância proporcionada, porque sendo muito distante fica menos sujeito à obediência que prometem (...) e sendo entre os moradores, é certo ocasionarem dúvidas e queixas, com que lhe podem desistir de suas lavouras, me parece conveniente nomear-lhe sítio na Ribeira do Rio Jundiá Perereba, na tapera de Lucas Gonçalves, para poderem plantar na ribeira do mesmo rio, em todo o brejo que forma, assim para cima como para baixo, donde julgarem mais conveniente, por estar o mesmo sítio e terras devolutas (...)” (5).

Pouco tempo permaneceram os canindés no Jundiá-Perereba, onde haviam se estabelecido em 1698. Carta de 20 de maio de 1699, do capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, informava:

“Depois que dei conta a Vossa Majestade (o ano passado) assituado o gentio Canindé, sucedeu, que ou pelo sítio ser menos conveniente, ou pela sua natureza senão acomodar a viver fora do clima do sertão, que é diverso deste, lhe deu o acharque de maleitas, do qual morreram 7 ou 8 crianças, e juntamente o seu principal Canindé, e o que mais deu que sentir foi que um clérigo Manuel Serrão de Oliveira que o bispo de Pernambuco remeteu para assistir com eles, o fez tão mal. que a nenhum batizou podendo irem todas estas almas para o céu, de que dei parte ao mesmo Bispo, e o repreendeu, sendo que pelo seu descuido, e ignorância merecia bem castigado; e o mais gentio desgostoso tanto do achaque, que experimentavam, como da morte do seu principal, vendo a pouca assistência, que o Padre lhe fazia se foi buscando o seu centro, que é o sertão, do que sendo eu avisado montei pessoalmente a ir ter com eles, e os achei já distanciados perto de 3 léguas, e estranhando-lhe com a moderação necessária a mudança que faziam me deram a entender ser a sua maior pena o morrer o seu principal, e os mais sem o Padre os batizar pedindo-lho eles várias vezes, e os tornei a capacitar para que se aldeassem em um lugar que lhe ficava mais ao sertão, tanto por ser o clima semelhante ao em que eles viviam, como por ficar perto das suas comedias, e com efeito o fizeram, e estiveram até o presente (...)” (6).

Com a chegada do Terço dos Paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro ao Rio Grande, alguns canindés assentaram praça no aludido Terço, seguindo então para o Açu. Segundo informou o pe. Manuel Serrão de Oliveira, a Bernardo Vieira de Melo, os Canindés “se foram todos embora” do Açu, devido ao receio “em que estão dos Paulistas”(6).

-
- (1) LIVRO 2º DO REGISTRO DE DATAS E SESMARIAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1674-1680), fl. 26-v;
(2) LIVRO 2º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1673-1690), fl. 66;
(3) TAUNAY, Afonso de • **Guerras dos Bárbaros**, pp. 94 e 109;
(4) ENNES, Ernesto • **As Guerras dos Palmares**, 1º vol. pp. 62-63;
(5) LIVRO 3º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1691-1702), fls. 54-v e 55;
(6) ENNES, Ernesto • obra citada, pp. 70-72, 420-421;



Tapuias Taralriús, a cujo grupo étnico-cultural pertenciam os janduis e os canindés (desenho incluído no livro de Jorge Marcgrave, História Natural do Brasil, de 1648).

O MESTRE-DE-CAMPO MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO, O TERÇO DOS PAULISTAS E A GUERRA DOS BÁRBAROS

(Discurso de posse de Olavo de Medeiros Filho, como Sócio-Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 28 de outubro de 1987).

Este é um momento memorável da minha existência. Jamais considerei a possibilidade de ter o meu nome sufragado para compor o quadro de Sócios-Correspondentes desta tradicional casa de cultura do nosso País. A iniciativa do distinto casal Egon e Frieda Wolff de sugerir a minha pessoa, para preenchimento da vaga ocorrida, com o desaparecimento do grande mestre Luís da Câmara Cascudo, recebeu a maioria de votos dos sócios da entidade. E, aqui estou eu, representando o Rio Grande do Norte, a trazer a minha palavra de agradecimento pela confiança em mim depositada. Meu reconhecimento também ao apoio e estímulo que me dispensou o dr. Enélio Petrovich, aqui presente, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Finalmente, agradeço a Egon Wolff as generosas palavras de boas-vindas, por ele pronunciadas.

É excelente o conceito desfrutado pelo tradicional Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, junto à Cultura Nacional. A instituição, no transcorrer dos seus 149 anos de existência, soube manter-se fiel aos ideais que presidiram a sua fundação. Aqui, cultua-se e divulga-se o nosso Passado, sob os seus mais variados aspectos. Figuras abnegadas, e de grande erudição, dedicam os seus melhores esforços, visando a preservar, para as gerações vindouras, o valioso patrimônio representado pela nossa História.

Assumir a condição de sócio-correspondente é dedicar-se à tarefa grandiosa de somar seus esforços aos das figuras que aqui labutam, dia a dia, realizando aquele patriótico ideal. Serei um desses batalhadores, contribuindo com a minha parcela de devotamento.

Por coincidência, ao tomar conhecimento de minha eleição para sócio-correspondente deste Instituto, achava-me em início de uma pesquisa, junto ao acervo de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Tal pesquisa incidia sobre o Terço dos Paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, que teve sua atuação na chamada Guerra dos Bárbaros, nos últimos anos do século XVII e início do século seguinte.

Antes de transmitir aos ouvintes alguns resultados colhidos na referida pesquisa, farei um rápido retrospecto, resumindo os antecedentes históricos

verificados na antiga capitania do Rio Grande (do Norte), que culminaram na maior rebelião indígena já ocorrida no País: o Levante do Gentio Tapuia, cujo epicentro verificou-se em território daquela capitania.

Concedidas as primeiras datas e sesmarias no interior semi-árido do Nordeste, inclusive no Rio Grande do Norte, certos grupos tapuias, principalmente aqueles aparentados dos janduís, começaram a sentir os efeitos negativos representados pela desapropriação de suas terras, para eles indispensáveis à obtenção de sua alimentação voltada para a caça, a pesca e a coleta de mel.

Quando já se apresentava bem promissora a criação extensiva dos rebanhos bovinos e cavalares, naquele sertão, irrompeu um intenso movimento de reação à presença dos fazendeiros, por parte dos tapuias, fenômeno que é conhecido nas crônicas da época como a GUERRA DOS BÁRBAROS, ou LEVANTE DO GENTIO TAPUIA. Tal movimento de auto-preservação dos tapuias recebeu, por parte de escritores mais românticos, a denominação de Confederação dos Cariris, quando sabemos que os cariris, em grande número, foram utilizados como combatentes, na repressão àquele levante, em que predominou o elemento tarairiú, cuja tribo mais famosa era a dos janduís.

A obra básica que trata da insurreição dos tapuias foi publicada em 1936, sob o título de A GUERRA DOS BÁRBAROS, de autoria do insigne historiador paulista Affonso de E. Taunay. Este recorreu à documentação existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo do Estado da Bahia, no Arquivo de Marinha e Ultramar, de Lisboa, depois denominado de Arquivo Colonial, compendiando a codificação de todo esse material disperso, impresso e manuscrito.

A Guerra dos Bárbaros teve o seu início no ano de 1683, sendo o epicentro do levante a Capitania do Rio Grande. Em 1686, a repressão governamental ficou a cargo das tropas comandadas por dois cabos de guerra, autônomos: o cel. Antônio de Albuquerque da Câmara, lotado na ribeira do Acauã, e Manuel de Abreu Soares, já octogenário, na ribeira do Açu propriamente dita.

As tropas inicialmente empregadas contra o gentio tapuia, com dificuldades de municiamento e de provisões alimentares, não obtiveram os resultados esperados, o que provocou o apelo oficial, dirigido por Matias da Cunha, à Câmara de São Paulo, "pedindo que ela fizesse todo o esforço para conseguir que os bandeirantes de Piratininga viessem em socorro dos seus patrícios setentrionais", no descrever de Taunay. Tal correspondência, a que me refiro, foi datada de 10 de março de 1688. Segundo os termos do contrato firmado com os Paulistas, a estes incumbia enfrentar a guerra, com os seus próprios recursos, cabendo-lhes, em contrapartida, a posse dos gentios que por eles fossem capturados.

Face à exiguidade de tempo, deixarei de comentar a atuação dos Terços do Paulistas de Domingos Jorge Velho e de Matias Cardoso de Almeida. Após a publicação da obra de Affonso de E. Taunay, não surgiu documentação de vulto, que viesse a oferecer um novo campo de estudo sobre aqueles dois primeiros Terços dos paulistas. Somente agora, através do acervo de manuscritos

pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, surgem novas luzes, incidentes sobre o terceiro daqueles mestres-de-campo vindos de São Paulo - Manuel Álvares de Moraes Navarro.

Este era natural da vila de São Paulo, sendo filho de Manuel Alves Murzelo e de Ana Pedroso de Moraes. Recebeu, em 1º de abril de 1690, a patente de sargento-mor do Terço de que era mestre-de-campo o paulista Matias Cardoso de Almeida. Pelo final daquele mesmo ano, o Terço chegava à ribeira do Jaguaribe, no Ceará, deslocando-se Moraes Navarro para o território norte-rio-grandense, onde daria combate aos tapuias residentes nas ribeiras do Açu e Apodi. A campanha desenvolvida pelo Terço de Matias Cardoso prolongou-se até 25 de abril de 1694, quando aqueles combatentes se retiraram, em sinal de protesto pela falta de pagamento dos seus soldos. Também lavrara uma epidemia, no seio da tropa.

Segundo outras fontes consultadas, a patente de nomeação de Manuel Álvares de Moraes Navarro, de mestre-de-campo do Terço que seria formado em São Paulo, foi lavrada em Lisboa, aos 13 de março de 1697.

Agora, darei divulgação à documentação encontrada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que trata especificamente do Terço do Paulistas comandado por Moraes Navarro.

No dia 23 de agosto de 1698, na Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, nos armazéns da Coroa, por mandado do Provedor-mor da Fazenda Real Francisco Lamberto, verificou-se o "carrego em Receita Viva ao Despenseiro Manuel Rodrigues de Paiva", de gêneros alimentícios e outros materiais, destinados às tropas formadas pelo mestre-de-campo Moraes Navarro. A discriminação do fornecimento é muito interessante, podendo-se através da mesma ter uma idéia da eficiência logística da época:

- Trinta pipas de água.
- Cinquenta e cinco arrobas e vinte e três libras (um pouco mais de 821kg, pelo sistema métrico decimal) de carne de vaca, salgada, sem osso, netas em nove barris.
- Cento e quarenta e nove alqueires (2.057 litros) de farinha de mandioca.
- Dezoito arrobas (265kg), netas, de peixe salpreso.
- Quatorze arrobas (206kg) de peixe seco, representadas por cento e trinta peixes.
- Um barril de azeite doce, com quatro almudes e um quartilho (72 litros).
- Um barril de vinagre, com treze canadas e três quartilhos (19 litros).
- Um alqueire e meio (20 litros) de sal.
- Vinte e quatro ovos, em uma panela.
- Doze libras (5,5kg) de açúcar, netas na dita panela.
- Oito libras (3,5kg) de farinha do reino, netas em uma panela.

- Oito caixas de marmelada.
- Setenta e três feixes de lenha.
- Uma tarefa de lenha rachada.
- Uma balança com braço de ferro e conchas de pau.
- Cinco pesos de ferro sorteados, de uma quarta até quatro libras.
- Duas medidas de pau, de meio alqueire e de quarta.
- Cinco medidas de folhas de flandres, sorteadas, de meio quartilho até meia canada.
- Trinta e cinco esteiras, com que está forrado o paiol.
- Dois sacos de pano de algodão.
- Cinco arrobas e oito libras (77kg) de arroz pilado, netas em um barril, cujo arroz procedeu de três sírios.
- Meio alqueire (7 litros) de arroz de casca.
- Uma bomba de folha de flandres.
- Uma libra (1/2kg) de fios de algodão, e uma candeia de ferro.
- Três arrobas e quatorze libras (50kg) de carne de porco salgada, netas em um barril,
- Cinco galinhas e três galos, em uma capoeira, e uma quarta (3,5 litros) de lentilhas.

No dia primeiro de setembro de 1698, saiu, pela barra da Bahia afora, a nau "Santa Catarina de Sena e os Três Reis Magos", conduzindo o Terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, para o porto da Paraíba do Norte. Durante a viagem, que parece ter tido o seu término no dia 25 de setembro, o escrivão Francisco Pinto manteve o controle contábil dos mantimentos que se dispenderam com o Terço dos Paulistas. Pelos controles efetuados, pode-se constatar que a alimentação da tropa era composta, basicamente, de farinha de mandioca e carne, ou peixe. Cada militar fazia jus a uma quantidade diária de farinha equivalente a 1/10 de quarta, o que, no nosso sistema métrico decimal em vigor, equivale a 345 mililitros. Ocorria a bordo um revesamento alimentar, no tocante à carne de vaca, de porco e peixe. A cada integrante do Terço, cabia a quantidade de meia libra diária de tais produtos protéicos. No tocante ao azeite doce e o vinagre, recebia cada expedicionário a quantidade de um quartilho (353 ml) para cada 15 dias.

A marmelada, o arroz, o açúcar, a lentilha, a farinha do reino, as galinhas e os ovos - destinavam-se apenas aos indivíduos doentes... Convém salientar que o estado de saúde da tropa deixava muito a desejar: no dia 14 de setembro, havia 12 enfermos a bordo, número que, seis dias depois, já atingia a cifra de trinta! Cada enfermo fazia jus a meia libra diária de arroz. No dia 13 de setembro, faleceu o sargento Clemente de Cardoso; no dia 19, o sargento-mor Antônio Ribeiro Garcia; no dia 26, teve o mesmo destino o alferes do mestre-de-campo, Domingos do Prado. Por ocasião da partida da nau "Santa Catarina de Sena e os Três Reis Magos", da barra da Bahia, o escrivão Francisco Pinto elaborou uma

lista dos soldados do Terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, depois de ter "passado mostra" e achado "os seguintes que se contêm abaixo nomeados":

"PRIMEIRA PLANA DE OFICIAIS E SOLDADOS E MESTRE-DE-CAMPO"

COMPANHIA DO MESTRE-DE-CAMPO

- o Mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro
- o Sargento-mor Antônio Ribeiro Garcia (faleceu a 19 de setembro).
- o padre capelão Frei Antônio de Jesus (irmão do Mestre-de-Campo).
- o ajudante do número Francisco Farjado Barros.
- o ajudante do número Roque Nogueira
- o ajudante supra Manuel Nunes de Azevedo
- o ajudante supra Inácio de Távora
- o alferes do mestre-de-campo, Domingos do Prado (faleceu a 26 do dito).
- o sargento do número Domingos das Neves Ribeiro
- o sargento supra Francisco Nunes de Siqueira
- o tambor Jacinto

SOLDADOS

- João do Prado, cabo
- Domingos João
- José de Souza
- Domingos de Moraes Navarro
- João Rodrigues
- Antônio Ribeiro
- Manuel da Costa
- Francisco, soldado
- José Leite (fora da lista - 1)
- Manuel Simões (fora da lista - 2)
- Inácio Nogueira (fora da lista - 3)
- Damázio Rodrigues
- Francisco Mendes
- Lourenço Barbosa
- Inácio Ferreira
- Sebastião Gago
- Cabo Salvador Dias
- Ascenso Ferreira
- Leonel de Abreu (fora da lista - 4 não tomarão rezão).

COMPANHIA DO CAPITÃO BENTO NUNES DE SIQUEIRA

- o Capitão Bento Nunes de Siqueira
- o alferes Simão Ribeiro
- o sargento do número Francisco de Carata
- o sargento supra Marçal Galhardo
- Tomé Nunes
- Geraldo de Carvalho
- Cirilo Pereira
- Gonçalo Gomes
- Gonçalo Rodrigues
- Manuel Nobre de Mendonça, cabo
- José Alves
- André de Bitancor
- Antônio Nunes
- o tambor Antônio

COMPANHIA DO CAPITÃO JOSÉ PORRATE DE MORAIS CASTRO

- o capitão José Porrate de Moraes Castro
- o alferes Manuel Pedroso
- o sargento Antônio Cabral
- o sargento Antônio do Couto
- o tambor André, preto do gentio de Guiné

SOLDADOS

- Gonçalo Mendes de Moraes
- Manuel Rosado
- Domingos Rosado
- João Pires
- Sebastião Nunes
- Bernardo (.....)
- Francisco do Couto

São 12

COMPANHIA DO CAPITÃO JOSÉ DE MORAIS NAVARRO

- o Capitão José de Moraes Navarro
- o alferes Francisco Antunes
- o sargento do número Agostinho de Góis Menezes
- o sargento supra Bento Meira Barros
- o tambor Francisco, do gentio de Guiné

SOLDADOS

- cabo Agostinho Rondon
- cabo José Dias Duarte
- Francisco da Costa
- Anastácio Álvares
- Francisco de Souza
- Antônio de Faria
- Sebastião Álvares
- Manuel Marques
- Francisco Álvares
- Manuel
- Domingos Soares
- José Luís
- Francisco de Aguiar
- Manuel da Costa Viana
- João Barbosa
- João Mendes
- Afonso Dias
- Salvador Rodrigues Góis
- João Rodrigues (.....)
- Salvador Álvares
- Sebastião Pereira Lobo (por listar - 5)

São 27

COMPANHIA DO CAPITÃO MANUEL DA MATA COUTINHO

- o capitão Manuel da Mata Coutinho (veio por terra)
- o alferes Marcelino de Oliveira
- o tambor

- o sargento Manuel do Prado
- o cabo Manuel Cabral
- Sebastião Gonçalves
- Ambrósio de Avanio (?)
- Miguel Domingues
- João Antunes
- Simão da Costa
- Manuel da Costa
- João da Costa

COMPANHIA DO CAPITÃO ANTÔNIO RAPOSO BARRETO

- o capitão Antônio Raposo Barreto
- o alferes Diogo Barbosa
- o sargento Marcos de Oliveira
- o sargento Clemente Cardoso (faleceu aos 13 de setembro de 1698)
- Diogo Moreira
- Gonçalo da Silva
- João Marques
- Francisco Barbosa
- Francisco Pires
- João de Cubas
- José Ribeiro, cabo
- Manuel Mendes, cabo
- João Lopes
- Apolinário Martins
- José da Cruz da Apresentação
- Elisêo de Macedo
- Manuel Raposo, tambor
- Lázaro, índio da terra
- Antônio, índio da terra
- Amaro, índio da terra
- Francisco, índio da terra
- Outro Antônio, índio da terra

COMPANHIA DO CAPITÃO SALVADOR DE AMORIM E OLIVEIRA

- o Capitão Salvador de Amorim e Oliveira
- o alferes Francisco Ribeiro
- o sargento do número Antônio Pinheiro
- o sargento supra Silvestre Marques
- o tambor

- Domingos Francisco da Silva
- Antônio Gonçalves Machado
- Antônio Vaz da Silva
- João de Souza da Fonseca
- Pascoal Gonçalves (Este não tomou rezão. Fora da lista).
- Mateus Marinho
- Mateus Gonçalves
- Manuel de Aguiar
- Bento Rodrigues
- João Nunes de Siqueira
- José Raposo
- Tomás do Vale
- Rodrigues Dias
- Gregório Barbosa
- Leandro da Cunha
- Antônio da Silva
- Domingos da Costa
- Gabriel, índio da terra
- Baltasar, índio da terra
- Valentim, índio da terra
- Domingos, índio da terra
- outro Domingos, índio da terra

São 27

COMPANHIA DO ALFERES ANTÔNIO PEREIRA DE BRITO

- o alferes Antônio Pereira de Brito
- o tambor
- André de Carvalho, cabo-de-esquadra
- Bernardo Batista

COMPANHIA DO CAPITÃO FRANCISCO DE LEMOS MATOSO

- o capitão Francisco de Lemos Matoso
- o alferes Antônio Simões Moreira
- o sargento do número Francisco Antunes
- o sargento supra Manuel Pereira da Costa
- o tambor Antônio, preto

SOLDADOS

- Manuel de Lemos
- Antônio de Azevedo Raposo
- João de Medina
- Manuel Delgado
- João Nunes Sobrinho
- João de Lemos do Prado
- Manuel Soveral
- Antônio de Mesquita
- Manuel Mendes
- Francisco Preto Rondon
- Gaspar Rodrigues
- Antônio Bonete
- Donato Bonete
- Diogo de Braga
- Diogo Lobo de Oliveira
- João Lobo de Oliveira
- Domingos de Uzeda de Moraes
- Manuel Cardoso
- Miguel Cardoso de Siqueira
- Manuel Ferreira
- Francisco de Candia
- Marcelino Bonete

COMPANHIA DO CAPITÃO ANTÔNIO GAGO DE OLIVEIRA

- o capitão Antônio Gago de Oliveira
- o alferes Salvador de Siqueira Rondon
- o tambor Gaspar (.....)
- o sargento do número Manuel Luís Correia
- o sargento supra Martinho Vaz
- Luís Nunes, cabo-de-esquadra
- André da Silva, cabo-de-esquadra

SOLDADOS

- Antônio de Siqueira
- João Mateus Rondon
- João Batista Aranha
- Silvestre, índio da terra
- João Dias
- Antônio Dias

- Celestino da Costa
- João de Almeida
- José de Andrade
- José Dias
- Simão de Brito
- Miguel, índio da terra

São 19

Segundo o escrivão Francisco Pinto, constaram do Terço do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro - 193 praças, entre as "quais entraram seis praças por listar e duas não tomaram rezão de Sua Majestade, e as mais a quem o mestre-de-campo mandou dar rezão, as quais contêm em cento e noventa e uma praças; com o escrivão e despenseiro, a quem Sua Majestade manda dar rezão, sempre fazem conta de cento e noventa e três rezões".

Com referência à presença do Mestre-de-Campo na capitania da Paraíba do Norte, a documentação é omissa; todavia, faz menção à existência de soldados, alistados no Terço em 1699, provenientes da Aldeia dos Cariris (na documentação chamados **Cararis**), jurisdição daquela capitania. Tal Aldeia dos Cariris corresponde à atual cidade paraibana de Pilar, ficando patenteado que Moraes Navarro efetuou gestões junto ao governo paraibano, no sentido de que fossem aumentados os efetivos do seu Terço, com aqueles elementos indígenas. Pelo que consta da documentação outrora pertencente ao Terço, os alistados percebiam um soldo mensal equivalente a 1\$866.

Da Paraíba do Norte, o Terço dirigiu-se à capitania do Rio Grande, por via marítima. Segundo Basílio de Magalhães (**Expansão Geográfica do Brasil até fins do século XVII**), Moraes Navarro chegou à Capitania do Rio Grande, a 18 de novembro de 1698. Sempre visando ao fortalecimento do seu Terço, o mestre-de-campo obteve o recrutamento de novos contingentes indígenas, provenientes da Missão de Guaraíras (hoje, Arez). Também juntaram-se ao Terço indígenas da Aldeia de Guajiru (atual Estremoz), da Aldeia de Mepebu (Papari, hoje Nísia Floresta), bem como tapuias Canindés, do sertão da capitania.

Da Cidade do Rio Grande, ou Natal, o Terço seguiu para o Arraial do Açú, onde seria a sede de sua atuação bélica. Na ribeira do Açú, posteriormente, novos elementos indígenas foram alistados no Terço, provenientes da missão do reverendo padre Phelippe Bourel, jesuíta alemão, responsável pela Aldeia do Apodi, formada de tapuias paiaçus.

Por ocasião do alistamento, eram feitos verdadeiros retratos "escritos" dos alistados, através dos quais podemos reconstituir a aparência física de alguns daqueles tapuias: um deles era "de baixa estatura, cabelo corredio e beijo furado"; outro, do gentio chamado da Silva, era "salpicado de bexigas pela cara"; um terceiro, "de pequena estatura, cara comprida e vermelha, cabelo corredio, olhos

pretos"; outro tapuia, era "homem de boa estatura, cara larga, com um sinal no olho direito, cabelo preto e corredio". Um outro alistado, oriundo da aldeia de Guajiru, era de "ordinária estatura, e com marcas e sinais de bexigas no rosto, e bem encarado"; um outro, de "estatura ordinária, cara redonda, olhos e cabelos pretos".

Alistaram-se nas hostes de Morais Navarro, elementos de várias procedências e misturas raciais: paulistas, fluminenses, espírito-santenses, baianos, sergipanos, pernambucanos, paraibanos, norte-riograndenses, cearenses, portugueses, ilhéus açorianos e madeirenses e, até mesmo, um indivíduo natural do reino de Nápoles!

A título de simples curiosidade, analisei empiricamente os sinais físicos de cerca de trinta indivíduos portugueses, com o intuito de estabelecer um perfil antropológico do lusitano daquela época. Quanto à estatura, predominava largamente aquela chamada ordinária (77,77%), seguida da baixa (18,5%). Os indivíduos considerados altos, representavam uma minoria (3,7%).

No tocante à coloração cutânea, o grupo dos portugueses trigueiros ou morenos era uma minoria: 33,33%. Os classificados como alvos, alvarinhos e "aflamengados" chegavam a 66,67% dos examinados. Quanto ao formato do rosto, havia um equilíbrio estatístico entre os rostos redondos e os compridos. Os olhos negros ou castanhos representavam 88,23% daqueles portugueses, sendo a percentagem de olhos azuis e brancos (sic), de apenas 11,77%.

Os cabelos pretos representavam 50% daqueles lusitanos; os castanhos, 20%. Os louros e ruivos, apenas 30%. Os cabelos ondedos e crespos predominavam: 72,72%, contra os 27,28% atribuídos aos lisos ou corredios. Alguns narizes descritos figuravam como compridos e afilados. No tocante à corpulência, 37,5% dos lusitanos, alistados no Terço, eram considerados "secos do corpo"; 62,5%, encorpados, cheios do corpo, grossos, ou refeitos do corpo... Em muitos deles, viam-se marcas deixadas pela varíola.

Estabelecendo-se, pois, o perfil daquele português, apresentava o mesmo uma estatura ordinária, a pele clara, olhos escuros, cabelos também escuros, ondedos ou mesmo crespos. Quanto à corpulência, era considerado "refeito do corpo".

No dia 10 de maio de 1699, chegava à Cidade da Bahia o capitão Manuel da Mata Coutinho, do Terço dos Paulistas, tendo assentado praça na sua Companhia, os seguintes combatentes:

- Capitão Manuel da Mota Coutinho
- Estevão de Barcelos Machado

SOLDADOS

- Antônio da Cunha
- Francisco Borges do Prado
- Amaro Lopes Maciel
- Gaspar Gomes
- João de Góis
- Luís Gomes

"Soldados que se matricularam nesta Bahia, chegados ao Rio Grande"

- Francisco Ferreira da Costa, natural do Rio de Janeiro
- Jerônimo de França Gaya, da capitania do Espírito Santo
- Roque da Costa - Rio de Janeiro
- Pedro dos Santos Rezende - Rio de Janeiro
- Antônio Pais Barreto - Espírito Santo
- Alberto Rodrigues
- Antônio das Neves Loureiro - Espírito Santo
- Brás Rodrigues Gatto - Espírito Santo
- Antônio Tavares de Oliveira - Cidade do Porto
- Lucas Antunes - Rio de Janeiro
- Dom Pedro, índio da terra, forro

"Lista dos Soldados que aclararam e sentaram praça na Companhia do Capitão Manuel de Siqueira Rondon, da qual é alferes Antônio Pereira de Brito"

- Manuel de Siqueira Rondon, natural do Rio de Janeiro
- Domingos Moratto de Bitancor - vila de São Paulo
- Francisco Martins Pereira - Vila de São Paulo
- Manuel de Góis Homem - Vila de São Paulo
- Manuel Carneiro do Couto
- João Pereira - Cidade do Porto
- Antônio Gonçalves Pereira - Espírito Santo
- Pedro da Silveira - Espírito Santo
- Domingos da Maia - Rio de Janeiro
- Manuel Pais - Vila de São Paulo
- João Pereira - Vila do Espírito Santo, Bahia
- Domingos de Araújo - Rio de Janeiro
- Sebastião Correia - Rio de Janeiro
- Paulino Riscardo - Cidade do Cabo Frio
- Lázaro Gomes - Cabo Frio
- Simão da Costa - Índio da terra, forro
- Salvador Pequeno - Índio da terra, forro

- Diogo, índio da terra, forro
 - Simão, índio da terra, forro
 - Pedro de Siqueira, índio da terra, forro
 - Inácio Delgado, índio da terra, forro
-

Tratei, a seguir, de informações colhidas junto à documentação inédita do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, retratando algumas pessoas, habitantes daquele mundo conflagrado que era o Arraial do Açu, embrião da atual cidade do Açu, no Rio Grande do Norte.

MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO

Alegando achar-se ausente de sua casa e família há muitos anos, e necessitar "de ir a São Paulo donde é natural, e deixou sua mulher e filhos, assim para ajustar suas contas e pagar suas dívidas, como para se refazer de alguns cabedais e mudar sua casa e sítio", Manuel Álvares de Moraes Navarro solicitou ao rei de Portugal uma licença de um ano, para nesse espaço de tempo poder concretizar a sua pretensão.

Foi-lhe concedida uma provisão de licença, aos 13 de outubro de 1704, quando o mestre-de-campo já estava ausente de sua casa e família, há seis longos anos! Tal provisão foi assinada pela Infanta de Portugal, que se achava na condição de regente, na ausência do seu irmão, o rei d. Pedro.

Ainda por mais cinco anos ocorreu a tramitação da papelada! Finalmente, por documento de 22 de março de 1709, aquele mestre-de-campo declarava que iria dar início à sua esperada viagem à Vila de São Paulo, de onde se encontrava ausente há onze anos! Levou consigo dois companheiros, sob a alegação de que "como pelos sertões que hei de passar, me consta estão espargidos muitos Paulistas, pretendo persuadí-los a que venham para o meu Terço, a fazer guerra ao tapuia alevantado, e para os conduzir levo em minha companhia o cabo-de-esquadra Manuel de Aguiar e o soldado Francisco de Aguiar".

Pelos registros contidos em livro pertencente ao escrivão do Terço - em que ainda figuram anotações relativas aos anos de 1703 a 1724, verifica-se que, na ausência do mestre-de-campo, assumiu a regência do Terço o sargento-mor José de Moraes Navarro. Este era irmão de Manuel, que não mais consta haver retornado à campanha. Todavia, a documentação posterior à sua partida do Açu continua a declinar o fato de ser Manuel Álvares de Moraes Navarro o mestre-de-campo daquele Terço, até à sua extinção, aos 7.6.1716.

JOSÉ DE MORAIS NAVARRO

Em virtude do falecimento de Antônio Ribeiro Garcia, ocorrido aos 19 de setembro de 1698, a bordo do navio que conduzia o Terço da Bahia, José de Moraes Navarro, até então capitão de uma companhia, foi nomeado para ocupar o posto de sargento-mor do Terço de Infantaria paga da Gente de Guerra dos Paulistas, que assistia na Conquista dos Bárbaros da Capitania do Rio Grande. A patente foi-lhe concedida por d. João de Lencastro, Capitão Geral do Estado do Brasil, datada de 7 de janeiro de 1700, na Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos. José de Moraes Navarro passou ao posto de sargento-mor aos 11 de julho de 1701, percebendo um soldo mensal de 13\$000.

Em requerimento apresentado no Arraial do Açú, aos 8 de outubro de 1705, o sargento-mor solicitou uma fé-de-ofício do tempo que servia à Sua Majestade, na Campanha do Rio Grande. Na informação prestada por Manuel Rodrigues Maciel, Escrivão da Fazenda Real, Alfândega e Almoxtarifado da Capitania do Rio Grande, e da Matrícula do Terço dos Paulistas de que é mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, constou que o requerente assentara praça de capitão, de uma companhia do Terço Pago da Campanha do Açú, aos 13 de agosto de 1698, por patente do Governador e Capitão Geral dom João de Lencastro. Seu soldo mensal, como capitão, correspondia a 7\$640.

Segundo aquela mesma informação, consta que José de Moraes Navarro era "natural da vila de Santos, filho de Manuel Alves Murzelo, de ordinária estatura, alvarinho, cara comprida, olhos e cabelos negros, de idade de vinte e quatro anos". De tal informação, pode-se deduzir que José de Moraes Navarro, ao ser investido no posto de capitão, em 1698, contava apenas a idade de 17 anos!

Com a partida de Manuel Álvares de Moraes Navarro para a vila de São Paulo, em 1709, o seu irmão José passou a ser o sargento-mor regente do Terço dos Paulistas, posto que ainda ocupava em 1716, quando, aos 7 de junho, foi extinto aquele Terço. Foi, em substituição, criado um regimento, composto de duas companhias de infantaria paga para guarnecer o Presídio do Rio Grande. José ocupou o posto de sargento-mor regente do novo regimento, dele se tendo notícia, em tal posto, até 1733.

DOMINGOS DE MORAIS NAVARRO

Uma informação contida na documentação do Terço dos Paulistas, dá conta de que o capitão Domingos de Moraes Navarro era filho do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro. Serviu ao Terço dos Paulistas, de 13 de agosto de 1698 até 7 de junho de 1716, quando foi extinto. Continuou, no recém-criado Regimento do Presídio do Rio Grande, de 7 de junho de 1716 até o dia 10 de julho de 1723. Nomeado capitão-mor e governador da Capitania do Rio Grande, por dom João rei de Portugal, através de patente real de 30 de junho de 1727 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mercês de D. João V. Fls. 65-v do Livro

BENTO DA FONSECA

Bento da Fonseca foi nomeado cirurgião do Terço dos Paulistas, vencendo “trinta mil réis de ordenado por ano, ademais da praça de soldado”, por provisão do Governador de Pernambuco, Francisco de Castro e Caldas, datada de 13 de outubro de 1703, no Recife. Bento da Fonseca tomou posse e prestou juramento do cargo, no Arraial do Açu, aos 22 de outubro de 1704. No histórico da referida provisão, consta: “que porquanto Sua Majestade me ordena, por carta sua de 13 de setembro de 703, mande cirurgião para o Terço dos Paulistas, de que é mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, que haja de curar dos soldados e cabos do dito Terço, e pela boa informação que tive de Bento da Fonseca, de que nele concorriam a ocupação e haver assistido no dito Terço muitos anos, com a mesma ocupação e boa aceitação da gente dele (...)”.

Com a extinção do Terço dos Paulistas, Bento foi incorporado ao novo Regimento criado, do Presídio do Rio Grande, onde ainda se encontrava no dia 8 de novembro de 1723, prestando assistência profissional.

CAPITÃO PEDRO CARRILHO DE ANDRADE

Celebrizou-se como autor de uma carta a Sua Majestade, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (vol. VII, 1090), sob o título “Memória sobre os Índios no Brasil”. O seu assentamento, como simples soldado do Terço dos Paulistas (posteriormente, promovido a sargento), assim o descreve:

“O Capitão PEDRO CARRILHO DE ANDRADE, natural do Rio de São Francisco, filho de Pedro Carrilho. De estatura ordinária, cabelo castanho já ponta de branco, moreno de rosto, com alguns sinais de bexigas. De idade de cinquenta anos. É soldado desta Companhia desde 20 de dezembro de 1698. Vence mil e oitocentos e sessenta e seis réis de soldo por mês, na forma do Assento do Conselho da Fazenda, lançado no livro 2º, a fls. 79.v, e não vencerá mais soldo algum.

Manuel Gonçalves Branco”.

Pedro Carrilho de Andrade deu baixa, “por velho”, aos 28 de novembro de 1703. Um seu filho também assentou praça na mesma Companhia onde fora engajado seu pai. Através dos assentamentos existentes, verifica-se a presença de jovens - de 12, 13 e 14 anos -, servindo ao Terço dos Paulistas, percebendo os mesmos soldos dos soldados adultos, portanto, com os deveres e obrigações militares de praxe. Eis o assentamento do filho de Pedro Carrilho de Andrade:

“Antônio Salomão Carrilho, natural de Sergipe del Rey, filho do capitão Pedro Carrilho de Andrade. Estatura pequena, cabelo acastanhado, alvarinho do

rosto, olhos brancos, com um sinal roxo por baixo do olho esquerdo, de idade de 14 anos. É soldado desta Companhia desde 20 de dezembro de 1698. Vence mil oitocentos sessenta e seis (réis) de soldo por mês, na forma de Assento do Conselho da Fazenda, lançado no Livro 2º, a fls. 79-vs, e não vencerá mais soldo algum.

Manuel Gonçalves Branco”.

PADRE AMARO BARBOSA

Frei Antônio de Jesus, Capelão do Terço e irmão do Mestre-de-Campo, faleceu no Açú, pelo início de 1700, vitimado pela fome e necessidade que assolaram aquele Arraial. Informação de 29 de outubro de 1705, apresenta o pe. Amaro Barbosa exercendo a Capelania-mor do Arraial do Açú, onde já existia uma capela desde, pelo menos, o ano de 1699. Faleceu, por volta de 1718 ou 1719, quando prestava assistência religiosa ao Regimento do Presídio do Rio Grande, sucessor do Terço dos Paulistas.

PADRE MANUEL DE JESUS BORGES

Documento de 29 de outubro de 1705, aponta-o como Assistente do Capelão-mor Amaro Barbosa, no Arraial do Açú, No ano seguinte, requereu terras ao governo do Rio Grande, já sendo missionário da Aldeia de Mipibu.

Por documento de 1710, considerava-se ter “findado a campanha, como é notório”. Aos 27 de fevereiro de 1712, informava-se que o Terço dos Paulistas, reduzido então a apenas duas companhias, achava-se aquartelado, com arraial, no sítio e engenho do Ferreiro Torto, próximo a Natal e pertencente ao sargento-mor José de Moraes Navarro. Segundo consta de informações de 1712, aquelas duas companhias “marcham de muda, alternativamente, de três em três meses, a guarnecer a fortaleza daquela Capitania (Rio Grande)”. Em 1733, ocorreu a retirada das duas Companhias do Ferreiro Torto, sendo transferida uma para Natal, e a outra para a Fortaleza dos Reis Magos da Barra do Rio Grande.

Aos 7 de junho de 1716, foi extinto o Terço dos Paulistas, substituindo-o um Regimento, composto de apenas duas companhias. Diversos oficiais e praças do antigo Terço foram aproveitados no denominado “Regimento das duas Companhias de Infantaria Paga do Presídio do Rio Grande”.

Os irmãos Manuel Álvares de Moraes Navarro e José de Moraes Navarro deixaram descendência, em Olinda e Natal, respectivamente. Segundo Borges da Fonseca, em sua **Nobiliarquia Pernambucana**, aquele mestre-de-campo tornou-se senhor do Engenho Paratybe, ou Engenho do Paulista, hoje cidade de Paulista, em Pernambuco.

O topônimo PAULISTA perpetua, no Rio Grande do Norte, a remota presença da gente de guerra de São Paulo: rio e serra no município do Açu, riacho e lagoa no Apodi, rio em Patu.

O Rio Grande do Norte, através da lúcida visão dos primeiros missionários ali chegados, foi considerado a CHAVE DO BRASIL. Sendo o ponto do território nacional mais próximo da África, sua preservação era do mais alto interesse, para a geopolítica portuguesa. Daí, as sucessivas providências tomadas pela Coroa, visando à redução dos tapuias, cuja sublevação quase expulsara a presença portuguesa daquela capitania.

As despesas decorrentes da prolongada mobilização de tropas esgotaram as disponibilidades do Erário, porém foi válido o sacrifício. Com a redução dos tapuias, ficaram abertas as portas do Sertão aos criadores de gado, objetivo que assegurava a fixação da população em expansão. Dar-se-ia o conseqüente incremento da arrecadação dos dízimos reais, outro objetivo sumamente importante.

Durante a guerra dos Bárbaros, ocorreu um maior intercâmbio entre as populações setentrionais e meridionais do País, gerando-se um estímulo ao sentimento de unidade nacional. Repousem em paz aqueles heróis anônimos, protagonistas do grande drama que foi a Guerra dos Bárbaros!

A documentação compulsada na pesquisa sobre o Terço dos Paulistas de Manuel Álvares de Moraes Navarro, pertence ao acervo de manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Caixas n.ºs. 2,3,34,63,65,84,88 e 89).

ORÍGENS GENEALÓGICAS DOS MORAIS NAVARRO NO NORDESTE BRASILEIRO

Com a dissolução do último dos Terços dos Paulistas, ocorrida em 1716, alguns participantes daquelas tropas permaneceram em território nordestino, dando origem a famílias tradicionais. Uma delas é a família MORAIS NAVARRO, descendente de três rebentos nascidos em São Paulo, filhos do casal MANUEL ALVES MURZELO - ANA PEDROSO DE MORAIS.

A descendência dos irmãos Manuel Álvares de Moraes Navarro e dona Helena de Moraes povoou o território olindense, cabendo à pessoa de José de Moraes Navarro derramar a sua prole em terras banhadas pelo rio Potengi.

O genealogista Borges da Fonseca, em sua notável **Nobiliarquia Pernambucana**, conservou a memória daquela descendência dos Moraes Navarro pernambucanos. No tocante à família, no seu ramo norte-riograndense, os antigos livros eclesiásticos guardam os assentamentos daqueles descendentes dos Paulistas.

Apesar das diversas lacunas constatadas nos velhos alfarrábios consultados, alguma coisa de valor foi salva do olvido, matéria essa que temos a satisfação de divulgar. Tal pesquisa poderá ser dilatada, por algum apaixonado pela genealogia, estendendo até os dias atuais, este estudo ora divulgado.

Os MORAIS NAVARRO demonstraram ter “queda” pela carreira militar e política. Domingos de Moraes Navarro chegou a ocupar o cargo de Capitão-mor e Governador do Rio Grande do Norte, no período colonial. Lourenço José de Moraes Navarro, neto do paulista José de Moraes Navarro, foi presidente eventual da província potiguar, nos primórdios da Independência.

FILHOS DO CASAL MANUEL ALVES MURZELO - ANA PEDROSO DE MORAIS

Sabe-se da existência de, pelo menos, quatro filhos do casal, que foram os seguintes:

F 1 - MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO, natural da Cidade de São Paulo, mestre-de-campo de Terço de Infantaria Paga, que Sua Majestade mandou à Conquista do Açu, a que chamaram dos Paulistas. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Irmão da Casa da Santa Misericórdia de Olinda, da qual foi Provedor nos anos de 1731, 1736 e 1745. Serviu de vereador mais velho da Câmara da mesma cidade. Senhor do Engenho do Paratybe, ou do Paulista, origem da cidade pernambucana de Paulista. Manuel foi casado três vezes:

Primeira vez, com d. MARIA DE OLIVEIRA, filha de Manuel de Amorim Falcão, e Luíza de Oliveira, de São Paulo; 2ª vez, com d. INÊS BARBALHO

LINS, olindense, filha de Antônio Borges Uchôa e Ana Maria de Melo; 3ª vez, com TERESA DE JESUS LINS, pernambucana, filha de Cristóvão Lins e de d. Adriana Wanderley.

F 2 - JOSÉ DE MORAIS NAVARRO, natural da Vila de Santos. Era de "ordinária estatura, alvarinho, cara comprida, olhos e cabelos negros". Nasceu por volta de 1681. Foi sargento-mor do Terço dos Paulistas, de que era mestre-de-campo o seu irmão Manuel Álvares de Moraes Navarro. José foi senhor do Engenho do Ferreiro Torto, localizado no atual município norte-riograndense de Macaíba. Já falecido em 1754.

Foi casado com d. FRANCISCA BEZERRA DA SILVA, natural da Paraíba, filha de Francisco Teixeira da (.....), e neta paterna de João do Souto Maior e Ana da Rocha, senhores do Engenho Tabocas, na Paraíba. Francisca faleceu em 09.06.1770 (VIDE DOCUMENTO Nº1).

F 3 - HELENA DE MORAIS, que contraiu núpcias com o cel. AGUSTINHO CORREIA. Morou o casal possivelmente em Olinda, Pernambuco.

F 4 - Frei ANTÔNIO DE JESUS, que acompanhou o Terço do Paulistas, em 1698, para a Campanha do Açú, onde faleceu, pelo final de 1699, ou início do ano seguinte, em consequência da fome e necessidade que passou. Pertencia à Ordem Franciscana.

NETOS DO CASAL MANUEL ALVES MURZELO - ANA PEDROSO DE MORAIS

FILHOS DO PRIMEIRO MATRIMÔNIO DE MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO - F1

N 1 - MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO (2º), casado com ADRIANA DE ALMEIDA UCHÔA, filha de Antônio Borges Uchôa e Ana Maria de Melo.

N 2 - DOMINGOS DE MORAIS NAVARRO, que participou do Terço dos Paulistas, comandado por seu pai. Foi nomeado Capitão-mor e Governador da Capitania do Rio Grande, através de Patente Real de 30 de junho de 1727 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mercês de D. João V. Fls. 65-v do Livro 73). Governou a Capitania, de 18 de janeiro de 1728 a 19 de março de 1731.

FILHOS DO SEGUNDO CASAMENTO DE MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO - F1

N 3 - MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO LINS, casado com d. ANA MARIA DE MORAIS UCHÔA (BN 1), filha de Manuel Álvares de Moraes Navarro (2º) e Adriana de Almeida Uchôa. Manuel foi capitão da Ordenança e Comandante da freguesia de Maranguape, tendo servido de Vereador da

Câmara de Olinda de 1753 a além de Juiz de Fora e Orfãos.

FILHOS DO TERCEIRO MATRIMÔNIO DE MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO - F1

N 4 - ANA FRANCISCA XAVIER LINS, que contraiu núpcias com **JOÃO LUÍS DA SERRA CAVALCANTI**, filho de Pedro Coelho Pinto e Romualda Cavalcanti. Sem sucessão. João Luís era médico, formado em Coimbra.

O autor Dom **DOMINGOS DO LORETO COUTO**, à página 522 do seu livro "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", faz referência à pessoa de Ana Francisca: "D. Anna Francisca Xavier Lins, filha do Mestre de Campo Manoel Alveres de Moraes Navarro, e de sua mulher D. Thereza Lins, ambos de qualificada nobreza; e mulher do Doutor João Luis da Serra, falla com toda a elegância os idiomas Latino, e Castelhana, tem grande Lição da História, e he celebre na promptidão com que discorre sobre qualquer matéria. Tem composto muitos elogios latinos a diversos assumptos, dignos certamente da luz pública".

N 5 - ISABEL TERESA DE MORAIS LINS, casada com **MANUEL DE ARAÚJO CAVALCANTI**, filho de Pedro Coelho Pinto e d. Romualda Cavalcanti. Manuel formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra. Era Procurador da Coroa e Fazenda na Capitania de Pernambuco.

N 6 - ADRIANA WANDERLEY, que contraiu núpcias com **GONÇALO JOSÉ CAVALCANTI**, filho de Manuel de Barros Cavalcanti e d. Maria do Nascimento Moraes. Tal matrimônio ocorreu por volta de 1755.

N 7 - MARIA DE MORAIS LINS, casada com o capitão **ANTÔNIO DE ARAÚJO DE VASCONCELOS**, senhor do Engenho Mussupim, do termo da vila de Igarçu, Pernambuco.

FILHA NATURAL DE JOSÉ DE MORAIS NAVARRO - F2

N 8 - HELENA DE MORAIS NAVARRO, casada aos 26 de julho de 1729, com o sargento **SOTÉRIO DA SILVA DE CARVALHO**, filho do sgtº-mor Antônio da Silva de Carvalho e de Suzana de Oliveira (VIDE DOCUMENTO Nº2). Helena era natural da Cidade de Olinda.

FILHOS DO CASAMENTO DE JOSÉ DE MORAIS NAVARRO - F2

N 9 - JOAQUIM DE MORAIS NAVARRO, nascido por 1725. Capitão-mor. Casou-se com d. **MARIA SOARES CORRÊA**, filha de Luís Soares Correia e Lourença de Araújo Corrêa (VIDE DOCUMENTO Nº 3). Faleceu aos 22 de junho de 1805 (VIDE DOCUMENTO Nº4).

N10 - FRANCISCO DA COSTA TEIXEIRA, sargento-mor, casou-se, aos 2 de junho de 1757, com d. **HELENA DE SOUZA DA PAIXÃO**, filha de Manuel

Rodrigues Pimentel e Clara Barbosa (VIDE DOCUMENTO Nº 5)

- N11 - JOSÉ DE MORAIS NAVARRO (2º)**, casado com **MARIA DA CONCEIÇÃO** (BN 2), filha de Manuel Álvares de Moraes Navarro (2º) e de Adriana de Almeida Uchôa.
- N12 - JOSEFA FRANCISCA DE SOUTO**, casada no Rio Grande, com **JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE DE MELO**, que foi capitão e depois coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Goiana, que viveu abastado de bens, tendo servido de Juiz Ordinário e de Órfãos na Capitania do Rio Grande. Rendeiro do Engenho Catu, de Goiana. Jerônimo era filho de Pedro de Albuquerque Melo, Capitão-mor e Governador da Capitania do Rio Grande, e casado com d. Maria Correia de Paiva. Pedro era senhor do Engenho Bujari, coronel do Regimento de Cavalaria de Goiana e "muitos anos comandante de toda a Capitania".
- N13 - MANUEL ALVES DE MORAIS NAVARRO**, nascido por 1739, solteiro, falecido aos 11 de novembro de 1798 (VIDE DOCUMENTO Nº 6). Capitão. Morava no seu engenho Potengi, em São Gonçalo do Amarante-(RN). Proprietário de uma légua de terra, na ribeira do Ceará Mirim, além de outras três léguas no riacho Malacaxeta, na mesma ribeira. O seu testamento acha-se arquivado no acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Caixa nº 71). Em 1786, Manuel era Administrador da Cobrança dos Rendimentos do Gado do "Vento" da Ribeira do Açú.

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE D. HELENA DE MORAIS - F3

- N14 - MARIA DO NASCIMENTO DE MORAIS**, casado com **MANUEL DE BARROS CAVALCANTI**, filho de Francisco Xavier Cavalcanti e de Luzia Josefa Tavares Pessoa.
- N15 - PADRE ANTÔNIO CORREIA DE MORAIS.**
- N16 - ÂNGELA DE MORAIS**, que contraiu matrimônio com **JOÃO ALVES DE AROUCHE**.

BISNETOS DO CASAL MANUEL ALVES MURZELO - ANA PEDROSO DE MORAIS

FILHOS DO CASAMENTO DE MANUEL ALVES ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO (2º) - N1

- BN 1 - ANA MARIA DE MORAIS UCHÔA**, casado com **MANUEL ÁLVARES DE MORAIS LINS** (N 3), filho do casal Manuel Álvares de Moraes Navarro-Inês Barbalho Lins.
- BN 2 - MARIA DA CONCEIÇÃO**, casada com **JOSÉ DE MORAIS NAVARRO (2º)**,

N11, filho de José de Moraes Navarro e de Francisca Bezerra da Silva.
BN 3 - INÊS BARBALHO LINS casada com **JOÃO GOMES GURJÃO**, filho de João Gomes Gurjão e de sua mulher N.....

FILHOS DO CASAMENTO DE ISABEL TERESA DE MORAIS LINS - N5 -

- BN 4 - JOAQUIM JOSÉ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LINS**, Doutor, formado pela Universidade de Coimbra. Foi Secretário do Governo, em Mato Grosso.
- BN 5 - JOSÉ INÁCIO CAVALCANTI LINS**
- BN 6 - MARIA CÂNDIDA DA CONCEIÇÃO**
- BN 7 - ANA JOAQUINA DA TRINDADE**
- BN 8 - MANUEL ALVES DE MORAIS NAVARRO**, que foi cadete do Regimento de Infantaria de Olinda, falecido aos 19 de outubro de 1781, com 24 anos de idade.
- BN 9 - PADRE ANTÔNIO JOSÉ CAVALCANTI LINS**, clérigo secular.
- BN 10 - JOÃO LINS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**
- BN 11 - FRANCISCO XAVIER DE MORAIS WANDERLEY**
- BN 12 - LUÍS JOSÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI LINS**
- BN 13 - FRANCISCO EUGÊNIO**, "morto de pouca idade, ainda de peito".
- BN 14 - TERESA DE MORAIS LINS**
- BN 15 - INÁCIO (ou FRANCISCO?) MANUEL DE ARAÚJO CAVALCANTI**

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE ADRIANA WANDERLEY - N6

- BN 16 - ANA MARIA CAVALCANTI**, casada 1ª vez, com dom **FILIPPE ALEMÃO DE CISNEIROS**, filho de Bernardo Alemão de Cisneiros, sargento de infantaria paga e comandante da Fortaleza de Santo Inácio de Tamandaré, e de sua mulher d. Cosma Teixeira. Em 2º matrimônio, com **JOÃO ALVES DE AROUCHE** (BN 30), filho de João Alves de Arouche e de sua mulher d. Ângela de Moraes.

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE MARIA DE MORAIS LINS - N7

- BN 17 - ANA MARIA DAS NEVES**, casada com o cap. Francisco Antônio de Souza, filho de Antônio Martins de Souza e de d. Maria Madalena de Sá e Moraes.

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE HELENA DE MORAIS NAVARRO - N8

- BN 18 - JOSÉ SILVESTRE DE MORAIS NAVARRO**, cabo-de-esquadra, casado em primeiro matrimônio com **ANGÉLICA MARIA DA SILVA**, da freguesia

do Rio Grande (Natal), filha de José de Vasconcelos, natural da Cidade de Lisboa, e de Mariana da Costa de Azevedo; 2º matrimônio, com ESCOLÁSTICA BARRETO DE MESQUITA, filha de Francisco Barreto de Mesquita, natural do arcebispado de Braga, e de Inácia de Abreu, da freguesia do Rio Grande.

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE JOAQUIM DE MORAIS NAVARRO - N9

- BN 19** - JOSÉ DE MORAIS NAVARRO, casado com d. LOURENÇA DE ARAÚJO CORRÊA, filha do cap. Francisco Delgado Borba e de sua mulher d. Ana Maria Soares de Araújo. Casamento realizado em 24 de fevereiro de 1800 (VIDE DOCUMENTO nº 7). Lourença de Araújo Corrêa faleceu aos 20 de maio de 1803 (VIDE DOCUMENTO nº 8). Documento de 1798 informava que José era cego.
- BN 20** - JOAQUIM JOSÉ DE MORAIS, casado com MARIA DO NASCIMENTO DA COSTA, filha de José da Costa de Carvalho e Inácia da Rocha. Matrimônio ocorrido aos 4 de junho de 1783 (VIDE DOCUMENTO nº 9).
- BN 21** - ANA PEDROZA DE MORAIS, nascida a 31.01.1773 (VIDE DOCUMENTO nº 10). Casada com o tenente VITO ANTÔNIO DE MORAIS CASTRO, filho de Antônio Vaz de Oliveira e de sua mulher d. Bernardina Josefa de Moraes. Em 1802, Vito Antônio morava no sítio do Trigueiro, nas proximidades de São Gonçalo-RN.
- BN 22** - LOURENÇO JOSÉ DE MORAIS NAVARRO (1786-1830), casado aos 13 de de 1806, com ANA JOAQUINA MARIA DE OLIVEIRA, filha do alferes João Correia de Souza e de Isabel Francisca Rodrigues (VIDE DOCUMENTO nº 11). Na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Natal, Lourenço José governou a Província do Rio Grande do Norte, no período de 8 de setembro de 1824 até 20 de janeiro de 1825, quando expirou o seu mandato camarário.

FILHOS DO CASAMENTO DE FRANCISCO DA COSTA TEIXEIRA - N10

- BN 23** - JOSEFA, nascida em 1753 (VIDE DOCUMENTO nº 12).
- BN 24** - FRANCISCA, nascida em 1754 (VIDE DOCUMENTO nº 13).

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE JOSEFA FRANCISCA DE SOUTO - N12

- BN 25** - MARIA DE ALBUQUERQUE, casada com MANUEL DE TORRES BANDEIRA, tenente-coronel agregado da Cavalaria de Goiana, filho de Manuel de Torres Bandeira e de sua mulher d. Angélica de Barros.

FILHO NATURAL DE MANUEL ALVES DE MORAIS NAVARRO (N 13),

COM MARGARIDA DE MENDONÇA:

BN 26 - ANTÔNIO DE MORAIS NAVARRO, casado com FRANCISCA MARIA DE JESUS. Falecido aos 16 de junho de 1806 (VIDE DOCUMENTO nº 14).

**FILHA NATURAL DE MANUEL ALVES DE MORAIS NAVARRO (N 13),
COM A VIÚVA FRANCISCA ANTÔNIA:**

BN 27 - INÁCIA.

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE MARIA DO NASCIMENTO DE MORAIS - 14

BN 28 - GONÇALO JOSÉ CAVALCANTI, casado por 1755, com d. ADRIANA WANDERLEY (N 6), filha de Manuel Álvares de Moraes Navarro e de sua 3ª esposa, d. Teresa de Souza Lins.

BN 29 - FILIPA CAVALCANTI DE MORAIS

FILHOS DO MATRIMÔNIO DE ÂNGELA DE MORAIS - N16

BN 30 - JOÃO ALVES DE AROUCHE, que foi o 2º marido de d. ANA MARIA CAVALCANTI (BN 16), viúva de dom Filipe Alemão de Cisneiros.

**TRINETOS DO CASAL MANUEL ALVES MURZELO -
ANA PEDROSO DE MORAIS**

FILHOS DE ANA MARIA CAVALCANTI - BN 16 - E DOM FILIPE ALEMÃO DE CISNEIROS

TN 1 - JOSÉ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

TN 2 - QUITÉRIA MARIA CAVALCANTI

TN 3 - MARIA DO Ó ALEMÃO DE CISNEIROS

FILHOS DE ANA MARIA CAVALCANTI - BN 16 - E JOÃO ALVES DE AROUCHE

TN 4 - ANTÔNIO

TN 5 - JOAQUIM

TN 6 - TERESA DE JESUS, que morreram na infância.

TN 7 - MARIA DA CONCEIÇÃO CAVALCANTI, casada por volta de 1756, com FRANCISCO ESTEVES VIANA.

TN 8 - AGOSTINHA CAVALCANTI DE MORAIS

FILHOS DE JOSÉ SILVESTRE DE MORAIS NAVARRO - BN 18 - E

ANGÉLICA MARIA DA SILVA

TN 9 - JOSÉ, nascido aos 23 de dezembro de 1770 (VIDE DOCUMENTO Nº 15).

FILHOS DO CASAL JOSÉ SILVESTRE DE MORAIS NAVARRO - BN 18 - E ESCOLÁSTICA BARRETO DE MESQUITA

TN 10 - FRANCISCO, nascido em 1774 (DOCUMENTO Nº 16).

FILHOS DE ANA PEDROZA DE MORAIS - BN 21 -

TN 11 - MANUEL, nascido os 30 de dezembro de 1800 (VIDE DOCUMENTO Nº 17).

FILHOS DO CASAL MARIA DE ALBUQUERQUE - BN 25 - E MANUEL DE TORRES BANDEIRA

TN 12 - RITA DE ALBUQUERQUE.

TN 13 - VICÊNCIA DE ALBUQUERQUE.

- NOBILIARQUIA PERNAMBUCANA, de Antônio Vitoriano Borges da Fonseca. Vol.I, p.110,111,143,144,355,366,386,387,395,425,444 e 445; Vol. II, p.84,179,474,475,479 e 480.

- REGISTROS DE BATIZADOS, CASAMENTOS E ÓBITOS da antiga FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DO RIO GRANDE.

DOCUMENTO Nº 1

Aos nove de Junho de mil, setecentos e setenta faleceo Dona FRANCISCA BEZERRA com todos os Sacramentos, e com seu testamento, e de idade de oitenta anos pouco mais ou menos, e foi sepultada nesta Matriz involta em habito de Sam Francisco encomendada solenemente de licença minha pelo Reverendo vigario da villa de Extremoz Francisco de Souza Nunes de que mandei Lançar este assento em que me asigney.

Pantaleão da Costa de Araujo
Vigrº do "Rio grande".

DOCUMENTO Nº 2

Aos vinte e seis de Julho de mil e setecentos e vinte e nove annos nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, donde os Contrahentes são freguezes, feitas nella as deñuciaçoens, e na Capella de Nossa Senhora dos Remédios do Cajupiranga, e da Senhora Santa Anna do Arrayal donde são moradores sem se descobrir impedimento algu em prezença do Reverendo Coadjutor o João Gomes freyre de Licença minha, sendo presentes por testemunhas o Tenente faustino da Sylveira home cazado, o Coronel fadrique Correa da Costa, sua mulher Paula Pereira, e Maria da Conceição, mulher do Capitão Jozeph Pinheiro Teixeira pessoas conhecidas, e freguezas desta freguezia, se cazarão em facie da Igreja solenemente por palavras o Sargento SUTERIO DA SYLVA natural desta freguesia filho Legitimo do Sargento Mayor Antonio da Sylva de Carvalho já defunto, e de sua mulher Suzana de Oliveira, e Dona ELENA DE MORAIS NAVARRO filha natural do Sargento Mayor Jozé de Moraes Navarro tirada da caza do seu pai por ordem do muyto Reverendo Doutor Vigário Geral e justificando o Contrahente perante mim os esponsais por mandado do dito, Senhor, no que procedi como nelle se continha, goardando em tudo a forma do Sagrado Concilio tridentino, e logo se lhes deo as bençoens. Do que mandei fazer este asento, em que por verdade asigney.

Manuel Correa Gomes
Vigario

DOCUMENTO Nº 3

Aos dezaseis dias do mez de Agosto do anno de mil setecentos e secenta e nove na capella de Nossa Senhora da Conceição do Jundiahi desta freguezia por huma hora da tarde corridos os banhos juxta Tridentinum sem impedimento algum athe a hora de seo recebimento de Licença minha se cazaram em prezença do Reverendo Francisco de Souza Nunes Vigario da villa de Extremoz os Nubentes JOAQUIM DE MORAIS NAVARRO, e MARIA SOARES CORREA com palavras de presente e conforme os Ritos da Santa Madre Igreja de Roma receberam as Santas Bençaos sendo presentes por testemunhas o Capitam mor Jozé Teixeira cazado morador na Freguesia da vila de Extremoz, e o Capitam Francisco da Costa Teixeira também cazado e morador nesta freguezia; ambos os nubentes naturaes desta freguezia, do que mandei fazer este asento em que me asinei.

Pantaleão da Costa do Arº
Vigrº do Rio Grande

DOCUMENTO Nº 4

Aos vinte e dous de Junho de mil oitocentos e cinco faleceo da vida presente nesta freguezia tendo recebido os sacramentos da Unção e penitencia por estar louco a varios annos o Capitão Mor JOAQUIM DE MORAES NAVARRO homem branco, cazado com Da. Anna Soares, tendo de idade oitenta annos pouco mais ou menos. Foi sepultado nesta Matriz envolto em mortalha dos Religiozos de S. Francisco depois de ser encomendado por mim solemnemente. E para constar fiz este termo que assignei.

Feliciano Joze Domelles
Vigrº Collado

DOCUMENTO Nº 5

Aos dois de Junho de Mil e sete centos e sincoenta e sete annos de tarde e na caza de residencia do muito Reverendo Senhor Doutor Vizitador Frei Manuel de Jezus Maria, estando em vizita nesta freguezia de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal do Rio Grande do Norte, sendo dispensados o Nubente em tecto impedimento, e os banhos de ambos os contrahentes pello dito Reverendissimo Senhor, que tirou primeiro informação de nam haver impedimento, que obstate para se não poderem receber os nubentes; cujos papeis ficão em meu poder, e sendo presentes por testemunhas o vigario abaixo assignado, e o reverendo Padre Theodozio da Roxa Vieyra, sacerdote conhecido, morador na dita freguezia, tendo o cujo dado Licença, se rezolveu a ser também a consessão do dito Reverendissimo Vizitador Frei Manuel de Jezus Maria se receberam o Sargento Mor FRANCISCO DA COSTA TEIXEIRA, filho legitimo do Sargento Mor Jozeph de Moraes Navarros, já defunto, e de sua mulher Dona Francisca Bezerra da Silva, natural, e morador da dita freguezia, e ELENA DE SOUZA DA PAIXÃO, filha Legitima de Manuel Rodrigues Pimentel, e de sua mulher Clara Barbosa, natural (em branco); todos moradores da dita freguezia do Rio Grande, guardando-se em tudo a forma do Sagrado Concilio Tridentino; do que fiz este assento, em que com as testemunhas por verdade assinou o dito Reverendissimo.

Manoel de Jezus Mº

Manuel Correa Gomes
vigário do Rio Grande

DOCUMENTO Nº 6

Aos onze de Novembro de mil setecentos e noventa e oito faleceo da vida presente

tendo recebido todos os sacramentos o Capitão MANOEL ALVES DE MORAES branco solteiro com idade de sincoenta e nove annos fez testamento foi sepultado nesta matriz envolto em habito de S. Francisco depois de ser encomendado solenemente pelo Reverendo Coadjutor e mais Sacerdotes desta freguezia. E para constar fiz este termo que assignei.

Feliciano Jozé Dornelles
Vigrº Collado

DOCUMENTO Nº 7

Aos vinte e quatro de Fevereiro de mil e oitocentos pelas onze horas do dia na Capela de N.S. da Conceição do Engenho do Jundiahi filial desta Matriz: depois de feitas as denunciaçoens na forma do Sagrado Concílio Tridentino nesta freguezia aonde ambos os Nubentes são moradores e naturaes: e havendo sido dispençados no segundo grao de sanguinidade pelo Reverendo Juiz das Dispenças (.....) Manoel do Carmo o que tudo me foi constante da Sentença e mandado do Reverendo vigario Geral que fica em meo poder com os demais documentos dos quais bem se ve que entre os Nubentes não ha canonico ou Civil impedimento em minha prezença: e sendo ahi como testemunha o Tenente Vito Antonio e Salvador Maria da Trindade brancos cazados e moradores nesta freguezia: se cazarão em face da Igreja solemnemente e por palavras de presente JOSÉ DE MORAES NAVARRO filho Legitimo do Sgtº Mor Joaquim de Moraes Navarro e de sua molher D. Maria Soares de Araujo Correia todos brancos com D. LOURENÇA DE ARAUJO CORREIA, filha Legitima do Capitão Francisco Delgado Borba ja falecido e sua molher Dona Anna Maria Soares de Araujo todos brancos. E logo lhes dei as bençaons segundo os ritos e cerimoniaes da Santa Madre Igreja do que tudo fiz este termo que por verdade assignei.

Feliciano Jozé Dornelles
Vigrº Collado

DOCUMENTO Nº 8

Aos vinte de Mayo de mil e oito centos e tres Faleceu da vida presente LOURENÇA DE ARº CORRª mulher de Jozé de Moraes Navarros de idade de vinte e cinco annos pouco mais ou menos com todos os Sacramentos foi sepultada na Capella de Nossa Sra. da Conceição do jundiahy envolto em Habito de São Francisco emcomendada pello Padre coadjutor Francisco Alºes. de Mello e para constar mandei fazer este asento no qual me asigno.

Feliciano Jozé Dornelles
Vigrº Collado

DOCUMENTO Nº 9

Aos quatro dias do mez de Junho de mil Setecentos, oitenta e tres na Capela de S. Gonçalo do Putigi pelas onze horas do dia depois de corridos os banhos de Suas naturalidades, e moradia sem se descobrir empedimento algum ate a hora de seu recebimento, em prezença das testemunhas que tão bem asinarão assistio ao matrimonio que entre si contrairão com licença minha o Padre Manoel Antonio, aos Nubentes JOAQUIM JOSÉ DE MORAES filho do C. Mor Joaquim de Moraes Navarros e Maria da Silva com MARIA DO NASCIMENTO DA COSTA filha de Jozé da Costa de Carvalho, e Ignacia da Rocha todos naturaes, e moradores nesta freguezia de N.S. da Apresentação do Rio Grande com as testemunhas presentes Salvador Maria da Trindade e Joaquim de Moraes Navarro. E logo lhes deo as benções depois de confeçados, e examinados da doutrina Christian juxt. Trid. De que mandey lançar este assento em que me asiney para constar.

Francisco de Souza Nunes
vice vigrº do Rio Grande

DOCUMENTO Nº 10

ANNA filha legitima do Tenente Joaquim de Moraes Navarros, e de Maria Soares Correa natural desta freguezia neta por parte paterna do Sargento mor de Infantaria Jozé de Moraes Navarros natural de Sam Paulo, e de Dona Francisca Bezerra da Silva natural da Paraíba e pela materna do Capitam Luiz Soares natural de Lisboa, e de Lourença de Araujo desta freguezia nasceo aos trinta e hum de janeiro do anno de mil setecentos e setenta e tres, e foi batizado com os Santos Oleos de Licença minha na Capela de Nossa Senhora da Conceiçam do Jundiahi dessa freguezia pelo Padre Coadjutor Bonifacio da Rocha Vieira, aos seis de Março do dito anno: foram padrinhos o capitam mor Francisco Nogueira, e sua mulher Ignez Maria moradores nesta freguezia, de que mandei Lançar este assento, em que me assigney.

Pantaleão da Costa de Arº
Vigrº do Rio Grande

DOCUMENTO Nº 11

Aos treze de Julho de mil oitocentos, e ceis pelas oito horas da noite na Capella de Sam Gonsallo, depois de feitas as denunciações na forma do Sagrado Concilio Tridentino nesta freguezia, aonde ambos os nubentes são moradores, e naturaes, e não constando Canonico, ou Civil impedimento, que tudo se vê dos banhos, e certidões, que ficão em meu poder, em prezença do Padre Antonio Pedro de

Alcantra de minha licença; e sendo presentes como testemunhas o Tenente Vito Antonio de Moraes, e Luiz Soares de Morães, ambos cazados, e moradores nesta freguezia: se cazarão em face da Igreja solemnemente LOURENÇO JOSÉ DE MORAIS, filho legitimo do defunto Capitão Mor Joaquim Jozé de Moraes Navarro, e Dona Maria Soares, com ANNA JOAQUINA MARIA DE OLIVEIRA, filha legitima do Alferes João Correia de Souza, e Isabel Francisca Rodrigues todos brancos, e logo o dito Padre lhes deo as benções, segundo os Ritos, e Cerimonias da Santa Madre Igreja: e para constar, mandei fazer este termo, que assignei.

Feliciano Jozé Dornelles
Vigrº Collado

DOCUMENTO Nº 12

Aos oito dias do mez de Julho de mil sette centos e sincoenta e trez de licença do Reverendo Padre Coadjutor João Freyre de Amorim com vezes de Parocho, nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação desta Cidade, bauptizou e pos os Santos oleos o Reverendo Padre Francisco de Albuquerque e Mello a JOZEPHA filha do Sargento mor Francisco da Costa Teixeira, e de Ilena da Payxam, e Souza: forão padrinhos o Capitam Hyeronimo de Albuquerque e Mello e sua mulher Dona Jozepha Francisca Souto Mayor de que mandou Lançar este asento o Muyto Reverendo Senhor Doutor Vizitador que abaycho assignou.

Marcos Soares de Oliveira
Viz^{tor}.

DOCUMENTO Nº 13

Aos vinte e sinco de Novembro de mil e sette centos e sincoenta e quatro de licença do Reverendo Doutor vigario Manoel Correa Gomes na Matriz desta Cidade, bauptizou e poz os Santos oleos o reverendo Padre Theodozio da Rocha Vieyra, a FRANCISCA, filha do Sargento mor Francisco da Costa Teyxeira, e de Elena da Paychão filha de Manoel Rodrigues Pimentel, forão padrinhos o Reverendo Bauptizante e a Irmã do dito Reverendo Padre Maria Gomes de que mandou lançar este asento o Muyto Reverendo Senhor Vizitador que abaycho assignou.

Marcos Soares de Oliveira
Viz^{dor}.

DOCUMENTO Nº 14

Aos dezaceis de Junho de mil oito centos e seis annos, faleceo com os Sacramentos da Confissão, e Unção, de hú erna de sangue nas entranhas ANTONIO DE MORAES NAVARRO, cazado com Francisca Maria de Jezus moradora no Lugar de São Gonçalo, de idade de quarenta annos pouco mais ou menos; foi sepultado na Capella de São Gonçalo em habito branco, encomendado, de minha Licença, pelo Padre Antonio Pedro de Alcantara; e para constar mandei fazer este asento em que me asignei.

Feliciano Joze Dornelles
Vigrº Collado

DOCUMENTO Nº 15

JOZE filho legitimo do cabo de esquadra Jozé Silvestre de Moraes Navarros, e de Angelica Maria da Silva, naturaes desta freguezia neto por parte paterna de Suterio da silva de Carvalho natural desta Cidade, e de Dona Elena de Moraes Navarros natural de Olinda, e pela materna de Jozé de Vasconcelos natural da cidade de Lisboa, e de Mariana da Costa de Azevedo desta freguezia, naceo aos vinte e trez de Dezembro do anno de mil sete centos e setenta e foi batizado com os Santos oleos de licença minha nesta Matriz pelo Padre Francisco Manoel Maciel aos dezasete de Janeiro do anno de mil setecentos e setenta e hum: foram padrinhos o Capitam Joze Pedro e sua filha Anna Francisca pelo que mandei Lançar este assento, em que me asinei.

Pantaleão da Costa de Arº
Vigrº do Rio Grande

DOCUMENTO Nº 16

Aos vinte e quatro de Abril de mil setecentos, e setenta e quatro nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, batizou com os Santos Oleos o Reverendo Doutor Pantalião da Costa de Arahujo vigario desta dita Matriz a FRANCISCO filho Legitimo do Cabo de esquadra Jozê Sylvestre de Moraes, e de sua mulher Escolastica Barreto de Mesquita naturaes desta freguezia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte; neto pela parte paterna de Francisco digo de Suterio da Sylva de Carvalho natural desta dita freguezia de Nossa Senhora da Apezentação, e de Dona Elena de Moraes natural da Cidade de Olinda, e pela parte materna de Francisco Barreto de Misquita natural do Arcebispado de Braga, e de Ignacia de Abreo natural desta dita freguezia, forão seos padrinhos o Capitão

de Infantaria paga Manoel da Sylva Vieira, e sua mulher Dona Anna Ritta moradores nesta Cidade do Natal, de que fiz este assento em que por verdade me assigney.

Miguel Pinhº
Provigario do Rio Grande

DOCUMENTO Nº 17

Aos sete de Janeiro de mil oito centos e hum annos na Capella de Santo Antonio de minha Licença, o Padre Antonio Pedro de Alcantara batizou e pos os Santos Oleos a MANOEL nascido a trinta de Dezembro do anno de mil e oito centos, filho Legitimo do Tenente Vito Antonio de Moraes Castro, e de sua mulher Dona Anna Pedroza naturaes desta freguezia da Senhora da Apresentação do Rio grande, e moradores na beira do Rio: neto paterno de Antonio Vaz de Oliveira, e de sua mulher Dona Bernardina Jozefa de Moraes: pella materna do Capitão Mor Joaquim de Moraes Navarro, e de sua mulher Dona Maria Soares Correia, todos naturaes desta freguezia: forão padrinhos o Alferes Francisco Pinheiro Teixeira cazado, e Dona Bernardina Jozefa de Moraes cazada: e para constar mandei fazer este assento em que me asignei.

Feliciano Joze Dornelles
Vigrº Collado

OS ALDEAMENTOS DO APODI, SERRA DE SANTANA E IGRAMACIÓ

ALDEIAS DO APODI E DA SERRA DE SANTANA

Segundo o pe. SERAFIM LEITE, a Aldeia do Apodi, sob invocação de São João Batista, teve a sua fundação no dia 10 de janeiro de 1700(1). Era Superior da Aldeia o pe. Filipe Bourel, alemão. Apodi era habitado por tapuias paiacus, do grupo étnico-cultural tarairiú.

A INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, contendo informações colhidas pelo ano de 1749, também menciona aquela Aldeia do Apodi:

"Invocação São João Batista, é de tapuios de nação Paiacus, e o missionário religioso de Santa Teresa"(2).

Do antigo aldeamento de São João Batista do Apodi, localizado no chamado Córrego das Missões, na Lagoa de Itaú ou do Apodi, vizinha à cidade do mesmo nome, os indígenas foram transferidos no dia 12 de junho de 1761, para a serra de Sant'Ana, onde foram estabelecidos (3).

Seis meses depois, no dia 8 de dezembro de 1761, ocorreu a instalação da vila de Port'Alegre, naquele aldeamento indígenas, origem da atual cidade norte-rio-grandense de Portalegre.

ALDEIA DO IGRAMACIÓ

O mapa de Jacques de Vaulx, de Claye, elaborado em 1579 em Dieppe, também focaliza o território norte-rio-grandense, onde existia a aldeia indígena de Ramaciot.

A Aldeia de Igramació reaparece em 1740, como informa o Livro de Tombo do Convento do Carmo do Recife. A capela da aldeia foi construída no período de 1743 a janeiro de 1745, sendo reedificada no ano de 1843, conforme informação existente na fachada do próprio templo.

Na INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, de 1749, consta o seguinte, sobre a Aldeia de Igramació:

"Invocação Nossa senhora do Carmo, é de índios caboclos da língua geral, e o missionário religioso do Carmo da Reforma (2).

Igramació, à margem do rio do mesmo nome, deu origem à atual cidade norte-rio-grandense de Vila Flor.

Da documentação pertencente ao acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, constata-se que a Aldeia de Igramació foi

transformada em vila, em 10.10.1762, com a presença do des. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco.

O referido Juiz de Fora determinou que a praça da nova vila tivesse "a largura de 60 braças e oito palmos (133,76m) de su-sudoeste para nor-nordeste, correndo este rumo do lugar da igreja; e de noroeste até sudeste, 96 braças (211,2m)". "Para as Casas da Câmara, destinou-se 60 palmos (13,20m) de frente e outros tantos de fundos; e para as dos moradores, 30 de frente (6,60m) e 60 de fundos (13,20m); e 100 (22m) para quintais" (4).

(1) LEITE, Pe. Serafim • **História da Companhia de Jesus no Brasil**, vol. V, p. 539;

(2) **INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO**, p.420;

(3) MOTTA, Nonato • **Notas sobre a Ribeira do Apodi**, pp. 57-64;

(4) **LIVRO DE REGISTRO DOS AUTOS DA CRIAÇÃO DA VILA FLOR (1762)**.

OS ALDEAMENTOS TAPUIAS DOS RIOS CEARÁ MIRIM, POTENGI E CUNHAÚ

O acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte guarda um vetusto e carcomido manuscrito, intitulado "Registro da protestação de fidelidade que fazem ao Muito Alto e Poderoso Rei de Portugal, Dom Pedro Nosso Senhor, todos os Grandes da Nação Jandoim, de três Aldeias de novo fundadas, &". O documento é datado de 1702 (não foi possível apurar o dia e o mês de sua lavratura).

Haviam sido fundados três novos aldeamentos indígenas, denominados, respectivamente: Aldeia de São João da Ribeira do Cunhaú; Aldeia de São Paulo da Ribeira do Potengi; e Aldeia de Nossa Senhora da Piedade da Ribeira do Ceará-Mirim. Por ocasião da "Protestação da Fidelidade", achava-se presente o Senhor Bispo D. Frei Francisco de Lima, de Olinda.

Representaram os tapuias, na lavratura do documento, o "Grande Panacu-Açu da Aldeia de Nossa Senhora do Ceará Mirim", juntamente com seus sargentos-mores; "Eu, o Rei Canindé, com meu irmão e mais grandes da nossa Aldeia de São João de Cunhaú"; o Grande da Nação Corema, com um seu irmão e um sobrinho, o sargento-mor dos Coremas, "e mais grandes da nossa Aldeia do Potengi"(1).

Conforme informa o documento, a que nos referimos, os panacu-açus, os canindés e os coremas pertenciam à chamada nação dos janduís, classificada etnograficamente como integrante do grupo línguo-cultural tarairiú.

ALDEIA DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA DO CUNHAÚ

Situava-se na Lagoa de São João, na atual cidade norte-rio-grandense de Canguaretama. A aldeia era povoada por tapuias canindés, liderados pelo rei Canindé. Provavelmente, este seria filho de outro rei Canindé, falecido em 1699 na Aldeia do Jundiá-Perereba e cujo nome cristão era João Fernandes Vieira.

ALDEIA DE SÃO PAULO DA RIBEIRA DO POTENGI

Corresponde à localidade de Pirituba, à margem direita do rio Potengi, município de São Gonçalo do Amarante(RN). Aos 18 de abril de 1708, o comissário-geral da Cavalaria Teodósio de Gracismán requereu ao capitão-mor do Rio Grande, a data de Pirituba, a qual anteriormente já lhe pertencera. Alegava o Comissário, no seu requerimento de concessão:

"... porque uma que tinha em a paragem de Pirituba, se lhe tomou para ali aldearem os tapuias (...) do Putigi, e porque esses se têm hoje levantado contra os brancos, e deixado a Aldeia..."

"Estas terras de Pirituba se marcaram para nelas se pôr a Aldeia dos Tapuias do Rancho do Curema, e com efeito lhe foi demarcada uma légua nelas, pelo Desembargador Cristovão Soares Reymão, conforme as ordens de Sua Majestade..."(2).

ALDEIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA RIBEIRA DO CEARÁ-MIRIM

Em 1712 o cel. Manuel Carneiro da Cunha, morador em Pernambuco, requereu ao capitão-mor do Rio Grande, umas terras que anteriormente já lhe haviam pertencido, e que tinham sido retiradas do domínio do proprietário para nelas se situar a Aldeia dos Tapuias Panacu-Açus. No seu requerimento de concessão das aludidas terras, informava o cel. Manuel Carneiro da Cunha:

"... que ele tem nesta Capitania terras na Ribeira do Ceará Mirim, e sítio a que chamam da Capela..."(3).

Aos 6 de junho de 1712, o mesmo cel. Manuel Carneiro da Cunha registrou a nova concessão, que lhe fora feita pelo capitão-mor do Rio Grande e Governador da Fortaleza dos Santos Reis:

"... que ele suplicante era possuidor de uma légua de terra na Ribeira do Ceará Mirim, aonde chamam o Olho d'Água, a qual terra se lhe havia tomado para aldeia dos Janduins, e porque este gentio está rebelde contra a Coroa, pois disto o Missionário escapou miseravelmente, queimando tudo, roubando com traições, furtos, como são acostumados, ficou dita terra devoluta (...)" (4).

Capela corresponde a uma localidade à margem do rio Água Azul, no município de Ceará-Mirim. Atualmente possui uma capela dedicada a São Miguel, a qual foi edificada em 1900.

Documento, de 28 de julho de 1713, dava conta de estrepolias cometidas pelos antigos aldeados da nação panacu-açu:

"... porque se acham nos sertões do Ceará Mirim alguns tapuias, que foram da Missão da Capelinha, os quais têm feito rancho, e o estão acrescentando com tapuias cativos, que a seus senhores fogem (...)" (5).

Aos 18 de janeiro de 1717, foi lavrado "um termo de obrigação que fizeram os tapuias panicu-açus, e condições que lhe foram propostas para irem assistir na Missão":

"... apareceu o Capitão-mor dos tapuias Panicu-Açus, José de Moraes Navarro, que habitam no Arraial do Ferreiro Torto, desta Capitania, e bem

assim o Sargento-maior Manuel Nogueira Ferreira e o Capitão Manuel Ribeiro de Carvalho, pessoas da mesma nação..." (6).

A Missão referida no termo de obrigação era a de São Miguel do Guajiru, situada na atual cidade de Estremoz-(RN). José de Moraes Navarro pertencera ao Terço dos Paulistas, do qual fora sargento-mor regente. Moraes Navarro também era senhor do Engenho Ferreiro Torto, localizado nas vizinhanças da cidade de Macaíba.

(1) LIVRO 3º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1691-1702), fls. 127-133;

(2) LIVRO 4º DO REGISTRO DE SESMARIAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1706-1709), fls. 8 e 29;

(3) LIVRO 6º DO REGISTRO DE SESMARIAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE (1712 - 1716), fls. 25 e 25-v;

(4) IDEM, fls. 39-40;

(5) LIVRO 6º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1713-1720), fls.8-v;

(6) IDEM, fls. 58-v;

A ORIGEM DO TOPÔNIMO MOSSORÓ

Na noite de 24 de agosto de 1990, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e outras instituições culturais prestaram uma significativa homenagem a Vingt-Un Rosado, pela proximidade do transcurso do seu 70º Aniversário, a ocorrer em 25 de setembro. Na ocasião, pronunciamos as seguintes palavras:

"Nesta noite de confraternização, algumas das mais representativas instituições culturais do Estado homenageiam a pessoa de Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia, por motivo do seu 70º aniversário natalício, a ocorrer no próximo dia 25 de setembro.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte também compartilha desse sentimento de júbilo, de que se acham possuídos os admiradores, amigos e familiares do notável filho de Mossoró. Incumbiu-me o Dr. Enélio Lima Petrovich, presidente daquele Instituto, de debuxar um esboço da contribuição prestada por Vingt-Un Rosado aos estudos históricos potiguaros, tanto no que tange à autoria de trabalhos de tal natureza, como também no plano de sua editoração.

Compulsando-se os registros do Instituto Histórico e Geográfico, constata-se que Vingt-Un ingressou naquela instituição no ano de 1959, eleito que foi para compor o seu quadro de sócios-efetivos. Desde então, o ilustre filho de Mossoró tem honrado e dignificado a sua condição de co-participante do esforço desenvolvido pelo Instituto, cujo objetivo maior é a preservação, valorização e divulgação do patrimônio histórico e cultural do nosso Estado.

A atuação de Vingt-Un, no campo dos estudos históricos e genealógicos, se manifesta através de diversos livros, e artigos publicados em revistas e jornais. Os temas abordados pelo autor mossoroense versam principalmente sobre ocorrências verificadas na região Oeste do Estado.

Através da leitura da obra literária de Vingt-Un, relacionada com história, genealogia e biografias, percebe-se nitidamente a preocupação do autor em utilizar-se de fontes idôneas, do que resulta uma exposição precisa e imparcial dos fatos históricos por ele abordados.

Vingt-Un estudou a presença indígena na antiga Ribeira do Mossoró, ali representada pelos tapuias Paiacus, da nação Tarairiú. Descreveu ele as milenares inscrições rupestres, vestígios de desaparecidas culturas indígenas pré-históricas.

Dedicou-se à tarefa de interpretar a toponímia regional.

Vingt-Un estudou, com profundidade, a presença holandesa nas salinas de Guamaré, Açú e Mossoró, ocorrida no século XVII.

Pesquisou as datas e sesmarias concedidas na Ribeira do Mossoró, no século XVIII, as quais deram origem a fazendas, capelas, vilas e cidades.

Ressuscitou velhos e olvidados patriarcas de antanho, formadores de

tradicionais famílias do Oeste. Pesquisou as descendências daqueles velhos troncos genealógicos, publicando trabalhos a respeito das mesmas.

Vingt-Un descreve a presença e a atuação de viajantes e cientistas, nacionais e estrangeiros em Mossoró, a partir do século XIX.

Dedicou-se também ao estudo da Revolução de 1817, da Confederação do Equador, de 1824, e dos reflexos causados por esses movimentos revolucionários na zona Oeste da então Província do Rio Grande do Norte.

Vingt-Un também estudou o Motim das Mulheres, episódio do Movimento do Quebra-Quilo. Fixou a saga da Abolição em Mossoró, e a brilhante trajetória do Jornalismo naquela cidade.

Não ficou esquecido o episódio do ataque de Lampião a Mossoró.

A Escola Superior de Agricultura de Mossoró, da qual Vingt-Un é o cérebro e o coração, teve o seu perfil histórico registrado pelo nosso homenageado, através de diversos livros.

Vingt-Un é o responsável pelo surgimento da Coleção Mossoroense, um verdadeiro fenômeno editorial que já conta com 1.570 títulos publicados, o que coloca Mossoró em uma posição invejável no campo da cultura nacional!

Aquela Coleção Mossoroense já havia publicado - até o ano passado - 270 títulos relacionados com a bibliografia de História do Rio Grande do Norte, uma vitoriosa contribuição de Vingt-Un à campanha por ele iniciada, a denominada Batalha da Cultura!

A título de homenagem a Vingt-Un e à terra mossoroense, farei algumas digressões sobre a origem do topônimo Mossoró, à luz de relatos históricos e de documentos pesquisados em diversas fontes:

JOHANNES DE LAET, cronista do período do domínio holandês, em seu livro **História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até ao fim do ano de 1636**, ao mencionar os cinco grandes rios senhoreados pelos tapuias de Janduí e Caracará, na Capitania do Rio Grande, nos dá notícia do rio Ocioró, hoje conhecido por Mossoró (1).

Em 1712 a Fazenda do Monxoró, na ribeira do mesmo nome, local hoje ocupado pela cidade de Mossoró, pertencia ao capitão Teodósio da Rocha e a Bonifácio da Rocha, ambos integrantes do Terço dos Paulistas do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro (2).

No vizinho território cearense existia o rio Wuychoró (hoje Choró), já mencionado em 1628 pelos indígenas Gaspar Paraupaba e seus companheiros, em depoimento prestado em Amsterdam, perante o notário Kilian van Renselaer. Segundo o depoimento dos indígenas, o Wuychoró era um pequeno rio de água salgada, desabitado (3).

Aos 13 de outubro de 1680, Estêvão Velho de Moura recebia terras no rio Xoró (Choró), na capitania do Ceará(4). Em 2.1.1682 o capitão-mor do Rio Grande, Antônio da Silva Barbosa, nomeava Estêvão para o posto de capitão de infantaria das ordenanças da ribeira do Açu, cujo Regimento estendia a sua jurisdição desde o riacho Paraibu, cabeceiras do Piató, no Rio Grande, até os rios Jaguaribe

e Choró, no território cearense (5).

Aos 14 de julho de 1737, Amaro Rodrigues Moreira, ao requerer uma sesmaria na ribeira do Choró, capitania do Ceará, informava às autoridades que o topônimo Choró pertencia à "LÍNGUA DO TAPUIO PAIACU"(6).

Tal informação é de muita importância para aqueles que pretendam penetrar o significado do étimo Choró, com o qual, evidentemente, teria correlação o topônimo Monxoró.

Estudiosos têm tentado explicar o significado dos topônimos Choró e Monxoró, através da utilização do idioma Tupi, o que tem sido um lamentável equívoco. O idioma falado pelos tapuias Paiacus, antigos moradores daquelas regiões, desapareceu com o passar dos anos, em virtude de não ter aparecido um dicionarista que o preservasse, o que não aconteceu com o Tupi e o Cariri.

Os Paiacus pertenciam ao grupo línguo-cultural tarairiú, cujo idioma representava uma das chamadas línguas "travadas", que eram absolutamente distintas da Língua Geral falada pelos Tupis...

Assim, permanecem à espera de uma cabal interpretação, os topônimos Wuychoró e Monxoró, ambos vinculados ao termo básico Choró, expresso no desaparecido idioma dos Tarairiús.

Surge agora uma indagação: como teria ocorrido a transformação do topônimo Monxoró em Mossoró? Darei dois exemplos de modificação toponímicas, ocorridas no Açú e no Caicó:

Jacob Rabbi, delegado dos flamengos junto aos tapuias do rei Janduí, foi o autor de um relatório sobre os ditos indígenas, material que foi aproveitado por Jorge Marcgrave, no seu livro **História Natural do Brasil**, publicado em Amsterdam em 1648. Segundo Jacob Rabbi, o rei Janduí habitava no rio Otschunogh (7). Os potiguares pronunciavam tal topônimo à sua maneira: Otschunogh transformou-se em Açú, que no idioma tupi tem o significado de **Grande...**

Na região do Seridó corria o rio Queiquó, termo pertencente à linguagem dos tapuias Janduís e Canindés. Quei significava **Rio**, e Quó uma certa ave, a que os tupis denominavam de **Acauã**. Queiquó, Rio Acauã. O rio era considerado como sendo o principal da região e, no entendimento vigente à época, fazia barra no rio Piranhas. Com a chegada das tropas governamentais engajadas no combate ao Levante do Gentio Tapuia, pelo final do século XVII, apareceu o arraial do Queiquó, à margem do rio do mesmo nome (8). Os potiguares logo transformaram o topônimo tapuia Queiquó em Caicó, palavra pertencente ao idioma tupi e cujo significado talvez fosse - **Roçado Queimado...**

O mesmo fenômeno lingüístico deve ter ocorrido com Monxoró.

A pronúncia tupi prevaleceu, perdeu-se o significado original do termo Monxoró, e surgiu o belo topônimo: Mossoró...

Finalizando estas palavras, faço votos para que no vindouro Ano 2000, estejamos todos aqui reunidos para comemorar os 80 anos de vida do Acadêmico

- (1) LAET, Joannes de • **História ou Anais dos Feitos da Companhia das Índias Ocidentais**, &, p.461.
- (2) LIVRO DO ESCRIVÃO DO TERÇO DOS PAULISTAS DO MESTRE DE CAMPO MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO, fls.87 e verso.
- (3) GERRITSZ, Hessel • **Jorneaux et Nouvelles**, &, p.173.
- (4) STUDART, Dr. Guilherme • **Datas e Fatos para a História do Ceará**, 1º, p.85.
- (5) LIVRO 2º DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1673-1690), fls. 62 e verso.
- (6) POMPEU SOBRINHO, Thomaz • **Sesmarias Cearenses**, p.51.
- (7) MARCGRAVE, Jorge • **História Natural do Brasil**, p.269.
- (8) MEDEIROS FILHO, Olavo de • **Índios do Açu e Seridó**, pp.141-144.

OS CRISTÃOS NOVOS DA PARAÍBA E A INQUISIÇÃO

Em 1496, talvez 20% da população portuguesa fossem representados pelos judeus. Ao casar-se no ano anterior, dom Manuel assumira com o sogro, o rei dom Fernando de Espanha, o compromisso de expulsar os judeus de Portugal, o que o levou a ordenar tal providência através do decreto de 24 de dezembro de 1496.

A única opção restante para aqueles que pretendessem continuar no reino, seria aceitar o batismo da fé católica, o que sucedeu com a grande maioria dos judeus residentes em Portugal.

Em abril de 1497 foram retirados dos judeus os filhos menores de quatorze anos, salvaguardando-os de tal maneira da influência exercida no ambiente doméstico. A 30 de maio do mesmo ano surgiu uma provisão para se não fazerem inquirições a respeito dos conversos durante vinte anos.

Em outubro de 1497 ocorreu o batismo forçado de todos os judeus portugueses, e a 21 de abril de 1499 foi proibida a saída dos conversos do reino. Com o batismo forçado surgira a denominação de **Cristãos Novos**, aplicável àqueles que recentemente haviam recebido o dito Sacramento, mas que se estendeu aos seus descendentes.

A 1º de março de 1507 os conversos foram considerados em tudo iguais aos **Cristãos Velhos**. Em 23 de maio de 1536 a Inquisição foi instituída em Portugal por decreto do papa a pedido do rei d. João III. A finalidade da Inquisição, ou Santo Ofício, seria processar e julgar cristãos novos que continuassem a judaizar secretamente.

Em 1591 a Inquisição promovia a sua primeira visita ao Brasil, repetida em 1618.

Somente a 25 de maio de 1773 foi abolida a distinção entre cristãos velhos e cristãos novos, através de decreto do marquês de Pombal. Finalmente, no dia 18 de fevereiro de 1821, as Cortes Gerais da Nação Portuguesa suspenderam definitivamente a Inquisição (1) e (2).

A antiga capitania da Paraíba recebeu na Cidade Filipéia, a visita do Senhor Visitador do Santo Ofício "destas partes do Brasil", Heitor Furtado de Mendonça, com seus oficiais, ali chegados no dia 6 de janeiro de 1595. Dois dias depois foi lido e publicado o "édito da fé e monitório geral e o édito da graça e o alvará de Sua Majestade do perdão das fazendas". Foi dado então um prazo de quinze dias para que viessem "perante ele denunciar o que por qualquer motivo souberem que qualquer pessoa tenha dito, feito ou cometido contra nossa Santa Fé Católica e o que tem a Santa Madre Igreja". Os quinze dias de graça terminaram a 24 de janeiro daquele ano de 1595, tendo no dia 29 retornado o Senhor Visitador a Olinda, onde chegou a 1º de fevereiro (3).

Com o progresso da capitania da Paraíba, fruto principalmente da

exploração da cana de açúcar, surgiram vários engenhos na várzea do Paraíba, neles passando a residir centenas de cristãos novos. Assim, em 1613, o cristão novo Ambrósio Fernandes Brandão já possuía dois engenhos de fazer açúcar correntes e moentes, pretendendo levantar um outro na ribeira do Gargaú (4). Ambrósio é considerado o autor do livro "Diálogo das Grandezas do Brasil", escrito em 1618.

Dom frei José Fialho O. Cist., bispo de Pernambuco (1725-1739), determinou a prisão de vários cristãos novos moradores na Paraíba, suspeitos de judaísmo, remetendo-os a Lisboa.

Em consequência dessa nova onda inquisitorial, chegou à Paraíba em 1729 Antônio Borges da Fonseca, vindo de Olinda com a finalidade de prender diversos cristãos novos moradores na Paraíba. Outra vez, em 1731, retornou Borges da Fonseca àquela capitania, efetuando novas prisões.

Era ele pai do afamado genealogista Antônio Vitoriano Borges da Fonseca, que dele informa: "Foi familiar do Santo Ofício por carta de 23 de março de 1766 e a este Tribunal serviu várias vezes com zelo e dispêndio de sua fazenda, nas prisões de vários cristãos novos que duas vezes foi prender à Paraíba nos anos de 1729 e 1731 (5)".

Pessoas nascidas ou moradoras na Paraíba figuraram em vários Autos da Fé. Assim, no Auto de 17 de junho de 1731 aparecem os cristãos novos paraibanos: Guiomar Nunes Bezerra, Estevão de Valença Caminha, Ana da Fonseca, Filipa da Fonseca, Luís Nunes da Fonseca (2º), Manuel Henriques da Fonseca, Clara Henriques, Guiomar Nunes, Joana do Rego (2ª), Guiomar de Valença e Maria de Valença.

No Auto realizado a 6 de julho de 1732, figuraram: Vitória Barbalho, Antônio Nunes Chaves, Florência da Fonseca, Maria Francisca da Fonseca, Felicitas Uchoa de Gusmão, Filipa Gomes Henriques, Isabel Henriques, Filipa Nunes, José Nunes, Antônio da Fonseca Rego, Floriana Rodrigues e João Nunes Tomás. No Auto da Fé ocorrido a 20 de setembro de 1733, figuraram as seguintes pessoas ligadas à Paraíba: Branca de Figueiroa, Dionísia da Fonseca, Ambrósio Nunes, Isabel da Fonseca Rego, José da Fonseca Rego e Diogo Nunes Tomás.

No Auto da Fé ocorrido a 24 de julho de 1735, apareceram: Luísa Barbalho Bezerra, Mariana Páscoa Bezerra, José da Fonseca Caminha, Teresa Barbalho de Jesus, Filipa Mendes, Francisco Pereira, Joana do Rego, Cipriana da Silva, Joana Gomes da Silveira, Joana do Rego Souza e Maria Francisca da Fonseca.

No Auto da Fé de 10 de setembro de 1737, apenas dois indivíduos ligados à Paraíba: Luís Álvares e Simão Rodrigues da Fonseca.

No Auto de 18 de outubro de 1739, novamente Guiomar de Valença. A 18 de junho de 1741 ocorreu um Auto da Fé, ao qual compareceu Dionísia da Fonseca.

No Auto realizado a 21 de junho de 1744, figurou Dionísio da Silva. Naquele ocorrido a 20 de junho de 1756, novamente a pessoa de Maria de Valença. Finalmente, a 20 de setembro de 1761, Luís Valença Caminha aparece

representando o território paraibano.

Onde se encontram os descendentes daqueles cristãos novos alcançados pela Inquisição, na Paraíba, nos anos de 1729 e 1731?

Vinicius Barros Leal, autor do artigo "Os Cristãos Novos na Formação da Família Cearense"(7), conseguiu localizar a pessoa de JOSEFA MARIA DOS REIS, que no estudo genealógico incluído neste capítulo, figurou sob a referência TN 21 da descendência do casal Ambrósio Vieira - Joana do Rego.

Segundo Barros Leal, os cristãos novos "que conseguiram escapar da prisão mais e mais enterraram-se nos sertões da própria Paraíba e do Ceará. Estes, disfarçadamente, conseguiram uma grande infiltração no nosso Estado, sobretudo nos lugares do litoral mais próprios à cultura da cana de açúcar. Ficaram em torno das atuais cidades de Cascavel, Aracati, etc."

Vinicius Barros Leal consultou, e copiou quase todos os livros de batizados, casamentos e falecimentos cearenses, guardados hoje na Cúria de Fortaleza. "Através dos registros de casamentos e batizados pude identificar a vinda para Aquirás, de uma filha do casal mais inexoravelmente atormentado pelos "familiares" inquisitoriais. Chamava-se Josefa Maria dos Reis. Nome disfarçado de uma Fonseca Rego, cristã nova pelos quatro constados. Era filha de Manuel Henriques Fonseca e de Joana Rego".

Conforme constatou o pesquisador cearense, "o primeiro aparecimento do nome de Josefa em documento eclesiástico foi em Aquirás, a 20 de julho de 1734, quando ela foi madrinha de um escravo de Manuel de Brito".

Também em Aquirás, Josefa contraiu matrimônio a 22 de novembro de 1735, quando já haviam falecido os seus pais, com Antônio de Freitas Coutinho, "natural do Sergipe d'El Rey, filho de Pedro de Freitas Faleiro e Margarida de Brito Coutinho".

Não lhe nascendo filhos, o casal adotou uma criança chamada Joaquim.

Em carta ao Autor, Vinicius Barros Leal retifica o local do casamento de Josefa Maria dos Reis: Fortaleza e não, Aquirás. Segundo aquele historiador cearense, Antônio de Freitas Coutinho, marido de Josefa, faleceu entre os anos de 1761 e 1764, pois nesse ano, a 9 de julho a viúva contraiu novas núpcias, com o recém viúvo Jacinto Coelho Frasão.

Informa ainda Barros Leal, que Josefa Maria dos Reis faleceu na capital do Ceará, viúva pela segunda vez, em 1790, sendo seu testamenteiro o capitão-mor Antônio de Castro Viana. Tinha ela um sobrinho, Manuel da Vera Cruz.

Vinicius Barros Leal encontrou mais dois filhos do casal Manuel Henriques da Fonseca - Joana do Rego (2ª). Um deles chamava-se JOÃO DO REGO FONSECA (TN 27 da descendência de Ambrósio Vieira). O mesmo era natural de Muribeca e casado com Maria da Cruz Salgado. Nos anos 30 do século XVIII, o casal morou no lugar Gargaú, na Paraíba. Do casal João do Rego Fonseca - Maria da Cruz Salgado, nasceram filhos no Ceará, inclusive um segundo João, que casou no Curu, a 28.11.1758, com Ana Moreira Brabo, filha dos pernambucanos Manuel Moreira Brabo e Joana Mendes.

Foi encontrada também, por Vinicius Barros Leal, uma filha do casal Manuel Henriques da Fonseca - Joana do Rego (2ª). Trata-se de MARIA DA FONSECA REGO (TN 25 daquela descendência de Ambrósio Vieira), ainda solteira em 1745.

Cremos ter identificado uma outra descendente do casal Ambrósio Vieira-Joana do Rego. Trata-se de JOANA (TN 16). A mesma teve um irmão chamado Simão Rodrigues da Fonseca. (TN 13).

Na Serra do Martins, onde havia a vila de Portalegre, no Rio Grande do Norte, viveu o casal João Soares Filgueira - dona Joana. João Soares Filgueira era irmão do vigário de Baturité, padre Manuel Luís de França, falecido em junho de 1796. Ocorrendo o inventário do reverendo, figuraram também como herdeiros os filhos do capitão João Soares Filgueira e Joana (que já eram falecidos em 1797).

Foram filhos do casal, os seguintes herdeiros:

- 1 - José Soares Filgueira, morador na Serra do Martins.
- 2 - SIMÃO RODRIGUES DA FONSECA, residente no lugar "Paó".
- 3 - Felícia Maria, residente em Panema. c.c. José Fernandes Casado.
- 4 - Ana Nunes da Fonseca, c.c. Gonçalo Pereira Cardoso.
- 5 - Florência Nunes da Fonseca, c.c. João Francisco Fernandes Pimenta.
- 6 - Rita Maria do Espírito Santo, casada com João Casado de Oliveira.
- 7 - Manuel Luís de França, que reproduzia o nome do tio padre.
- 8 - João Soares Filgueiras Júnior, c.c. Custódia.
- 9 - Maria Madalena da Conceição, c.c. Manuel da Silva (Saldanha?).
- 10 - Gabriel Rodrigues.

Tudo indica que a Joana, casada com o capitão João Soares Filgueiras, seria aquela mesma Joana, TN 16 da descendência de Ambrósio Vieira. O nome Simão Rodrigues da Fonseca, dado a um dos seus filhos, repetiria o nome do tio, TN 13 da mesma família.

Valendo-se das informações fornecidas por Varnhagen (6), complementadas por outras obtidas através da historiadora Anita Novinsky, em caráter particular e também através de trabalho publicado (8), elaboramos um estudo genealógico abrangendo quatro famílias cristãs novas da Paraíba. Foram elas as mais visadas pela ação inquisitorial naquela capitania.

DESCENDÊNCIA DE AMBRÓSIO VIEIRA E JOANA DO REGO, **Cristãos Novos**

F 1 - CLARA HENRIQUES, x.n., c.c. JOÃO NUNES

N 1 - JOANA NUNES DA FONSECA, x.n., c.c.DIOGO NUNES CHAVES, natural do Reino, x.n., lavrador de canas e morador no engenho Puxi.

BN 1 - ANTÔNIO NUNES CHAVES, x.n., natural do Puxi, onde é morador, nasc. c.1673, solteiro e lavrador de cana. Preso a 09.04.1731. Processo nº 10.475, Auto da Fé de 06.07.1732. Condenado a cárcere e hábito perpétuo. Anita W.Novinsky publicou o inventário de seus bens.

BN 2 - JOÃO NUNES CHAVES, x.n., natural e morador no Puxi.

BN 3 - MARIA FRANCISCA DA FONSECA, x.n., nasc. c.1689, natural do Engº Puxi, onde é moradora, solteira. Auto da Fé de 06.07.1732. Condenada a cárcere e hábito a arbítrio.

BN 4 - FLORÊNCIA DA FONSECA CHAVES, x.n., solteira, nascida c.1691 no Puxi, onde é lavradora de cana e moradora. Processo 13, Auto da Fé de 06.07.1732. Condenada a cárcere e hábito a arbítrio.

BN 5 - LUIZA NUNES DE CHAVES, x.n., viúva de DIOGO DE CHAVES, que trabalhava na roça. Luiza era natural do Puxi, onde é moradora.

TN 1 - JOANA DO REGO, parte x.n., nasc.c. 1705, c.c.JOSÉ PEREIRA, lavrador de roças.Joana era natural do Sítio do Puxi e moradora no Sítio da Tapira. Processo 3.938, Auto da Fé de 24.07.1735. Condenada a cárcere e hábito a arbítrio.

TN 2 - FILIPA MENDES, nasc. c.1710, parte x.n., natural do Puxi e moradora em Tapira, solteira. Processo 435, Auto da Fé de 24.07. 1735. Condenada a cárcere e hábito a arbítrio.

TN 3 - LUIZA DE CHAVES (2ª), parte x.n., nasc. em Forte velho, onde é moradora.

TN 4 - MARIA FRANCA DA FONSECA, nasc. c. 1698, parte de x.n., natural do sítio do Puxi e moradora na terra da Tapira. Auto da Fé de 24.07.1735. Condenada a cárcere e hábito perpétuo. Casada com SILVESTRE PEREIRA, lavrador de roças.

TN 5 - JOANA NUNES, natural do Puxi, onde reside, solteira.

F 2 - LUÍS NUNES DA FONSECA, lavrador, natural de Pernambuco e morador na Paraíba. Casado com MARIA TOMÁS (F 2 do capítulo dedicado à descendência de Diogo Nunes Tomás - Guiomar Nunes).

N 2 - CLARA HENRIQUES DA FONSECA, x.n., nasc. c. 1660, viúva de ANTÔNIO DIAS PINHEIRO, mestre de açúcar. CLARA era natural do Sítio do Cucaú e moradora no Engº Santo André. Processo 8.879,

Auto da Fé de 17.06.1731. Condenada a cárcere e hábito perpétuo.

BN 6 - MARIA DA FONSECA, x.n., solteira, defunta, natural da Paraíba, onde morava no Engenho Novo.

BN 7 - GUIOMAR NUNES, natural de Pernambuco. nasc. c.1694, casada com FRANCISCO PEREIRA, latoeiro, nasc.c.1694, natural do Engenho do Meio e filho de Manuel Bernardo. Moradores no Engº Santo André. GUIOMAR NUNES, convicta, negativa e pertinaz, foi ré no Processo 11.772, Auto da Fé de 17.06.1731. Relaxada em carne (queimada na fogueira). FRANCISCO PEREIRA, Processo 436, Auto da Fé de 24.07.1735. Condenado a cárcere e hábito perpétuo.

TN 6 - ESTEVÃO, nasc.c.1718

TN 7 - ANTÔNIO

TN 8 - JOÃO

TN 9 - FRANCISCO

TN 10 - JOSÉ

TN 11 - GONÇALO

TN 12 - ANA

BN 8 - ANTÔNIO DA FONSECA REGO, nasc.c.1682, morador no Engenho Velho, lavrador de cana, natural de Olinda. Casado com MARIA DE VALENÇA (BN 15). ANTÔNIO foi preso a 22.11.1729. Processo 10.476, Auto da Fé de 06.07.1732. Judaísmo e feitiçaria. Condenado a cárcere e hábito perpétuo sem remissão. O inventário de seus bens foi publicado por Anita W. Novinsky. MARIA DE VALENÇA foi ré no Processo 1.530, Auto da Fé de 17.06. 1731. Condenada a cárcere e hábito perpétuo. 2ª vez, condenada a cárcere e hábito perpétuo sem remissão, no Auto da Fé de 20.07.1756.

TN 13 - SIMÃO RODRIGUES DA FONSECA, x.n., nat. do Engenho Velho, solteiro e sem ofício. Processo 2.919, Auto da Fé de 10.09.1737. Cárcere e hábito a arbítrio. Libertado em 30.10.1739. Enlouquecido, foi reenviado a Lisboa, sendo absolvido a 13.03.1741.

TN 14 - LUÍS ANTÔNIO.

TN 15 - FILIPE.

TN 16 - JOANA.

TN 17 - JOSÉ.

N 3 - GUIOMAR NUNES, x.n., defunta, viúva de SIMÃO RODRIGUES ÁLVARES. GUIOMAR era natural da Paraíba, moradora no Engenho Velho.

N 4 - JOANA DO REGO, c.c.GASPAR NUNES ESPINOZA, x.n., lavrador de roça, natural da vila de Serinhaém e morador no Engenho do Meio.

- BN 9 - JORGE NUNES**, morador em Forte Velho.
- BN 10 - JOÃO NUNES DA FONSECA** (ou **JOÃO NUNES TOMÁS**), nasc.c.1681, c.c.**MARGARIDA DE ESPINOSA**. João era natural do Engenho Pindoba e morador no Engenho do Meio. Homem de negócio, foi condenado a cárcere e hábito a arbitrio.
- TN 18 - MARIA TOMÁS**, x.n., viúva de **AGOSTINHO NUNES**, natural do Inhobi.
- 4º N 1 - AMBRÓSIO NUNES**, nasc. c.1701, natural de Vila da Graça (Portugal), morador no sertão das Piranhas. Parte x.n, Ambrósio era tratante de gado. Preso por culpa de judaísmo, faleceu arrependido nos Estaus da Inquisição. Processo 6.288, Auto da Fé de 20.09.1733. Casado com **ISABEL HENRIQUES** (ou **ISABEL DA FONSECA REGO**, **TN 20** deste capítulo). **ISABEL**, ¾ x.n., era natural do Engenho Pindoba e moradora no Engenho Velho.
- BN 11 - LUÍS DA FONSECA REGO**, que vive de suas roças, morador em Forte Velho, c.c. **FELICITAS UCHÔA DE GUSMÃO**, parte x.n., nasc.c.1684, natural da freguesia de S.Gonçalo de Tapessima e filha de Bartolomeu Pires de Gusmão e Antônia de Mendonça. **FELICITAS** é citada no vol I, pp.145 e 389 da Nobiliarchia Pernambucana, de Borges da Fonseca. Foi ré no Processo 11, Auto da Fé de 06.07.1732. Condenada a cárcere e hábito perpétuo.
- TN 19 - DIONÍSIO PIRES**, que assistia em Forte Velho.
- BN 12 - JOANA DO REGO (2ª)**, nasc.c.1689, parte x.n., casada com **MANUEL HENRIQUES DA FONSECA** (N1 capítulo da descendência de Diogo Nunes Tomás - Guiomar Nunes), lavrador de cana. **JOANA** era natural do Puxi e moradora no Rio do Meio. Processo 9.164, Auto da Fé de 17.06.1731. Condenada a cárcere e hábito perpétuo. Já falecida em 1735. **MANUEL HENRIQUES DA FONSECA**, nasc.c.1678, no Engenho Inhobim, lavrador de canas e morador no Rio do Meio. Preso a 07.10.1729. Processo 9.967, Auto da Fé de 17.06.1731. Condenado a cárcere e hábito perpétuo. Anita W.Novinsky publicou o inventário dos bens confiscados pela Inquisição, pertencentes a Manuel Henriques da Fonseca. Já falecido em 1735.

- TN 20 - ISABEL HENRIQUES (ou ISABEL DA FONSECA REGO), ¾ x.n., natural do Engenho Pindoba e moradora no Engenho velho. Casada com AMBRÓSIO NUNES (4ºN 1 deste capítulo). Isabel nasceu por volta de 1707.**
- TN 21 - JOSEFA, ¾ x.n., nat. do Engenho do Meio, onde é moradora.**
- TN 22 - DIONÍSIO JOÃO.**
- TN 23 - JOSÉ DA FONSECA REGO (ou JOSÉ DA FONSECA HENRIQUES), parte x.n., nasc.c.1702, lavrador de cana, solteiro. Natural do Rio das Marés, morador no sertão das Piranhas, Processo 8.039, Auto da Fé de 20.09.1733. Recebido, faleceu no cárcere, arrependido das culpas de judaísmo.**
- TN 24 - FILIPE.**
- TN 25 - MARIA.**
- TN 26 - PEDRO.**
- TN 27 - JOÃO DO REGO, parte x.n., solteiro, natural do Puxi e morador no Rio das Marés.**
- TN 28 - DIONÍSIO DA FONSECA. nasc.c.1709, parte x/n., solteira, natural do Rio das Marés, onde é moradora. Processo 2.422 (maço 215), auto da Fé de 20.09.1733. Condenada a cárcere e hábito perpétuo. 2ª vez, Auto da Fé de 18.06.1741. Cárcere e hábito perpétuo sem remissão. Degredada por 5 anos para a Ilha do Príncipe.**
- BN 13 - JOSÉ NUNES, nasc.c.1680, natural do Engenho do Meio, roceiro, preso em 08.04.1731. Processo 15, Auto da Fé de 06.07.1732. Condenado a cárcere e hábito a arbítrio. José Nunes teve o inventário de seus bens publicados por Anita W.Novinsky. José era casado com FILIPA NUNES (F2 do capítulo dedicado à descendência de Tomás Nunes e Serafina Rodrigues de Almeida). FILIPA foi ré no processo 9, Auto da Fé de 06.07.1732, tendo sido condenada a cárcere e hábito perpétuo. O casal morava no Rio das Marés.**
- TN 29 - ROSA, ¾ x.n., solteira, natural do Rio das Marés, onde era moradora.**
- TN 30 - DIONÍSIO, ¾ x.n., natural do Rio das Marés onde era morador.**
- N 5 - FILIPA DA FONSECA, x.n., nasc.c.1671, natural do Engenho Puxi e moradora no Engenho Novo. Processo 11.778 (maço 1002), Auto da Fé de 17.06.1731. Condenada a cárcere e hábito perpétuo. Casada**

com LUÍS DE VALENÇA CAMINHA, lavrador de cana, nascido c.1726 em Ipojuca, morador no Engenho Velho. Processo 298, Auto da Fé de 20. 09.1761. Luís morreu no cárcere, arrependido, sendo sepultado em terra consagrada.

BN 14 - GUIOMAR DE VALENÇA, nasc.c.1707, parte x.n., natural do Engenho velho, onde é moradora. Guiomar foi ré no Processo 4.059, Auto da Fé de 17.06.1731. 2ª vez, Auto da Fé de 18.10.1739, condenada a cárcere a arbítrio e degredo por 3 anos, para o Cabo Verde. Guiomar era viúva de HENRIQUE DA SILVEIRA, x.n., lavrador de cana, filho de Gaspar da Silveira, homem de negócio, e de Branca de Figueiroa. Henrique, assistente nas terras do Engenho Velho, foi preso e embarcado em Pernambuco, em 13.12.1730, vindo a falecer na viagem em 12.02.1731.

TN 31 - BRANCA

TN 32 - LUÍS

TN 33 - LUÍSA

BN 15 - MARIA DE VALENÇA, nasc.c.1700, natural do Engenho do Meio e moradora no Engenho Velho. Casada com ANTÔNIO DA FONSECA REGO (BN 8 deste capítulo), lavrador de cana.

BN 16 - ESTEVÃO DE VALENÇA CAMINHA, nasc.c.1703, natural do Engenho do Meio e morador no Engenho Velho. Solteiro, homem de negócio, foi preso a 06.10.1729. Processo 2.296, Auto da Fé de 17.06.1731. Condenado a cárcere e hábito perpétuo. O inventário de seus bens foi publicado por Anita W. Novinsky.

BN 17 - LUÍS DE VALENÇA CAMINHA, (2º), solteiro, natural e morador na Paraíba.

BN 18 - JOSÉ DA FONSECA CAMINHA, nasc.c.1705, mineiro, solteiro. Nascido no Engenho Novo. Preso em dezembro de 1734, no lugar denominado Pedra dos Angicos, do Arcebispo da Bahia, onde residia. Processo 2.608, Auto da Fé 24.07.1735. Condenado a cárcere e hábito perpétuo. Anita W. Novinsky publicou o inventário dos bens pertencentes a José da Fonseca Caminha.

BN 19 - PEDRO DE VALENÇA

N 6 - ANA DA FONSECA, nasc.c.1679, x.n., solteira, natural da Cidade da Paraíba e moradora no Engenho Velho. Processo 34 (maço 5), Auto da Fé de 17.06.1731. Condenada a cárcere e hábito perpétuo.

N 7 - LUÍS NUNES DA FONSECA (2º), nasc.c.1665, no Sítio Puxi. Luís era lavrador de tabaco e morava no Engenho Novo. Processo 9.966, Auto da Fé de 17.06.1731. Condenado a cárcere e hábito perpétuo. O

inventário dos bens pertencentes a Luís foi publicado por Anita W. Novinsky. Luís foi casado com sua prima GUIOMAR NUNES BEZERRA, filha de Diogo Nunes Tomás (2º) e de Vitória Barbalho Bezerra (N 3 do capítulo da descendência de Diogo Nunes Tomás - Guiomar Nunes). GUIOMAR, nasc.c.1691, parte x.n., era natural do Engenho Inhobim. Processo 11.772, Auto da Fé de 17.06.1731. Condenada a cárcere e hábito perpétuo. Relaxada em came (queimada na fogueira).

N 8 - GASPAR HENRIQUES DA FONSECA, casado com sua prima MARIA DA SILVEIRA BEZERRA (N 4 da descendência de Diogo Nunes Tomás - Guiomar Nunes), filha do casal Diogo Nunes Tomás (2º) e Vitória Barbalho Bezerra. Gaspar era natural do Engenho Velho, onde morava.
BN 20 - DUARTE GOMES, solteiro, natural da Paraíba, onde morava, parte de x.n., sem ofício.

BN 21 - GASPAR HENRIQUES (2º), parte de x.n., sem ofício.

BN 22 - GASPAR DA FONSECA REGO, ¾ x.n., sem ofício, natural do Engenho Novo, onde morava.

BN 23 - ANTÔNIO DA FONSECA REGO.

F 3 - ISABEL HENRIQUES, casada.

N10 - FILIPE NUNES.

N11 - ISABEL DA FONSECA, c.c.JOÃO ALVES.

BN 24 - LUÍS ALVES.

BN 25 - JOANA REGO, c.c.JOÃO DA PAZ.

BN 26 - CIPRIANA DA SILVA, parte x.n., nasc. 1683, solteira, moradora na freguesia de Santa Luzia das Tabocas, natural da freguesia de Serinhaém. Processo 4.218, Auto da Fé de 24.07.1735. Condenada a cárcere e hábito perpétuo.

À época do domínio holandês, vivia na Paraíba um AMBRÓSIO VIEIRA que freqüentava a sinagoga da Cidade da Paraíba, contando 50 anos de idade em 1637. Segundo descrição, ele era "baixo de corpo e carregado das espáduas". Era tio de João Nunes do Paço e sogro de Manuel Rodrigues da Costa e, "como estes, não sabia hebraico nem era circuncidado".

O referido Ambrósio Vieira era pai de Maria da Fonseca, casada com Baltazar da Fonseca, de cujo casal nascera uma filha de nome Sara, mulher de Salomon Machorro (9).

Não sabemos se o Ambrósio nascido por 1587, seria o mesmo homônimo que foi casado com Joana do Rego: mas há muita probabilidade de sê-lo.

DESCENDÊNCIA DE DIOGO NUNES TOMÁS - GUIOMAR NUNES.
Cristãos Novos

- F 1 - MANUEL HENRIQUES, casado com MODA FRANCISCA.**
- N 1 - MANUEL HENRIQUES DA FONSECA, nasc.c.1678, no Engenho Inhobim, lavrador de cana e morador no Rio do Meio. Casado com JOANA DO REGO (2ª., BN 12 do capítulo da descendência de Ambrósio Vieira e Joana do Rego).**
- F 2 - MARIA TOMÁS, c.c.LUÍS NUNES DA FONSECA, natural de Pernambuco e morador na Paraíba. Os dados biográficos e genealógicos do casal, já figuram no capítulo dedicado à descendência de Ambrósio Vieira - Joana do Rego (F 2).**
- F 3 - DIOGO NUNES TOMÁS (2º), tenente, casado com VITÓRIA BARBALHO, filha de Antônio Barbalho e Joana Gomes da Silveira, x. velhos.**
- N 2 - DIOGO NUNES TOMÁS (3º), c.c.CATARINA PEREIRA BARBALHO.**
Diogo era natural da Paraíba e morador no Engenho Velho. Lavrador de roça. O Engenho Velho foi levantado por Duarte Gomes da Silveira, ancestral de Vitória Barbalho Bezerra. Diogo foi preso a 07.10.1729. Processo 8.177, Auto da Fé de 20.09.1733. Condenado a cárcere e hábito e arbítrio.
- BN 1 - INÁCIO GOMES, parte x.n., lavrador de tabaco, solteiro, natural do Engenho Velho e morador no Engenho Novo.**
- BN 2 - VITÓRIA BARBALHO, nasc.c.1713, solteira, natural do Engenho Novo, onde era moradora. Processo 3.613, Auto da Fé de 06.07.1732. Condenada a cárcere e hábito perpétuo.**
- BN 3 - BRÍGIDA (ou CATARINA ?), parte x.n., natural do Engenho Velho, onde era moradora. Já defunta em 1733.**
- N 3 - GUIOMAR NUNES BEZERRA, nasc.c.1691, parte x.n., natural do Engenho Inhobim e moradora no Engenho Novo. Casada com LUÍS NUNES DA FONSECA (N 7 do capítulo que trata da descendência de Ambrósio Vieira-Joana do Rego).**
- N 4 - MARIA DA SILVEIRA BEZERRA, parte x.n., c.c.GASPAR HENRIQUES DA FONSECA (N 8 da descendência de Ambrósio Vieira-Joana do Rego), seu primo, lavrador. Maria era natural do Engenho Velho, onde morava.**
- N 5 - JOANA GOMES DA SILVEIRA, parte x.n., nasc.c.1680, solteira, moradora no sítio da Embiribeira. Natural da Cidade da Paraíba. Processo 2.325 (maço 202), Auto da Fé de 24.07.1735. Sofreu seqüestro de seus bens. Falecida nos Estaus da Inquisição.**
- N 6 - LUISA BARBALHO BEZERRA, nasc.c.1685, solteira, natural do Engenho Inhobim e moradora no sítio da Embiribeira. Processo 816, Auto da Fé de 24.07.1735. Abjuração de veementi, cárcere a arbítrio.**
- N 7 - MARIANA PÁSCOA BEZERRA, nasc.c.1683, solteira, natural do**

Engenho Inhobim e moradora no Engenho Novo. Processo 3.514, Auto da Fé de 24.07.1735. Condenada a abjuração de veementi e cárcere a arbítrio.

N 8 - TERESA BARBALHO DE JESUS, parte de x.n., solteira, natural e moradora no sítio da Embiribeira. Nasc.c.1679. Processo 9.397, Auto da Fé de 24. 07.1735. Defunta no cárcere e absoluta da instância.

N 9 - ANTÔNIO.

Diogo Nunes Tomás (3º) obteve do governador Antônio Velho Coelho, da Paraíba, a data e sesmaria nº 149, concedida a 1º de novembro de 1717. As terras, que mediam 3 léguas de extensão por uma de largura, ficavam no riacho Salgado, afluente do Curimataú-Mirim (10).

DESCENDÊNCIA DE TOMÁS NUNES (Cristão Novo) e SERAFINA RODRIGUES DE ALMEIDA (Cristã Velha).

SERAFINA RODRIGUES DE ALMEIDA, cristã-velha, era filha de Filipe Nunes. Era natural da Paraíba e morava no sítio Inhobim.

F 1 - FLORIANA RODRIGUES, parte x.n., nasc.c.1692, viúva de DIOGO PEREIRA DE MENDONÇA, cristão-novo e capitão de infantaria, filho de Diogo Vaz Penalva, escrivão.

FLORIANA era natural do Engenho do Meio, onde morava. Processo 12, Auto da Fé de 06.07.1732. Condenada a cárcere e hábito a arbítrio.

F 2 - FILIPA NUNES, parte x.n., natural do Rio das Marés, onde era moradora. Nascida c.1681. Casada com JOSÉ NUNES (BN 13 do capítulo da descendência de Ambrósio Vieira-Joana do Rego).

F 3 - FRANCISCO NUNES, parte x.n., natural do Engenho Inhobim. Lavrador de tabaco junto à Cidade da Paraíba.

F 4 - JOÃO NUNES, parte x.n., natural do Engenho do Meio, onde morava. Defunto em 1732.

DESCENDÊNCIA DE ANDRÉ LOPES - MARIA HENRIQUES (Cristãos Novos)

ANDRÉ LOPES, natural da Vila Real, Arcebispo de Braga, Portugal, morador no Engenho velho, distrito da Paraíba. Mercador.

F 1 - DIOGO LOPES, x.n., lavrador de cana, solteiro, natural de Vila Real, Arcebispo de Braga, morador no Engenho Velho.

F 2 - FILIPA GOMES HENRIQUES, nasc.c.1696, solteira, também natural de Vila Real. Processo 10, Auto da Fé de 06.07. 1732. Condenada a cárcere e hábito perpétuo.

F 3 - ISABEL HENRIQUES, nasc. 1697, x.n., natural de Vila Real, solteira e

moradora no Engenho Velho. Processo 3.231, Auto da Fé de 08.07.1732. Condenada a cárcere e hábito que se tirou no referido Auto.

GLOSSÁRIO

ABJURAR DE VEEMENTI - Abjuração feita por ocasião de Auto da Fé, em que o suspeito de heresias abjurava veementemente as acusações de que tinha sido vítima.

AUTO DA FÉ (em espanhol: Auto de Fé) - Proclamação solene, em praça pública (Auto Público) ou em recinto fechado (Auto Privado), quando eram anunciadas as sentenças do Tribunal da Inquisição.

CÁRCERE E HÁBITO A ARBÍTRIO - Condenação imposta pelo Tribunal da Inquisição, por tempo variável entre 3 a 9 meses.

CÁRCERE E HÁBITO PENITENCIAL PERPÉTUO - Condenação à prisão e uso do hábito penitencial (sambenito) pelo restante da existência do réu.

CONFISCO DE BENS - Dispositivo legal que permitia confiscar ao preso todos os seus bens, com os quais eram pagas pela Inquisição as despesas de manutenção do réu (viagens, alimentação, vestuário, etc.), além de custas judiciais. O saldo final da contabilidade era recolhido ao fisco.

CONVICTO - Réu convicto era o que admitia a própria heresia.

ESTAUS - Na regência de dom Afonso VI (1432-1481) foram construídos uns paços reais no Rossio, em Lisboa, convertendo-se a majestosa edificação em sede da Inquisição em Portugal. Por detrás existiam cárceres secretos destinados aos presos, salas de audiência, câmaras de tortura, aposentos do inquisidor-mor, cárceres da penitência (local onde ficavam alojados os presos que já haviam saído em Autos). Existia também um quintal onde eram sepultados os presos que faleciam no cárcere. Os Estaus foram derrubados pelo terremoto de 1755, sendo reedificados pelo marquês de Pombal.

INVENTÁRIO DE BENS - A processualística inquisitorial determinava a realização do inventário de todos os bens de propriedade do acusado. Após o inventário, seguia-se o confisco dos bens, que ficavam à disposição da Inquisição.

LAVRADOR - Indivíduo que arrendava, em parte ou no todo uma propriedade rural, nela plantando algum tipo de agricultura (cana, tabaco, mandioca, etc.). O lavrador era proprietário de escravos, que se encarregavam do trabalho na lavoura.

MESTRE DE AÇÚCAR - O trabalhador assalariado e livre, altamente especializado, que superintendia o trabalho desenvolvido nos engenhos para fabricação do açúcar. Também chamado de banqueiro..

MINEIRO - Indivíduo que se dedicava à lavra de ouro ou de pedras preciosas, geralmente nas Minas Gerais.

PERTINAZ - O réu que manifestava claramente o desejo de morrer na lei de Moisés (judaísmo). Era então condenado à morte na fogueira. Se no último momento declarasse o desejo de morrer na lei de Cristo, tinha então o direito de ser garrotado antes de conduzido à fogueira...

RECEBIDO - Era o réu reintegrado ao seio da Igreja depois de penitenciado. Se falecesse no cárcere, o réu poderia ser recebido *post-mortem*, a critério do Santo Ofício.

RELAXADO EM CARNE - O recebimento da pena capital (morte na fogueira) por parte do condenado. Antes da aplicação da pena, o mesmo era entregue à justiça secular, responsável pela execução.

SEPULTURA ECLESIAÍSTICA - Aquela que recebia a benção eclesiástica, ficando localizada em solo consagrado (igrejas ou adros).

TRATANTE DE GADO - Indivíduo que dedicava-se ao comércio ou negócio de gado.

X.N. - Abreviatura de cristãos novo, muito empregada na antiga documentação.

TOPONÍMIA

CIDADE FILIPÉIA - Também chamada antigamente de CIDADE DA PARAÍBA. Correspondente à atual João Pessoa, capital do Estado.

ENGENHO GARGAÚ - Levantado pelo cristão novo Ambrósio Fernandes Brandão, no rio do mesmo nome. Possui uma bela capela em estilo barroco, dedicada a Sant'Ana. Às margens da rodovia BR 101, o antigo engenho pertence atualmente à Usina São Francisco. Município de Santa Rita PB.

ENGENHO INHOBIM - à margem setentrional do rio Paraíba, no atual município de Santa Rita. Hoje, é denominado de Obim. Era o velho engenho de São Cosme e Damião, outrora pertencente ao cristão novo Ambrósio Fernandes Brandão, e depois a Duarte Gomes da Silveira. Teve a sua capela derrubada em 1975. Hoje, é propriedade da Usina Santa Rita.

ENGENHO DO MEIO - Ao norte do rio Paraíba, no atual município de Santa Rita. Antigamente chamava-se São Gabriel, quando pertencia ao cristão novo Ambrósio Fernandes Brandão. Pertence atualmente ao sr. Severino Maroja.

ENGENHO NOVO - Outrora pertencente a Duarte Gomes da Silveira, sob a invocação de Santo Antônio. No Município de Santa Rita.

ENGENHO PINDOBA - Ficava localizado em Ipojuca, Pernambuco.

ENGENHO PUXI - Era o antigo engenho de São Tiago Maior, propriedade de André Dias de Figueiredo. No atual município paraibano de Espírito Santo.

ENGENHO SANTO ANDRÉ - Pertencia ao português Jorge Pinto Homem. Ao sul do rio Paraíba, pertencendo ao agrônomo Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho.

ENGENHO VELHO - Ao norte do rio Paraíba, no atual município de Santa Rita. Encontrando-se derrubado, foi novamente levantado por Duarte Gomes

da Silveira. Tinha a invocação de Nossa Senhora da Ajuda. Nele ergue-se a Usina Sant'Ana.

FORTE VELHO - ficava defronte a Cabedelo e à ilha da Restinga, na margem esquerda do rio Paraíba. Hoje, é uma povoação.

IPOJUCA - Atualmente cidade pernambucana. Freguesia de São Miguel de Ipojuca, criada no século XVI.

OLINDA - Cidade em Pernambuco, fundada por Duarte Coelho em 1535.

PANEMA - O mesmo Upanema, rio afluente do Mossoró, ou Apodi. Banha os municípios norte-rio-grandenses de Junco, Janduís, Campo Grande (ex-Augusto Severo) e Upanema.

PAÓ - Região correspondente à cidade paraibana de Lagoa Grande, onde existia a Lagoa do Paó.

PEDRA DOS ANGICOS - Antigo distrito do município de Diamantina, nas Minas Gerais. Hoje, cidade de São Francisco MG.

RIO DAS MARÉS - Afluente do rio Paraíba pela margem direita. Corre entre as cidade de João Pessoa e Bayeux.

SERINHAÉM - antiga vila de Serinhaém, que possuía igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Em território pernambucano, foi fundada a 1º de julho de 1627 por Duarte de Albuquerque Coelho.

SERTÃO DAS PIRANHAS -A região banhada pelo rio Piranhas, ocupando vasta áreas da Paraíba e Rio Grande do Norte.

SÍTIO DO CUCAÚ - A antiga Cuacaí de um mapa holandês que descreve a Capitania da Paraíba (livro de Barléu). É a atual localidade de Acaú, no município de Pitimbu, vizinha ao rio de Goiana.

SÍTIO DA EMBIRIBEIRA - Ficava vizinho às terras do Engenho Velho. Ali Duarte Gomes da Silveira instituiu um morgado, ficando as terras chamadas do "Morgado", ou "da Capela".

SÍTIO DA TAPIRA - No antigo rio Taperobu, que servia de limites às capitanias de Itamaracá e Paraíba. Hoje, localidade de Tapira, no município paraibano de Jacaú.

TAPESSIMA - Corresponde à atual Itapiçuma, no litoral pernambucano, defronte à ilha de Itamaracá. Capela de S. Gonçalo.

VILA REAL - Cidade portuguesa em Trás-os-Montes.

Na elaboração dos verbetes relacionados com a Inquisição, serviram como referência as informações publicadas por Elias Lipiner (11) e Alberto Dines (12). Na identificação de vários topônimos relacionados com a Paraíba, foram muito úteis as "Notas" de autoria de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, incluídas na "Descrição Geral da Capitania da Paraíba"(13).

-
- (1) AZEVEDO, J. Lúcio de • **História dos Cristãos Novos Portugueses.**
 - (2) KAYSERLING, Meyer • **História dos Judeus em Portugal.**
 - (3) PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL; DENÚNCIAS E CONFISSÕES DE PERNAMBUCO 1593-1596, pp.123-141.
 - (4) LYRA TAVARES, João de • **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, pp.35-36.**
 - (5) BORGES DA FONSECA, Antonio Vitoriano • **Nobiliarquia Pernambucana, II, p.441.**
 - (6) VARHAGEN, Francisco Adolfo de • **Excertos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa, etc., pp.52-85.**
WOLFF, Egon e Frieda • **Dicionário Biográfico I - Judaizantes e Judeus no Brasil 1500-1808.**
WOLFF, Egon e Frieda • **Dicionário Biográfico VII - Processos de Inquisição de Lisboa referente a pessoas nascidas no Brasil e outros estudos.**
 - (7) BARROS LEAL, Vinicius • **Os Cristãos Novos na Formação da Família Cearense, pp.157-167.**
 - (8) WAINGORT NOVINSKY, Anita • **Inquisição-Inventários de Bens Confiscados a Cristãos-Novos, pp.46-49, 53, 92-92, 101-102, 158, 170-171, 175, 179-180, 188-191.**
 - (9) GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **Gente da Nação: Cristãos-Novos e Judeus em Pernambuco 1542-1654, p.383.**
 - (10) LYRA TAVARES, João de • **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, p.105.**
 - (11) LIPINER, Elias • **Santa Inquisição: Terror e Linguagem.**
 - (12) DINES, Alberto • **Vínculos do Fogo - I - pp. 993-1011.**
 - (13) HERCKMANS, Elias • **Descrição Geral da Capitania da Paraíba, pp.47-54.**

ORIGEM DA CIDADE PARAIBANA DE SANTA LUZIA

No ano de 1741, já morava no "sítio de SANTA LUZIA do rio Cupauá, ribeira do Seridó, termo da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte", o capitão de ordenanças GERALDO FERREIRA NEVES, solteirão, natural do reino de Portugal. Além de Santa Luzia, o capitão Geraldo era proprietário de outras quatro fazendas de criação de gado: Tamanduá, Olho d'Água do Pau-Ferro, São Domingos e Santo Antônio, que ocupavam vastas áreas dos atuais municípios paraibanos de Santa Luzia e São José do Sabugi.

Geraldo Ferreira Neves deu início à construção de uma capela, no seu sítio Santa Luzia, para o que constituiu patrimônio, representado por meia légua de terra no sítio São Domingos. Infelizmente, não nos foi possível apurar o ano exato em que foram iniciados os trabalhos de construção da capela.

Falecendo aquela Geraldo, pelo final de 1755 ou início do ano seguinte, ocorreu o seu inventário, figurando como inventariante o seu sobrinho-neto, o ten. José Fernandes Freire, "morador no distrito da cidade da Paraíba". O dito testamenteiro assinou, no dia 10 de fevereiro de 1756, a escritura de doação de meia légua de terra para patrimônio da capela iniciada por Geraldo Ferreira Neves. Segundo declarações feitas por José Fernandes Freire, o falecido "declara em seu testamento ter feito patrimônio à capela que estava erigindo em Santa Luzia de meia légua de terras no sítio de São Domingos, no qual está morando Sebastião de Medeiros". Todos os dados acima encontram-se registrados no Cartório de Pombal, Paraíba.

José Fernandes Freire era neto do casal Pedro Ferreira Neves - Custódia de Amorim Valcácer. Pedro, irmão daquele Geraldo, participou da chamada Guerra dos Bárbaros, ou Levante do Gentio Tapuia, episódio bélico travado entre o partido português e os tapuias sertanejos. Ferido em combate, Pedro refugiou-se na casa de um indígena, seu conhecido, ali tratando-se e curando-se do ferimento. Por gratidão, contraiu matrimônio com uma filha do seu protetor, a qual fez batizar com o nome de Custódia...

Por conta da presença do português Geraldo Ferreira Neves na região do Quipauá, diversos membros de sua família foram habitar naquele sertão, inclusive o seu irmão Pedro. Este, já sendo falecida a índia Custódia, foi morar na Cacimba da Velha, em Santa Luzia. Ali já se encontrava, muito antes de 1738, Manuel Fernandes Freire, proprietário de terras no Quipauá e casado com d. Antônia de Moraes Valcácer (1ª), filha do casal Pedro - Custódia.

A descendência de Manuel Fernandes Freire e Antônia de Moraes Valcácer povoou a região do Quipauá, espalhando-se finalmente por todo o Seridó. Nasceram do casal, três filhos homens e sete mulheres, estas conhecidas como as "7 irmãs da Cacimba da Velha":

1 - José Fernandes Freire, casado com uma moça da família Freitas de

Jucurutu;

- 2 - Cosme Fernandes Freire, casado com Sebastiana Dias de Araújo;**
- 3 - Manuel Fernandes Freire (2º), falecido solteiro;**
- 4 - Catarina Valcácer de Moraes, falecida solteira;**
- 5 - Apolônia Barbosa de Araújo, casada com o açoriano Rodrigo de Medeiros Rocha;**
- 6 - Antônia de Moraes Valcácer (2ª), casada com Sebastião de Medeiros Matos, irmão de Rodrigo de Medeiros Rocha;**
- 7 - Joana Batista de Araújo, casada com o açoriano José Tavares da Costa, primo dos dois irmãos Medeiros;**
- 8 - Maria da Conceição Freire, casada com Cosme Gomes de Alarcón;**
- 9 - Margarida Freire de Araújo, casada com o português José Camelo Pereira;**
- 10 - Ana de Amorim Valcácer, casada com o tio Geraldo Ferreira Neves Sobrinho.**

O historiador Irineu Ferreira Pinto informa que no ano de 1773, "Geraldo Ferreira Neves manda construir em S.Luzia do Sabugy uma capella desta invocação que mais tarde serviu de matriz à dita localidade (1)". O Geraldo citado por Irineu F.Pinto, era o 2º do nome. Pela vetusta documentação existente no Cartório de Pombal, fica afastada a veracidade da informação daquele historiador paraibano. É possível que em 1773, tenha ocorrido a inauguração da capela de Santa Luzia, pois a mesma, conforme vimos ,já estava sendo erigida em data anterior a 1756...

Considerando-se o fato de Geraldo Ferreira Neves, o primeiro do nome, ter doado o patrimônio e dado princípio à edificação da capela de Santa Luzia, cabe-lhe incontestavelmente a honra de ter sido o fundador da cidade que surgiria em torno àquela capela.

(1) FERREIRA PINTO, Irineu • **Datas e Notas para a História da Paraíba**, vol.1, p.165.

A ORIGEM DO TOPÔNIMO SERRA DO TEIXEIRA, NA PARAÍBA

Os historiadores que têm escrito a respeito da Serra do Teixeira, sobre a qual repousa a cidade do mesmo nome, têm suas dúvidas a respeito da origem do referido topônimo.

No 1º Cartório da cidade de Caicó, neste Estado, encontra-se arquivado o inventário dos bens deixados por dona Maria de Couto de Figueiredo, processado no ano de 1774 (1). Foi inventariante o viúvo ANTÔNIO TEIXEIRA DE MELO. O citado inventário teve curso "nesta nova Vila de Pombal de Nossa Senhora do Bom Sucesso, Capitania da Paraíba do Norte".

Segundo reza o inventário de dona Maria de Couto de Figueiredo, Antônio Teixeira de Melo vendera depois do falecimento da esposa, légua e meia de terra na Serra do Teixeira, ao capitão Paulo Mendes de Figueiredo e ao alferes Antônio dos Santos de Vasconcelos, "uns pedaços de terra bruta, na Serra da Borborema, lugar chamado o Teixeira".

Conforme consta daquele inventário, o casal Antônio Teixeira de Melo - Maria de Couto de Figueiredo deixou os seguintes filhos herdeiros:

- 1 - Luís Teixeira de Melo, 42 anos, casado.
- 2 - Feliciano dos Santos, 38 anos, casado.
- 3 - Francisca Teixeira de Melo, casada com José Vieira de Ávila.
- 4 - Antônio Teixeira de Melo Júnior, 28 anos, casado.
- 5 - Valério Teixeira de Melo, 26 anos, casado.
- 6 - José Teixeira de Melo, 24 anos, casado.
- 7 - Maria do Couto, casada com Manuel Mendes.

Na relação dos bens arrolados no inventário, assim é descrita a propriedade rural denominada Serra do Teixeira:

"Um sítio de terras chamado Serra do Teixeira, Ribeira das Espinharas, deste termo, em três léguas de comprido e uma de largo, em cuja terra declarou o inventariante haver vendido depois do falecimento de sua mulher, légua e meia de terra, avaliada toda a serra, pelos avaliadores, em 900\$000 (novecentos mil réis)".

Os outros bens descritos no inventário são muito poucos. Assim, no título de "Bens Móveis", são arrolados:

2 espingardas novas.....	12\$000
1 espingarda em bom uso.....	4\$000
1 catana de capas de latão.....	2\$000
3 cangalhas.....	1\$200
1 milheiro de telhas velhas.....	2\$000

2 enxadas em bom uso.....	1\$000
1 machado em bom uso.....	\$500

No que tange ao título de gado vacuum, nada foi inventariado. Apareceram sob a rubrica gado cavalari, apenas 7 bestas, no valor global de 21\$000, e um poldro "brabo" avaliado em 4\$000. No título de gado cabrum, cem cabeças de cabra, "entre grandes e pequenas", avaliadas por 12\$000.

Conforme informa outro inventário, o de Antônio de Araújo Frasso (1º), também arquivado no Caicó, o velho Antônio Teixeira de Melo já era falecido, no ano de 1791 (2).

Mas, se Antônio Teixeira de Melo deu o seu nome à serra, sobre a qual existe a cidade de Teixeira, não foi ele, na verdade, o proprietário das terras onde foi edificada a cidade...

O primitivo dono da terra citadina foi ANTÔNIO DE ARAÚJO FRASSO, primeiro do nome. O seu inventário acha-se arquivado no 1º Cartório do Caicó, processado em 1791 (2). Antônio era morador na SERRA DO ARAÚJO, termo da Vila Nova do Príncipe (Caicó), tendo sido casado com dona Escolástica Ferreira de Vasconcelos. Esta, no ano em que ocorreu o inventário do marido, já contava idade superior a 80 anos, estando cega e demente (caduca).

Segundo reza o processo de inventário de Antônio de Araújo Frasso, houve do casal os seguintes filhos herdeiros:

- 1 - Antônio de Araújo Frasso (2º), casado, inventariante.
- 2 - Ana Maria, casada com Inácio Corrêa.
- 3 - Verônica Lins de Vasconcelos, casada com Manuel Lopes Romeiro (que contava 66 anos, em 1792).
- 4 - Francisco de Araújo Frasso, casado.
- 5 - Maria da Conceição, casada com João Leitão de Araújo.
- 6 - João Ferreira de Araújo, solteiro (tinha 36 anos, em 1791).
- 7 - Aniceto Pereira de Araújo, viúvo.
- 8 - Angélica Maria de Jesus, casada com Antônio de Araújo Cavalcanti (que tinha 42 anos, em 1792).

Na Descrição de Bens que aparece naquele inventário, foram inventariados:

TÍTULO DE DINHEIRO	Nada
TÍTULO DE OURO E PRATA	Nada
TÍTULO DE COBRE	

-6 rodetes de obre, cada um com duas libras	1\$600
---	--------

TÍTULO DE LATÃO E ESTANHO Nada
TÍTULO DE FERRO

-4 olhos de enxadas e 2 machados, um velho e um bom, e duas foices velhas	1\$600
-2 enxós, uma de goiva e outra direita	\$480
-1 plaina velha	\$160
-1 compasso velho	\$400
-1 escopro goiva, velho	\$320
-1 escopro velho	\$400
-1 serra de mão, sem armas, velha	\$320
-1 formão de carapina, velho	\$160

TÍTULO DOS MÓVEIS

-1 caixão de despejo, de madeira de cedro, grande, sem fechadura nem dobradiças, velho	3\$200
-2 caixões de despejo, de cedro, velhos e grandes	6\$400
-1 mesa velha (.....) e nem gaveta	\$480
-1 sela bastarda velha, sem feitio	3\$200
-1 veio de ferro, de roda	1\$000
-Uma pouca de roça de mandioca, que dará 25 alqueires de farinha, vendida a duas patacas o alqueire	16\$000

TÍTULOS DE GADOS VACUNS

- 4 vacas, que a meeira, mãe dele inventariante, as desprezava e vendera	10\$240
- 2 bois mansos, que a dita sua mãe os vendera e pagara uma dívida do dito falecido seu pai	\$

TÍTULO DE CAVALAR

- 2 cavalos e uma besta, que morreram com outras cabeças de gado do monte, da seca	\$
--	----

TÍTULOS DE ESCRAVOS Nada

TÍTULOS DE BENS DE RAIZ

- 3 léguas de terras, de plantar lavouras, por título de Data, passada por um dos Governadores da Cidade da Paraíba do Norte, cabeça desta Comarca, cuja Data tem três léguas de comprido e uma de largo, neste lugar da Serra do Araújo, chamado Rosário, situada com vários sítios de lavouras, e casas de

vivenda, em que moram ele Inventariante e os mais herdeiros e outros foreiros; que fazem suas extremas, pelo Nascente, com terras do defunto Manuel Rodrigues P..... ; pelo Poente, com terras do defunto Antônio Teixeira; pelo Norte, com terras do defunto Antônio

Dias; e pelo Sul, com terras do defunto Mateus Antônio
1:000\$000

- 3 léguas de terra, no lugar chamado Albino, de uma Data de três léguas de comprido e uma de largo, terras de criar gados, que houvera o dito falecido seu Pai, por título de compra que fizera ao tenente Vicente Ferreira Neves; cujas terras fazem suas extremas, pela parte do Nascente, com terras que foram dos Padres da Companhia, do Sítio do Poço; pelo Poente, com terras do Sítio do Olho d'Água Grande, do Capitão José Alves dos Santos; pelo Norte, com terras da Serra da Boa Vista, do mesmo monte; e pelo Sul, com terras do Sítio Bom Jesus, do coronel José

da Costa Romeu 100\$000

- Léguas e meia de terras de comprido e uma de largo, terras de criar gados, chamada Serra da Boa Vista, em cima da Serra da Borborema, que houvera o dito seu falecido Pai, por título de Data, passada por um dos Governadores da Cidade da Paraíba do Norte; que fazem extremas, pela parte do Nascente, com terras do sítio Sant'Ana, do defunto Inácio de Abreu Bezerra; pelo Poente, com terras do Olho d'Água dos Cabaços, do dito capitão José Álvares dos Santos; pelo Norte, com terras da fazenda da Raposa, do capitão Domingos Álvares dos Santos; e pelo Sul, com

terras do monte deste casal, do Albino 300\$000

A primeira das datas e sesmarias acima, corresponde à de nº 612, mencionada por João de Lyra Tavares:

“Nº 612 em 1 de fevereiro de 1765

Antônio de Araújo Frasão, tendo á custa de sua deligencia descoberto sobre a serra da Borborema terras devolutas capazes de plantar lavouras e para o supplicante as poder possuir com justo título as pede por data de tres legoas de comprimento e uma de largura, meia para cada banda ou como melhor lhe convier, pegando o supplicante das vertentes que nascem da parte do poente, que correm para o riacho chamado das Moças, cujas terras contestão pela parte do poente com terras de Antônio Ferreira (deve ser Teixeira), pela parte do nascente com terra do sargento-mor Matheus Antônio, ficando dentro da comprehensão das tres legoas o riacho dos Canudos e todos os mais olhos d'agua. O governador Jeronymo José de Mello Castro fez a concessão requerida (3)”.

Segundo informa o historiador Wilson Nóbrega Seixas, o segundo Antônio de Araújo Frasão vendeu, em 6 de outubro de 1792, as terras na serra do Rosário, também denominada Teixeira, no lugar Canudos, passando este a receber a nova denominação de Santa Maria Madalena (4).

Wilson Nóbrega Seixas também menciona "uma velha tradição oral atribuindo a Manuel Lopes Romeu como o primeiro a chegar ali, no local onde assenta a vila do Teixeira. Ali se esbarrou com um olho d'água, em cujas proximidades descobriu um canudo (abelhas melíferas) em um angico, o que deu nome ao nascente povoado (5)". Famosa também, na tradição teixeirense, foi dona Verônica Lins de Vasconcelos, mulher de Manuel Lopes Romeiro, que chegou a enfrentar uma onça, na ladeira hoje chamada de Ladeira da Verônica, que dá acesso à cidade do Teixeira...

(1) INVENTÁRIO DE MARIA DE COUTO DE FIGUEIREDO (1774).

(2) INVENTÁRIO DE ANTÔNIO DE ARAÚJO FRASÃO (1791).

(3) LYRA TAVARES, João • Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, p.320.

(4) NÓBREGA SEIXAS, Wilson • Viagem Através da Província da Paraíba, p. 145.

(5) _____ • Obra citada, p. 143.

A CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA (1801)

É finalidade desta breve exposição comentar alguns episódios de um acontecimento político ocorrido em Pernambuco, conhecido como a CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA, precursora da Revolução Republicana de 1817.

Compulsando o volume CX dos DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, edição do Ministério da Educação e Cultura, o pesquisador deparar-se-á com importantes revelações sobre uma devassa ocorrida em Pernambuco, em 1801, instaurada para apuração de responsabilidades na chamada Conspiração dos Suassuna, ou Inconfidência de 1801.

Como pode ser constatado, três possíveis participantes da Conspiração dos Suassuna reapareceriam em 1817, no Rio Grande do Norte, como personagens na Revolução Republicana.

Em 1799 surgia na localidade de Itambé, lindes da Paraíba e Pernambuco, o Areópago de Itambé, fundado pelo naturalista paraibano Manuel de Arruda Câmara. O Areópago foi um centro irradiador da ideologia da Revolução Francesa. Originárias do Areópago de Itambé, surgiram então em Pernambuco diversas outras sociedades secretas, sob a capa de Academias, a saber: Academia do Paraíso, Academia do Cabo, Academia Suassuna e Academia Pernambucana, compreendendo esta a Pernambuco do Oriente e a Pernambuco do Ocidente.

Segundo foi divulgado à época, tais sociedades secretas chegaram a cogitar da implantação de uma República sob a proteção do imperador francês Napoleão Bonaparte.

A Academia Suassuna foi fundada por Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, no seu Engenho Suassuna, em Santo Amaro de Jaboatão. Francisco de Paula, conhecido como Coronel Suassuna, possuía dois irmãos, também envolvidos na Conspiração de 1801: José Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Os irmãos Suassuna eram filhos do Cel. Francisco Xavier Caetano de Magalhães e de dona Filipa Cavalcanti de Albuquerque.

Em 1801, os irmãos Suassuna ocupavam cargos de destaque na capitania de Pernambuco. Assim, Francisco de Paula comandava as Ordenanças do Cabo. Era ele natural de Itabaiana, casado, morador no seu engenho Pantorra, da freguesia do Cabo. Em 1801, contava Francisco 32 anos de idade. José Francisco era capitão do Corpo de Artilharia da Praça do Recife, encontrando-se em Lisboa, à época em que ocorreu a devassa. Luís Francisco, o terceiro irmão Suassuna, era natural de Santo Amaro do Jaboatão, solteiro, capitão, com 29 anos de idade, morando no seu engenho Suassuna.

Na casa de sobrado dos irmãos Suassuna, em Recife, ocorriam umas reuniões suspeitas, muito concorridas, o que ensejou uma delação feita por José da Fonseca Silva e Sampaio, que revelou o fato de que naquelas reuniões, "se tratavam idéias facciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo". Estaria em marcha uma conspiração que tinha por objetivo, como mencionamos

tratavam idéias facciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo". Estaria em marcha uma conspiração que tinha por objetivo, como mencionamos anteriormente, implantar em Pernambuco uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte. A conspiração, na realidade, não ultrapassou o plano das idéias, nem chegou a concretizar-se em atos de rebeldia. A delação abortou o movimento ideológico, ocorrendo então a prisão dos principais acusados.

Por ocasião da devassa de 1801 em Pernambuco, foram inquiridas oitenta testemunhas, inclusive ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, apontado por três depoentes como sendo uma das pessoas que entravam com mais freqüência na casa dos Suassuna, gozando ademais de muita familiaridade e particularidade com José Francisco de Paula e seus irmãos.

Figuraram também como testemunhas na devassa, José Inácio Borges, "branco, casado, porta-bandeira do Regimento de Linha de Olinda, de 25 anos de idade" e João Alves de Quental "branco, solteiro, morador nesta vila (Recife), caixeiro de Francisco de Paula Cavalcanti, de 26 anos".

André de Albuquerque Maranhão, José Inácio Borges e João Alves de Quental participariam, dezesseis anos depois, de fatos relacionados com a Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte.

Através de depoimento prestado por André de Albuquerque Maranhão, fica definitivamente esclarecida a dúvida existente, relacionada com o ano do nascimento do Senhor de Cunhaú. Ao depor perante as autoridades encarregadas da devassa, no dia 27 de maio de 1801, André de Albuquerque Maranhão declarou-se "branco, solteiro, capitão-mor da Vila Flor e da Vila de Arez da Capitania do Rio Grande do Norte, fidalgo cavaleiro, que vive de agricultura, de 28 anos de idade". Portanto, teria ele nascido no ano de 1773. Ao falecer, em 1817, contava 44 anos, e não 40 como indicado no seu tempo de óbito, registrado em um dos livros pertencentes à Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande.

No seu depoimento, André de Albuquerque Maranhão também esclarece ter residido na Vila do Recife, nos anos de 1800 e 1801, ali levado pelo trato dos seus negócios. Informava André, que saía do Recife "logo de manhã a tratar deles e muitas vezes nem ao jantar se recolhia".

Ou outro norte-rio-grandense, também depoente na devassa de 1801, foi o padre Inácio Pinto de Almeida Castro, irmão de Miguel Joaquim de Almeida e Castro, conhecido na historiografia potiguar sob a denominação de Frei, depois Padre Miguelinho. Em depoimento prestado aos 27 de maio de 1801, o padre Inácio, que nascera em Natal a 30 de agosto de 1766, declarava-se "sacerdote do hábito de São Pedro, vigário na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, onde é morador, natural da Cidade do Rio Grande do Norte, Comarca da Paraíba, de idade de trinta e quatro anos". Em 1817, Inácio Pinto de Almeida Castro, que pertenceu notoriamente à Maçonaria, participaria da Revolução Pernambucana.

Em consequência da conspiração, Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque gemeram no cárcere quatro anos. José Francisco

esteve preso de junho de 1801 a maio de 1802, apesar de nada ter ficado comprovado no curso da devassa, que pudesse incriminar as pessoas daqueles irmãos Suassuna, no tocante ao trato de "idéias faciosas e revolucionárias sobre liberdade e mudança de governo". Corre a versão popular de que houve a preponderância do poder social e econômico da família, que teria comprado a peso de ouro a absolvição dos acusados, livrando-os do cárcere, do desterro ou mesmo do patíbulo.

André de Albuquerque Maranhão retornou ao seu Engenho Cunhaú, onde recebeu em 1810 a visita do britânico Henry Koster, renomado autor de *Travels in Brazil*.

Um dos irmãos Suassuna, José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, depois de reconciliado com o governo português, governou a capitania do Rio Grande do Norte, no período de 1806 a 1811. Henry Koster nos fornece uma impressão muito favorável do governador José Francisco de Paula, a quem conhecera quando de sua passagem por Natal, no final de 1810. O antigo conspirador de 1801 exerceu um proveitoso governo na capitania, segundo a unânime opinião dos nossos historiadores.

A Rebelião Republicana de 1817, no Rio Grande do Norte, foi liderada pelo coronel de milícias André de Albuquerque Maranhão, Senhor do Engenho Cunhaú, aquele mesmo freqüentador da casa dos Suassuna nos anos de 1800-1801.

No dia 25 de março, no Engenho Belém, localizado no atual município de São José de Mipibu, André de Albuquerque prendeu o governador da capitania. Incidentalmente, o governador deposto era aquele mesmo José Inácio Borges, que fora chamado a depor na devassa de 1801. Em 1817, José Inácio furtou-se aos compromissos assumidos com os chefes revolucionários de Pernambuco. Segundo o historiador Câmara Cascudo, Borges foi "desde os primeiros momentos, um adversário da revolução de 1817, que ele chamou, com justiça, *árvore sem raízes*" ...

No curto período de 29 de março a 25 de abril de 1817, André de Albuquerque Maranhão chefiou o governo republicano instaurado no Rio Grande do Norte.

Um outro participante da conspiração de 1801, que se encontrava residindo em Natal naquele ano de 1817, foi João Alves de Quental, o antigo caixeiro de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Quental enriquecera, tornara-se um prestigioso proprietário em Natal, onde exercia um destacado emprego público e explorava uma olaria no bairro da Ribeira, à margem do Potengi.

Como sabemos, André de Albuquerque Maranhão foi ferido a golpe de espada, na manhã do dia 25 de abril, fato que coincidiu com a sua deposição pelas tropas realistas, que encerraram assim o seu curto período governamental iniciado no dia 29 de março. André veio a expirar na madrugada do dia 26 de abril, no cárcere da Fortaleza dos Reis Magos.

João Alves de Quental foi protagonista de um triste episódio, descrito por

ISABEL GONDIM, ocorrência que envolveu o cadáver do inditoso André do Cunhaú:

“Quando foi posto em terra o cadáver, no primitivo corredor da igreja matriz, onde teve sepultura, um **cavalheiro** monarquista, J.A. de Quental, para melhor assinalar-se, por certo ao seu partido, tomando as esporas, subiu ao corpo da ilustre vítima que pisou com a sola dos seus sapatos e esporeou-o, como fazia-o à própria cavalgada, ato de Canibalismo com que o desumano monarquista queria persuadir que cortaria à esporas as entranhas dos patriotas, a quem davam também a alcunha de cavalos. De proceder tão **digno** alardeava depois, provocando o ressentimento da família do inditoso Albuquerque, a qual pretendeu vingar essa afronta depois, quando houvesse modificação na fase política (2)”.

Dentre todos os conspiradores de 1801, envolvidos na Revolução Republicana de 1817 no Rio Grande do Norte, somente André de Albuquerque Maranhão manteve-se integralmente fiel aos ideais republicanos defendidos nas academias secretas de Pernambuco.

O prematuro desaparecimento de André foi providencial para os participantes da Rebelião de 1817, pois sobre um único protagonista desabaram as incriminações feitas pelos demais envolvidos no crime de lesa-majestade. André de Albuquerque levou para o túmulo segredos que poderiam acarretar a desgraça de certos **monarquistas** exaltados, que popularam depois de 25 de abril ... O assassinio de Andrezinho livrou muita gente envolvida na rebelião de cair nas mãos da implacável justiça real ...

O cadáver daquele herói revolucionário jaz no primitivo corredor da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande (2), na Praça André de Albuquerque em Natal. O referido corredor corresponde àquele que fica do lado direito da igreja.

REQUIESCAT IN PACE !

(1) DOCUMENTOS HISTÓRICOS - Devassa de 1801 em Pernambuco, vol. CX

(2) GONDIM, Isabel • **Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte**, p.40.



ANDRÉ DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (1773-1817), Chefe do Governo Republicano de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte.

FONTES CONSULTADAS

1 . FONTES PRIMÁRIAS

AUTOS DE DEMARCAÇÃO DO SÍTIO INGÁ, NO SERTÃO DO SERIDÓ, NO ANO DE 1772. Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 86.

DAGELIJKSCHE NOTULEN (Atas Diárias do Alto Governo do Brasil Holandês) ARA-OWIC-69 (1.1.1641 - 12.3.1643). Coleção José Higino. Acervo documental do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

DOCUMENTAÇÃO DO TERÇO DOS PAULISTAS DO MESTRE-DE-CAMPO MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO. Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixas nºs. 2,3,34, 63,65,84,88 e 89.

INVENTÁRIO DE D. ANTÔNIA JOSEFA DO ESPÍRITO SANTO RIBEIRO (1823). Acervo documental da Fundação Hélio Galvão, Natal-(RN).

INVENTÁRIO DE ANTÔNIO DE ARAÚJO FRASÃO (1º). Acervo documental do 1º Cartório do Caicó-(RN).

INVENTÁRIO DE MARIA DE COUTO DE FIGUEIREDO. Acervo documental do 1º Cartório do Caicó-(RN).

LIVRO DE ASSENTAMENTOS DO REGIMENTO DA CAVALARIA AUXILIAR FORMADA NOS DISTRITOS DAS VILAS DE AREZ, VILA FLOR, TAMATANDUBA E CUNHAÚ, DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 103.

LIVRO DO ESCRIVÃO DO TERÇO DOS PAULISTAS DO MESTRE-DE-CAMPO MANUEL ÁLVARES DE MORAIS NAVARRO. Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 34.

LIVRO DE NOTAS DE NATAL (1678). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 64.

LIVRO DE REGISTRO DOS AUTOS DA CRIAÇÃO DA VILA FLOR (1762). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 75.

LIVRO 2º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA

CÂMARA DO NATAL (1673-1690). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 65.

LIVRO 3º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1691-1702). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 65.

LIVRO 5º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1708-1713). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 75.

LIVRO 6º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1713-1720). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 99.

LIVRO 9º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1743-1754). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 67.

LIVRO 10º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1755-1760). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 67.

LIVRO 12º DO REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1762-1775). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 100.

LIVRO 2º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DO RIO GRANDE (1674-1680). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 64.

LIVRO 4º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE (1706-1709). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 73.

LIVRO 6º DO REGISTRO DE SESMARIAS CONCEDIDAS PELO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE (1712-1716). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 65.

LIVRO DE VERAÇÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1674-1698). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 117.

LIVRO DE VERAÇÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1753-1776). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 112.

LIVRO DE VERAÇÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL (1766-1781). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 118.

MAPA CONTEMPLATIVO DAS PRODUÇÕES DAS PARÓQUIAS DE VILA FLOR, AREZ E GOIANINHA (1811). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 83.

REGISTRO DE BATIZADOS , CASAMENTOS E ÓBITOS DA ANTIGA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DO RIO GRANDE. Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixas nºs. 3,4,5,6, e 103.

RELAÇÃO DAS PESSOAS QUE SE EMPREGARAM NA OBRA DA CASA DA RESIDÊNCIA DO ILMº. SR. GOVERNADOR (1806). Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Caixa nº 98.

2 . PERIÓDICOS

BARROS LEAL, Vinicius. **Os Cristãos Novos na Formação da Família Cearense**, in Revista do Instituto do Ceará, tomo LXXXIX, 1975.

BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS CAPITANIAS CONQUISTADAS DE PERNAMBUCO, ITAMARACÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE, SITUADAS NA PARTE MERIDIONAL DO BRASIL - RELATÓRIO DO PRÍNCIPE MAURÍCIO DE NASSAU AO CONSELHO DOS XIX A 14 DE JANEIRO DE 1638, in Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, vol. 6, nº 34, 1887.

CÂMARA CASCUDO, Luís da • **A Tradição Norte-Riograndense sobre D. Antônio Filipe Camarão**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XXIX-XXXI, 1932-1934.

_____ • **Onde ficava o Engenho de João Lostau ? (Acta Diurna)**, in A REPÚBLICA (Natal-RN), de 03.04.1940.

CARVALHO, Alfredo de • **Os Holandeses no Rio Grande do Norte 1625-1654 (em face de documentos inéditos)**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. IV, nº 2, julho 1906.

DICIONÁRIO PORTUGUÊS-BRASILIANO e BRASILIANO-PORTUGUÊS, in Revista do Museu Paulista, tomo XVIII, 1934.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS - DEVASSA DE 1801 EM PERNAMBUCO, vol. CX. Ministério da Educação e Cultura/Biblioteca nacional.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. LXVII, 1945.

FERNANDES SOBRINHO, Luís Manuel • **D. Antônio Filipe Camarão**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. II, nºs. 1 e 2, julho 1904.

_____ • **Ainda a Naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. III, nº 1, janeiro 1905.

_____ • **Potiguaçu, o Antônio**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. III, nº 1, janeiro 1905.

_____ • **D. Clara Camarão**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. IV, nºs. 1 e 2, janeiro 1906.

_____ • **D. Antônio Filipe Camarão - última verba**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. VI, nº 1, janeiro 1908.

GERRIYSZ, Hessel • **Jornaux et Nouvelles tirées de la bouche de Marins Hollandais et Portugais de la Navigation aux Antilles et sur les Côtes du Brésil (Declaration de Caspar Paraoupaba, etc.)**, in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXIX, 1907. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1909.

GONSALVES DE MELLO, José Antonio • **A "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609) de Diogo de Campos Moreno**, in Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, vol. LVII, 1984.

HERCKMAN, Elias • **Descrição Geral da Capitania da Paraíba**, in Revista do Instituto Arqueológico, e Geográfico Pernambucano, tomo V, 1986.

INFORMAÇÃO GERAL DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, in Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII, 1906.

ITINERÁRIO DAS VISITAS FEITAS NA SUA DIOCESE PELO BISPO DE PERNAMBUCO (DOM JOÃO DA PURIFICAÇÃO MARQUES PERDIGÃO) NOS ANOS DE 1833 a 1840, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1892.

LIMA, Nestor • Arez, o Município, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XXV-XXVI, 1928-1929.

_____ • **Canguaretama, o Município, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XXVII-XXVII, 1930-1931.**

_____ • **Em Memória do Índio Potiguar D. Antônio Filipe Camarão, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XXXVIII-XL, 1941-1943.**

MANUSCRITOS DA TORRE DO TOMBO, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, vol. 12º, 1953.

MELLO, Mario • O Canhão encontrado em Pau d'Alho, in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. XX, nº 101, 1918.

MOTTA, Nonato • Notas sobre a Ribeira do Apodi, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XVIII e XIX. nºs. 1 e 2, 1920-1921.

PEREIRA DA COSTA, F.A. • A Verdadeira naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão, in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. XI, 1903.

_____ • **A Naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão (Última Verba), in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. XIII, 1908.**

PORTO SEGURO, Visconde de • Cartas de Amérigo Vespucci na parte que respeita às suas três viagens ao Brasil, in Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo XLI, parte 1ª, 1878.

SCHWENNHAAGEN, Ludovico • As Estações das Antigas Estradas que atravessaram o Rio Grande do Norte e Paraíba, in A REPÚBLICA (Natal-RN), 12.03.1927.

SOARES DE AMORIM, Pe. Manuel Gonçalves • **A Naturalidade de Camarão**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XXV-XXVI, 1928, 1929.

_____ • **Dom Antônio Filipe Camarão é Norte-Riograndense**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vols. XXIX-XXXI, 1932-1934.

SOARES DE SOUZA, Gabriel • **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**, in Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomo XIV, 1851.

SOUTO MAIOR, Pedro • **Uma Assembléia de Índios em Pernambuco no ano de 1645**, in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. XV, nº 79, 1910.

SOUZA, Dr. A. de • **A Cadeia de Natal**, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. IV, nºs 1 e 2, janeiro 1906.

TRESLADO DO AUTO DA REPARTIÇÃO DAS TERRAS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE, AOS 21 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1614, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, vol. VII, nºs. 1 e 2, 1909.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de • **Excerptos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa, desde o ano de 1711 ao de 1767, compreendendo só brasileiros ou colonos estabelecidos no Brasil**, in Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, tomo VII, 1845.

VERDONCK, Adriano • **Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil em 20 de maio de 1630**, in Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. IX, nº 55, 1901.

3 . BIBLIOGRAFIA

AYRES DE CASAL, Pe. Manuel • **Corografia Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1976.

AZEVEDO, J. Lúcio de • **História dos Cristãos Novos Portugueses**, 2ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975.

BARLAEUS, Caspar • Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper Gestarum, sub Praefectura Illustrissimi Comitissae I. Mauritiæ Nassoviae, &. Amsterdam: Typografia Joannis Blaev. 1647.

BARLÊU, Gaspar • História dos Feitos Recentemente praticados durante oito anos no Brasil, sob o Governo de João Maurício, Conde de Nassau. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BEZERRA, Antônio • Algumas Origens do Ceará. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1918.

BORGES DA FONSECA, Antônio Vitoriano • Nobiliarquia Pernambucana, 2 vols. Rio de Janeiro: Biblioteca nacional, 1935

CALADO, Frei Manuel • O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade, vol. II. Recife: Cooperativa Editora de Cultura Intelectual de Pernambuco, 1942.

CÂMARA CASCUDO, Luís da • Dois Ensaios de História (Intencionalidade no Descobrimento do Brasil - O mais antigo Marco de Posse). Natal: Imprensa Universitária do Rio Grande do Norte, 1965.

_____ • História do Rio Grande do Norte, 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CÂMARA DE SOUZA, Oswaldo • Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1981.

CAMPOS MORENO, Diogo de • Livro que dá Razão do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

DINES, Alberto • Vínculos do Fogo I - Antônio José da Silva, o Judeu, e outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

DUSSEN Adrian van der • Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses - Suas condições econômicas e Sociais. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947.

ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares (Subsídios para a sua história),

1º vol: Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FERREIRA NOBRE, Manuel • Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

FERREIRA PINTO, Irineu • Datas e Notas para a História da Paraíba, 2 vols. Paraíba do Norte: Imprensa Oficial, 1908.

GALVÃO, Hélio • História da Fortaleza da Barra do Rio Grande. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

GONDIM, Isabel • Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte. Natal, 1892.

GONSALVES DE MELLO, José Antonio - Fontes para a História do Brasil Holandês - 2 - A Administração da Conquista. Recife: MinC-Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

• Gente da Nação: Cristãos-Novos e Judeus em Pernambuco 1542-1654. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

GUERREIRO BARBALHO, Gilberto • História do Município de São José de Mipibu. Rio de Janeiro: Gráfica Editora NAP S.A., 1960.

HERCKMANS, Elias • Descrição Geral da Capitania da Paraíba - Apresentação e atualização ortográfica: Wellington Aguiar; Notas: Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. João Pessoa: A UNIÃO Cia. Editora, 1982.

KAYSERLING, Meyer • História dos Judeus em Portugal. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

KOSTER, Henry • Viagens ao Nordeste do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

LAET, Joannes de • História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até ao ano de 1636. vol. II (Livros VIII-XIII). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

LEITE, Pe. Serafim • História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo I. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Livraria Civilização Brasileira, 1938.

_____ • **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo V. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LIPINER, Elias • **Santa Inquisição: Terror e Linguagem**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977.

LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL 1607-1633 • Seção de Publicações do Serviço de Documentação, Ministério das Relações Exteriores, 1958.

LYRA TAVARES, João de • **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba**, vol. I. Paraíba: Imprensa Oficial, 1909.

MARCGRAVE, Jorge • **História Natural do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MEDEIROS FILHO, Olavo de • **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

_____ • **O Terço dos Paulistas do Mestre-de-Campo Manuel Álvares de Moraes e a Guerra dos Bárbaros** (livreto). Mossoró RN: Coleção Mossoroense, 1987.

_____ • **No Rastro dos Flamengos**. Natal: Fundação José Augusto, 1990.

_____ • **Terra Natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.
MEIRA DE MEDEIROS, Ivoncísio. **Documentos do Rio Grande do Norte (Catálogo)**. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

MENDES DE ALMEIDA, Cândido • **Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão**, tomo I. Rio de Janeiro: Tip. do Comércio, 1860.

MENEZES, Cap. Gen. José César de • **Idéa da População da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, &c.** Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924.

MOREAU, Pierre & BARO, Roulox • **História das últimas lutas no Brasil ente Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. Belo

Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

MOREIRA PINTO, Alfredo • Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil, 3º vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

NIEUHOF, Joan • Memorável Viagem Marítima ao Brasil. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

NÓBREGA SEIXAS, Wilson • Viagem através da Paraíba. João Pessoa: Secretaria de Educação, 1985.

PEREIRA DE BERREDO, Bernardo • Anais Históricos do Estado do maranhão. Maranhão: Tipografia Maranhense, 1840.

PIZARRO E ARAÚJO, José de S.A. • Memórias Históricas do Rio de Janeiro, 8º vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz • Sesmarias Cearenses. Fortaleza: SUDEC, 1979.

PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL - DENÚNCIAS da BAHIA (1591-1593). São Paulo: Editora Paulo Prado, 1925.

PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO ÀS PARTES DO BRASIL; DENÚNCIAS E CONFISSÕES DE PERNAMBUCO 1593-1595. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

RIO BRANCO, Barão do • Memórias sobre a Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, I, VI, nº 25. Paris: 1900.

SALVADOR, Frei Vicente do • História do Brasil 1500-1627. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

STUDART. Dr Guilherme • Datas e Fatos para a História do Ceará, 1º vol. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896.

TAUNAY, Afonso de • Guerra dos Bárbaros. Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, nº 22. São Paulo, 1936.

TOLLENARE, L.F. DE • Notas Dominicais. Recife: Governo do Estado de

Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978.

VASCONCELOS, José de • **Datas Célebres e Fatos Notáveis da História do Brasil.** Pernambuco, 1890.

VITAL DE OLIVEIRA, M.A. • **Roteiro da Costa do Brasil do Rio Mossoró ao Rio de São Francisco do Norte.** Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1864.

WAINGORT NOVINSKY, Anita • **Inquisição - Inventários de Bens confiscados a Cristãos-Novos.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1976.

WIEDER, F.C. • **Monumenta Cartographica**, vol. II. Haia: Martinus Nijhoff, 1926.

WOLFF, Egon e Frieda • **Dicionário Biográfico I - Judaizantes e Judeus no Brasil 1500-1808.** Rio de Janeiro: ERCA Editora e Gráfica Ltda., 1986.

_____ • **Dicionário Biográfico VII - Processos de Inquisição de Lisboa referentes a pessoas nascidas ou residentes no Brasil e outros Estudos.** Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes gráficas, 1991-1992.



Í N D I C E

<i>Palavras Iniciais</i>	05
- O Marco de Touros, Primeiro Padrão de Posse Chantado no Brasil.....	07
- A Costa Potiguar em 1587, descrita por Gabriel Soares de Souza.....	17
- A Fortaleza dos Santos Reis da Barra do Rio Grande.....	21
- A Aldeia do Potiguaçu (Camarão Grande)	31
- Os Dois Camarões da Nossa História	35
- A Capitania do Rio Grande, Ecologia e Povoamento	43
- A Enseada de Tabatinga e o Porto de Pescaria de João Lostão Navarro.....	49
- Subsídios para a História dos Municípios de Vila Flor e Canguaretama.....	53
- A Marcha de Pedro Coelho de Souza	67
- A Itacoatiara, ou Pedra do Touro Grande, e o Rio Uguiaçu	73
- Onde ficava a Aldeia de Jacumaúma ?	75
- Aldeia de Antônio, ou Aldeia de Goiana, Origem da Cidade de Goianinha.....	79
- Para uma Cronologia da Cidade de Nísia Floresta (1607-1899)	81
- As Minas de Ferro de Jerônimo de Albuquerque	89
- Cidade do Rio Grande, 1609.....	93
- Os antigos Marcos Divisórios das Capitanias do Rio Grande e Paraíba.....	97
- Onde faleceu Jerônimo de Albuquerque Maranhão ?	99
- As Casas da Câmara e Cadeia da Cidade do Natal	101
- Os Aldeamentos de Guaraíras e de Guajiru	111
- O Aldeamento do Jundiá-Perereba	115
- O Mestre-de-Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, o Terço dos Paulistas e a Guerra dos Bárbaros	119
- Origens Genealógicas dos Moraes Navarro no Nordeste Brasileiro	137
- Os Aldeamentos do Apodi, Serra de Santana e Igramació	153
- Os Aldeamentos Tapuias dos Rios Ceará Mirim, Potengi e Cunhaú	155
- A Origem do Topônimo Mossoró	159
- Os Cristãos Novos da Paraíba e a Inquisição	163
- Origem da Cidade Paraibana de Santa Luzia	179
- A Origem do Topônimo Serra do Teixeira, na Paraíba	181
- A Conspiração dos Suassuna (1801)	187



COMPOSTO E IMPRESSO:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA
Fones: 221.2240 - 221-2241

Cultura, em amplitude universal.

Na verdade, com este livro, além de outros em fase de elaboração e lançamento, estamos dando e imprimindo, pioneiramente, maior ênfase e projeção àqueles três acontecimentos que se incorporam à História do Rio Grande do Norte, pois, neste ano de 1997, são decorridos quatrocentos anos da entrada, na foz do rio Potengi, da expedição sob o comando de Mascarenhas Homem, com a finalidade da reconquista do torrão potiguar, fato sucedido em 25 de dezembro de 1597.

Daí - convenhamos - ser, ao nosso entendimento, a melhor forma de comemorar esses eventos, editando e reeditando livros de significativo conteúdo histórico-regional.

Esta, portanto, se nos afigura uma das tarefas precípuas e importantes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, fundado em 29 de março de 1902, celeiro de nobres e vivas tradições - a mais antiga entidade cultural do Estado, preservando um acervo inigualável de livros, periódicos, manuscritos e relíquias, que remontam ao século XVII.

Por tudo isso, *"Aconteceu na Capitania do Rio Grande"*, livro de consulta permanente, de autoria do insigne confrade e historiador *Olavo de Medeiros Filho*, representa uma valiosa contribuição aos estudos históricos e motivo de orgulho para a nossa quase secular Casa da Memória Norte-Rio-Grandense.

Natal (RN) - 06 de janeiro de 1997

- Data dos Santos Reis Magos -

*- 399º do início da construção da
Fortaleza dos Reis Magos -*

Enélio Lima Petrovich

Presidente do IHG/RN



PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 1 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 - Presença Norte-rio-grandense na Alçada Pernambucana - *Raimundo Nonato*
- 3 - Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte - *Manoel Ferreira Nobre*
(Anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 - Luís da Câmara Cascudo - Sua Vida e sua Obra
- 5 - Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte - *Enélio Lima Petrovich*
- 6 - O Livro das Velhas Figuras (vols. I,II,III,IV, V e VI)- *Luís da Câmara Cascudo*
- 7 - Visões e Abusões Nordestinas (I e II) - *Raimundo Nonato*
- 8 - Os Franceses no Rio Grande do Norte - *Bernard Alléguede*
- 9 - A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte - *Augusto Tavares de Lyra*
- 10 - Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte - *Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros* - II Volume
- 11 - Titulados do Assu - *Francisco Amorim*
- 12 - Naufrágios no Litoral Potiguar - *Olavo de Medeiros Filho*
- 13 - Magdalena dona Magdalena - *Oriano de Almeida*
- 14 - Antologia do Padre Monte - Vol. 7 - *Jurandyr Navarro*
- 15 - Aconteceu na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 - Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (anos 1994, 1995,1996,1997)
- 2 - História de Nísia Floresta - *Adauto da Câmara*
- 3 - Paris...nos Tempos de Debussy - *Oriano de Almeida*
- 4 - Disfarçados - *Joaquim Lucas da Costa*
- 5 - História do Rio Grande do Norte - *Augusto Tavares de Lyra*
- 6 - O Livro das Velhas Figuras - (Vols. VII,VIII,IX e X) - *Luís da Câmara Cascudo*
- 7 - No Correr do Tempo - *Enélio Lima Petrovich*
- 8 - Índice Geral da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1964 a 1991) - *Fernando Hippólyto da Costa*
- 9 - História da Cidade do Natal - *Luís da Câmara Cascudo*
- 10 - Os Holandeses na Capitania do Rio Grande - *Olavo de Medeiros Filho*
- 11 - Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte - *Isabel Gondim*
(Anotações de Paulo de Albuquerque Maranhão)
- 12 - Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio Grande do Norte - *Luiz Carlos Lins Wanderley* (Introdução de Nilo Pereira)